

LÚCIA REGIANE LOPES-DAMASIO

A EMERGÊNCIA DO MARCADOR DISCURSIVO *ASSIM* SOB A
ÓPTICA DA GRAMATICALIZAÇÃO:
UM CASO DE MULTIFUNCIONALIDADE E
(INTER)SUBJETIVIZAÇÃO

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
2008

LÚCIA REGIANE LOPES-DAMASIO

A EMERGÊNCIA DO MARCADOR DISCURSIVO *ASSIM*
SOB A ÓPTICA DA GRAMATICALIZAÇÃO:
UM CASO DE MULTIFUNCIONALIDADE E
(INTER)SUBJETIVIZAÇÃO

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos (Área de Concentração: Análise Lingüística)

Orientador: Profa. Dra. Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi.

São José do Rio Preto
2008

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Profa. Dra. Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi - Orientadora

Profa. Dra. Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran

Profa. Dra. Edair Maria Gorski

Suplentes

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves

Prof. Dra. Maria Célia Lima-Hernandes

Lista de Quadros.....	7
Legenda.....	8
Resumo.....	12
<i>Abstract</i>	13
Introdução.....	14

CAPÍTULO 1

Gramaticalização.....	17
1.1. Histórico da GR.....	26
1.1.1. As relações de “perdas” na GR: o primeiro grupo.....	29
1.1.1.1. A proposta givoniana.....	29
1.1.1.2. A proposta de Heine & Reh.....	33
1.1.1.3. A proposta de Heine <i>et al.</i>	35
1.1.1.4. A proposta de Lehmann: a colaboração dos parâmetros de GR.....	37
1.1.1.5. A proposta de Hopper: os princípios de GR.....	41
1.1.2. As relações de “ganhos” na GR: o segundo grupo.....	44
1.1.2.1. A proposta de Traugott.....	44
1.1.2.2. A proposta de Sweetser.....	51
1.1.2.3. A proposta de Bybee.....	55
1.2. GR: características do processo.....	59
1.2.1. Mudança semântica.....	63
1.2.1.1. Processos metafóricos.....	63
1.2.1.1.1. Metáfora: transferência entre domínios cognitivos Heine <i>et al.</i> (1991) e Sweetser (1988, 1991).....	65
1.2.1.1.2. O princípio da iconicidade.....	69
1.2.1.2. Processos metonímicos.....	71
1.2.2. Mudança morfossintática.....	74

1.2.2.1. Implementação dos processos de reanálise e de analogia.....	74
1.2.3. Redução fonológica.....	79
1.2.4. Mudança semântica, reanálise e redução fonética.....	81
1.3. Um diálogo com a teoria.....	82

CAPÍTULO 2

Gramaticalização ou Discursivização?.....	87
2.1. A perspectiva da DC.....	87
2.2. A perspectiva da GR.....	93
2.2.1. Relações com a proposta givoniana.....	98
2.3. Mais um diálogo com a teoria.....	99

CAPÍTULO 3

A multifuncionalidade de <i>assim</i>: do mais concreto ao mais abstrato.....	104
3.1. Etimologia: do latim ao português contemporâneo.....	104
3.2. A multifuncionalidade sincrônica de <i>assim</i>	118
3.3. Revisão bibliográfica: análises prévias de <i>assim</i>	126
3.3.1. Não prototipicidade.....	127
3.3.2. O marcador discursivo <i>assim</i>	132
3.3.2.1. A não-prototipicidade do MD <i>assim</i>	132
3.3.2.2. A funcionalidade do MD <i>assim</i>	134
3.4. Avaliações e perspectivas.....	143

CAPÍTULO 4

Metodologia e <i>Corpus</i>.....	144
---	------------

CAPÍTULO 5

O perfil funcional do MD <i>assim</i>.....	147
5.1. As funções textual-interativas do MD <i>assim</i>	147

5.1.1. A perspectiva textual-interativa.....	147
5.2. Análise.....	154
5.2.1. Uma proposta.....	154
5.2.1.1. <i>Assim</i> , o escopo e a funcionalidade do item.....	156
5.2.1.2. Considerações importantes.....	194
5.2.2. A subjetividade contextual do MD <i>assim</i>	197
5.2.2.1. As marcas de subjetividade.....	199
5.2.2.2. Contextos “menos subjetivos”.....	208
5.2.2.3. Considerações importantes.....	210
5.2.3. A atenuação lingüística.....	211
5.2.3.1. A atenuação no âmbito dos MDs.....	211
5.2.3.2. A preservação da face.....	213
5.2.3.3. Atenuação e polidez.....	216
5.2.3.4. Tipos e funções dos marcadores de atenuação.....	217
5.2.3.5. O caso de <i>assim</i>	219
5.2.3.6. Considerações importantes.....	228
Considerações finais.....	231
Referências.....	241

Lista de Quadros

Quadro 1: Unidirecionalidade da mudança.....	21
Quadro 2: Processos básicos para a argumentação de Givón.....	30
Quadro 3: Dicotomia: pragmático vs sintático.....	32
Quadro 4a: Parâmetros de GR: eixo paradigmático.....	38
Quadro 4b: Parâmetros de GR: eixo sintagmático (cf. LEHMANN, 1995[1982], p.164).....	38
Quadro 5: Princípios de Hopper.....	43
Quadro 6: Hipóteses e características do processo de GR.....	59
Quadro 7: Mudança lingüística: perspectivas.....	60
Quadro 8: Metáfora da vida diária.....	64
Quadro 9: Categorias metafóricas e classes de palavras.....	66
Quadro 10: Exemplos de mudança semântica.....	66
Quadro 11: Exemplos do princípio da iconicidade.....	70
Quadro 12: Estágios da mudança (HEINE, 1991).....	74
Quadro 13: Adaptação do esquema metonímico-metafórico de Heine <i>et al.</i> (1991).....	84
Quadro 14: Acepções diacrônicas de <i>assim</i>	116
Quadro 15: A trajetória parcial de mudança de <i>assim</i>	125
Quadro 16: O <i>corpus</i> : análise do MD <i>assim</i>	145
Quadro 17: Contextos sintáticos do MD <i>assim</i>	158
Quadro 18: Subfunção 1: MD <i>assim</i> focalizador.....	175
Quadro 19: Subfunção 2: MD <i>assim</i> atenuador.....	183
Quadro 20: Subfunção 3: MD <i>assim</i> intensificador.....	184
Quadro 21: Subfunção 4: MD <i>assim</i> focalizador/atenuador e focalizador/intensificador.....	189
Quadro 22: Subfunção 5: MD <i>assim</i> sinalizador metadiscursivo.....	190
Quadro 23: Subfunção 6: MD <i>assim</i> sinalizador de construção de quadro mental.....	192
Quadro 24: Subfunção 7: MD <i>assim</i> indicador de conteúdo expressivo.....	194
Quadro 25: As subfunções do MD <i>assim</i>	195
Quadro 26: Tipologia verbal.....	205
Quadro 27: Estratégias/modos de interação e uso de marcadores (ROSA, 1992).....	215
Quadro 28: As funções e subfunções do MD <i>assim</i> atenuador.....	230
Quadro 29: Complementação do esquema metonímico-metafórico de Heine <i>et al.</i> (1991).....	234
Quadro 30: Funções de <i>assim</i>	237
Quadro 31: Trajetória de mudança de <i>assim</i>	239

Legenda

GR: gramaticalização
DC: discursivização
MD: marcador discursivo
OA: operador argumentativo
ST: segmento tópico
SN: sintagma nominal
SPrep:sintagma preposicional
SAdv: sintagma adverbial
L1: interlocutor 1
L2: interlocutor 2
FOC: focalizador
C: enunciado coordenado

*a Deus,
por ele, todas as coisas são possíveis.*

*a meus pais,
que me ensinaram a tornar meus sonhos possíveis.*

Agradecimentos

À Sanderléia,
que me ensinou o be-a-bá da pesquisa e que, com certeza, ainda tem muito a me ensinar.

Ao professor Sebastião Carlos,
por toda a ajuda, pelas dicas, pelo incentivo e, principalmente, pela amizade.

Às professoras Clélia e Edair,
pelas sugestões que enriqueceram meu trabalho.

A todos aqueles que participaram da minha formação,
em especial, a minha professora da 4ª série, Cidinha Volpi, pelo conselho...

A minha família,
principalmente, a meus pais que, na simplicidade, me ensinaram a verdadeira importância das
coisas.

A minha nova família,
meu marido, que soube, muitas vezes, entender minha ausência.

À CAPES,
pelo apoio financeiro.

“Não sabendo que era impossível, foi lá e fez.”
(Jean Cocteau)

O propósito desta pesquisa é estudar o uso de *assim*, denominado marcador discursivo e considerado resultado do processo de mudança experimentado pelo item, com o objetivo de descrever seu comportamento sintático, semântico e pragmático à luz dos pressupostos teóricos da gramaticalização e de uma conjugação deles com os da Gramática Textual Interativa, uma vez que se elege o conceito de linguagem como interação social. Entendemos a gramaticalização como parte do estudo lingüístico que focaliza a mudança que se dá a partir de um processo gradual de pragmatização do significado, que envolve estratégias de caráter inferencial, que aumentam a informação pragmática, e estratégias metafóricas, que acarretam a abstratização (TRAUGOTT, 1982, 1989, 1995 e TRAUGOTT; KÖNIG, 1991). Sugere-se uma trajetória unidirecional que parte do proposicional ao textual e à (inter)subjetivização, relativa ao fato de que os falantes, em nome da expressividade, desenvolvem significados novos para lexemas já existentes, codificando suas atitudes a respeito do que é dito ou das atitudes do ouvinte (TRAUGOTT, 1982, 2004), numa perspectiva textual-interativa. Propomos, portanto, uma abordagem que privilegie a discussão empírica, baseada na análise qualitativa do item, e a reflexão acerca do postulado da gramaticalização, enquanto possibilidade de explicação da emergência desse marcador discursivo, de modo a superar problemas que subjazem o tratamento dessa categoria. A base para a análise é o Banco de Dados Iboruna, organizado com amostras de fala do interior de São Paulo e os resultados dela revelam uma trajetória que parte do uso fonte *dêitico*, em direção a usos *fóricos modais*, voltados ao domínio do texto, experimentando momentos de ambigüidades, denominados *dêiticos fóricos*. A partir daí, a trajetória sofre uma bifurcação, via processos de subjetivização, que leva ao uso de *conjunção coordenativa conclusiva*, e de (inter)subjetivização, originando o *marcador discursivo*. Ao alcançar esse uso, representativo do estágio mais expressivo do item, a análise focal do trabalho revelou uma conjugação de funções textuais-interativas, de acordo com um contínuo de gradiência intimamente relacionado com a persistência dos traços do item *fonte* no item *alvo*. Assim, a análise conjugada do marcador discursivo *assim* sob a óptica da gramaticalização e dos pressupostos teórico-analíticos de uma Gramática Textual de natureza interacional depreendeu as suas seguintes subfunções: *sinizador de construção de quadro mental*, *sinizador metadiscursivo*, *focalizador*, *intensificador*, *indicador de conteúdo expressivo* e *atenuador*, organizadas de acordo com um crescente de gramaticalidade e com uma concretização da trajetória unidirecional que parte do proposicional ao textual, em direção ao expressivo, verificando uma gradiência em que predominam as características textuais sobre as interativas em direção à situação inversa no ponto mais à direita da trajetória. Dessa forma, o estudo do desenvolvimento de “*assim*”, focalizado no seu uso mais discursivo, além de elucidar o processo de mudança que explica a multifuncionalidade sincrônica do item, também esclarece suas funções enquanto marcador, tornando possível o entendimento de seus papéis discursivo-pragmáticos nessa categoria e a comprovação de um caso de gramaticalização configurado mediante relações expressivas de “*ganhos*”.

Abstract

The purpose of the present paper is to study the use of *assim*, named as discourse marker and considered the result of a process of change experienced by the particle, with the aim to describe its syntactic, semantic and pragmatic behavior according to the theoretical principles of grammaticalization and to a conjugation of them with the ones from the Interactive Textual Grammar, once the concept of language as social interaction is elected. We understand grammaticalization as part of the linguistic study which focuses the changes that occur beginning from a gradual process of pragmatization of meaning, which involves inferential strategies, that increase the pragmatic information, and metaphoric strategies that cause the abstratization (TRAUGOTT, 1982, 1989, 1995 and TRAUGOTT; KÖNIG, 1991). We suggest a unidirectional path that goes from the propositional to the textual and to the (inter)subjectification, related to the fact that the speakers, because of expressiveness, develop new meanings for already existing lexems, codifying their attitudes towards what is said or the attitudes of the listener (TRAUGOTT, 1982, 2004), on a textual-interactive perspective. We propose, therefore, an approach that reaches, in synchronic level, an empiric discussion, based on the qualitative analysis of the particle, and, in theoretical level, a reflection about the principles of grammaticalization, as a possible explanation for the emergence of this discourse marker, as a way to surpass problems that are implied in the treatment of this category. The basis for the analysis is the Banco de Dados Iboruna (Iboruna Database), organized with conversation samples from São Paulo countryside, and its results bring out the path that comes from the use source *deictic* towards *modal phoric* uses, related to the text domain, experiencing ambiguity, named *phoric deictics*. From this point, the path undergoes a bifurcation, via subjectification processes, which leads to the use of *conclusive coordination conjunction*, and of (inter)subjectification, originating the *discourse marker*. By reaching this form of use, representing the most expressive stage of the particle, the focal analysis of the study brought out a conjugation of textual-interactive functions, according to a continuous of graduation closely related to the persistence of traits in the particle *source* in the particle *target*. Thus, the jointed analysis of the discourse marker *assim* under the grammaticalization principles and the theoretical-analytic models of an Interactional Textual Grammar established the following sub-functions: *mental frame building signalizer*, *metadiscursive signalizer*, *focuser*, *intensifier*, *expressive content indicator* and *attenuating*, organized according to an increase of grammaticality and to a concretization of its unidirectional path which goes from the propositional to the textual, in direction to the expressive, verifying a graduation in which the textual characteristics prevail the interactive ones in direction to the opposite situation on the point on the right of the path. This way, the study of the development of *assim*, focused on its discursive use, besides enlightening the process of change that explains the synchronic multi-functionality of the particle, also clarifies its functions as marker making it possible to understand its discursive-pragmatic roles in this category and to evidence a grammaticalization situation formed under expressive relation of “gains”.

Introdução

O propósito maior desta pesquisa é realizar um estudo que privilegie o uso do elemento *assim* denominado, na literatura lingüística, marcador discursivo (MD). Esse uso aparece exemplificado na ocorrência (a) na qual o item localiza-se dentro de um SN, especificamente entre nome e SPrep:

(a) logo na entrada da minha vó tem uma arvore duas dois vasos **assim** de flor enorme que dentro do apartamento é ruim ficar tendo flor né porque... suja e é:: difícil de limpar [(então)] [DE132]

A motivação para a realização desse estudo está no resultado de uma pesquisa anterior, de Iniciação Científica, vinculada ao projeto intitulado “Gramaticalização de conjunções na história do português”, financiado pela Fapesp (02/12005-2), no âmbito do Programa de Apoio a Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes. Esse projeto maior, que contou com a coordenação da Profa. Dra. Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi, focalizou o processo de formação de conjunções e perífrases conjuncionais, tal como *assim que*, *ainda que*, *logo que*, *já que* e *antes que*. Para a realização da pesquisa, dedicamo-nos à primeira perífrase, enquanto as demais ficaram a encargo de outros alunos. Para alcançar os objetivos previstos para a pesquisa, foi perscrutado o caminho percorrido pelos itens que vieram a compor a perífrase *assim que*, de modo a observar *como* e *quando*: (i) se deu a conjugação de ambos; e, (ii) ocorreram as mudanças semântico-pragmáticas para a sua adequação ao novo campo paradigmático. O levantamento das ocorrências de *assim* revelou uma grande quantidade de usos do item como MD. Esses usos, apesar de extremamente ricos, na perspectiva pragmática, não foram analisados pertinentemente naquele momento, constituindo-se o foco central desta pesquisa, em nível de Mestrado.

Dessa forma, este estudo terá como princípio a descrição do comportamento sintático, semântico e pragmático do item em questão à luz de uma conjugação dos pressupostos teóricos da gramaticalização, definida, genericamente, como um processo lingüístico por meio do qual é atribuído um caráter gramatical a uma palavra previamente autônoma, com os pressupostos teóricos da Gramática Textual Interativa, fundamentada no conceito de linguagem como interação social. A relevância dessa conjugação teórica se justifica pelo fato

de que: (i) freqüentemente os MDs derivam de itens mais lexicais, o que sugere a abordagem que privilegie os mecanismos envolvidos nessa trajetória de mudança; e, (ii) os MDs constituem entidades que desempenham, no âmbito do texto, entendido como o lugar de identificação de pistas indicadoras de um sistema de desempenho verbal (JUBRAN, 2004), funções sistemáticas no estabelecimento de procedimentos de construção textual-interativa que os especificam.

Propomos, portanto, uma abordagem que privilegie: (i) a discussão empírica, baseada na análise comportamental do item, sob o instrumental teórico-analítico constituído a partir da conjugação de uma Gramática textual de orientação interacional com a gramaticalização; e, (ii) a reflexão acerca do postulado da gramaticalização, enquanto possibilidade de explicação da emergência desse MD. De modo geral, toda a pesquisa volta-se para a realização de uma reflexão teórica e para o desenvolvimento da descrição dos usos do MD *assim*, a fim de superar alguns problemas que subjazem a análise dessa categoria: (i) a polivalência semântica; (ii) o seu amplo alcance funcional; e (iii) a dificuldade de definição e de descrição sincrônico-pragmática de usos nesse domínio.

A fim de alcançar esses objetivos, primeiramente, apresentamos uma definição geral de gramaticalização, focalizando seu desenvolvimento histórico no campo dos estudos lingüísticos. Em seguida, aprofundamo-nos nessa definição, focalizando dois grupos de estudos, a saber: aquele que enfatiza as *perdas* que a gramaticalização acarreta e aquele que enfatiza os *ganhos* configurados durante o processo. Nessa direção, são apresentadas as propostas centrais de autores de relevância no campo dos estudos da gramaticalização (GIVÓN, 1979; HEINE e REH, 1984; HEINE *et al.*, 1991; LEHMANN, 1982[1995]; HOPPER, 1987, 1991, 1996; TRAUGOTT, 1982, 1989, 1995, 2003, TRAUGOTT e KÖNIG, 1991; TRAUGOTT e HEINE, 1991; SWEETSER, 1988, 1991 e BYBEE, 2003) procurando promover um diálogo entre as distintas maneiras de vislumbrar o mesmo objeto.

Na seqüência, apresentamos os mecanismos, as motivações e os sintomas salientes do processo de gramaticalização, focalizando a mudança semântica e morfossintática, a redução fonológica e as possíveis relações entre essas mudanças e a redução fonética no âmbito desse processo. Nessa seção, realizamos um diálogo teórico de modo a acrescentar à definição os aspectos que caracterizam esse processo de mudança.

Nessa direção, subseqüentemente, procuramos estabelecer uma adequação, dentro do quadro geral da gramaticalização, das suas diferentes perspectivas e mecanismos com o nosso

objeto de análise, passando à apresentação do modo específico como esse processo será aqui entendido. Para defini-lo, portanto, no âmbito da emergência dos marcadores discursivos, nos aventuramos por uma discussão delimitada pela questão: *gramaticalização* ou *discursivização*?, focalizando ambas as perspectivas no que tange ao desenvolvimento dos marcadores discursivos e estabelecendo relações com a proposta givoniana, de modo a apresentar mais um diálogo com a teoria e assim compor o paradigma teórico específico do trabalho.

A partir desse ponto, passamos à análise da multifuncionalidade de *assim*, partindo de seus usos mais concretos em direção àqueles mais abstratos, por meio de uma descrição pormenorizada que toma como ponto inicial o estudo diacrônico do item, do português arcaico ao contemporâneo, alcançando os diferentes usos sincrônicos da partícula, organizados numa escala de abstração semântica que tem como ponto de chegada o uso do item enquanto MD. Em relação a esse uso, realizamos uma revisão bibliográfica, apresentando os principais resultados de análises prévias do item *assim*, principalmente como marcador, a fim de avaliá-los e, a partir daí, traçar as perspectivas analíticas nesse campo categorial.

Na última seção, apresentamos o perfil funcional do MD *assim*, sob a perspectiva textual-interativa, em três subseções, voltadas: (i) à descrição geral do escopo e da funcionalidade desse marcador no âmbito do segmento tópico; (ii) à apresentação da subjetividade contextual do MD *assim*; e, (iii) à sua correlação com a atenuação lingüística.

Nas considerações finais, realizamos uma revisão dos resultados, estabelecendo uma correlação com os aspectos mais relevantes da gramaticalização nesse caso específico e, partindo dos resultados da pesquisa, propomos uma trajetória que parte do uso *fonte* em direção ao uso *alvo*, como uma possibilidade de atualização teórica que reflete as características do item analisado. Procuramos, dessa forma, vislumbrar o processo que leva à emergência do MD *assim*, identificá-lo na multifuncionalidade do item e nos processos de (inter)subjetivização envolvidos na mudança, de modo a tentar explicar as suas funções enquanto MD.

CAPÍTULO 1

Gramaticalização

A gramaticalização (GR, daqui em diante) é um processo de mudança unidirecional, por meio do qual elementos ou construções lexicais passam a desempenhar funções gramaticais, tendendo, com a continuidade do processo, a assumir novas funções gramaticais e a se tornar mais regulares, já que penetram na estrutura tipicamente restritiva da gramática (MARTELOTTA, 1996), caracterizada por regularidades que se manifestam nas relações de ordenação vocabular, de regência e de concordância (VOTRE *et al.*, 1996). Assim, pode-se dizer que, quando um item lexical assume uma função gramatical ou quando um item já gramatical assume uma função ainda mais gramatical, temos um caso legítimo de GR.

Essa definição geral acarreta a necessidade de contrastar o *significado lexical* ou a *forma lexical* (fonte) com o *significado gramatical* ou *forma gramatical* (alvo). Nessa perspectiva, segundo Meillet (1912), à língua pertencem palavras agrupáveis em três categorias, a saber: (i) as palavras *principais*, capazes de indicar idéias essenciais, reconhecidas nos nomes, verbos, complementos circunstanciais; e, (ii) as palavras *acessórias* e (iii) *gramaticais*, responsáveis por especificar o valor das palavras principais, ou seja, os verbos funcionais, os auxiliares, as preposições, as conjunções, entre outras. Diante dessa concepção de Meillet, já podemos verificar, embora implicitamente, a concepção de GR enquanto uma mudança que não só prevê a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra autônoma, ou principal, como também a atribuição de um caráter mais gramatical a uma palavra já gramatical, ou seja, o trânsito das palavras acessórias ao estatuto das gramaticais.

Ainda nessa perspectiva, mas quase um século mais tarde, Heine *et al.* (1991) falam em *conceitos*: (i) *fontes*, que dizem respeito a elementos expressos por lexemas e que têm a propriedade de ser “auto-semânticos”, ou seja, de possuir significação própria, e de codificar objetos concretos, processos, localizações e dêixis; e, (ii) *gramaticais*, ligados a elementos mais abstratos, codificados por formas não lexicais, como auxiliares, partículas, clíticos, afixos, etc., e que têm a propriedade de ser “sin-semânticos”, ou seja, determinados na estrutura de uso. Essa

distinção empreendida está presa a uma noção relativa, uma vez que um dado conceito só pode ser considerado fonte em relação a outro mais abstrato.

Ainda na mesma perspectiva, segundo Bybee (2003) e Hopper e Traugott (1993), o estudo da própria GR deixou clara a inexistência de uma separação discreta entre os significados lexical e gramatical, colaborando para a concepção de um *continuum* que parte de um em direção ao outro. Ainda assim, nos pontos extremos desse *continuum*, é possível agruparmos uma série de características semântico-formais pertencentes a cada um desses grupos de palavras.

De acordo com Bybee, o significado lexical tende a ser mais específico e concreto, principalmente quando se trata de noções culturais importantes, o que lhe confere estabilidade e restrição em um número maior de contextos. Por sua vez, o gramatical tende a ser mais abstrato e amplo, referindo-se: (i) a domínios abstratos, como modalidade; ou, (ii) a relações gramaticais, como sujeito; ou, (iii) a relações entre classes, como conjunções.

Outra importante distinção entre esses dois tipos de palavras, principalmente em nível semântico e cognitivo, segundo Bybee (2003), está na maneira e na extensão com que os falantes têm acesso, de modo consciente, ao significado das unidades. Ou seja, ao falar, com toda certeza, o falante se reporta diretamente ao significado dos nomes, verbos e adjetivos. Em relação ao gramatical, a acessibilidade é bem menor, uma vez que o usuário da língua se reporta indiretamente a um conjunto de usos e construções gramaticais. Podemos dizer, então, que isso acontece graças à automatização com que há a utilização desses significados na língua. Dessa forma, somente as relações gramaticais menos abstratas, poderíamos dizer, menos automatizadas, são usadas de modo mais consciente.

Hopper e Traugott (1993) também tratam dessa polêmica separação entre *itens lexicais* e *gramaticais*. Para eles, os *itens lexicais* são usados para reportar ou descrever coisas, ações ou qualidades, e os *gramaticais* realizam uma determinada função, servindo para indicar relações entre nomes (preposições), unir partes do discurso (conectivos), indicar, nele, as entidades já mencionadas ou por mencionar, ou seja, que constituem a informação dada ou nova (pronomes e artigos) e etc.

Embora não haja um acordo completo nas definições do que vem a ser o tipo *gramatical* de palavra, esses autores também falam de um *continuum* com várias áreas de foco, a fim de estabelecer uma classificação preliminar dessas formas. Assim, segundo eles, numa primeira área focal, teríamos as palavras gramaticais com independência fono-sintática, como, por exemplo, as

preposições em inglês. Num segundo foco, teríamos as formas derivacionais que acrescentam um significado específico sem afetar a categoria da palavra¹ e, também, as formas que não somente acrescentam um significado como também servem para indicar categorias gramaticais. Em seguida, teríamos, em foco, os clíticos, enquanto formas que não são afixos, mas que, ainda assim, são forçadas a ocorrer junto a uma outra palavra autônoma. Por fim, num último foco, estariam as flexões que, na verdade, têm a função de codificar categorias e propriedades das palavras, tais como gênero, caso, número, tempo, aspecto e relações sintáticas, além de estabelecer concordância.

Segundo Traugott e Hopper (1993), quando uma forma lexical ganha características gramaticais, pode-se dizer que ela se gramaticalizou. No entanto, essa forma não muda abruptamente de uma categoria para outra, mas, pelo contrário, passa por mudanças graduais que se transpassam. A necessidade de abranger esse aspecto da mudança justifica a utilização do termo *cline*, capaz de englobar implicações históricas e sincrônicas.

Historicamente, um *cline* é a trajetória natural de evolução das formas. Sincronicamente, é um arranjo dessas formas ao longo de uma linha imaginária em direção a um fim oposto, sinalizando um aumento de gramaticalidade, sem pressupor o estabelecimento de relações de derivação, ou seja, um item lexical, por exemplo, passa a uma forma compacta, reduzida e gramatical. Apesar das discordâncias entre os lingüistas sobre esse assunto, muitos deles acreditam que o *cline* da GR deve ser do seguinte tipo:

item lexical > item gramatical > clítico > afixo flexional

Cada item, localizado à direita, é mais gramatical que o seu par à esquerda. No entanto, esses autores enfatizam a grande dificuldade em se estabelecer limites claros entre as categorias representadas no *cline* e que, por isso, ele não pode ser entendido como um *continuum* com pontos rígidos, ou como uma seqüência simples, já que a ocorrência de sobreposições entre as formas e/ou funções antigas e as novas devem ser esperadas (Hopper e Traugott, 1993). Exatamente por esse motivo, esses autores usam o termo *layering*, explicitando a estratificação

¹ Como sabemos, as formas derivacionais podem ou não afetar a categoria da palavra. Em português, por exemplo, os prefixos e sufixos se comportam de modo diferente em relação a essa questão, enquanto os primeiros não atuam na mudança categorial, os segundos mantêm essa possibilidade.

em camadas que acompanha a mudança². Além disso, esse modelo mais geral de *cline* pode ser especificado de acordo com o processo focalizado.

Diante das distinções que caracterizam os pólos opostos de um *cline* e da concepção de GR como a passagem de um item lexical a gramatical, Castilho (1997, p. 58) critica o que, segundo ele, ficaria pressuposto: (i) uma separação clara entre *itens lexicais*, enquanto palavras integrantes do Léxico de uma língua X, nas quais podemos verificar o predomínio das idiossincrasias, e *itens gramaticais*, como morfemas ou palavras funcionais, integrantes da Gramática dessa língua, nas quais podemos verificar o predomínio de regularidades; e (ii) uma concepção idealizada de linguagem, na qual as mudanças se dão ordenadamente. Segundo Castilho, “mesmo fora do enunciado [...], as palavras já dispõem de propriedades gramaticais (fonológicas, morfológicas e sintáticas), semânticas (referencialidade, dêixis) e discursivas (topicalidade, coesividade)”, que só aguardam por ativações para se tornarem funcionais na língua e por desativações para abandonarem uma funcionalidade X e se tornarem aptas a uma nova ativação, de uma funcionalidade, agora, Y.

Podemos entender que essa crítica se baseia, entre outras coisas, no entendimento da noção de *cline*, que reflete uma concepção de língua. De acordo com o que é postulado pelos autores expostos acima (TRAUGOTT e HOPPER, 1993; BYBEE, 2003), o *cline* pressupõe, única e exclusivamente, a noção de categorias não discretas, que refletem a gradualidade sincrônica e diacrônica da mudança experimentada via GR, eliminando, portanto, qualquer espécie de separação clara entre os itens/construções lexicais e gramaticais, suas categorias e funções. Não devemos esquecer também que o *cline* representa um modelo descritivo que focaliza o *processo* de mudança baseado nos seus *produtos*, uma vez que eles correspondem ao que temos efetivamente de concreto, o que se diferencia da explicação de Castilho, que se baseia apenas em processos (de ativação e desativação). Dessa forma, não podemos deixar de reconhecer a necessidade de muitas outras pesquisas, com o intuito de esclarecer os processos sugeridos pelo autor, para que possamos utilizá-los, de modo coerente, em concordância com os demais aspectos e mecanismos da mudança via GR.

Esse processo de mudança, que pode ser encontrado em todas as línguas e, conseqüentemente, ser considerado universal, apresenta como sintomas mais claros a mudança de

² Com o mesmo intuito de enfatizar a não linearidade característica das relações em um *cline*, Heine *et al.* (1991) usam o termo *chaining*.

categoria (recategorização) e a mudança semântica (HEINE *et al.*, 1991). A unidirecionalidade da evolução de uma forma é também uma forte tendência e tem sido considerada o princípio central da mudança. Segundo Hopper e Traugott (1993), a relação existente entre dois estágios A e B, em que A é anterior a B, não sendo possível o inverso, corresponde ao que se entende por unidirecionalidade.

A mudança unidirecional pode ser, portanto, observada nos níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático da linguagem, pressupondo, em cada um deles, processos e mecanismos³ específicos. O quadro 1 ilustra as diferentes trajetórias experimentadas nos diferentes níveis, todas elas entendidas como *tendências* e não como *caminhos obrigatórios*.

Nível	Mudança Unidirecional
Fonológico	Mais material fonológico > Menos material fonológico
Morfológico	Lexical > Gramatical > Mais gramatical (Forma livre > Forma presa)
Sintático	Menor coesão > Maior coesão
Semântico	Concreto > Abstrato
Pragmático ⁴	Estruturas pragmáticas > Estruturas sintáticas (GIVÓN, 1979) Menos pragmático > Mais pragmático (TRAUGOTT, 1982, 1995, 2003)

Quadro 1: Unidirecionalidade da mudança

Embora considerada princípio central da mudança via GR, a unidirecionalidade tem recebido fortes críticas principalmente por dois motivos:

(i) por estar inscrita na própria definição de GR, que pressupõe, em uma única direção, o aumento de gramaticalidade, apesar de ser considerada também uma hipótese empírica, tal como observamos nas definições abaixo, que a colocam primeiramente como um argumento usado para a definição do processo de mudança, e, em seguida, como uma hipótese que espera por confirmação⁵:

³ Os processos e mecanismos envolvidos nessas trajetórias de GR serão tratados posteriormente.

⁴ O nível “pragmático” apresenta duas tendências de mudança, aparentemente contraditórias, que serão discutidas no capítulo 3 “Gramaticalização ou discursivização”.

⁵ Os trechos a seguir são tradução nossa.

“GR é uma mudança gradual e unidirecional que torna um item lexical em item gramatical e estruturas frouxas em estruturas mais justas [...]

“GR é unidirecional em que elementos e estruturas sempre tornam-se mais gramaticalizados, enquanto o reverso (desenvolvimento de estruturas ou elementos menos gramaticais) é praticamente intestável.”

“Uma definição mais geral de GR poderia, por isso, não restringir essa noção à mudança de uma categoria lexical para uma categoria funcional, mas poderia dizer que a GR transforma uma expressão lingüística mais distante em direção a um pólo funcional em um *continuum* que parte do lexical > funcional.” (HASPELMATH, 1999, p.78, 52, 1045 *apud* CAMPBELL & JANDA, 2001)⁶

“A hipótese da unidirecionalidade advoga que a gramaticalização como um todo envolve mudanças em contextos lingüísticos específicos de item lexical a gramatical, ou de menos a mais gramatical, e que os *clines* de gramaticalização são irreversíveis. A mudança procede do mais alto para o mais baixo, nunca do mais baixo para o mais alto. Apesar da extensiva evidência da unidirecionalidade, ela não pode ser considerada como princípio absoluto. Alguns contra-exemplos existem.” (HOPPER E TRAUGOTT, 1993, p. 126)

(ii) por se aplicar aos mecanismos que facultam a GR, enquanto um requisito necessário, por exemplo na mudança sintática e na generalização de significados. Sintaticamente, implica uma mudança de categoria que, segundo Hopper e Traugott (1993), segue uma tendência bastante particular (categorias maiores > categorias intermediárias > categorias menores) mediada por estágios de sobreposição, uma vez que não se tratam de categorias discretas. Semanticamente, a

⁶ A definição de Martin Haspelmath (1999) ilustra uma forte reminiscência de definições anteriores, como a de Hopper e Traugott (1993), por exemplo: “Definimos gramaticalização como o processo por meio do qual itens e construções lexicais vêm, em certos contextos, servir a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”.

unidirecionalidade da mudança via GR implica abstração e generalização de significados (concreto > abstrato).

Newmeyer (2001), a partir dessas constatações, afirma que a unidirecionalidade não pode definir um processo distinto, tal como pressupõe que a GR seja, se é também uma propriedade de outros processos naturais em geral⁷, e até mesmo contesta a sua veracidade, apresentando exemplos que, segundo Lehmann (1982), não são sustentáveis e, segundo Heine *et al.* (1991), são estatisticamente insignificantes.

Esses contra-exemplos, reconhecidamente pouco explorados por Newmeyer, correspondem a casos de: (i) *lexicalização de afixos* que se juntam na formação de novas palavras não gramaticais, embora ainda não constitua casos que representem evidência suficiente; (ii) *mudança de afixo flexional para afixo derivacional* como, por exemplo, a passagem do sufixo de participio presente do latim *-nt* a sufixo derivacional de nome no Português *-nte*; (iii) *mudança de afixo flexional para clítico* como os exemplos encontrados no Norueguês e também no Inglês, em que um afixo de caso genitivo passa a funcionar como um clítico marcador de SNs, como na ocorrência do inglês “*Mary’s house*”; (iv) *mudança de afixo flexional para palavra*, tal como a que se observa na passagem de sufixo marcador de pessoa/número a um pronome que atua livremente, no Irlandês, e *de afixo derivacional para palavra*, caso exemplificado pelo uso do sufixo *-ismo*, significativo de doutrina, corrente teórica, que passa a ser usado como palavra independente; (v) e ainda *mudança de algumas categorias funcionais para categorias lexicais*, como de pronome a nome, caso exemplificado pela função de pronome indefinido *man*, no inglês antigo, que passa a uso lexical.

Além dessas críticas, alguns teóricos usam a reconhecida possibilidade de ocorrência de múltiplas trajetórias unidirecionais, o que caracterizaria a *poligramaticalização*, como mais um argumento contra a unidirecionalidade. Vale ressaltar, no entanto, que devemos sempre ter claro que os pressupostos dessa tendência unidirecional, verificada na mudança via GR, sustentam a ocorrência de determinados processos que participam da unidirecionalidade, tais como a *especialização*, representativa do estreitamento de escolha, a *divergência*, relacionada à existência de mais de uma forma para codificar a mesma função, e a *renovação*, no que tange ao desaparecimento dessas múltiplas formas voltadas ao desempenho de uma só função, a partir de

⁷ Como exemplo, cita-se (1) o processo de erosão, não há reverso na criação de montanhas; (2) mistura de determinados componentes, como água e sal, também não apresenta reverso; (3) evolução biológica não apresenta recriação de formas consideradas ancestrais.

critérios relacionados à frequência de uso. Todos esses processos levam aos resultados sincrônicos da GR, que apontam para a *estratificação*, característica dos deslizamentos funcionais e da multifuncionalidade de formas, que pode ser verificada sempre que uma mesma forma desempenha, na língua em uso, mais de uma função. Nessa perspectiva, a divergência de funções que uma única forma pode apresentar, seguindo a investigação de seu percurso de mudança, pode unicamente ilustrar a atuação dos resultados desses processos previstos na GR, e não condizem, em qualquer hipótese, com o inverso da unidirecionalidade. Embora haja apenas uma direção prevista para a mudança, aceitamos como verdadeira a possibilidade de ocorrência, a depender do fenômeno observado, de mais de uma trajetória⁸.

Sendo assim, as críticas à unidirecionalidade dependem de uma fundamentação baseada em estudos pautados pela observação de fenômenos lingüísticos, em diferentes línguas, que realmente mostrem o processo inverso, ou seja, a alta funcionalidade de itens que experimentem a contra-mão dessa direção, seguindo os mesmos requisitos de frequência e produtividade pressupostos na teoria, o que não corresponde aos exemplos listados por Newmeyer, já que eles representam casos esporádicos, não comparáveis aos verdadeiros casos de GR.

Feitas essas considerações, também é importante depreender perspectivas diferentes de estudo da GR. A busca pelas relações entre os padrões estáveis e fluidos do uso lingüístico, em um recorte temporal específico, leva à perspectiva *sincrônica*, em que a GR é concebível como um fenômeno sintático-discursivo-pragmático. Por sua vez, a busca dos mesmos padrões em dois ou mais pontos no tempo, possibilita a depreensão de mudanças que se dão entre os estágios sucessivos de uma mesma língua e caracteriza a perspectiva *diacrônica*, em que a GR investiga as fontes das formas gramaticalizadas, assim como os caminhos percorridos por elas, passando a ser concebida, portanto, como um tipo especial de mudança.

Bybee *et al.*(1994) apresentam fortes argumentos para o empreendimento da abordagem diacrônica nos estudos da GR: (i) aumento do poder explicativo da teoria; (ii) revelação mais clara de fatores cognitivos e comunicativos que subjazem ao significado gramatical, à medida que as mudanças lingüísticas são explicitadas; (iii) a consciência de que um recorte sincrônico estreito não permite entender e tampouco explicar o alcance de significados do item em questão,

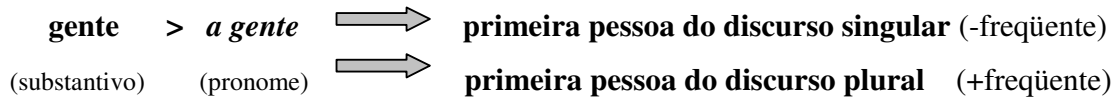
⁸ Como exemplo da possibilidade de múltiplas trajetórias que não condizem com a descaracterização da unidirecionalidade, Hopper e Traugott (1993) trazem o caso do item “bang” do Rama, responsável por uma divergência de funções, a saber: (i) morfema temporal; (ii) adposição de finalidade em nomes, e; (iii) conjunção de finalidade.

uma vez que a língua não permite uma organização estática do significado; e a razão mais importante: (iv) as generalizações são mais efetivas quando formuladas sobre caminhos de desenvolvimento do que quando formuladas sobre estados sincrônicos particulares.

Hopper e Traugott (1993) enfatizam a perspectiva diacrônica em uma combinação com a perspectiva sincrônica. Essa combinação, denominada análise *pancrônica*, permite que, na sincronia, seja arranjado um *continuum* de gramaticalidade, capaz de refletir a multifuncionalidade do item/construção em estudo, mas não etapas da sua mudança. Dessa forma, a constatação de como a mudança ocorreu, na língua, depende da análise histórica, e, portanto, diacrônica, desse arranjo sincrônico. Assim, o estudo sincrônico evidencia a mudança, uma vez que são distinguidas acepções mais ou menos gramaticais de um item/construção, mas não é suficiente para comprovar as relações de derivação, o que justifica a ênfase dada à perspectiva diacrônica nos trabalhos relacionados à GR.

O aumento de frequência de uso de uma forma ou construção em GR, no transcorrer de seu caminho evolutivo, constitui um indício importante da ocorrência do processo. Itens gramaticais apresentam frequência textual alta, enquanto itens lexicais apresentam frequência baixa. O crescimento da frequência de uso de um item surge como uma consequência do aumento no número de contextos em que ele é empregado. Segundo Bybee (2003), a repetição frequente de uma forma desempenha um papel importante em mudanças que ocorrem durante o processo, como: (i) o enfraquecimento semântico pela habitualidade, que permite o uso da forma em novos contextos, com novas associações pragmáticas, colaborando para a ocorrência de mudanças semânticas; (ii) reduções e fusões de construções gramaticalizadas, que constituem mudanças fonológicas; (iii) e a perda de autonomia do item/construção, tornando-o mais enraizado na língua.

Assim, do ponto de vista da GR, as palavras gramaticais originam-se nas lexicais, ou seja, quando uma palavra de conteúdo assume características de uma palavra funcional, pode ser considerada exemplo do fenômeno. De acordo com essa concepção, apresentamos, como caso de GR, a formação do pronome *a gente* (OMENA e BRAGA, 1996). A forma *gente*, derivada do substantivo feminino latino *gens, gentis*, nomeia, de forma coletiva e indeterminada, um agrupamento humano, identificado por objetivos, idéias, qualidades, nacionalidade ou posição. Recentemente, observa-se a seguinte mudança:



Uma alteração semântica do item permitiu a incorporação da referência à primeira pessoa do discurso (singular/plural). Cristalizado com o artigo definido, o item passa, então, a constituir uma expressão que admite emprego tanto como o pronome *eu*, quanto como *nós*, sendo também recorrente quando há indeterminação das pessoas do discurso.

1.1. Histórico da GR

Com base no segundo capítulo de Hopper e Traugott (1993)⁹, podemos traçar um breve panorama histórico dos estudos da GR, partindo talvez da mais sofisticada das primeiras especulações acerca das origens da gramática; aquela desenvolvida pelo filósofo e humanista Humboldt, em *Sobre a gênese das formas gramaticais e sua influência na evolução das idéias* (1822), onde o autor sugere a existência de um estágio evolucionário da linguagem, anterior ao surgimento da estrutura gramatical das línguas humanas, em que somente idéias concretas podiam ser expressas. Dessa forma, a evolução gramatical se dava em estágios distintos e caracterizados por maneiras também distintas de colocação das idéias concretas (Humboldt, 1825 *apud* HOPPER & TRAUGOTT, 1993)¹⁰.

No final do século XIX, também Gabelentz (1891), neogramático que estudou línguas Indo-européias, deu uma explicação sobre a origem e evolução das formas gramaticais, colaborando para a expansão do conhecimento na área a partir da articulação de percepções básicas e fundamentais para os posteriores estudos em GR. O autor sugere que: (i) a GR resulta de duas tendências concorrentes, uma direcionada à facilidade de articulação e outra à

⁹ Para uma história mais completa da GR, consultar Lehmann (1982) e Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991).

¹⁰ O autor definiu quatro estágios de evolução: Estágio I: eram denotados somente objetos concretos cuja relação necessitava da inferência do ouvinte. Esse estágio corresponde ao que Givón (1979) chama de *estágio pragmático*; Estágio II: ocorre a fixação da ordem das palavras, graças à habitualidade da apresentação dos objetos; algumas palavras começam a oscilar entre significados concretos e formais (estruturais ou gramaticais) e outras se especializam em um funcionamento mais relacional no enunciado. Esse estágio foi chamado de *sintático*; Estágio III: há a possibilidade de palavras gramaticais se afixarem a palavras materiais, dando origem à díade “palavras materiais” em contraposição às palavras relacionais em pares aglutinados. Estágio chamado de *cliticização*; Estágio IV: pares aglutinados acabam se fundindo em um todo complexo; um radical e um afixo flexional, carregando os

diferenciação entre as palavras, isso porque a pronúncia relaxada pode tornar, com o tempo, as distinções obscurecidas, possibilitando que novas formas assumam a função de outras mais antigas¹¹, e; (ii) a GR constitui um processo cíclico, e não linear, uma vez que é recorrente e condicionada pela própria língua¹².

Apesar de o germe da GR estar nesses autores¹³, Meillet, em seu *L'évolution des formes grammaticales* (1965 [1912]), artigo clássico nos estudos da GR, é considerado o primeiro a reconhecer a relevância da GR, como campo teórico da mudança lingüística, e a usar a palavra “gramaticalização”, no primeiro trabalho exclusivamente dedicado ao fenômeno. No entanto, é inegável a influência dos seus antecessores no uso que esse autor faz desse termo e na maneira como concebe o desenvolvimento de morfemas gramaticais. A grande distinção e contribuição de seu trabalho está no foco eleito para o estudo, já que, diferentemente dos neogramáticos, que se preocupavam com as origens das formas gramaticais, Meillet procurou mostrar as transformações experimentadas por essas formas até o alcance do patamar gramatical, o que contribuiu para a legitimação, na lingüística, dos estudos da criação de formas gramaticais.

Nesse artigo clássico, o autor sugere que, como consequência de uma motivação específica, a GR seria a passagem de um item autônomo¹⁴ ao papel de um elemento gramatical, de acordo com um curso previsível, graças à unidirecionalidade, ou seja, palavras principais ou lexicais servem de fonte para a criação de palavras acessórias ou gramaticais, e não vice-versa, sendo que essa classificação das palavras em principais ou lexicais e em acessórias ou gramaticais não é discreta, o que significa que uma mesma palavra pode assumir um caráter lexical em um determinado contexto e, por outro lado, um caráter gramatical em outro, conferindo às categorias limites fluidos e acompanhados de duas alterações essenciais: redução

significados materiais e gramaticais. Outras palavras relacionais ainda podem permanecer livres como simples indicadores de relações gramaticais. Esse estágio ficou conhecido como *morfológico*.

¹¹ Essa mesma idéia foi desenvolvida por Meillet, décadas mais tarde, sob a denominação de *renovação*.

¹² A noção postulada por esse precursor da GR traça um modelo em espiral de trajetória para o processo que não equivale a qualquer espécie de trajetória não-unidirecional, já que não pressupõe que um item gramatical volte a se tornar lexical, experimentando o caminho inverso.

¹³ A noção de GR foi reconhecida, já no século X, fora do conhecimento ocidental, quando escritores chineses estabeleceram uma distinção entre os símbolos lingüísticos “plenos”, que possuem significação própria, e os “vazios”, que, por sua vez, não possuem essa autonomia semântica e que derivam dos primeiros. No ocidente, já no século XVIII, Condillac e Rousseau defenderam a idéia de que a complexidade gramatical, assim como o vocabulário mais abstrato, são historicamente derivados de lexemas mais concretos (HOPPER e TRAUGOTT, 1993).

¹⁴ De acordo com a apresentação anterior, Meillet entendia que “palavras autônomas” são aquelas que indicam idéias essenciais, ou seja, nomes, adjetivos, verbos circunstanciais; e que “palavras gramaticais” são aquelas responsáveis

fonológica e enfraquecimento semântico. Por essa razão, para Meillet, a GR consiste em um processo de mudança que pode afetar, concomitantemente, os componentes fonológico, morfológico e semântico da língua.

Nessa perspectiva, temas importantes levantados por Meillet em relação ao processo de GR, tal como a própria questão da *causa* do processo, ainda continuam em discussão. Segundo o autor, o fator que motiva o início do processo de GR é essencialmente uma perda de expressividade experimentada por itens/construções usados com muita frequência. As funções “desbotadas” e automatizadas podem ser “rejuvenescidas” por meio da criação, a partir do material já disponível na língua, de novas colocações que passam a ocupar, mais ou menos, o mesmo papel das anteriores. Acompanhando a perda de expressividade, incapaz de explicar tudo o que está relacionado ao processo, o autor sugere ainda um enfraquecimento da forma fonológica e também do significado concreto.

Meio século depois, Henry Hoenigswald (1963/1966, p.44) descreveu GR nos moldes anteriores de Meillet, como o esvaziamento de morfemas de significado lexical e a transformação deles em elementos funcionais. Quase no mesmo período, a definição de Kurylowicz (1965/1975, p. 52), segundo a qual a GR consiste no aumento do alcance de um morfema que parte de um item lexical para um gramatical ou de um menos gramatical para um mais gramatical, corresponde a uma das mais citadas atualmente.

Outro ponto histórico importante, em relação à GR, é o fato de que, após a publicação do trabalho de Meillet, a lingüística foi dominada pelo estruturalismo de Saussure, que enfatizava a descrição lingüística de natureza sincrônica e a arbitrariedade da relação entre forma e significado do signo lingüístico. As propostas e hipóteses excluíaam fatores históricos, e entre eles a GR. Dessa forma, o período que sucedeu à publicação do trabalho de Meillet marcou, durante as duas primeiras décadas do século XX, um relativo esquecimento do termo GR e, conseqüentemente, um enfraquecimento das pesquisas e avanços relacionados à área¹⁵.

Só na década de setenta, é que se renovou o interesse por esse campo de estudo, graças à crescente insatisfação com os resultados obtidos a partir do modelo formalista de descrição

pele estabelecimento das relações gramaticais da língua em questão, sendo realizadas por preposições, conjunções e auxiliares.

¹⁵ Segundo Hopper e Traugott (1993), durante esse período, os trabalhos de Kurylowicz (1965), de Watkins (1965) e de Benveniste (1968) foram os mais significativos sobre o assunto. Usando a palavra *auxiliação*, para nomear um processo específico de GR, Benveniste repetiu muito do que Meillet já havia dito em 1912, o que pode ilustrar a dimensão significativa desses estudos, no âmbito do desenvolvimento da GR.

gramatical, um tanto quanto estático, e, também, ao crescimento do interesse pela pragmática e pelos universais da linguagem, o que propiciou a redescoberta da interface entre o uso e a estrutura. Assim, o grande interesse pela pragmática e pela tipologia lingüística foi retomado a partir de uma linha investigativa que remonta a Humboldt.

Nesse momento, os estudos da GR experimentaram um importante avanço¹⁶, sobretudo com o trabalho de Givón (1979), principalmente por caracterizar uma ênfase na apreensão dos *clines* como visualizações potenciais de mudanças experimentadas entre os pólos pragmático e sintático. Mais tarde, esse avanço pôde ser representado também pelos trabalhos dos alemães Heine & Reh (1984) e Lehmann (1982).

Retomaremos, nas seções subseqüentes, os trabalhos considerados relevantes para os estudos da GR, de maneira sintetizada, mas suficiente para apreendermos de cada um deles as principais colaborações e os aspectos relevantes para o estudo aqui proposto. Nessa direção, apresentaremos, num primeiro grupo, a exposição do trabalho de Givón (1979), seguida da dos trabalhos influentes do grupo alemão (HEINE & REH, 1984; HEINE *et al.*, 1991, LEHMANN, 1995[1982]) e de Hopper (1987, 1991, 1996). Num segundo grupo, a exposição teórica sintetizará os trabalhos de Traugott (1982, 1989), Traugott e König (1991), de Sweetser (1988, 1991), Bybee *et al.*(1994) e Bybee (2003).

1.1.1. As relações de “perdas” na GR: o primeiro grupo

1.1.1.1. A proposta givoniana

É importante, antes de qualquer coisa, expor os objetivos que nortearam a pesquisa de Givón (1979), para, só à sua luz, estabelecermos relações com a GR e, assim, aferirmos qual a sua real colaboração para esse campo de estudos. Diante disso, o que direciona toda a investigação givoniana¹⁷ é, pontualmente, o intuito de ilustrar que: (a) existem muitos fatores que

¹⁶ O trabalho de Li &Thompson (1976), sobre construções verbais do Chinês e de outras línguas, pode ser considerado bastante influente por renovar o interesse pela questão relacionada ao surgimento das categorias. Nesse trabalho, os autores mostraram que verbos permitiam ser reanalisados como preposições e marcadores de caso. Em relação à ordem das palavras, reafirmaram as pressuposições de Meillet, relacionadas ao desenvolvimento sintático via processos analógicos e de GR, uma vez que revelaram a relação diacrônica entre as categorias de tópico e de sujeito, como uma questão de graus de GR, em que os sujeitos podem ser considerados o resultado da GR de tópicos.

¹⁷ Proposta, mais especificamente, no capítulo intitulado “Syntacticization. From discourse to syntax: grammar as a processing strategy”

suportam a existência de um nível estrutural, denominado *sintaxe*, e (b) para explicar coerentemente as propriedades formais desse nível, faz-se necessária a referência ao que ele chama de “parâmetros explanatórios substanciais da linguagem” (p. 208).

Essa constatação, segundo Givón, ao invés de levar a uma conclusão que aponta um nível de organização estrutural independente, formal e autônomo na linguagem, leva, diferentemente, a hipóteses que consideram a sintaxe como um componente dependente, funcionalmente motivado, capaz de ter refletidas, em suas propriedades formais, ainda que não completamente, as propriedades que motivam sua origem.

Essas observações permitem-nos afirmar que o princípio norteador dessa pesquisa de Givón é a análise do processo de “sintaticização”, usando a terminologia adotada por ele, como um meio de comprovar empiricamente a existência de uma sintaxe dependente, formal e funcionalmente motivada na linguagem, enquanto um argumento claramente oposto à visão formalista chomskiana, que prega o inatismo e a independência sintática. Assim, a argumentação do autor baseia-se em quatro pesquisas, em diferentes âmbitos, que apontam trajetórias facilmente identificáveis como processos. Vejamo-las, no quadro 2¹⁸:

DIACRÔNICO	Parataxe “frouxa”	Sintaxe “justa”
ONTOGÊNICO	Modo pragmático	Modo sintático
PIDGINS-CRIOULO	Não-gramática	Gramática
NÍVEL DE REGISTRO	Fala informal, não planejada	Fala formal, planejada

Quadro 2: Processos básicos para a argumentação de Givón

A descrição, feita pelo autor, de cada um desses processos, mostra que todos eles representam estruturas discursivas frouxas, paratáticas, “pragmáticas¹⁹” que, com o passar do tempo, tornam-se estruturas sintáticas “justas” e “gramaticalizadas”, mediante uma relação entre ganhos e perdas comunicativas envolvida no processo.

Considerando as observações, o autor aponta que o fato de a linguagem condensar estruturas discursivas em estruturas sintáticas poderia fazer supor que, com o tempo, a linguagem humana tenderia, exclusivamente, a se tornar cada vez mais sintaticizada, ou gramaticalizada, o

¹⁸ A explicação dos processos esquematizados nesse quadro encontra-se também esquematizada no quadro 3, apresentado na seqüência.

que, na verdade, tende a seguir exatamente o caminho oposto, ou seja, a estrutura sintática tende a se desgastar, por meio de princípios não necessariamente idênticos aos que motivam sua emergência. Apesar disso, Givón detalha ambos os processos, de GANHO de sintaxe e de PERDA dela, por meio de um *cline*, que só parcialmente pode ser caracterizado como:

DISCURSO > SINTAXE > MORFOLOGIA > MORFOFONÊMICA > ZERO

Diante dessas pressuposições, podemos sugerir que, na verdade, o tão conhecido *cline* de Givón engloba dois aspectos diferentes da mudança via GR; um deles diz respeito aos processos da mudança que levam à criação da gramática da língua e um outro aos processos que acarretam o seu desgaste. É importante destacar, também, que são aos dois primeiros passos desse *cline*, freqüentemente acoplados (uma vez que ocorrem simultaneamente), que representam o foco da discussão givoniana.

Outro dado importante, destacado pelo autor, relaciona-se à questão da motivação. Segundo ele, os dois primeiros passos do processo são motivados por várias necessidades comunicativas, no entanto, podemos estender essa motivação também aos demais passos. A sintaxe da língua tende a se desgastar graças ao uso freqüente, o qual reflete, obviamente, as necessidades que os falantes têm de se expressar usando estruturas gramaticais, de maneira não totalmente consciente, ou seja, automatizada. Além disso, o princípio da economia, atrelado, principalmente, àquelas palavras que são mais freqüentemente usadas, tende a apontar para a sua redução fono-morfológica. Dessa forma, depreendemos, como resultado dessas necessidades, diretamente associadas com os demais passos do *cline*, a necessidade de ser expressivo, que motiva novamente o reinício do processo.

Diante da constatação do objetivo central da pesquisa de Givón, podemos perceber que a sua colaboração com os estudos da GR foi muito importante, não só por tê-los retomado expressivamente, mas também por representar o desenvolvimento da tese de que o discurso atua como um grande centro de necessidades que desencadeiam constantes mudanças capazes de produzir e recriar estruturas gramaticais nas línguas universais. Dessa forma, o slogan “a

¹⁹ Vale observar que o autor usa o termo “pragmáticas” como uma espécie de sinônimo de “estruturas discursivas frouxas” e “paratáticas”.

morfologia de hoje é a sintaxe de ontem”²⁰, que se tornou o grande “lema” da lingüística funcionalista que já nascia tendo que enfrentar a prevalência do formalismo, representa, muito sintetizadamente, toda a discussão givoniana, que acrescenta, como já foi dito, às anteriores, o modo pragmático, entendido como o pólo comunicativo extremo ao já conhecido modo sintático. Assim, a passagem, concebida também mediante a perspectiva da unidirecionalidade, de um modo ao outro, caracteriza o processo que o autor denomina de sintaticização²¹. Por meio dessa dicotomia, podem ser explicadas algumas dicotomias observáveis na linguagem. Vejamos, no quadro 3, uma atualização do quadro anterior, sob a perspectiva dos dois modos opostos da linguagem:

Modo pragmático (relações mais livres)	Modo sintático (relações de ligação)
<i>Pidgin</i>	Crioulo
Linguagem infantil	Linguagem adulta
Linguagem informal, não planejada	Linguagem formal, planejada
Fala	Escrita
Parataxe	Hipotaxe

Quadro 3- Dicotomia: pragmático vs sintático

Para o autor, as línguas *pidgins* representam perfeitamente exemplos do modo de comunicação pragmático, enquanto que as línguas crioulas exemplificam o modo sintático. Assim, a criação de uma língua crioula a partir de um *pidgin* representaria também um caso de sintaticização ou GR. Essa mesma relação de derivação também pode ser aplicada às diferenças existentes entre a fala da criança e a do adulto, no âmbito de uma perspectiva ontogênica, uma vez que a primeira, enquanto exemplo do modo pragmático, caracteriza-se pelo predomínio de tópicos e não de sujeitos, pela ordem pragmática das palavras, ou seja, aquilo que constitui informação dada sempre vem seguido do que constitui a informação nova, e pelos períodos

²⁰ Analogamente ao slogan de Givón, Heine *et al.* (1991) oferecem seu próprio slogan “a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem”, trazendo a pragmática para um lugar central na figura da GR. Ainda em relação ao slogan givoniano, Heine *et al.* (1991, p. 263) apontam a possibilidade de sua inspiração estar em Hodge (1970), que declara “uma morfologia humana é anterior a uma sintaxe humana” (CAMPBELL & JANDA, 2001).

²¹ Castilho afirma, insistentemente, que “qualquer item lexical contextualizado nos usos da língua preserva, ao mesmo tempo, suas propriedades sintáticas, discursivas e semânticas, sem que precisemos estabelecer correlações de precedência genética entre eles”. Percebemos que não há, para o autor, qualquer utilidade em estabelecer quaisquer relações de derivação entre os modos discursivo e sintático (CASTILHO, 1997, p. 58).

curtos, construídos por meio de coordenação. A segunda, por sua vez, enquanto exemplo do modo sintático, apresenta características opostas em relação àquela. Da mesma forma, o autor elenca uma série de características capazes de enquadrar, nos mesmos parâmetros, os tipos de registros. No entanto, é importante ter claro, diante dessas proposições de Givón, que elas não se relacionam aos “primitivos de linguagem”, ou seja, com a concepção de modos mais e menos elaborados da língua, já que essa constitui uma possibilidade de entendimento da oposição criada entre esses pares dicotômicos que, na verdade, encontra-se bastante ultrapassada, na lingüística contemporânea, uma vez que reconhecemos as especificidades de cada um desses modos. O entendimento em termos de primitivos só seria possível em relação ao par *pidgins vs crioulo*.

Ao introduzir, na discussão sobre GR, um determinado conceito de pragmática discursiva, a perspectiva funcionalista de Givón não só representou um avanço, em relação às colocações dos gramaticalizadores ainda restritas aos parâmetros- léxico/gramática- de Meillet, mas também um campo propício ao ataque das críticas, que se relacionavam, segundo Longhin-Thomazi (2003): (i) à misteriosa passagem do modo pragmático ao modo sintático e (ii) à própria noção de pragmática, mais assemelhável a uma espécie de macrosintaxe, graças a sua descrição por meio das categorias gramaticais.

Não podemos esquecer de que o objetivo central de Givón era mostrar de que modo a estrutura sintática das línguas sustentava sua dependência e falta de autonomia e o porquê dessa sustentação. Foi para comprovar essas raízes sintáticas que o autor lançou mão de um conceito de pragmática discursiva assemelhável, e com fundamentos, a uma macrosintaxe, já que nela estariam as bases das relações do modo sintático. Nessa perspectiva, a grande colaboração do seu estudo, não está, de acordo com nossa leitura, apenas na inserção da pragmática aos estudos da GR, mas, principalmente, na concepção de que é no discurso, e a partir de necessidades também discursivas, que se dá o desenvolvimento das estruturas gramaticais de qualquer língua. Nessa direção, resta a explicação acerca da maneira como ocorre, na realidade, a passagem do modo pragmático ao modo sintático. Essa explicação, certamente depende de trabalhos que a tenham como objetivo central.

1.1.1.2. A proposta de Heine & Reh

Heine e Reh (1984)²² traçam um forte trajeto empírico-descritivo, em um trabalho baseado no estudo de línguas africanas, norteado pelos objetivos:

- (i) descritivo do uso da teoria da GR, como uma tentativa de estabelecer princípios universais capazes de regê-la e de torná-la estruturalmente eficiente na descrição de línguas naturais. Para isso, a combinação das análises sincrônica e diacrônica, na análise pancrônica, propõe um esclarecimento inédito para as perspectivas lingüísticas, uma vez que o estudo das partículas de uma determinada língua, sincronicamente, auxilia na reconstrução do seu trajeto diacrônico que pode, por sua vez, colaborar na compreensão do que ocorre sincronicamente;
- (ii) empírico, voltado à identificação das possíveis trajetórias características da mudança; e
- (iii) teórico, de generalização dos resultados obtidos numa trajetória de base universal e cognitiva. Nessa direção, estão previstos, portanto, caminhos sugestivos, pelos quais formas lingüísticas voltadas à identificação, na fala, das coisas pertencentes ao mundo extralingüístico, presumivelmente mais concretas, passam a expressar as relações gramaticais.

Com base nesses objetivos e no estudo priorizado das línguas africanas, os autores apresentaram as possíveis trajetórias que um item, em processo de GR, poderia percorrer, oferecendo, com isso, vários aspectos característicos das mudanças que se desencadeariam em cada uma das trajetórias. A partir desses resultados, observou-se que todos os componentes estruturais da linguagem, ou seja, a fonética/fonologia, a morfologia, a sintaxe, em relação à própria recategorização, e a semântica, se envolveriam na mudança de alguma maneira e sofrendo sempre alguma perda. Nessa perspectiva, os autores elencaram sete princípios recorrentes em qualquer processo de GR. Esses princípios são capazes de mostrar que quanto mais uma forma é gramaticalizada:

1. mais ela perde em complexidade semântica, significância funcional e/ou valor expressivo;
2. mais ela perde em pragmática e ganha em significância sintática;
3. mais reduzido é o número de membros que pertencem ao mesmo paradigma morfossintático;

²² Como não tivemos acesso ao original desse texto, as informações desta subseção foram extraídas de Campbell e Janda (2001), Hopper (1996) e Heine *et al* (1991).

4. mais sua variabilidade decresce, isto é, sua posição torna-se fixa na oração;
5. mais seu uso torna-se obrigatório em alguns contextos e agramatical em outros;
6. mais ela se funde semântica, morfossintática e foneticamente com outras unidades; e,
7. mais ela perde em substância fonética.

Essa observação permite que vislumbremos a definição de GR de Heine e Reh (1984) como um processo que, essencialmente, acarreta uma evolução por meio da qual unidades lingüísticas são levadas a perder em relação a todos os componentes estruturais da língua: em complexidade semântica, significado pragmático, liberdade sintática e, ainda, em substância fonética, respectivamente (caso que, segundo os autores, pode ser verificado quando um item torna-se uma marca gramatical).

A identificação dos princípios que regem a GR, assim como da amplitude de sua atuação em relação aos componentes da língua, foram imprescindíveis para a distinção e caracterização das várias fases do processo, sem deixar de considerar o fato de que a GR se dá em um *continuum* evolucional, não organizado, arbitrariamente, em unidades discretas.

1.1.1.3. A proposta de Heine *et al.*

Heine *et al.* (1991) retomam e expandem a clássica definição, oferecida por Kurylowicz, entendendo que o processo de GR envolve transferência de sentidos entre categorias cognitivas, que incluem uma grande variedade de conceitos, representativos de domínios relevantes para a experiência humana. Ou seja, os autores alemães observam que os itens considerados candidatos a entrar no processo são amplamente independentes, ou seja, configuram experiências culturais da humanidade. Dessa forma, representam os aspectos concretos e básicos da relação do próprio homem com o seu ambiente espacial, incluindo, principalmente, as partes do seu corpo.

Nessa direção, os itens considerados menos concretos, mas, ainda assim, básicos e culturalmente independentes, tais como as noções de vontade, de obrigação, também passam a configurar um espaço na GR. O fruto dessa articulação é que os termos locacionais e os conceitos gramaticais, mais abstratos e generalizados, são caracterizados a partir dos mais concretos, o que não significa, no entanto, que os conceitos abstratos estejam sempre ligados aos concretos, mas apenas que tiveram sua origem histórica neles. Diante disso, os autores apresentam categorias

capazes de conceituar esses diferentes domínios da experiência humana, em um *cline* bastante utilizado nos estudos atuais:

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

A relação entre essas categorias é, segundo os autores, de natureza metafórica, no sentido de que qualquer uma delas pode ser usada para conceituar outra, uma vez que esta esteja a sua direita. Com base nesses princípios, os autores organizam esse *cline*, unidirecional e escalar, em que quanto mais à direita um elemento estiver, mais avançado é o seu estágio de GR, uma vez que seu grau de abstração é maior.

Também para Heine a motivação capaz de desencadear o processo de GR estaria nas necessidades comunicativas dos falantes, ou seja, na necessidade de encontrar formas lingüísticas adequadas para expressar idéias mais abstratas. Dessa forma, o autor defende que os princípios responsáveis pela criação de formas gramaticais capazes de realizar novas funções através de meios já existentes são: a transferência metafórica e a reinterpretação induzida pelo contexto (metonímia)²³.

Heine *et al.* desenvolvem também o conceito de *Cadeias de GR*, capaz de refletir ou reconstruir o processo que transforma significados mais *concretos* em mais *abstratos*. Esse conceito passa a ser usado em lugar de *continuum*, já mencionado. Isso ocorre porque, segundo os autores, na transição da categoria lexical para a gramatical há sempre algum tipo de sobreposição de ambas as estruturas envolvidas, sugerindo um processo de encadeamento. Assim, entre dois extremos, há inúmeros estágios intermediários e a transmissão de um para outro ocorre de maneira gradual, havendo sempre aquele em que a estrutura precedente e a seguinte coexistem como variantes funcionais.

Podemos resumir as características das cadeias de GR a partir da representação abaixo e também a partir das propriedades formais que seguem:

$$A > (AB) > B \quad \dots \quad Y > (YZ) > Z$$

²³ A transferência de uma categoria para a outra, via processo metafórico e metonímico, será abordada mais detalhadamente em seção posterior.

- (i) As cadeias de GR representam pontos extremos do processo que se diferem uns dos outros em seu grau relativo de GR, em que Z corresponde a uma forma gramaticalizada de A.
- (ii) Qualquer sentido ao longo desta cadeia pode ser definido com referência a esses pontos extremos, o que significa que, quanto mais próximo o sentido está de A, menos gramaticalizado ele é.
- (iii) Os diferentes sentidos ao longo de uma cadeia também podem ser definidos a partir da relação de um com outro. Assim, um sentido à esquerda é menos gramaticalizado do que qualquer um a sua direita, e, quanto mais próximos estiverem dois sentidos, mais semelhantes em significado eles são e menos diferem seus relativos graus de GR.
- (iv) Quanto mais distantes se encontrarem dois sentidos ao longo de uma cadeia, maiores são as chances de eles pertencerem a domínios cognitivos distintos. Assim, B pertence ao mesmo domínio cognitivo de A, mas a um domínio diferente de Y ou Z.

Vale ressaltar, ainda mais uma vez, que as cadeias de GR são utilizadas para descrever e explicar, de alguma forma, a estrutura da mudança lingüística via GR, mas elas não correspondem a categorias discretas, aproximando-se, portanto, à noção de protótipo²⁴.

1.1.1.4. A proposta de Lehmann: a colaboração dos parâmetros de GR

Lehmann oferece uma definição de GR mais explícita em um trabalho que circulou intensamente em 1982 e, já revisado, também em 1985, mas que foi publicado apenas em 1995. Esse autor, na mesma perspectiva dos demais estudiosos alemães, concebe a GR como um processo que transforma lexemas em itens gramaticais e itens já gramaticais em mais gramaticais ainda, ou seja, que consiste, basicamente, na perda de autonomia de um signo lingüístico, por meio de um conjunto de processos semânticos, sintáticos e fonológicos que interagem na GR de morfemas e de construções inteiras.

²⁴ As diferentes teorias do protótipo consideram que as categorias lingüísticas são organizadas a partir de seus melhores exemplos, chamados, exatamente por isso, de “protótipos”. Dessa forma, os sentidos das unidades lingüísticas tenderiam a se expandir, com o tempo, e a se afastar, conseqüentemente, do sentido primeiro, dito protótipo. No entanto, a análise sincrônica de todos esses sentidos, permite recuperar toda a extensão da evolução diacrônica deles (BAT-ZEEV SHYLDKROT, 1995). Nesse caso, os pontos, A, B, Y, Z..., da cadeia, tenderiam a

Assim, o autor entende que o signo autônomo é menos gramaticalizado, enquanto o menos autônomo é, ao contrário, mais gramaticalizado. Diante dessa concepção, o teórico fornece parâmetros suficientes para explicar o processo, sincronicamente, enquanto configuração de uma escala representada pelo símbolo $x > y$, subtendendo um processo evolutivo da forma x até a forma y , em que y é *mais gramatical do que x*. Dessa forma, o autor elege seis parâmetros, estritamente formais, que visam à aferição do *grau de autonomia de um item*. Todos esses parâmetros, em conjunto, permitem a identificação não da GR propriamente dita, mas da autonomia do signo envolvido no processo em questão.

Vejam os quadros 4a e 4b que seguem:

Parâmetros	GR incipiente	Processo	GR avançada
Eixo		paradigmático	
Integridade (peso)	Conjunto de traços semânticos	Atrição	Poucos traços semânticos
Paradigmaticidade (coesão)	Participação “frouxa” em um campo semântico	Paradigmaticidade	Paradigma pequeno, altamente integrado
Variabilidade Paradigmática (variabilidade)	Escolha livre dos itens, segundo as necessidades comunicativas	Obrigatoriedade	Escolhas sintaticamente restritas, uso obrigatório

Quadro 4a- Parâmetros de GR: eixo paradigmático

Parâmetros	GR incipiente	Processo	GR avançada
Eixo		Sintagmático	
Escopo (peso)	Item relaciona-se a constituintes de complexidade arbitrária	Condensação	Item modifica palavra ou raiz
Conexidade (coesão)	O item é justaposto independentemente	Coalescência (união)	O item é afixo ou traço fonológico
Variabilidade Sintagmática (variabilidade)	Liberdade de movimento do item	Fixação	O item ocupa uma posição fixa

Quadro 4b- Parâmetros de GR: eixo sintagmático (cf. LEHMANN, 1995[1982], p.164)

Para ser autônomo um item deve possuir um certo *peso* no paradigma e também no sintagma de que participa (integridade *versus* escopo), propriedade que o diferencia dos demais

representar o “protótipo” de cada acepção, enquanto (AB)... (YZ), representariam o afastamento das acepções de seu

membros de sua classe e que lhe dá certa proeminência. Tanto paradigmática como sintagmaticamente, a autonomia do item ou mesmo construção diminui à medida que ele contrai certas relações de *coesão* com outros signos (paradigmaticidade *versus* conexidade).

Além disso, em relação aos dois eixos, ela aumenta quanto maior for a *variabilidade*, a mobilidade ou a alternabilidade do item com outros itens (variabilidade paradigmática *versus* variabilidade sintagmática).

No entanto, não existe base teórica para se esperar uma correlação total entre esses seis parâmetros. Sendo assim, o objetivo dos *Parâmetros paradigmáticos* é analisar, primeiramente, a integridade dos traços semânticos e fonológicos de um determinado item ou construção, o grau de participação desse item no domínio funcional das formas de sua classe e, por fim, realizar uma análise acerca das possibilidades de escolha de um item em relação a outros itens de mesmo valor semântico-pragmático.

No eixo paradigmático, o parâmetro da *integridade*, relativo ao *peso*, refere-se ao tamanho substancial de um signo, em relação a sua matriz semântica e fonológica. O *peso paradigmático* trata-se, na verdade, de uma propriedade que diferencia um signo dos demais membros de sua classe e que lhe confere uma determinada proeminência no contraste dele com outros signos.

Existem duas perspectivas de análise, em relação a essa questão: a atrição fonológica (ou erosão fonética, nos termos de HEINE *et al.*, 1991) e a dessemantização ou *bleaching* semântico (nos termos de MEILLET, 1912). É importante, no entanto, destacarmos também a existência de uma relação de causa-conseqüência entre esses dois processos, embora ainda não esteja teoricamente resolvida. Essa relação diz respeito ao pressuposto de que o crescimento da freqüência de uso pode ser causa motivadora tanto do desgaste semântico quanto do fonológico, assim como pode ser, da mesma forma, a responsável pela emergência de novos conceitos para formas já existentes, favorecida pelos processos de repetição do item/construção. Vale ainda ressaltar que, para o autor, o processo que acarreta o desgaste semântico e fonológico parece ser inalienável na integração da forma/construção, antes lexical, ao novo paradigma das formas gramaticais.

Por sua vez, o parâmetro da *paradigmaticidade*, relativo à *coesão*, diz respeito ao grau de ligação de um item determinado com outros dentro de um paradigma, ou seja, a integração formal e semântica de um paradigma como um todo e a integração formal e semântica do item,

propriamente dito, dentro desse paradigma. Verifica-se, também, o tamanho e a homogeneidade do paradigma, ou seja, a quantidade de similaridades entre seus membros integrantes e a regularidade das diferenças existentes entre eles. Para Lehmann, o problemático é precisar o tamanho do paradigma que o item em GR passa a integrar.

Paradigmas altamente gramaticalizados tendem a ser menores do que os menos gramaticalizados. Como exemplo disso, temos a classe relativamente aberta de verbos plenos, onde nem todos podem servir para expressar as atitudes do falante, o que torna necessário o uso dos modalizadores. O número de verbos que participam desse paradigma, portanto, é restrito e, conseqüentemente, seus membros podem ser considerados mais gramaticalizados, quando comparados, por exemplo, ao paradigma dos verbos plenos. Dessa forma, podemos dizer que, para Lehmann, admitir o *status* de categoria dos verbos modais emergentes também é um reflexo taxionômico dessa observação que permite, ao tratar de paradigmas fechados, aferir a prototipicidade com que uma determinada forma passa a desempenhar sua função específica.

Por fim, o parâmetro da *variabilidade paradigmática* refere-se a uma alternância paradigmática. Ou seja, em termos pragmáticos, há uma liberdade com a qual o usuário da língua ou escolhe um signo dentre aqueles que pertencem a um determinado paradigma ou não escolhe nenhum deles, deixando, então, em seu lugar, uma categoria genérica, ou mesmo não-marcada, disponível para aquele contexto de uso.

Por sua vez, o objetivo dos *Parâmetros Sintagmáticos* é captar as relações que um determinado item mantém com outros constituintes, nas diferentes construções em que ele participa, e a sua colocação e mobilidade dentro dessas construções, ou seja, dentro das cadeias sintagmáticas.

O parâmetro *escopo*, relativo ao *peso*, diz respeito à extensão do item/construção sobre a construção que ajuda a formar, isso porque “com o aumento do grau de GR de um item, seu escopo diminui (p.143)”. Para melhor explicar essa questão, podemos dizer que, na mudança, via “condensação”, de um estado da língua para outro, o item passa da relação com constituintes de complexidade arbitrária para a relação com palavra ou com radical, mudanças essas muito bem ilustradas por casos de morfologização.

Tabor e Traugott (1988, *apud* GONÇALVES, 2003) mostram que o parâmetro *escopo*, quando generalizado para a sintaxe, acaba criando um dilema conceitual para os estudos da GR, uma vez que coloca em cheque o princípio da unidirecionalidade (escopo largo > escopo

estreito). Esses autores mostram que à medida que há a GR, o escopo estrutural cresce. Em vista disso, realizam uma generalização, segundo a qual “o aumento do escopo é mais consistente com as evidências da unidirecionalidade em mudanças pragmáticas/semânticas e mudanças estatísticas distribucionais” (TABOR e TRAUGOTT, p. 265), uma vez que a trajetória:

- (i) [-abstrato] > [+abstrato]: correlaciona-se ao escopo gramatical, porque significados mais abstratos se aplicam a uma variabilidade mais ampla de *circunstâncias*; e
- (ii) [-frequente] > [+frequente]: também se encontra de acordo com o crescimento do escopo, porque, com o aumento do conjunto de possibilidades de co-ocorrências do item, o número de contextos sintático-semântico-pragmáticos em que ele ocorre tende a crescer.

O princípio da *conexidade*, relativo à *coesão*, refere-se ao grau de relacionamento de um item com outro, ou melhor, ao grau de ligação ou dependência desse item com outros²⁵. Vejamos o exemplo seguinte, adaptado de Gonçalves (2003):

[+coesão sintagmática] ↓ [-coesão sintagmática]	(i) SN V SN “Você parece um pouco aquela menina.” (ii) SN V SAdj “O livro dos ofícios me parecia melhor...” (iii) V [oração] “Parece que ele estava bêbado.” (iv) Livre “Ele foi parece-me que a Campos do Jordão” “Ele vai mexendo parece com um hormônio”
---	---

Por fim, o princípio da *variabilidade sintagmática* se refere à possibilidade de mobilidade do item na construção em que ocorre. Lehmann afirma que a posição fixa do item dentro de um sintagma evidencia-se quando ele atinge um alto grau de morfologização. Como exemplo, podemos citar o caso do verbo *ir*, no português brasileiro, tal como ilustrado abaixo:

Verbo pleno de movimento	→	<i>Eu vou para a UNESP todos os dias.</i>
Posição fixa (como outros auxiliares)	→	<i>Eu vou pensar no seu caso.</i>

1.1.1.5. A proposta de Hopper: os princípios de GR

²⁵ Esse critério é bastante consistente com casos de *morfologização*.

Hopper (1987, 1991, 1996), numa perspectiva um tanto diferente, mas não menos influente, propõe que o termo GR seja usado como sinônimo de “gramática”, isso porque, segundo ele, não existe uma gramática sincrônica estável, mas sim uma estrutura contínua, ou seja, só existe GR, nos moldes do que ele denomina “gramática emergente”. Dessa forma, a sugestão do autor, já nos anos 80, era a de que os estudos desse processo abalariam a aceitação de um componente gramatical pré-existente, como uma condição para o discurso e para a comunicação. A emergência gramatical foi uma idéia fundada também, e de modo paralelo, em outros trabalhos.

Nessa direção, o autor entende a GR como o processo por meio do qual formas lexicais são pressionadas a servir como formas gramaticais, afirmando, em concordância com outros autores, como Heine e Sweetser, ser ela, atualmente, o foco de muitas pesquisas que incluem não só estudos de base empírica, como também debates acerca dos limites do próprio termo. Segundo ele, esses estudos seguem, portanto, duas direções complementares na busca pelo entendimento do *que é* a GR e de *como* ela ocorre:

- (i) *lexical/etimológica*: enfatiza aspectos semânticos e cognitivos na explicação do que é gramaticalizado; e,
- (ii) *discursivo/textual*: preocupa-se em analisar os contextos discursivos em que a GR ocorre.

O autor afirma também que os estudos sobre GR procuram dar uma explicação alternativa para as estruturas lingüísticas em relação às explicações dadas pelos gerativistas. Longhin-Thomazi (2003) avalia como equivocada essa última afirmação, uma vez que vários estudiosos de orientação gerativista têm se dedicado ao estudo da GR, como, por exemplo, Roberts (1993), Fintel (1995), Harris & Campbell (1995), entre outros.

Em relação à possibilidade de discriminar, em contextos simples da língua, colocações acidentais daquelas que estão caminhando em direção a um ganho de gramaticalidade, Hopper (1991) cita o trabalho de Lehmann (1982), no qual são apresentados e descritos os princípios de GR, a pouco especificados. Segundo o autor, a utilidade e indispensabilidade desses princípios não são questionáveis, enquanto guia para mudanças de inestimado valor no estudo da GR. Entretanto, Hopper (1991) afirma que eles denotam características de estágios já bastante avançados da GR, em momentos em que a mudança não é mais ambigüamente reconhecida, ou

seja, segundo o autor, esses princípios operam melhor quando é alcançado o estágio de morfologização, quando já é fácil constatarmos que os tipos de mudanças marcadas por estes rótulos tenham de fato ocorrido. Resta, no entanto, o problema de identificar a GR quando ela não é óbvia, ou melhor, quando a forma ou construção em questão não tenha ainda alcançado o estágio de “obligatoriedade”, “fixidez” e assim por diante. Nesses casos mais obscuros do fenômeno, que realmente confrontam o lingüista, os parâmetros de Lehmann ou não são aplicáveis ou não denotam distintivamente exemplos de GR.

Diante disso, o autor sugere alguns princípios suplementares àqueles fornecidos por Lehmann, uma vez que apontam características da GR não somente em estágios mais tardios, facilmente identificáveis, mas também em estágios incipientes do processo, nos quais o fenômeno ocorre de modo variável, dificultando a caracterização da mudança como sendo, de fato, GR. Tais como os parâmetros de Lehmann, também os apresentados pelo autor não são frutos inéditos dentro do âmbito de estudos que envolvem a natureza e o curso da mudança lingüística, mas, ao contrário, originam-se de uma extensa tradição geral sobre mudanças, de acordo com a formulação que ela tem recebido desde os lingüistas Neogramáticos. Ainda assim, esses princípios assumem uma relevância especial no contexto da GR, uma vez que são potencialmente diagnósticos da emergência de formas e construções gramaticais e também dos diferentes graus da GR, sinalizando de onde ela reconhecidamente possa ter procedido, ainda que em estágios iniciais.

Vejamos cada um desses princípios:

1. Estratificação (layering): novas “camadas” estão sempre emergindo e coexistindo com as mais antigas, conseqüentemente, ocorre uma certa interação e coexistência de “camadas” novas e antigas em um mesmo domínio, podendo correlacionar-se a itens particulares e/ou a registros sociolingüísticos. A diferença entre os itens envolvidos é tênue, o que os permite servir, inclusive, como variantes estilísticas (no sentido mais amplo do termo).

2. Divergência: a unidade lexical que origina o processo de GR pode preservar-se como item autônomo e, portanto, estar sujeita a sofrer um novo processo de GR.

No quadro 5, abaixo, relacionamos as principais distinções entre os dois primeiros princípios de Hopper:

Estratificação	Divergência
<ul style="list-style-type: none"> Diferentes codificações de uma mesma função (formas diferentes). 	<ul style="list-style-type: none"> Diferentes graus de GR de um mesmo item lexical. Aplicável aos casos em que um mesmo item lexical autônomo se gramaticaliza em um contexto, deixando de o fazer em outros. Explica a existência de formas etimologicamente iguais, porém funcionalmente divergentes.

Quadro 5- Princípios de Hopper

3. Especialização: dentro de um domínio funcional, é possível a existência de uma variedade de formas, apresentando diferentes nuances semânticas. Com o desenvolvimento do processo de GR, há um estreitamento de opções para se codificar uma determinada função, à medida que uma dessas opções começa a ocupar mais espaço, porque se encontra mais gramaticalizada, e, por isso, com significados mais gerais. Um indício bastante claro da especialização é o aumento da frequência de uso da forma em questão.

4. Persistência: há, tanto quanto seja gramaticalmente viável, uma manutenção de traços da forma fonte lexical e original, na forma gramaticalizada, o que pode denunciar detalhes da história lexical nas próprias restrições sintáticas dessa forma gramaticalizada.

5. Descategorização: há perda dos marcadores opcionais de categorialidade e de autonomia discursiva. Assim, a forma em gramaticalização tende a perder ou mesmo neutralizar as marcas morfológicas e os privilégios sintáticos, responsáveis pela caracterização das formas plenas, passando a assumir atributos das categorias secundárias, mais gramaticalizadas, podendo, em alguns casos, chegar a zero.

1.1.2. As relações de “ganhos” da GR: o segundo grupo

1.1.2.1. A proposta de Traugott

É diferente da concepção dos outros autores, até agora expostos, aquela defendida por Traugott (1982, 1989), Traugott e König (1991) e Traugott e Heine (1991). Para Traugott, é

prioritária a análise dos aspectos semânticos e pragmáticos relacionados à GR, que, segundo ela, consiste num processo gradual de pragmatização do significado, que envolve estratégias inferenciais e metafóricas, que levam, respectivamente, a um aumento de informação pragmática e de abstração.

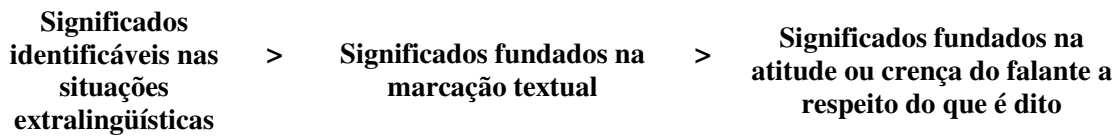
Traugott (1982) se empenha na identificação dos tipos de mudanças semânticas que ocorrem nos processos de GR. Segundo ela, tais mudanças integram um conjunto mais amplo de mudanças lingüísticas, motivadas pelos vários componentes da linguagem. A fim de explicá-las, a autora lança mão de um modelo semântico-funcional de linguagem, que guarda semelhanças teóricas com o modelo proposto por Halliday & Hasan, onde são reconhecidos os componentes abaixo descritos:

- (i) *Propositional*: abrange todos os recursos lingüísticos que viabilizam a fala sobre qualquer conteúdo extralingüístico, incluindo aqueles que se prestam a qualquer espécie de verificação referencial, tais como os dêiticos de lugar, de tempo e de pessoa. Esse componente corresponde ao “ideacional”, de Halliday;
- (ii) *Textual*: abrange os recursos gramaticais necessários para o desenvolvimento de um discurso coeso, tais como anafóricos, catafóricos, complementizadores, etc. Esse componente corresponde à macro-função “textual”, de Halliday;
- (iii) *Expressivo*: abrange todos os recursos capazes de expressar atitudes e avaliações do falante em relação àquilo que está sendo dito, tal como modalizadores, conectores argumentativos, marcadores de pressuposição, os índices de polifonia e, possivelmente, também os marcadores discursivos. Esse componente representa o nível mais elevado do processo de GR, é o que podemos chamar, portanto, de mais pragmático, na perspectiva de Traugott, e corresponde ao “interpessoal”, de Halliday.

Assim, a GR parte, preferencialmente, de itens referenciais, ou seja, daqueles que têm seus significados identificáveis nas situações extralingüísticas, pressionando-os a codificar significados cada vez mais vinculados ao contexto pragmático, o que acaba por configurar uma trajetória unidirecional que aponta para um crescente fortalecimento da expressão subjetiva do

falante. Em outras palavras, a GR pressupõe uma mudança de significado que parte “do que é dito para o que é significado”, mas não o inverso.

Posteriormente, em um trabalho realizado com König (1991), Traugott revê essa formulação, fazendo-lhe algumas alterações de nível terminológico. Principalmente no que diz respeito à GR de conjunções, a autora passou a afirmar que a mudança de significado que ocorre nesse processo segue a seguinte trajetória:



Nesta reformulação, os autores especificaram a mudança como partindo de significados baseados nas situações extralingüísticas, consideradas mais concretas, mais objetivas e menos pessoais, em direção a significados voltados à marcação de ordem textual, tal como os anafóricos, por exemplo, para então alcançar significados baseados na atitude do falante ou crença desse em relação ao que está sendo dito, estágio considerado, portanto, menos concreto, mais subjetivo e, conseqüentemente, mais pessoal.

A partir da aceitação de que uma característica importante do processo de comunicação é a habilidade que os indivíduos, nele envolvidos, têm de fazer inferências, temos a proposta de Traugott (1989, 1995) de que quando um mesmo padrão de inferências ocorre freqüentemente com uma construção gramatical particular, ele tende a tornar-se parte do significado dessa construção. Diante disso, e da trajetória apontada acima, Traugott identifica importantes modelos de inferências, capazes de estabelecer as mudanças semânticas em GR e tornar o significado da expressão mais abstrato.

Assim, a autora discute que, numa primeira tendência, os significados proposicionais, mais concretos, descrevem situações externas, como movimento espacial, e constituem a base para inferências de significados internos²⁶, como intenção. Temos aí a concepção da mudança de uma referência concreta/física, para uma cognitiva/perceptual, tal como ESPAÇO>TEMPO. Numa segunda tendência, ambos os significados, interno e externo, podem ser reinterpretados a partir do próprio contexto situacional, tais como significados relacionados a lugar, usados para

²⁶ Podemos entender como significados ou situações “internas”, aquelas percebidas ou entendidas pela sensibilidade humana, podendo ter pouca ou nenhuma relação com aspectos concretos.

descrever situações no tempo, posterior ou anterior ao momento de fala. Essas relações se desenvolvem, em nível textual, ou seja, passam a estabelecer coesividade no âmbito do texto. Numa terceira tendência, as crenças e atitudes do falante tornam-se o alvo das inferências, ou seja, o significado mais abstrato da construção gramatical surge baseado no mesmo modelo de inferências e a partir das possibilidades promovidas pela situação de fala e pela subjetividade do falante em relação a essa situação. Assim, esse significado surge no próprio ato comunicativo. Todas essas tendências semântico-pragmáticas de inferências correlacionam-se no esquema abaixo:



Essa trajetória ilustra, mais uma vez, a unidirecionalidade da mudança, motivada, segundo Traugott & König (1991), pelo princípio de informatividade ou relevância, e o crescente fortalecimento da expressão do falante. No entanto, ainda hoje, algumas dificuldades são persistentes quando se trata de pensar e compreender a GR como um mecanismo de mudança semântico-pragmático, passível de ser ilustrado por meio dessa trajetória. Isso ocorre porque ela ilustra o fortalecimento da expressão subjetiva do falante, e essa concepção depende, imprescindivelmente, do abandono da tese do “enfraquecimento semântico”, muito postulada desde Meillet.

Traugott e König reconhecem a possibilidade de ocorrência da generalização, intimamente associada aos estágios mais tardios do processo, mas reafirmam a ocorrência de importantes ganhos de ordem semântica e pragmática, que assumem um papel de maior relevância dentro do processo. Exatamente por isso, os autores sugerem que os ganhos devem constituir o foco da pesquisa nessa área. É sempre bom ter claro, portanto, que o principal ganho,

na GR, é o fortalecimento da subjetividade, ou seja, ele está justamente nessa tendência de os significados se tornarem crescentemente baseados em estados, atitudes e crenças subjetivas dos falantes em relação à situação.

Outro fator que dificulta essa compreensão semântico-pragmática da GR pode ser evidenciado a partir da observação de que, quando comparamos os trabalhos de Traugott e de Meillet, de acordo com Longhin-Thomazi (2003), podemos verificar a emergência de uma aparente contradição decorrente da noção de expressividade tomada por cada um dos autores no âmbito do mesmo processo de mudança. Para Meillet, o item se gramaticaliza quando perde, entre outras coisas, seu caráter expressivo. Dessa forma, a expressividade corresponde ao ponto de partida do processo de GR. Diferentemente, para Traugott, o item gramaticalizado é mais expressivo, já que sua trajetória caminha em direção a um ganho de expressividade, que corresponde, portanto, ao ponto de chegada do processo. Acreditamos, assim como Longhin-Thomazi (2003), que essa contradição baseia-se nas diferentes noções de “expressividade na linguagem” tomadas por esses autores. Enquanto, para Meillet, o que surpreende corresponde ao expressivo, para Traugott, o conceito de expressividade está ligado ao de subjetividade.

Outra aceitação indispensável para essa concepção do processo de GR é a de que todas as línguas possuem semântica e pragmática, e de que ambas atuam na constituição de sua gramática, embora o significado pragmático possa não ser expresso do mesmo modo nas diferentes línguas. De acordo com Traugott e Heine (1991), é essencial para o estudo desse processo, a distinção entre o significado pragmático convencionalizado, que pode ser codificado lexicalmente, gramaticalmente e também prosodicamente, daqueles que são inferidos do contexto, por meio de processos de especificação de significados conversacionais. Esse caminho leva às novas polissemias a partir de significados tornados convencionais por meio da repetição de processos de inferências contextuais. Nessa perspectiva, a GR é a responsável pela convencionalização do significado pragmático.

A título de exemplificação, Traugott e König citam o desenvolvimento de *while*, do inglês, a partir do seguinte *cline*:

Pa hwile pe >
“no tempo em que”
situação temporal

while >
“durante”, “enquanto”
relação coesiva de tempo

while
“embora”
expressão da atitude do

uso nominal/adverbial

“simultaneidade”
conectivo temporal

falante
conectivo concessivo

É interessante atentarmos para o fato de que, para esses autores, as polissemias de uma determinada forma, como *while*, são vistas como novos significados convencionais, que, por sua vez, são produto da convencionalização de implicaturas conversacionais²⁷.

Para compreendermos tal processo, vale partir da análise do princípio griceano de relevância ou informatividade, segundo o qual o falante se vê pressionado, em situações de comunicação, a selecionar aquela interpretação que julga mais significativa mediante um contexto específico. No entanto, essa interpretação pode ser inferida a partir desse contexto. Assim, podemos dizer que ela é conversacional, e não codificada lingüisticamente.

Se essa inferência conversacional, com o passar do tempo, tornar-se freqüente, tendo seu emprego propagado em várias circunstâncias, ela tende a caminhar rumo à convencionalização, abrindo campo para o nascimento de uma forma polissêmica. É assim, que a passagem do *conversacional* para o *convencional* também se torna uma explicação possível para o fenômeno da GR, segundo a visão de Traugott.

A fim de ilustrar, novamente, essa tendência, observemos o exemplo que segue:

- (a) I have done quite a bit of writing *since* we last met (TEMPORAL)
- (b) *Since* Susan left him, John has been very miserable (TEMPORAL/CAUSAL)
- (c) *Since* you are not coming write me, I will have to go alone (CAUSAL)
- (d) *Since* you are so angry, there is no point in talking with you (CAUSAL)

Esse exemplo nos mostra a polissemia de *since*, que ora funciona com uma acepção temporal, ora com uma acepção causal, graças ao processo de convencionalização daquilo que, primeiramente, surge como uma simples implicatura conversacional. Podemos dizer que, na verdade, trata-se da mudança de uma referência mais concreta, física (tempo) para uma mais cognitiva, perceptual, seguindo a já mencionada escala.

A partir da análise das ocorrências demonstradas acima, podemos perceber que o contexto sugere pistas que favorecem uma ou outra leitura. Em (a) as orações se referem a eventos que já ocorreram, no passado, portanto, o *since* assume uma acepção tipicamente temporal, enquanto

²⁷ A origem desse pensamento está em Grice (1975, p. 58), segundo o qual, tudo o que é hoje convencional começou a vida como uma implicatura conversacional.

que, em (c) e (d), assume uma acepção causal, uma vez que se encontra em orações que deixam de fazer referência a eventos passados e passam a se referir a estados. Já em (b), temos um típico exemplo de polissemia, no qual o item se presta a ambas leituras, ou seja, tempo e causa.

Sendo assim, a adoção do modelo de Traugott, traz, subjacentemente ao fortalecimento da expressão subjetiva do falante, a atuação de um princípio de *informatividade* ou *relevância*, capaz de levar os falantes: (i) a se tornarem mais claros e específicos, por meio de códigos gramaticais; e (ii) a selecionarem, dentro dos mais variados contextos, a interpretação mais relevante para aquele contexto, graças à possibilidade de codificarem gramaticalmente o significado pragmático pretendido naquele momento do processo de interação. Tudo isso porque o falante busca ser expressivamente completo naquilo que deseja comunicar.

Também é importante destacar para a abordagem que pretendemos realizar neste trabalho, os importantes conceitos de *subjetivização* e *intersubjetivização* trazidos por Traugott (1999) também em relação a essa concepção do processo de GR enquanto uma mudança de significado experimentada de acordo com a trajetória *proposicional* > *textual* > *expressivo*. Podemos, portanto, segundo tal proposta, entender a *subjetivização* e a *intersubjetivização* como processos que se dão em correlação com esse componente mais à direita do *cline*, e, conseqüentemente, nos estágios mais avançados do processo de GR.

Dessa forma, segundo Traugott (1999), a *subjetivização* é definida como o processo semasiológico por meio do qual significados passam, com o tempo, a codificar perspectivas e atitudes baseadas no mundo comunicativo do evento da fala e não nas assim chamadas características do evento ou situação referente ao “mundo real”, ou seja, na perspectiva da lingüística histórica, o foco está no modo como significados tendem a tornar-se cada vez mais baseados em crenças subjetivas ou atitudes do falante em relação ao que é dito e a como é dito, equivalendo ao modo pelo qual os falantes desenvolvem novas significações para palavras já existentes, expondo, via recursos lingüísticos, atitudes baseadas no próprio universo da comunicação (TRAUGOTT, 1989, 1995), tal como verificamos no caso do desenvolvimento de marcadores discursivos advindos de advérbios.

Sendo assim, enquanto a *subjetivização* é um mecanismo que leva os significados a tornarem-se mais profundamente centrados no falante, a *intersubjetivização* leva-os a centrarem-se no ouvinte, tanto no sentido epistêmico como no social, sendo importante ressaltar que, nessa direção, a *intersubjetivização*, enquanto representação explícita de atenção às atitudes do ouvinte,

surge e depende crucialmente da subjetivização, ou seja, funciona como um estágio que lhe é posterior.

A partir da observação dessa proposta, vemos, mais uma vez, a unidirecionalidade que aponta, essencialmente, para um avanço em relação à mudança semântico-pragmática. Assim, o foco está nos caminhos em que a GR desenvolve esse fortalecimento, ou seja, de que maneira ocorre a generalização ou perda de significados mais concretos, acompanhada de ganhos de abstratização e de novos significados pragmáticos, tal como (inter)subjetivização. Segundo Traugott (1999), o fortalecimento pragmático, em geral, e a subjetivização, em particular, surgem das relações pragmáticas envolvidas em parâmetros cognitivos e comunicativos da interação falante-ouvinte e das práticas discursivas.

1.1.2.2. A proposta de Sweetser

Sweetser dispensa um tratamento único a todas as mudanças de ordem semântica, descartando, portanto, a idéia, postulada por alguns autores, de que a GR corresponderia a um processo de mudança distinto dos demais. Assim, os trabalhos desenvolvidos pela autora (1988, 1991) representam uma importante colaboração a esse campo de estudos, uma vez que buscam um modelo teórico suficientemente capaz de explicar os fenômenos que envolvem mudanças semânticas nas línguas em geral, sob uma perspectiva semântico-cognitivista, somada às atribuições mais gerais da pragmática e da teoria dos atos de fala.

As discussões de Sweetser baseiam-se em duas questões primeiramente levantadas por Meillet. A primeira diz respeito à aceitação de que a GR envolve necessariamente perda de traços semânticos (*bleaching*). Para Sweetser, a análise do processo de mudança experimentado na GR enviesada pela ótica da perda, fundamentalmente, restringe o alcance explicativo do fenômeno, uma vez que não é capaz de captar todos os seus aspectos, entre eles, os mais significativos. Essa constatação leva a autora a abordar a questão de maneira diferenciada, a partir da concepção de que os processos envolvidos na GR, na verdade, não evidenciam perda de significado, mas, ao contrário, uma sensível ampliação semântico-cognitiva, por meio de polissemias estabelecidas via projeções de caráter metafórico.

A segunda questão levantada por Meillet e retomada nos estudos de Sweetser destaca a GR como resultado de uma mudança categorial e unidirecional, uma vez que uma categoria primária, formada por nomes, verbos, etc., pode originar uma categoria secundária, formada por auxiliares, conectivos, preposições, etc., graças ao referido desgaste semântico. O centro do posicionamento da autora está no entendimento de uma trajetória unidirecional da mudança que aponta para um ganho de abstração, enquanto desenvolvimento, e não perda semântica. Nesse sentido, Sweetser acredita que, ao partir de significados mais concretos em direção aos mais abstratos, o processo evidencia um ganho de abstratização, inerente às conexões metafóricas e ao princípio da unidirecionalidade.

A proposta da autora é a de que os usos metafóricos de um mesmo item, em diferentes domínios conceituais, podem resultar em estágios de polissemia, propiciando mudanças semânticas. Nesse sentido, uma palavra que tem um significado A pode, a partir de usos metafóricos, desenvolver uma nova acepção, significando, polissemicamente, A/B, em decorrência dos contextos de uso. Com o tempo e com a relativa frequência de uso de uma e de outra forma, mudanças semânticas podem ser experimentadas entre A e B, e o significado primeiro de A pode, por fim, dar lugar ao novo significado B.

O desenvolvimento de polissemias diz respeito, em nível semântico, a momentos de variação, caracterizados, no processo, pela ambigüidade, uma vez que o item pode receber interpretações distintas a depender do contexto em que está inserido. De acordo com a autora, os momentos de ambigüidade/polissemia experimentados por um item, num mesmo recorte temporal, ou seja, numa perspectiva analítica sincrônica, podem sugerir importantes correlações com as mudanças semânticas sofridas por ele diacronicamente.

Nesta perspectiva, a mudança se dá via transferência metafórica de significados, que partem de um domínio cognitivo, considerado mais concreto, denominado lexical, em direção a um outro domínio, mais abstrato, denominado gramatical. A mudança de um domínio a outro acarreta as adaptações necessárias da forma ao seu novo paradigma. Assim, traços de significado do domínio fonte são substituídos por outros, do domínio alvo, podendo ser alguns traços do domínio fonte preservados. Essa realidade chama a atenção para a proeminência dos ganhos em relação às perdas envolvidas na GR.

A explicação das relações estabelecidas no processo de preservação de traços do domínio fonte no domínio alvo, depende, segundo Sweetser, da distinção entre significado gramatical e

lexical. Para a autora, o primeiro deve ser reconhecido como uma estrutura inerentemente esquemática e topológica, enquanto o segundo é caracterizado pela ausência dessas características estruturais, embora possa apresentar alguns traços topológicos²⁸.

De acordo com essa distinção, Sweetser afirma que a mudança metafórica nada mais é do que projeções parciais do domínio fonte para o domínio alvo, em que só a estrutura topológica é preservada, o que explica a possibilidade de existência de uma relação semântica entre os itens de natureza gramatical e sua respectiva fonte lexical, contrastando, como alerta Longhin-Thomazi (2003), com a posição de Meillet, que pressupõe pouca ou nenhuma relação entre os significados fonte e alvo. De fato, Sweetser também admite ocorrências do processo em que essas relações não são mais verificadas em determinados estágios, graças à atuação de outros mecanismos que também acompanham as mudanças semânticas, ajudando a configurar o processo de GR como um todo, como, por exemplo, a redução fonológica. Vale lembrar, no entanto, que a redução fonológica não é uma característica imprescindível da GR, diferentemente das mudanças semânticas que, em algum estágio, devem ser observadas, justificando quão relevante é a aceitação das relações entre os domínios fonte e alvo.

Assim, a autora apresenta três domínios conceituais que acompanham as mudanças de significado da GR, e que podem explicar fenômenos variados em também variadas línguas. Nesses domínios, uma só palavra pode assumir formas polissêmicas, que podem sinalizar a instauração do processo de mudança, sempre numa perspectiva unidirecional.

CONTEÚDO (sócio-físico)	> EPISTÊMICO (raciocínio lógico)	> CONVERSACIONAL (ato de fala)
--	--	--

De acordo com essa trajetória, o vocabulário pertencente a domínios mais concretos, próximos à experiência física do falante, torna-se fonte permanente para aqueles que pertencem a domínios mais abstratos, que incluem os estados psicológicos do falante, como suas avaliações, expectativas e crenças. Dessa forma, a partir de uma “fonte”, caracterizada pelo domínio do conteúdo, o vocábulo pode alcançar primeiramente o estágio epistêmico e, posteriormente, o segundo e último estágio, relativo ao domínio conversacional, no qual poderá representar

²⁸ Como estruturas topológicas, a autora entende unidades muito abstratas e de caráter inferencial.

relações ainda mais abstratas e associadas ao contexto do ato de fala. Assim, as projeções metafóricas seguem essa trajetória de crescente abstração.

Sweetser aplica essa teoria à análise da conjunção inglesa adversativa *but*, explicando que essa conjunção pode conectar duas orações, estabelecendo entre elas um contraste que, segundo ela, pode ocorrer apenas entre os dois últimos domínios. Vejamos:

(01) *John keep six boxer of pancakes mix on hand, but he never eats pancakes.*

(02) *King Tsin has great um shu pork, but China First has excellent dim sum.*

Nesse exemplo, “John estoca panquecas” nos faz concluir que ele adora comer panquecas com frequência. No entanto, essa conclusão é contrastante com aquela trazida pela conjunção, ou seja, de que “John nunca come panquecas”. Podemos perceber, então, que a premissa disponível contrasta com a conclusão, configurando assim uma interpretação que cabe ao domínio epistêmico. O exemplo (02), característico do domínio conversacional, traz o contraste entre as intenções dos atos de fala: a sugestão inicial e indireta de comer em X, e a sugestão final e também indireta de comer em Y.

Sendo assim, para as mudanças experimentadas particularmente pelas conjunções, a autora propõe que, primeiramente no domínio mais concreto, portanto, no domínio do conteúdo, elas são responsáveis pelo estabelecimento de relações entre eventos ou mesmo estados diretamente associados ao mundo físico. A partir daí, a conjunção pode vir a estabelecer relações lógicas entre premissas e conclusões, identificáveis, portanto, com o domínio epistêmico, uma vez que aludem ao mundo mental e particularizado do falante, que, a partir de suas crenças e expectativas instaurará as relações lógicas nesse domínio. Por fim, elas podem estabelecer alguma relação mental entre atos de fala no domínio conversacional, atingindo o ponto mais elevado de abstração.

Por fim, vale ressaltar que as polissemias surgem, para Sweetser, a partir do entendimento de um domínio conceitual em termos de outro, via projeções caracterizadas por serem aproximações de caráter metafórico, passíveis de analogia. Assim, o curso dessas projeções é direcionado por um tipo específico de metáfora²⁹, denominada *conceitual*, que consiste, basicamente, no entendimento e na experimentação de uma coisa em termos de outra, a partir de

²⁹ Em momento adequado, discutiremos mais profundamente a questão da metáfora enquanto mecanismo da GR.

noções analógicas e, ainda, no principal mecanismo propiciador do processo de GR. Nesses termos, a GR seria uma mudança unidirecional em que um elemento “menos gramatical” serve como molde para um “mais gramatical” dentro de uma relação de transferência de significados de base metafórica.

Vale ressaltar que as relações demonstradas por essa autora, no domínio semântico-cognitivo, apresentam muitas correlações com aquelas propostas por Traugott, nos trabalhos aqui apontados. Ambas dão ênfase aos ganhos pragmáticos envolvidos no processo e consideram-nos os elementos centrais a serem focalizados nas análises desse fenômeno, uma vez que, ao não se limitarem a uma perspectiva reducionista, permitem a apreensão de todos os laços, morfológicos, lexicais, semânticos e pragmáticos, envolvidos no processo, nos diferentes estágios em que ele puder ser apreendido.

1.1.2.3. A proposta de Bybee

Segundo Bybee (2003), as teorias lingüísticas têm se preocupado com questões referentes à natureza das gramáticas das línguas e com a maneira específica por meio da qual essas línguas adquirem tal gramática. Assim, durante os últimos anos, pesquisadores têm se dedicado à elaboração da teoria da GR, que corresponde ao processo de criação da gramática. Nessa perspectiva, a autora lista quatro descobertas dessa pesquisa:

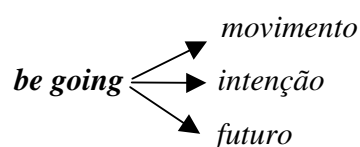
1. A gramática não constitui um sistema fechado, mas sim um sistema dinâmico, suscetível às mudanças e diretamente afetado pela língua em uso. Assim, os falantes promovem mudanças constantes, levando à criação de novos morfemas gramaticais e à perda de outros.
2. Existe uma trajetória unidirecional e previsível que parte do lexical em direção ao gramatical.
3. Os mecanismos de mudança são similares entre as línguas, portanto, constituem fenômenos universais.

4. A maioria dos mecanismos que constituem o processo de GR, mesmo os mais básicos, é de natureza cognitiva.

Assim, Bybee define GR como um processo pelo qual um item lexical torna-se um morfema gramatical dentro de construções particulares, com conseqüente generalização de sentidos, o que coloca, por sua vez, a gramática no âmbito de constantes mudanças, sendo criada e perdida gradualmente ao longo de trajetórias previsíveis e universais.

A autora elenca ainda algumas características referentes ao processo de GR:

- (i) Palavras e sintagmas são foneticamente reduzidos por meio de reduções, assimilações e apagamentos de consoantes e vogais, produzindo seqüências processualmente econômicas. Exemplo: *going to* > *gonna*.
- (ii) Significados concretos e mais específicos tornam-se mais abstratos e, por isso, generalizados, já que se tornam apropriados a um maior número de contextos. Exemplo:



- (iii) A frequência de uso dos itens ou construções aumenta radicalmente conforme a GR se desenvolve, graças ao aumento dos tipos de contexto nos quais o novo item ou construção se torna apropriado.
- (iv) As mudanças em GR são graduais e acompanhadas por muita variação, tanto em relação à forma, como em relação à função.

Entre outros exemplos de casos de GR, Bybee cita o desenvolvimento de línguas crioulas, como o Tok Pisin, a partir de uma língua *pidgin*, que emerge em situações em que o contato comunicativo precisa ser estabelecido, apesar de os indivíduos envolvidos não compartilharem nenhum idioma em comum. Primeiramente, o *pidgin* não apresenta construções gramaticais definidas, mas conforme passa a ser usado por um número maior de pessoas, essa gramática

começa a se desenvolver. Quando tal língua assume o estatuto de primeira língua, ou seja, passa a ser usada como língua materna de crianças, denomina-se língua crioula e o desenvolvimento gramatical passa a florescer ainda mais. Estudos dos caminhos do desenvolvimento gramatical de tais línguas têm revelado que esse processo corresponde àquele da GR em línguas que podem ser caracterizadas como já estabilizadas.

Segundo Bybee, esse caminho universal que leva ao desenvolvimento de uma forma gramatical pode ser representado pelo:

- (i) Caminho do movimento: *movimento em direção a um objeto > intenção > futuro*
- (ii) Caminho da vontade: *vontade ou desejo > intenção > futuro*

Para a autora, somente quando observamos as entidades na dimensão temporal podemos ver a relação entre elas, ou seja, *de onde elas vieram e para onde elas estão indo*. O que, de certa forma, permite uma comprovação da unidirecionalidade da mudança.

Uma outra observação muito importante feita pela autora é a de que os itens lexicais em GR têm seus significados generalizados, o que não significa que os conceitos abstratos estejam sempre ligados aos concretos, mas que eles têm suas fontes diacrônicas neles.

Alguns estudos recentes têm enfatizado a questão de que a GR é fruto de um processo de automatização ao qual as seqüências lingüísticas estão sujeitas. Isso porque essas seqüências podem, por meio da fala, ter a sua identidade perdida e sua forma substancialmente reduzida. Em relação a isso, Haiman (1994, 1998)³⁰ cita duas características de comportamentos ritualizados que se aplicam à GR:

- (i) palavras repetidas (*habituation*), que tendem a perder muito de sua força semântica específica, acabam sendo semanticamente generalizadas pela GR (*bleaching*)
- (ii) palavras repetidas (*habituation*) mudam de função por meio do processo de emancipação, no qual a função original, então instrumental, se torna uma função simbólica, totalmente relacionada ao contexto em que ocorre (mais abstrata). Assim,

³⁰ Apud BYBEE, J. *Cognitive processes in Grammaticalization*. Mimeo.

podemos dizer que essas palavras podem tornar-se o próprio símbolo de uma determinada situação, devido às repetições em um contexto específico.

Bybee também se refere à importância das inferências pragmáticas para o processo de GR, uma vez que, quando o mesmo padrão de inferências ocorre frequentemente com uma construção particular, pode se tornar parte do significado dessa construção. Nesse ponto, a autora recorre ao trabalho de Traugott (1989, 1995), identificando modelos relevantes de inferências que acarretam as mudanças semânticas em GR e a abstratização da expressão ou do item em questão.

A partir da generalização pode ocorrer o fenômeno da *descategorização* que consiste, basicamente, no processo pelo qual um nome ou mesmo verbo perde suas propriedades morfosintáticas, durante o processo, e se torna um elemento tipicamente gramatical. O item lexical “fonte”, do qual o gramatical se originou, pode permanecer na língua ou desaparecer, restando somente o gramatical.

Vimos, portanto, que, segundo Bybee, as construções gramaticais nascem por meio de repetições frequentes e que seus significados mudam através de processos de generalização e de inferências pragmáticas. Assim, as construções gramaticais podem ser caracterizadas como automatizadas, convencionalizadas. No entanto, seus significados e funções não são fixos e categóricos, ou seja, variam gradualmente com o tempo.

Sendo assim, fator fundamental para o desenvolvimento das construções gramaticais é a língua em uso. Portanto, não existe espaço para suposições acerca do *inatismo lingüístico*, uma vez que a noção de regras inatas é incompatível com a gradual, que é conduzida naturalmente pelo curso das mudanças gramaticais.

Por fim, Bybee lista os processos cognitivos envolvidos em GR:

- (1) habilidade para automatizar seqüências neuromotoras por meio da repetição;
- (2) habilidade para categorizar elementos lingüísticos recorrentes;
- (3) tendência a inferir mais do que o que foi dito;
- (4) tendência para habituar a repetição de estímulos.

Diante de tudo isso, para Bybee *et al.* (1994), a teoria da GR inclui algumas hipóteses, que também podem ser consideradas características diagnósticas do processo. Vejamo-las como um resumo dessa proposta, no quadro 6.

(i) <i>determinação original ou “pela fonte”</i>	o significado de uma construção ou item que entrou em GR determina o caminho que será seguido pelo processo e conseqüentemente o resultado do significado gramatical, no final dele
(ii) <i>unidirecionalidade</i>	o caminho tomado na GR é sempre do menos para o mais gramatical
(iii) <i>caminhos universais</i>	levando em consideração (i) e (ii), segue que esses caminhos são reconhecíveis em todas as línguas
(iv) <i>retenção de significado anterior</i>	nuanças semânticas da construção original podem ser retidas durante o processo
(v) <i>conseqüências da retenção semântica</i>	considerando (iii) e (iv), segue-se que formas atestadas podem colaborar na reconstrução dos estágios anteriores de uma língua
(vi) <i>abstratização semântica e redução fonológica</i>	a redução semântica se dá paralelamente à fonológica, produzindo uma “coevolução dinâmica de significado e forma”
(vii) <i>camadas</i>	o surgimento de novas camadas não está relacionado à perda ou disfunção de seus predecessores
(viii) <i>relevância</i>	quanto mais relevante uma categoria gramatical se revela, mais comumente ela se desenvolverá para um afixo

Quadro 6-Hipótese e Características do processo de GR

1.2. GR: características do processo

Hopper e Traugott (1993) nos fornecem algumas motivações e/ou fatores capacitadores que levariam uma forma a modificar o seu estatuto categorial. Vejamos, no quadro 7, uma breve relação entre as diferentes formas de se explicar a mudança lingüística e os princípios motivadores.

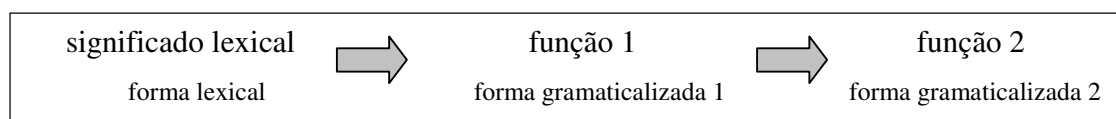
Gramática Gerativa	Aquisição da linguagem	Explica as motivações das mudanças por meio do processo de aquisição de linguagem. A motivação é imanente à língua, ou seja, apenas fatos lingüísticos são considerados.
--------------------	------------------------	--

Sociolingüística	Comunidade e contato	Explica as motivações das mudanças por meio das relações estabelecidas entre os diferentes perfis sociais em correlação aos fatores lingüísticos, ou seja, fatores lingüísticos somados a fatores sociais.
Gramaticalização	O papel dos interlocutores na negociação do significado em situações comunicativas (pragmáticas)	Explica as motivações das mudanças por meio das relações pragmáticas estabelecidas na interação entre a percepção e a interpretação do receptor e a busca pela expressividade do falante.

Quadro 7: Mudança lingüística: perspectivas

Diferenças no que é acessível durante a situação comunicativa (interação) podem levar cumulativamente à mudança lingüística, ou seja, o falante, que sente a necessidade de ser expressivo, de aumentar a quantidade de informação comunicada e ainda transmitir suas atitudes quanto à situação, poderá transmitir um *input* e esse ser processado, percebido ou interpretado pelo ouvinte de maneira não congruente com as intenções daquele. Além disso, o falante ainda lança mão do princípio da economia, colocando formas já existentes a serviço de novas finalidades que deverão ser percebidas e interpretadas pelo ouvinte.

Esse modo particular de entender a GR foi representado em Heine *et al.* (1991) por meio do esquema abaixo, no qual é apresentada uma primeira função gramatical, a partir do recrutamento de uma forma lexical. Segundo os autores, o resultado desse processo é a aquisição de um estatuto gramatical pela forma previamente lexical, o que pode ser continuado, a depender das necessidades de apresentação de funções ainda mais abstratas, o que pressupõe o surgimento de novas formas gramaticalizadas.



Bybee *et al.* (1994) não consideram as necessidades comunicativas como fatores realmente responsáveis pela motivação do processo, devido ao fato de que (i) é improvável a existência de um conjunto de necessidades que as línguas têm que cumprir e que satisfaça as especificidades de cada cultura e (ii) é possível que a GR acarrete o surgimento de formas gramaticais que virão a compor paradigmas em que outras formas já desempenham a mesma funcionalidade.

Segundo Longhin-Thomazi (2003), a questão relativa à motivação lingüística exigiu reflexão também de Meillet (1965[1912])³¹, segundo o qual os fatores que atuam no desencadeamento das mudanças que atingem o significado³² são relacionáveis às circunstâncias: *lingüística, histórica e social*.

A motivação pode ser considerada *lingüística*, quando é a estrutura interna à língua a responsável pela mudança semântica. Ela é possivelmente considerada *histórica*, quando, segundo Meillet, o referente alvo da mudança não altera sua terminologia em virtude de inovações tecnológicas e/ou culturais. Por fim, pode ser de natureza *social*, quando uma palavra apresenta sua significação alargada devido a uma *generalização* de seu uso, ou seja, quando o uso passa de um estreito círculo de pessoas a um bem maior. O mesmo pode ser dito em relação à situação caracterizada pela direção oposta, quando uma palavra apresenta sua significação reduzida devido a uma *especialização* de seu uso, ou seja, quando uma palavra de uso popular adquire um sentido mais restrito, a partir de empregos particulares, promovidos por grupos sociais também particulares.

A busca constante pela expressividade também é apontada por Meillet, segundo Longhin-Thomazi (2003), como motivadora para os processos de GR. Nesta mesma perspectiva, também Hopper e Traugott (1993) apontam-na como um aspecto relevante. Para esses autores, no processo de produção e de entendimento da fala, são utilizadas, tanto pelos falantes como pelos ouvintes, as estratégias de *rotinização* e de busca pela *expressividade*, ambas de ordem cognitivo-pragmática e capazes de refletir as motivações para a mudança. Essas estratégias atuam correlacionadamente; enquanto a primeira leva à repetição das mesmas expressões, colaborando para a sua simplificação e automatização, assim como para a redução dos esforços mentais e da expressividade, a segunda leva à busca de maneiras inovadoras de dizer as mesmas coisas, colaborando para a recuperação da expressividade perdida e, conseqüentemente, da informatividade.

A partir dessas observações, podemos dizer que Hopper e Traugott (1993) utilizam a pragmática para explicar a motivação da GR. Para eles, as mudanças de significados, assim como as estratégias cognitivas que as motivam, são centrais nos estágios mais incipientes do processo. Ambas estão intimamente associadas à expressividade e à pragmática, surgindo no contexto do

³¹ Essa discussão é estabelecida em *Comment les mots changent de sens*, trabalho que faz parte do já citado *Linguistique historique et linguistique générale*.

³² Vale ressaltar que, a partir desse momento, é enfatizada a *mudança de significado*.

ato de fala. Somente nos estágios mais tardios do processo, as formas envolvidas podem ou não se tornar rotinizadas e experimentar perdas semânticas, caso exemplificável nos estágios de morfologização. Mesmo nesse caso, os sentidos antigos podem ainda coexistir com os novos, resultando em novas polissemias.

Dessa forma, segundo Traugott e Heine (1991), embora numerosos, os fatores que intervêm nesse tipo de mudança permitem uma configuração em termos de condições motivadoras do processo. Esses fatores são: (i) o conteúdo semântico do termo; (ii) a adequação desse conteúdo ao processo de comunicação; e, (iii) a frequência de seu emprego. Estudos diacrônicos demonstraram que determinados campos semânticos apresentam uma maior resistência ao processo de GR, em relação a outros, ou seja, certos campos semânticos estão naturalmente mais aptos à produção de significados gramaticais, o que possibilita, segundo os autores, prever que tipo de forma gramatical tende a derivar de um determinado domínio lexical. Além disso, a frequência de uso da unidade lexical é imprescindível para o desencadear do processo, uma vez que uma unidade de uso não frequente não evoluirá semanticamente e se tornará incapaz de experimentar a GR.

Em relação a essas condições, enfatiza-se que, embora necessárias, elas não são suficientes, ou seja, uma unidade lexical pode contemplar todas as condições e, mesmo assim, não evoluir a gramatical, o que mostra, em resumo, que a natureza unidirecional do processo não representa uma predição das unidades lingüísticas que poderão experimentá-lo. Além disso, o curso evolucionar de uma unidade pode, a qualquer etapa, ser interrompido, o que não impossibilita algumas formulações de hipóteses que objetivem sinalizar os possíveis e mais regulares percursos semânticos experimentados na mudança³³.

Nessa perspectiva, Hopper (1991) também cita algumas características prototípicas da própria gramática, interlingüisticamente, que podem fornecer motivações para instâncias de implementação da GR e de seu estudo, colaborando para a apreensão de quais campos lingüísticos podem favorecer o desencadeamento do processo. O autor cita duas situações:

³³ Por exemplo, segundo Traugott e Heine (1991), uma unidade que designa ESPAÇO, ao se gramaticalizar, tende a se desenvolver em direção a uma designação de TEMPO. Certos termos, nessas condições, podem ainda continuar sua evolução e se transformar em unidades gramaticais indicadoras de CAUSA e CONCESSÃO. Esse percurso semântico pode ser admitido como “regular”, embora nem todas as etapas sejam obrigatórias.

- (a) categorias morfologizadas são seguramente consideradas parte da gramática das línguas. Como mostrou Bybee (1985), aspecto, número, tempo e caso ocorrem frequentemente nas línguas, como parte da morfologia afixal. No entanto, alguns destes podem ser empregados também em colocações menos presas, sob a forma de advérbios, entre outros elementos livres. Diante disso, conclui-se que as mesmas categorias, que são comumente morfologizadas, em uma determinada língua, podem ser candidatas a construções gramaticais emergentes em uma outra. Para exemplificar, Hopper lança mão da sugestão de Thompson & Mulac (1991) de que, no inglês vernacular, a expressão “I think” (eu acho) assume um estatuto muito próximo ao gramatical, no campo evidencial.
- (b) Certos tipos de itens lexicais tendem a evoluir para clíticos e afixos gramaticalizados e se tornar exemplos típicos dessa trajetória, em diferentes pesquisas, entre as quais Hopper cita a que focaliza o desenvolvimento de pronomes demonstrativos a artigos e marcadores de classe; a que mostra o desenvolvimento de verbos copulares e de movimento a morfemas aspectuais; a que se dedica a mudança de nomes locativos a adposições e afixos de vários tipos. Além disso, a ocorrência de itens lexicais em contextos frequentes, tais como o exemplo da palavra “foot” na expressão “at the foot of the Hill” (no pé da montanha), pode evidenciar um estágio incipiente da GR.

Além da questão da motivação, podemos dizer que a GR conta também com alguns mecanismos e características específicos que requerem um pouco mais de nossa atenção. É a isso que se dedicam as seções apresentadas na seqüência.

1.2.1. Mudança semântica

1.2.1.1. Processos metafóricos

A metáfora tem sido colocada como um dos aspectos centrais da mudança semântica em geral. Embora haja definições distintas desse processo, na literatura lingüística, muitas compartilham alguns pontos em comum, tal como a afirmação de que a metáfora corresponde a

um processo que leva ao entendimento, compreensão ou experimentação de uma coisa em termos de outra, a partir da transferência de um significado básico, usualmente mais concreto, para um mais abstrato. Ainda assim, é importante procedermos a uma distinção clara entre os tipos de metáforas, que podem ser:

Metáfora conceitual: aquela em que experienciamos um domínio em termos de outro como, por exemplo, a transferência do conceito de deslocamento no espaço para o de deslocamento no tempo.

Metáfora expressiva: aquela em que experienciamos poeticamente uma coisa em termos de outra como, por exemplo, a expressão *cabelo de ouro*.

Nessas condições, a metáfora pela qual nos interessamos, diante do processo de GR, consiste num processo de inferências através de fronteiras conceituais, desenhando uma espécie de mapeamento conceitual, por meio de saltos associativos não aleatórios, mas motivados pela analogia e também pelas relações icônicas. Diante disso, podemos dizer, retomando Lakoff & Johnson (1980), que o sistema conceptual estabelecido e formulado na própria percepção da realidade em que vivemos diariamente é amplamente metafórico, uma vez que recorrentemente, ainda que sem consciência clara, usamos um determinado domínio conceptual, mais básico e concreto, para nos reportarmos a um outro. O quadro 8, abaixo, ilustra alguns exemplos de metáforas conceituais usadas na nossa vida diária, sendo o exposto em (a) citado pelos autores e o exposto em (b) citado por Gonçalves, a título de exemplificação, em sala de aula:

METÁFORA CONCEITUAL	COMO VIVEMOS ESSA METÁFORA
a) argumento é guerra	“argumentos imbatíveis ”, “ atacar o ponto fraco de um argumento” “ ir direto ao alvo ”, “ demolir um argumento”, “ vencer um argumento” “ eliminar alguém”, “ por abaixo os argumentos”
b) tempo é dinheiro	“ consumir (gastar) tempo”, “ poupar tempo”, “ perder tempo”, “ investir muito tempo na elaboração do projeto”, “esse projeto me custou muito tempo”.

Quadro 8: Metáfora da vida diária

Resumidamente, a caracterização da metáfora conceitual extrapola a compreensão e experimentação de uma coisa em termos de outra, já que envolve a já mencionada *direcionalidade* da transferência, que parte de significados e domínios mais concretos, em direção aos mais abstratos. Essa transferência se dá a partir de *inferências conceituais*, motivadas por usos pragmáticos que buscam atender a razões interativas e expressivas, por meio de ocorrências prototipicamente baseadas em *processos analógicos*, fundamentados na integração de uma proposição que deverá ser conhecida como falsa³⁴, uma vez que membros de um determinado domínio semântico serão representados em termos de outro, graças à similaridade na percepção sensorial, em operações que se dão no eixo paradigmático, com o intuito de especificar o significado abstrato, não presente no contexto, em termos de outro, mais concreto.

Estudiosos como Sweetser (1988, 1991), Bybee *et al.* (1994) e Heine *et al.* (1991), acreditam, assim como vimos antes, que a GR é conduzida via processos metafóricos que apontam, igualmente, para domínios mais abstratos. Eles entendem a metáfora como uma estratégia cognitiva que possibilita o surgimento de itens gramaticais, uma vez que atua como uma espécie de veículo na transferência de significados. Nessa perspectiva, Traugott e Heine (1991) especificam que a metáfora, enquanto veículo que conduz um lexema, que passa pela GR, é governada por um conjunto de conceitualizações unidirecionais que prosseguem do concreto ao abstrato, e de conceitos que são próximos da experiência humana para aqueles que são mais dificilmente definidos nesses termos cognitivos. Esses autores discutem, por exemplo, a pertinência do desenvolvimento de termos que fazem referência a partes do corpo para locativos, de termos espaciais para temporais, e outros, em relação à conceitualização metafórica. Veremos, na seqüência, dois posicionamentos que guardam muitas semelhanças entre si e também com essa proposta.

1.2.1.1.1. Metáfora: transferência entre domínios cognitivos

Heine *et al.* (1991) e Sweetser (1988, 1991)

³⁴ Relação analógica entre fronteiras conceituais (Ele é um bloco de gelo) que não deve ser interpretada literalmente (Ele não é um bloco de gelo, mas tem as mesmas características deste).

A explicação acerca da transferência de estruturas lexicais para gramaticais fundamenta-se, em Heine *et al.*, em uma organização de categoriais cognitivas, na qual quanto mais à direita estiver o elemento, maior será o seu grau de gramaticalidade, tal como foi exemplificado, anteriormente, a partir da cadeia: PESSOA> OBJETO> ATIVIDADE> ESPAÇO> TEMPO > QUALIDADE.

A transferência de uma categoria para a outra não implica, necessariamente, a substituição da primeira pela segunda, podendo haver estágios em que categorias distintas coexistem lado a lado, revelando a inexistência de limites claros entre elas, de acordo com o princípio das cadeias de GR, também já abordadas.

Os autores chamam nossa atenção para o fato de que as categorias metafóricas distinguidas podem ser imediatamente refletidas na estrutura lexical, havendo, portanto, uma certa correspondência entre essas categorias e as classes de palavras, assim como exemplificado no quadro 9:

Categoria	Tipo de palavra	Tipo de constituinte
PESSOA	Nome humano	Sintagma nominal
OBJETO	Nome concreto	Sintagma nominal
ATIVIDADE	Verbo dinâmico	Sintagma verbal
ESPAÇO	Advérbio	Sintagma adverbial
TEMPO	Advérbio	Sintagma adverbial
QUALIDADE	Adjetivo, advérbio, verbo de estado	Modificador

Quadro 9: categorias metafóricas e classes de palavras

Dessa forma, a relação entre essas categorias ou domínios de conceituação é de natureza metafórica, como foi dito anteriormente, já que uma categoria pode conceituar outra, localizada, imprescindivelmente, à sua direita. Observemos os casos ilustrados abaixo, no quadro 10:

OBJETO>QUALIDADE	Preposição <i>com</i>	Cortou com a faca. (OBJETO)
		Cortou com rancor. (QUALIDADE)
OBJETO>ESPAÇO	Preposição <i>frente</i>	Minha frente. (OBJETO)
		De frente. (ESPAÇO)
ESPAÇO>TEMPO	Preposição <i>depois</i>	Depois de Maria. (ESPAÇO)
		Depois de amanhã. (TEMPO)

Quadro 10: Exemplos de mudança semântica

Dessa forma, à relação por meio da qual *objeto* pode conceituar *espaço*, este pode conceituar *tempo*, e assim sucessivamente, os autores dão o nome de *metáfora categorial*. A transferência, entre um domínio cognitivo e outro, ocorre por meio de passos discretos e unidirecionais, representativos de *saltos* ou *projeções* metafóricas, que apontam para uma maior abstração, ou seja, para um movimento em que uma categoria é *mais abstrata* do que outra que está à sua esquerda, e *menos abstrata* do que qualquer categoria à sua direita.

Por sua vez, Sweetser atribui ao fato de que a linguagem é formada pela cognição, a possibilidade de estabelecimento de conexões entre essas áreas distintas da experiência humana, tal como Heine, a partir de sua proposta escalar de trajetória para a GR. Com base nessa constatação, a autora também propõe uma teoria semântica eminentemente cognitiva, que toma como alicerce estrutural das línguas a percepção humana e o entendimento de mundo. Nesta direção, para a autora, é a estruturação cognitiva do ser humano que lhe permite estabelecer correspondências ou identificações entre as diferentes instâncias de sua experiência. Assim, as conexões de natureza cognitiva se dão a partir da correlação entre a nossa experiência física e os nossos estados mentais.

Em relação à apreensão dos domínios cognitivos, Sweetser apresenta uma proposta baseada, como vimos em 1.1.2.2., em um esquema formado por três componentes; o primeiro, representativo das experiências sócio-físicas, denominado domínio do *conteúdo*; o segundo, relacionado ao raciocínio lógico e denominado domínio *epistêmico* e, por fim, o domínio *conversacional*, que abrange as relações estabelecidas no ato de fala. A partir daí, notamos que, apesar de Sweetser, como Heine *et al.*, recorrer a domínios para estruturar a cognição humana, numa perspectiva lingüística, uma diferença em relação ao número desses domínios cognitivos postulados por essa autora em relação àqueles propostos por Heine *et al.* torna-se bastante evidente. Enquanto Sweetser, em determinados momentos, adota um número bastante reduzido³⁵ de domínios, Heine *et al.* alargam esse número, apoiados na necessidade de representar, especificamente, entidades prototípicas e fundamentais para a estruturação da experiência humana.

No entanto, essa distinção não prejudica o estabelecimento dos pontos de contato entre as propostas desses autores, nem obscurece o entendimento mais pormenorizado do mecanismo da

³⁵ Sweetser utiliza os domínios do “conteúdo”, o “epistêmico” e o “conversacional” para explicar alguns fenômenos, como, por exemplo, as conjunções e os verbos modais.

GR referente à transferência metafórica. Uma dessas semelhanças está no fato de que, também para Sweetser, por conta dessa tendência geral de usar a linguagem referente ao mundo externo, sócio-físico, para falar do mundo interno, mental, psicológico e emocional, existe um bem estruturado sistema capaz de possibilitar a união de domínios conceituais, como esses, aparentemente contrastantes. Esse sistema, denominado pela autora como *sistema metafórico*, é o responsável pelo direcionamento de várias mudanças semânticas, tal como sugerem também Heine *et al.*

Segundo a autora, o sistema metafórico, além de empreender mudanças semânticas, do ponto de vista diacrônico, também é responsável pela emergência e representação de formas polissêmicas e usos abstratos dos vocábulos, envolvidos no processo, do ponto de vista sincrônico, o que leva à pressuposição de que o sistema metafórico é altamente importante tanto para a análise semântica sincrônica quanto para a diacrônica, já que tanto a análise histórica da mudança pode esclarecer as conexões sincrônicas operantes e polissêmicas entre os diferentes domínios conceituais, quanto a análise dessas conexões sincrônicas podem esclarecer a mudança semântica, no decorrer da história. Essa caracterização dos aspectos sincrônico e diacrônico da mudança como co-operantes torna-os intrínsecos e impossibilita uma rígida separação entre eles. Essa mesma correlação também foi sugerida por Heine *et al.* enquanto uma característica da GR que abrange ambas as perspectivas de análise de maneira cooperante.

Nesta perspectiva, a metáfora não deve ser entendida como uma simples relação entre a palavra e o mundo, mas como um processo de estruturação do significado que opera por meio de projeções unidirecionais entre os diferentes domínios conceituais, sempre partindo das experiências físicas em direção aos estados psicológicos, também de acordo com a cadeia proposta por Heine *et al.*

Diante dessas considerações, os processos metafóricos podem ser entendidos, resumidamente, como uma característica semântica da mudança, em especial via GR, que acarreta a transferência de significados entre domínios de conceituação, responsáveis pela emergência de formas polissêmicas e indicativas dos diferentes estágios do processo, mediante uma trajetória unidirecional, que parte da concretude em direção à abstratização dos significados, passível de ser apreendida a partir das dimensões sincrônica e diacrônica e da correlação de ambas.

1.2.1.1.2. O princípio da iconicidade

As doutrinas centrais do estruturalismo do século XX são as que se referem à homogeneidade e à arbitrariedade da linguagem. Em especial essa segunda foi enfatizada por Saussure, que sustentava a existência de uma independência total entre um *significante* e um *significado*. No entanto, o autor também ressaltou que a arbitrariedade podia ser limitada mediante associações e motivações relativas.

O princípio que assegura a não arbitrariedade, ou seja, a propriedade de similaridade e/ou motivação entre um item e seu referente é, portanto, nomeado de “iconicidade”. Segundo esse princípio, a estruturação das categorias lingüísticas é feita com base nos mesmos critérios que direcionam as categorias perceptuais humanas, o que pressupõe a existência de uma ligação icônica entre a realidade e a língua.

Pierce (1977) estabeleceu a seguinte distinção:

- (i) iconicidade imagética: refere-se à semelhança sistemática que pode existir entre um item e seu referente (uma fotografia ou uma escultura de uma pessoa são ícones “imagens” dessa pessoa);
- (ii) iconicidade diagramática: refere-se a arranjos sistemáticos de signos. Ou seja, apesar de nenhum signo se assemelhar diretamente ao seu referente, esses podem estabelecer as mesmas relações possíveis entre os ícones e seus referentes.

Dessa forma, esse segundo tipo de iconicidade torna-se crucialmente importante para os estudos lingüísticos, em especial para os da GR, uma vez que sugere organizações e motivações lingüísticas particulares.

De acordo com isso, vários exemplos podem ser oferecidos:

Situação	Explicação	Exemplo
(a) ordenação e orações narrativas	Tendência de a ordem das orações nas narrativas se igualar à ordem dos acontecimentos descritos por ela.	(a) João acordou cedo, tomou banho, vestiu-se e saiu apressado (b)* João saiu apressado, vestiu-se, tomou banho e acordou cedo.
(b) quantidade de informação	Estabelecimento de uma relação proporcional entre a quantidade de material fonológico e a quantidade de conteúdo semântico veiculado pelo item (princípio da economia).	(1) (a) João pegou um resfriado. (b) João pegou um resfriado porque tomou chuva. (2) plural: mais informação, mais material fonológico.

		(3) distinção entre palavras lexicais e palavras gramaticais.
(c) nível de linguagem	Relação estabelecida entre a polidez e a complexidade morfológica e vocabular.	(a) Bom dia! [+formal, +complexo] (b) Oi! [-formal, -complexo]
(d) acessibilidade de informação	A distância lingüística que um afixo mantém de sua base reflete a distância em que o significado do afixo afeta o significado da palavra (BYBEE, 1985).	cant-a-va- (ASPECTO, TEMPO, MODO)- -mos (NÚMERO, PESSOA) ³⁶
(e) combinação de orações	As orações condicionais antepostas representam uma condição para a ocorrência do que é expresso na oração seguinte, codificando também um aspecto da realidade. A razão para a ocorrência dessas orações em posição anteposta provém da necessidade de aparecer primeiro a condição de que depende a realização ou não de um determinado aspecto codificado da realidade. ³⁷ (GREENBERG, 1964).	(a) Se fizer sol amanhã, iremos à praia. (b) Se você deixar, vou te beijar. (primeiro tem que deixar) (c) Se você comer tudo, te levo para passear.

Quadro 11: Exemplos do princípio da iconicidade

É importante ressaltar que existem vários contra exemplos para todos esses casos, graças à atuação, neles, de outros princípios concorrentes da iconicidade. A título de exemplificação, citamos, no caso da quantidade de informação, a possibilidade de concorrer o princípio da economia, etc.

Vale lembrar também que, segundo Hopper e Traugott (1993), embora represente um importante tópico, em especial nas propostas da semiótica e da semiologia, a iconicidade ficou esquecida pelos estudos lingüísticos americanos durante boa parte do século passado, período que corresponde ao vislumbamento das questões relacionadas à arbitrariedade do signo e, de modo mais geral, ao estruturalismo saussuriano, e, portanto, também à desaceleração dos estudos da GR. A atenção à iconicidade foi renovada por Jakobson (1966), Haiman (1980, 1983, 1985), Givón (1985), coincidentemente, no período em que surgia um grande interesse pela tipologia

³⁶ Assim, a ordem dos afixos, de acordo com o grau de importância dos mesmos, seria: **valência<voz< aspecto< tempo<modo<concordância de pessoa/número**

³⁷ Segundo o autor, essa tendência se mantém em todas as línguas.

lingüística e pelos universais da linguagem. Nesse período, em que os estudos da GR também eram renovados, alguns lingüistas começaram a aplicar seus critérios na descrição sincrônica de problemas gerais, assim como relacionar a iconicidade às mudanças semânticas envolvidas nesse processo.

Nessa perspectiva, Givón (2001) apresenta quatro princípios icônicos, também chamados de “regras” de *proto-gramática*, a saber:

(1) Regras de entonação:

- a. acento e previsibilidade: “partes de informações menos previsíveis são acentuadas”;
- b. melodia e relevância: “partes de informações que conceitualmente estão juntas são embaladas sob um mesmo contorno melódico”;
- c. pausa e ritmo: “o tamanho da quebra temporal entre partes de informações corresponde ao tamanho da distância cognitiva ou temática entre elas”;

(2) Regras de espaçamento:

- a. proximidade e relevância: “partes de informações que conceitualmente estão juntas são mantidas em proximidade espaço-temporal”;
- b. proximidade e escopo: “operadores funcionais são mantidos mais próximos dos operadores aos quais são relevantes”;

(3) Regras de seqüência:

- a. ordem e importância: “uma parte de informação mais importante é colocada na frente”;
- b. ordem de ocorrência e ordem reportada: “a ordem temporal em que os eventos ocorrem será refletida na reportagem lingüística dos eventos”;

(5) Regras de quantidade:

- a. expressão zero e previsibilidade: “informação previsível não será expressa”;
- b. expressão zero e relevância: “informação não importante não será expressa”.

1.2.1.2. Processos metonímicos

Os processos metonímicos relacionam-se aos metafóricos, enquanto experienciadores de tipos específicos de mudanças semânticas. Entretanto o estatuto da metonímia não equivale ao da metáfora. Enquanto essa é concernente a uma transferência semântica baseada na percepção de

similaridades de sentidos, sendo por isso analógica e icônica, aquela consiste também numa transferência semântica, mas por meio da contigüidade, denominada “indexical”, por Anttila (1972, p. 142 *apud* TRAUGOTT e HEINE, 1991). Por “indexical” entende-se que os pontos metonímicos dependem de relações semânticas estabelecidas no contexto.

Esse processo de transferência de significado, via deslizamento de referência, pode ser evidenciado quando uma palavra que designa uma realidade A é substituída por outra palavra que designa uma realidade B, por razões de contigüidade, de coexistência, de interdependência, que unem A e B, de fato ou mesmo apenas no pensamento. Nessas circunstâncias, pode-se dizer que ocorre um deslizamento de referência, em três tipos de contextos principalmente:

(i) Relação de contigüidade da experiência físico-social ou ainda sócio-cultural:

- (a) partes do corpo são expandidas para o espaço do mundo físico;
- (b) associação de condutas com certas pessoas ou classes de pessoas;
- (c) associação de atividades com um fator habilitado;
- (d) associação de um estado mental com um objeto ou causa.

(ii) Relação de contigüidade na pronúncia, ou seja, na realização sintagmática da fala:

- (e) o caso da perífrase francesa *ne...pas > pas*
- (f) os casos verificados na fala corrente: batatas fritas > fritas (filé com fritas, porção de fritas); trem metropolitano > metrô; bebida alcoólica > álcool³⁸.

(iii) Sinédoque ou relação de inclusão:

- (g) a parte pelo todo (*fingernail* [unha] > *finger* [dedo] > *hand* [mão])
- (h) o contingente pelo conteúdo (Bebi dois copos de leite quente.)
- (i) o autor pela obra (Hoje vamos estudar Clarice Lispector.) e etc.

Em todos os exemplos, a contigüidade e as associações que evidenciam a metonímia tendem a ser concretas. Segundo Hopper & Traugott, a metonímia pode se dar ainda por *independência conceitual*: “it results from a word used in a phrase where a notion in some way

³⁸ É interessante notarmos que esse processo destaca o que, no momento, é essencial no conceito designado, descartando o que é avaliado como não essencial, mediante o princípio da economia lingüística

connected whith its meaning is liable to form an element of the context (1993, p. 81), o que desloca a proposta de Traugott e Heine (1991) de contextos abertos e concretos, para aqueles mais cognitivos e fechados, relacionados aos contextos pragmáticos de conversação e de inferências conversacionais, baseados, portanto, no próprio discurso.

Assim, por meio dessa contigüidade, um conceito de origem [+concreto] desloca-se em direção a um conceito de chegada [+abstrato], sendo possível a ocorrência de um estágio intermediário, no qual ambos podem coexistir. Sendo assim, a GR é explicada como a extensão gradual do uso de uma entidade de origem, que é determinada pelo contexto, considerado o grande responsável pela reinterpretação de um determinado conceito.

Uma vez que a reinterpretação do significado de uma forma é induzida pelo contexto, os casos de contigüidade conceitual acarretam ambigüidade e levam o ouvinte a reinterpretar e reanalisar a forma fonte de acordo com o significado da forma alvo.. Desse modo, a manipulação discursivo-pragmática, que coloca os conceitos sujeitos a fatores sociais, é a grande responsável pelo surgimento de metonímias, cujas inferências conversacionais são convencionalizadas e entendidas segundo essa reinterpretação induzida pelo contexto. De acordo com Heine *et al.*(1991), passamos, agora, à explicação desse processo de acordo com os estágios ilustrados na seqüência:

Estágio I: em contexto específico C, uma forma lingüística F adquire um sentido adicional B, graças a um acréscimo a seu sentido central A, o que resulta em uma ambigüidade semântica, uma vez que, em um mesmo contexto C, dois sentidos, A e B, podem ser implicados, configurando um momento propício para o início do processo de mudança. Nesse caso, é a situação de comunicação que poderá contribuir para a determinação de um ou outro sentido, o que não exclui a possibilidade de o falante desejar comunicar A e o seu ouvinte interpretar B. A fim de exemplificar essa colocação, temos o exemplo do verbo *ir*, em ocorrência que denota um único sentido A:

(a) João vai à cidade
Aonde João vai?

[deslocamento espacial → X mover-se até/para Y]
[agente/ação com traço +animado]

Estágio II: o surgimento do sentido B possibilita que a forma relevante seja usada em novos contextos compatíveis com B, ainda que regidos pelo sentido primeiro A:

- (b) João vai trabalhar [ambigüidade: movimento ou futuridade?]
 Aonde João vai? João vai fazer o quê? [interdependência conceitual]

Estágio III: a convencionalização de B possibilita a formação de um novo foco que não compartilha as mesmas propriedades de A.

- (c) O prédio vai cair. [deslocamento temporal → somente futuridade]

Mediante esses estágios, podemos dizer que o caso do verbo *ir* evidencia um item que inicialmente funcionava como um verbo de movimento, uso claramente concreto, e que passa a funcionar como um marcador de futuro, uso mais abstrato, sem que, para isso, o primeiro uso tenha sido abandonado no sistema, o que evidencia a multifuncionalidade experimentada pelo item, com o processo da GR, tal como esquematizamos no quadro 12:

Estágio:	I	II	III
Tipo de conceito:	forma fonte	forma fonte/alvo	forma alvo
	A	A/B	B

Quadro 12: Estágios da mudança (HEINE, 1991)

1.2.2. Mudança morfossintática

1.2.2.1. Implementação dos processos de reanálise e de analogia

A *reanálise* e a *analogia* representam mecanismos importantes para a mudança lingüística em geral, especialmente para a morfossintática, podendo constituir sintoma saliente também da GR.

Sintaticamente, a GR atua na mudança que, de acordo com Hopper e Traugott (1993), parte de *categorias maiores*, constituídas por nomes e verbos, derivando *categorias intermediárias*, compostas por adjetivos e advérbios, e daí *categorias menores*, nas quais estão as preposições, as conjunções, os pronomes e os verbos auxiliares. Nessa direção, concordam com a pressuposição de que os elementos pertencentes à categoria maior são lexicais, enquanto aqueles pertencentes à intermediária são gramaticais, sendo, no entanto, menos gramaticais do que os que constituem a categoria menor, integrantes de uma classe mais fechada. Assim, evidencia-se que esses autores admitem que, com a mudança, os itens se tornam gramaticais e se já gramaticais, se tornam ainda mais gramaticais.

Nesse trabalho, Hopper e Traugott citam Langacker (1977, p. 58), que define a *reanálise* como uma mudança estrutural em uma dada expressão, que não necessariamente provoca nela modificações em seu comportamento superficial. Um exemplo típico seria a fusão de formas que ocorre na formação de perífrases, provocando uma redelimitação das fronteiras de palavra, sem alterar a manifestação superficial das formas que compõem tal perífrase. Assim, numa perspectiva limitada à mudança categorial, entende-se a *reanálise* como um desenvolvimento de estruturas novas a partir de estruturas velhas, em que a estrutura abstrata muda sem provocar mudanças na estrutura superficial dos elementos.

Nesta perspectiva, Newmeyer (2000) identifica diferentes tipos de reanálise:

(i) a reanálise de estrutura de constituinte e de estrutura hierárquica, responsável pela alteração nas fronteiras entre constituintes, sem para isso representar um caso de GR, tal como mostra o exemplo:

(1) A mudança de [X para + SN]+ infinitivo > X [para+ SN+ infinitivo]

Ele [**pediu para Maria**] fazer o almoço >

Ele pediu [**para Maria fazer o almoço**] >

Ele pediu [**para eu (>mim) fazer o almoço**] ³⁹

(ii) a reanálise de rótulo categorial, responsável pela alteração da ordem de palavras, que, segundo o exemplo abaixo, representa um caso legítimo de GR:

(2) Chinês: construções com verbos seriais (verbo > marcador de objeto)

³⁹ Esse exemplo foi dado em aula por Gonçalves, S. C. L.

S ba O V O (ba= pegar) —————> (ele [S] pegou [V] bola [O] e chutou [V] a bola [O])

S ba-O V (ba = marcador de objeto) —————> (ele [S] pegou-bola [O] chutou [V])

(iii) a reanálise que envolve grau de coesão

(3) perda das fronteiras entre os constituintes

Let *us* (*objeto pronominal*) > Let's (clítico) > Lets (sem limite claro de clítico)

Ex.: Let's go > Lets give you a hand.

Deixa eu > Deix'eu > (dei)xeu⁴⁰

Ex.: (Dei)xeu fazer esse trabalho logo...

Segundo a perspectiva gerativista de Newmeyer, os fatores que explicam a reanálise correspondem e estão circunscritos àqueles que levam uma criança a construir gramáticas em que são atribuídos rótulos categoriais diferentes a um determinado elemento ou a uma seqüência de elementos, formando um conjunto estrutural de constituintes diferente daquele que compunha a gramática de seus pais. Assim, duas motivações podem ser reconhecidas:

(a) casos de opacidade: nos quais, mudanças lingüísticas, tais como as de ordem fonológica, impedem que a criança atribua a uma determinada estrutura a sua análise anterior, desencadeando a reanálise estrutural;

(b) casos de expressões exploratórias: em outras situações, o falante pode sentir necessidade de enfatizar, reforçar, tornar mais claro, ou ainda pode ser motivado por outras razões exploratórias. É o que exemplifica a negação *ne...pas* do francês. Seu uso tornou-se tão espreado que a criança, durante o processo de aquisição da língua, tomou-o como parte intrínseca da negação e, conseqüentemente, efetuou uma reanálise categorial do Nome para um constituinte do Sintagma negativo.

Nesta perspectiva, alguns autores, como Newmeyer (2000), ao criticar a GR, defendem que esse processo depende da reanálise, enxergando-a numa relação de equivalência com a alteração categorial, sugerida, segundo ele, pela própria definição do processo de GR. Assim, sem a reanálise, o processo pode configurar qualquer outro fenômeno lingüístico a não ser o da

⁴⁰ Exemplo também dado em aula por Gonçalves, S. C. L.

GR. Outros autores descartam a necessidade desse processo ser acompanhado pela reanálise. Exemplos que poderiam constatar casos de GR em que o status do núcleo frasal determinante permanece sem mudança, ou seja, sem que nenhuma reanálise esteja envolvida, são dados pelas trajetórias que envolvem a GR:

- (a) de um demonstrativo em artigo definido (*this man > the man*)
- (b) de um artigo definido em um artigo não-genérico
- (c) do numeral *one* para um artigo indefinido (*one man > a man*)

Sendo assim, apesar de a reanálise representar o principal fator da mudança e de alguns autores, como até mesmo Meillet, a terem identificado com a GR, é importante reconhecer que, embora muitos casos de reanálise sejam realmente casos de GR, nem todos são resultados da transformação de um item lexical em mais gramatical, o que, portanto, não configura o processo.

A *analogia*, como levantado em seções anteriores, diz respeito à utilização de formas que já existem na língua para substituir outras que também já existem. Assim, enquanto a *reanálise* pode provocar mudanças semânticas, sintáticas e/ou morfológicas, alterando inclusive o sistema de regras, a *analogia* provoca alterações que expandem essa regra, no interior do sistema lingüístico, sem, para isso, mudá-la. Dessa forma, a *reanálise* lida com mudanças subjacentes e, em contrapartida, a *analogia* lida com as superficiais.

Meillet (1912) interpretou a *analogia* como sendo, estritamente, um processo por meio do qual as irregularidades gramaticais são regularizadas, focalizando-se nessa regularização o nível morfológico. Segundo ele, esse mecanismo era visualizado como uma proporção, ou seja, a “criação” de uma forma a partir do modelo de uma outra.

Na fórmula de proporção, um membro é escolhido como protótipo, ou seja, como modelo para a criação de outras formas. As diferentes teorias do protótipo (COLEMAN e KAY, 1981; KLEIBER, 1991; DUBOIS, 1991⁴¹) consideram que categorias lingüísticas distintas organizam-se em torno de seus melhores exemplos, protótipos ou modelos. Assim, por meio da *analogia*, generaliza-se esse modelo e conseqüente se regularizam as formas.

⁴¹ *Apud* BAT-ZEEV SHYLDKROT, H. *Tout: polysémie, grammaticalisation et sens prototypique*. Langue Française, n° 107, 1995.

Apesar de só a reanálise criar novas estruturas gramaticais, o papel da analogia também é muito importante no estudo da GR, porque também ela evidencia para o falante de uma língua, assim como para os estudantes dela, a instauração do processo de mudança.

Podemos tomar como exemplo da interação da reanálise e da analogia o processo de mudança da negativa do francês (HOPPER e TRAUGOTT, 1993). Vejamo-lo:

ESTÁGIO 1: A sinalização da negação era realizada a partir da colocação da partícula *ne* antes do verbo.

ESTÁGIO 2: Um verbo de movimento negado pela partícula *ne* poderia eventualmente ser enfatizado pelo pseudo-objeto nominal *pas* (que então significava ‘passo’): *Il ne va (pas)*

ESTÁGIO 3: A palavra *pas* sofreu reanálise e passou a funcionar como partícula negativa, em uma estrutura do tipo: *ne Vmovimento (pas)*

ESTÁGIO 4: O *pas* foi estendido analogicamente para outros verbos que não mantinham relação com o traço [+movimento], ou seja, houve a generalização da estrutura *ne V (pas)*: *Il ne sait (pas)*.

ESTÁGIO 5: A partícula *pas* foi reanalisada como um concomitante obrigatório do *ne* na marcação da negação em geral: *ne V pas*.

ESTÁGIO 6: Na língua falada, *pas* vem cumprindo a função de *ne* por meio de dois estágios: *(ne) V pas* (reanálise de *ne* como opcional), *V pas* (reanálise pela perda de *ne*). Assim, como resultado do processo, temos: *Il sait pas*.

Assim, percebemos que esses dois mecanismos possuem efeitos distintos. A reanálise envolve uma reorganização linear, portanto, sintagmática e local, ocasionando uma mudança na regra, sem, contudo, ser diretamente observável, enquanto, por outro lado, a analogia envolve essencialmente uma organização paradigmática, ou seja, uma reorganização superficial dos padrões de uso, tornando observáveis as mudanças que não o eram na reanálise. Vejamos a interação desses mecanismos, no gráfico abaixo, que representa o desenvolvimento de *be going to*.

			Eixo sintagmático
			Mecanismo: Reanálise
ESTÁGIO 1:	be	going [to visit Bill] V direção propósito	
ESTÁGIO 2:	[be going to]	visit Bill V ação	
(por reanálise)	ESTÁGIO 3:	[be going to] like Bill V	
(por analogia)	ESTÁGIO 4:	[gonna] like/visit Bill (por reanálise)	
			Eixo paradigmático
			Mecanismo: Analogia

No primeiro estágio, temos um verbo direcional e uma oração que exprime um propósito. No segundo, já há um auxiliar de futuro, acompanhando um outro verbo que exprime atividade, como resultado da reanálise. No terceiro, a partir da analogia, ocorre uma ampliação dos tipos verbais, ou seja, uma abertura no antigo paradigma. No quarto e último estágio, surge, via reanálise, o auxiliar complexo a partir de um só morfema *gonna*.

Por fim, é importante ressaltar que tanto a analogia como a reanálise são mecanismos de grande importância para o quadro da mudança lingüística. No entanto, isoladamente não são suficientes para que ocorra o processo de GR.

1.2.3. Redução fonológica

Segundo Heine *et al.* (1991), quando uma unidade lingüística está gramaticalizada, seu corpo fônico tende a sofrer erosões, que indiciam concretamente a ocorrência da GR, já que caracterizam o ajustamento do item ao seu novo paradigma, uma vez que uma palavra lexical, quando se torna gramatical, precisa sofrer ajustes também em relação ao seu tamanho, como vimos no princípio da iconicidade, segundo o qual o tamanho de um item é proporcional ao significado que ele veicula.

Bybee (2003) explica as reduções fonéticas essencialmente a partir da lei do menor esforço, responsável pela transformação dos itens mais frequentemente usados em itens mais curtos do que aqueles menos usados. Assim, a rotinização também seria responsável pela perda de material fonológico. Como exemplo podemos citar os casos (a) e (b) abaixo:

- a) **Vossa mercê** (expressão lexical) > **Vosmecê** > **Você** > **cê** (pronomes/clíticos)
- b) **Estar** (item lexical, estar de pé) > **estar** (auxiliar) > **ta** (auxiliar/clítico?)

Segundo Newmeyer (2000), quatro fatores podem ser utilizados para explicar a ocorrência desse processo, a saber:

(i) Princípio da quantidade: relativo à relação icônica, já explicitada, entre a quantidade de informação veiculada e a quantidade de codificação lingüística. Vale ressaltar, no entanto, que nem sempre uma forma reduzida é a responsável pela veiculação da menor quantidade de informação. Vejamos o exemplo:

*Mary **doesn't** study linguistic any more:* nesse caso *not* se reduz mesmo veiculando informação importante, o que não ocorre com *does*.

(ii) Lei do menor esforço: as expressões lingüísticas mais frequentemente usadas tendem a ser encurtadas;

(iii) Valor da informação: pressuposta correlação entre o *valor da informação* de um determinado signo lingüístico e a *quantidade de material* empregado para expressá-lo (princípio distintivo entre itens que veiculam informação referencial e gramatical);

(iv) Motivação física: quanto mais uma determinada entidade física é usada, mais provavelmente ela se esgotará, o que leva a uma relação entre a frequência de uso de um elemento gramatical e a redução da substância fonética experimentada por ele.

Toda essa abordagem acerca dos mecanismos que operam a GR mostra que a direcionalidade típica, atribuída a esse processo de mudança pelos teóricos, pode ser visualizada nos diferentes níveis da língua:

- (i) nível semântico: significados mais concretos se tornam mais abstratos, não podendo ocorrer o fenômeno inverso⁴².
- (ii) nível fonético: a mudança recobre a uma redução da substância fonética.
- (iii) nível morfossintático: ocorre um processo de recategorização, que deve partir de uma categoria maior ou intermediária, em direção a uma categoria menor. Assim, nomes podem, via processo de GR, se transformar em advérbios e estes em conjunções ou mesmo preposições, não sendo provável, no entanto, ocorrer a derivação inversa.

1.2.4. Mudança semântica, reanálise e redução fonética

Embora não haja um consenso entre os “gramaticalizadores” em relação aos estágios da GR, ou mesmo, à existência de uma seqüência dos mecanismos na sua implementação, e, embora, Hopper e Traugott (1993) afirmem que não há exatamente nada de determinístico sobre a GR e a sua unidirecionalidade, Newmeyer cita três posições, nas quais podemos depreender tentativas de organização dos mecanismos e características enumeradas até aqui. Assim,

- (i) Primeira posição: Segundo Heine *et al.* (1991), mudanças conceituais ou semânticas tendem a preceder as mudanças morfossintáticas. Como se discute amplamente, na diacronia, os ajustes estruturais, evidenciadores da reanálise morfossintática, tendem a proceder à reanálise funcional, elaborada e criativa, ou seja, as mudanças semânticas e pragmáticas;
- (ii) Segunda posição: Para Hopper e Traugott (1993), de modo geral, a mudança de significado acompanha a mudança sintática, o que é tratado por Bybee *et al.* (1994) como uma co-operação entre os mecanismos da reanálise semântica e estrutural;

⁴² Heine et al. (1991), Sweetser (1988, 1991), Traugott & König (1991), Hopper & Traugott (1993).

(iii) Terceira posição: Para Harris e Campbell (1995), que seguem os princípios de Meillet, a GR está sempre associada com o desbotamento semântico, o qual corresponde ao resultado da reanálise, ou seja, corresponde à essência da reanálise.

1.3. Um diálogo com a teoria

Até o momento, a partir de uma explanação geral, em relação ao fenômeno, e do delineamento de sua trajetória histórica, desde os antecessores de Meillet (1912), retomamos, resumidamente, as perspectivas teóricas de diferentes autores no que se referem ao processo de mudança lingüística denominado GR. Nesta direção, percorremos uma exposição dos trabalhos de Givón (1979); dos alemães, Heine e Reh (1984), Heine *et al.* (1991) e Lehmann (1982); Hopper (1987, 1991, 1996); Traugott (1982, 1989) e Traugott e König (1991); Sweetser (1988, 1991) e, por fim, Bybee (2003). Essa exposição, tal como a realizada por Longhin-Thomazi (2003), revelou que os diferentes pontos de vista teóricos acatam prioridades também distintas, relacionadas ora à formulação de concepções para o fenômeno, ora ao estabelecimento de princípios universais, a partir da descrição das regularidades reveladas no processo.

Em linhas gerais, podemos afirmar que todos os autores concordam, mediante suas definições, que a GR diz respeito a um processo de mudança que leva itens, pertencentes a paradigmas mais abertos, a integrar paradigmas mais fechados. Assim, podemos também afirmar que o trabalho de Givón, além de representar um importante marco de retomada significativa dos estudos da GR, representa também a instauração da possibilidade de apreensão desse processo de mudança a partir das relações pragmático-discursivas envolvidas no fenômeno. O tão famoso *cline* proposto pelo autor revelou uma disposição cíclica do processo, envolvendo, ao mesmo tempo, as relações de ganhos e de perdas, no que diz respeito aos diferentes níveis de análise. A partir das perspectivas givonianas, em correlação com a de Meillet (1912), podemos ainda proceder a uma distinção, colocando, de um lado, aqueles autores que elegem, como característica imprescindível desse processo, a perda de autonomia sintática, semântica e pragmática, e/ou que, pelo menos, dão maior ênfase a essa característica do processo (HEINE e REH, 1984; LEHMANN, 1982; HOPPER, 1987, 1991, 1996) e, de outro, aqueles autores que acreditam que esse fenômeno não pode ser eficientemente explicado em relação às suas perdas,

dependendo, pois, necessariamente, da abordagem dos ganhos de abstração e de informação pragmática, intrinsecamente relacionados ao processo (TRAUGOTT, 1982, 1989; TRAUGOTT e KÖNIG, 1991; HEINE *et al.* 1991; SWEETSER, 1988, 1991; HOPPER e TRAUGOTT, 1993; BYBEE, 2003).

Nesse sentido, não podemos realizar um juízo de valor, apontando quais são e quais não são as perspectivas mais adequadas mediante a abordagem do fenômeno, mas podemos, com toda certeza, apresentar conclusões e/ou pontuações a partir do diálogo teórico possibilitado nessa exposição. O primeiro ponto a ser observado, segundo Longhin-Thomazi (2003), é o de que cada teoria se ocupa de pressupostos próprios, relacionados aos seus próprios objetivos, que podem levá-los a assumir preocupações e objetos também distintos. É possível percebermos, também, que, no que tange a terminologia, podem ocorrer desencontros entre os autores, tal como foi pontuado em relação ao uso do termo e do conceito de expressividade por Meillet e por Traugott, à noção de pragmática adotada por exemplo por Givón e por Traugott e Sweetser, assim como outros tantos conceitos.

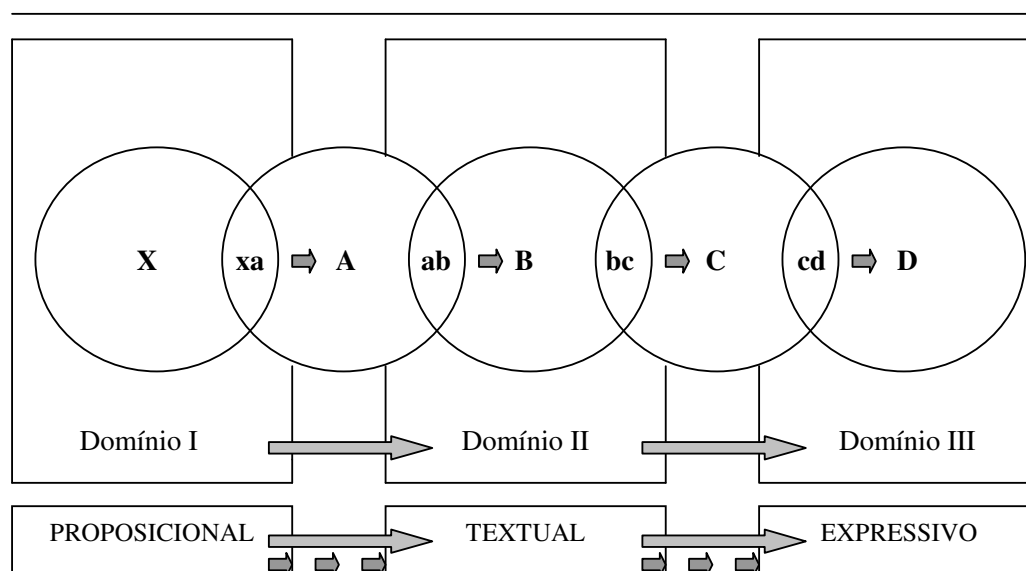
Por outro lado, a exposição possibilitou que verificássemos um compartilhamento de algumas preocupações, no que diz respeito à busca de uma apreensão mais abrangente e pormenorizada do fenômeno da GR, em relação à complementação dos princípios de Hopper (1991), voltados para os estágios incipientes do processo, aos princípios de Lehmann (1982), mais especificamente relacionados aos estágios avançados da mudança, alcançando, ambos, em conjunto, uma abordagem suficientemente ampla e capaz de depreender “perdas e ganhos”, já postulados por Givón.

Nessa análise teórica, depreendemos também, num segundo momento, diferentes mecanismos e características concorrentes, que subjazem à mudança empreendida via GR. Primeiramente, a observação dos aspectos que motivam o desencadeamento do processo revelou que a busca pela expressividade, relacionada às necessidades comunicativas dos falantes (MEILLET, 1912) e à utilização de estratégias associadas ao contexto comunicacional e, portanto, de natureza discursivo-pragmática (HOPPER e TRAUGOTT, 1993), constituem fatores intrínsecos à motivação do processo, ainda que nem todos os teóricos concordem com isso⁴³.

Na seqüência, a observação dos mecanismos envolvidos na GR revelou-a como um fenômeno regido por forças semânticas de naturezas distintas, mas complementares. Dessa

⁴³ tal como BYBEE, 1994.

forma, a adaptação do modelo metonímico-metafórico de Heine *et al.* (1991) propõe uma explicação que conjuga essas forças semânticas de acordo com os seus papéis no processo da mudança:



⇒ Reinterpretação induzida pelo contexto-Metonímia (TRAUGOTT)

⇒ Transferência entre domínios conceituais-Metáfora (SWEETSER)

Quadro 13: Adaptação do esquema metonímico-metafórico de Heine *et al.* (1991)

De acordo com o esquema, num plano geral, a metáfora, segundo a concepção semântico-cognitivista de Sweetser, assim como de Heine *et al.*, opera em domínios conceituais e paradigmáticos, capaz de acarretar uma abstratização do significado, atuando como uma estratégia que se dá a partir de saltos ou projeções de significado entre categorias cognitivas, caracterizando domínios discretos. Num plano mais específico, a metonímia, segundo a concepção de Traugott, é basicamente pragmática, refletora de um processo que desvenda a interpretação conceitual induzida pelo contexto, em situações específicas, portanto, basicamente sintagmáticas, que promovem uma extensão gradual do significado em uma direção única e contínua.

Tendo em vista esses processos, Heine *et al.* (1991) afirmam que a GR inclui uma *macroestrutura*, associada a domínios cognitivos e relações promovidas entre eles, por meio de similaridades e da atuação da analogia, e uma *microestrutura*, que, por outro lado, está relacionada ao contexto, capaz de induzir interpretações que levarão à convencionalização de

implicaturas conversacionais, como novos sentidos. Diante disso, podemos dizer que, fazendo uso de uma outra terminologia, esses autores também focalizam a transferência de significado via metáfora e metonímia, respectivamente. Ambas, portanto, apontando uma trajetória unidirecional que sinaliza um aumento de abstração do item ou construção que parte do domínio *proposicional*, em direção ao *expressivo*, podendo passar pelo *textual*, de acordo com a organização da linguagem sugerida por Traugott. É bom ressaltar que, nessa trajetória, portanto, estão presentes os dois processos, cada qual captando facetas distintas da mudança; sob um enfoque mais distanciado, enxergamos apenas os significados voltados para a demarcação estanque de cada um desses domínios e, sob um olhar mais aproximado, depreendemos a continuidade de usos que experimentam a transição de um domínio a outro por meio das etapas de sobreposição, ambigüidade e polissemia.

Mecanismos e sintomas salientes também envolvidos na ocorrência da GR são a *reanálise*, capaz de provocar alterações morfológicas, sintáticas e/ou semânticas, que podem modificar regras do sistema lingüístico, e a *analogia*, capaz de provocar alterações que levam à expansão de regras do sistema, sem, para isso, modificá-las. Dessa observação surge a importante constatação de que, na GR, pode ocorrer a conjugação da analogia, lidando com mudanças superficiais, com a reanálise, lidando com mudanças subjacentes, já que isoladamente nem uma nem outra são suficientes para a constituição do processo.

Como característica e mecanismo da GR foi apresentado, ainda, o princípio da iconicidade, que, constituindo um alvo de críticas, pressupõe uma identidade entre os critérios que subjazem à estruturação das categorias lingüísticas e às categorias da percepção humana. Essa identidade é importante tanto na mudança semântica quanto na redução fonológica, relativa à rotinização e ao reajuste paradigmático.

Em relação a todas essas observações, podemos, até então, entender a GR, como um processo unidirecional de mudança, que lança mão de determinadas motivações e mecanismos, capazes de atingir os diferentes níveis da linguagem e conferir ao item ou à construção um novo significado, mais abstrato e pragmático, o que se relaciona à perda de autonomia desse item e à necessidade de ele manter-se relacionado a outras palavras.

Contudo, é possível, dentro desse quadro teórico geral da GR, adequarmos as diferentes perspectivas e o conjunto de mecanismos e características do processo ao nosso objeto de análise, com o intuito de depreender o modo como entenderemos esse processo. Mediante essas

constatações passaremos, na próxima seção, à apresentação da conceituação de GR diante do fenômeno específico que objetivamos analisar, ou seja, a GR do MD *assim*. Para definirmos, portanto, esse processo, no âmbito da emergência dos marcadores discursivos, é indispensável nos aventurarmos por uma discussão delimitada pela questão: *gramaticalização* ou *discursivização*?

CAPÍTULO 2

Gramaticalização ou Discursivização?

O propósito do presente capítulo é abordar as questões emergentes da controvérsia existente entre gramaticalização e discursivização (doravante DC), a partir da apresentação das perspectivas teóricas adotadas basicamente por Martelotta (1996, 2004), e Traugott (1982, 1995, 2003), na tentativa de compreender o processo de mudança que origina um conjunto de itens de natureza lingüisticamente diferenciada, os marcadores discursivos (MD, daqui em diante).

Para tanto, procuraremos abordar, primeiramente, a perspectiva teórica que tange à proposta do processo de DC e, na seqüência, a perspectiva relativa ao processo de GR, destacando, em ambas, as definições de alguns pontos importantes para as considerações pretendidas, a saber: (i) a definição de GR; (ii) a definição de DC; (iii) a definição de discurso; (iv) de gramática; e (v) de MD.

Serão tecidos comentários, pontuando características de ordens distintas em relação a cada um dos posicionamentos focalizados, com o intuito de promover uma aproximação entre eles e, por fim, a conseqüente avaliação da pertinência de cada um desses posicionamentos, dentro do quadro teórico avaliado como mais coerente, de acordo com a perspectiva funcionalista de linguagem, no item “Mais um diálogo com a teoria”.

2.1. A perspectiva da DC

A adoção e concepção de dois processos distintos e especiais de mudança, a GR e a DC, ainda que não sejam suficientes para traçar, entre eles, um limite nítido, nascem, segundo Martelotta (2004), da observação, de um lado, de itens denominados MDs, que assumem tendências mais livres, em relação às restrições gramaticais, maiores possibilidades sintáticas de colocação, e que desempenham prioritariamente funções voltadas à adaptação do discurso ao seu

contexto de produção, e, de outro, de itens denominados *operadores argumentativos* (OAs), que ocupam posições mais fixas na sentença, assumindo funções prototipicamente gramaticais.

Nessa perspectiva, a GR é entendida por esse autor como um processo que pode levar itens lexicais e construções sintáticas a assumir, dentre outras possibilidades, funções referentes à organização interna do discurso ou a estratégias comunicativas, ou seja, a funcionar, mais especificamente, como OA, enquanto a DC leva-os a assumir função exclusiva de MD, podendo modalizar ou reorganizar a produção da fala, quando a sua linearidade é perdida, ou preencher o vazio causado por essa perda de linearidade, tal como proposto em Vincent, Votre e LaForest (1993).

Cabe aqui distinguir OAs de MDs. Os primeiros são, segundo Martelotta (1996, p. 194-195), funcionam na organização básica e interna do uso da língua, sem fazer referência a fatos do universo biossocial. Além de desempenhar essas funções de caráter gramatical, ainda conferem uma orientação argumentativa ao discurso. Especificamente, os OAs tendem a:

- (i) funcionar como elementos anafóricos ou catafóricos, aludindo a dados textuais já mencionados ou por mencionar, como, por exemplo, a ocorrência de *lá*, no trecho “eu tenho de ir a Petrópolis...você vai comigo? (...) aí fomos as duas e tal...chegamos *lá*...”;
- (ii) ligar porções textuais dando-lhes uma orientação lógica, como na ocorrência de *porque*, no trecho “é bom à beça *porque*...lá...lá é tudo assim calmo...”;
- (iii) operar estratégias argumentativas chamando a atenção do ouvinte, tal como *então* em “Mas, *então*, com meu pai não dava muito certo”.

Por outro lado, os MDs, como já dito, estariam mais relacionados à orientação da interação. Em relação a essa classificação, o próprio autor admite que é “impossível estabelecer nítida distinção entre elementos de função eminentemente textual como os OAs e elementos basicamente interativos como os MDs” (MARTELOTTA, 1996). Para corroborar essa dificuldade e, na verdade, tornar ainda mais clara a impossibilidade de ser estabelecida tal distinção, ainda retoma uma afirmação de Risso, Silva e Urbano (1996), segundo a qual, de acordo com a perspectiva textual-interativa, todo elemento de função textual cumpre sempre, de maneira contrabalanceada, uma função orientadora da interação, ainda que fragilmente, sendo o inverso também verdadeiro.

Frente a essa colocação, podemos, já de início, questionar essa tentativa de divisão: OA,

com funções textuais e MD com funções interativas e pontuar o reconhecimento desse questionamento por parte do próprio Martelotta. Na verdade, ao retomar uma definição de MD, apresentada por Risso *et al.* (op.cit.), sob a perspectiva textual-interativa, o autor já evoca uma concepção de texto como objeto de estudo e campo de apreensão de regularidades capazes de caracterizar as formas de processamento das estratégias, dos mecanismos de sua estruturação e também das suas funções pragmático-textuais, configurando um produto materializado lingüísticamente que, ao mesmo tempo, congrega e sinaliza o processo de formulação textual e de interação (JUBRAN, 2006). Assim, o autor chama a atenção, conseqüentemente, ainda que de maneira não proposital, para um ponto questionável de sua própria definição, o que, portanto, ao invés de corroborar a sua caracterização, acaba por apresentar-lhe uma incoerência, sobre a qual é estabelecida toda a distinção entre GR e DC.

É importante ter claro que, de acordo com a perspectiva textual-interativa, a análise das estratégias lingüísticas não resulta em uma dicotomia de funções textual e interativa, mas as conjuga, a partir de um princípio de *gradiência*, regulado pela dominância. Uma vez considerado esse princípio, será imprescindível uma tipologia funcional dos fatos discursivos, baseada em um *continuum*, que comporte, de um lado, os elementos com funções predominantemente relacionadas à organização, condução, manutenção ou até quebra do fluxo de informação (+textuais) e, de outro lado, os elementos predominantemente focalizadores das circunstâncias enunciativas (+interativos), sendo que entre um e outro pólo, estão as classes intermediárias. Essa observação mostra, portanto, um balanceamento entre as funções textual e interativa, não a apreensão de uma em detrimento da outra, ou seja, um item, ao desempenhar sua função prototípica de ordem interacional, preserva algum traço de funcionamento textual, ainda que esse seja mais sutil, em relação ao outro. Assim, uma mesma forma pode prestar-se a diferentes funções, podendo enquadrar-se, conseqüentemente, em classes também diferentes, constituindo, exatamente por isso, classes não discretas, mas fluidas, graças à instabilidade das configurações discursivas (JUBRAN, 2006).

Ainda assim, Martelotta (1996, 2004) propõe que, como resultado da GR, o elemento pode se tornar mais gramatical, assumindo posições mais fixas na cláusula e, por isso, apresentando-se mais previsível no que diz respeito a seu uso. Na DC, o elemento se torna um MD, menos gramatical, passando a assumir funções relacionadas ao processamento do discurso, conseqüentemente, funções interativas, perdendo restrições gramaticais típicas de seu uso

original e tendo o seu leque de possibilidades de colocação aumentado.

A afirmação acima de que o elemento, ao assumir a função de MD, torna-se “menos gramatical” pressupõe, obviamente, uma função prévia gramatical, que, se desenvolvida via GR, leva-nos a pensar em um movimento contrário, ou seja, na desgramaticalização. Os trabalhos que defendem a pertinência da DC, ainda que lançando mão da definição apresentada, não tratam e nem sequer mencionam essa questão, que, no mínimo, exigiria, para a sua resolução, uma redefinição do processo da DC.

Nessa perspectiva, portanto, Martelotta *et al.* (1996), baseados em autores clássicos da GR, designam-na como um processo de mudança unidirecional que leva itens e construções sintáticas a assumir funções gramaticais, em determinados contextos, e, uma vez gramaticalizados, a desenvolver ainda novas funções gramaticais, tornando-se, portanto, mais regulares, previsíveis, compatíveis com as restrições da gramática, e fora do nível da criatividade eventual do discurso. É importante observarmos a distinção feita, pelos autores, entre gramática, como âmbito da regularidade e previsibilidade, e discurso, como espaço de criatividade e eventualidade, para usar os mesmos termos.

A partir dessa concepção, os autores, ainda de acordo com os trabalhos clássicos sobre a GR, a relacionam com os seguintes tipos de mudança: (i) a trajetória de elemento lingüístico do léxico à gramática; (ii) a trajetória de vocábulo a morfema; (iii) a trajetória de elemento lingüístico da condição de menos gramatical para mais gramatical; (iv) a trajetória de elemento lingüístico de mais para menos referencial; (v) a trajetória que leva uma construção sintática a se especializar em expressar função gramatical; (vi) a trajetória dos processos de repetição do discurso, no âmbito da criação e da intenção, em direção à gramática, por meio de sua regularização e sistematização; e (vii) a trajetória que leva construções negativas relativamente livres a se tornarem mais fixas, também em função de estratégias discursivas específicas. Chamemos a atenção para o item (vi), especificamente. A trajetória proposta aí determina nas entrelinhas que, apenas ao migrarem para a gramática, as estratégias discursivas ganham regularização e assumem uma sistematicidade, o que pressupõe uma concepção de discurso como algo irregular e assistemático.

Por sua vez, a DC pode ser definida, segundo Martelotta *et al.* (1996), como um processo de mudança lingüística que basicamente gera MD, sendo a função de preenchedor de pausa a que reflete estágios mais avançados da mudança, por ser a que menos guarda características dos usos

originais. Esse processo é motivado, segundo o autor, pelo fato de que o falante precisa de elementos que marquem estratégias interativas para reorganizar o fluxo do pensamento e, ao mesmo tempo, registrar essa reorganização para o ouvinte.

A trajetória do processo de DC, em alguns casos, é marcada por uma passagem do léxico para o discurso, via gramática. Ou seja, um elemento, inicialmente lexical, passa a ser usado com função gramatical e, em seguida, assume a função de marcador, tal como será mostrado no caso de *assim*. Em outras trajetórias, ocorre uma passagem do léxico para o discurso, na qual não é claro o trânsito pela gramática, isto é, um item parece deixar de expressar seu sentido original para assumir a função de marcar estratégias relacionadas ao processamento da fala, como pode ser observado no caso de elementos provenientes de perguntas, como, por exemplo, *sabe?*, *né?*, *entendeu?*, *ta?* (MARTELOTTA *et al.*, 1996).

Assim, os pontos de partida da DC tendem a ser elementos lexicais que apresentam valor semântico passível de extensão para usos interativos e discursivos, e os pontos de chegada, ou seja, os seus resultados, tendem a se identificar com elementos lingüísticos que, segundo Vincent, Votre e Laforest (1993), apresentam, recorrentemente, as seguintes características: (a) asseguram um ritmo dinâmico aos enunciados emitidos em intervenções longas; (b) constituem elementos repetitivos no discurso e não têm valor relacional; (c) ocorrem no fim de um sintagma prosódico; (d) são fracos e podem sofrer redução fonética.

Dessa forma, os MDs, para Martelotta *et al.* (1996), são usados, prioritariamente, para reorganizar a linearidade das informações no discurso, quando, por motivos diversos, como insegurança ou falha na memória, ela é momentaneamente perdida. Estão, portanto, relacionados ao processamento das informações na fala, marcando para o ouvinte as reformulações necessárias, já que ela é caracterizada por essas constantes estratégias de construção textual, e colaborando na obtenção de tempo para que o falante possa organizá-la. Vale enfatizar, no entanto, que os autores reconhecem a possibilidade, ainda que subsidiária, de atuação desses itens na organização das relações textuais.

Segundo Martelotta (2004), é difícil caracterizar a função dessas partículas e, principalmente, elencá-las em uma trajetória linear de mudança, basicamente, por três motivos: (i) suas funções são mais subjetivas e mais dificilmente caracterizáveis estruturalmente, uma vez que são pragmático-discursivas; (ii) suas funções parecem sobrepor-se e mesmo confundir-se; e (iii) parece ocorrer influência mútua entre os usos. Observadas pontualmente, essas dificuldades

metodológicas, em relação ao trato com as partículas denominadas e caracterizadas pelo autor, são frutos da tentativa de separar o que é de ordem textual do que é de ordem interacional, quando, na realidade, esses dois âmbitos de funcionalidade encontram-se interligados, e, como sugerimos, interligados até mesmo numa relação de dependência. Em relação a (i), só é possível verificar estruturalmente a contraparte textual das partículas pragmático-discursivas, ou interativas, se se admitir que elas executam alguma função nesse domínio; a (ii), as funções não se confundem, mas têm ambas as naturezas, textual e interativa; e, quanto a (iii), realmente os usos influenciam-se mutuamente, de acordo com as especificidades de cada contexto.

Os estudos sobre o processo de DC, no entanto, são pouco desenvolvidos e se limitam, em geral, à análise de casos específicos desvinculados de uma teoria que defina princípios comuns aos diversos casos e identificadores do processo. Segundo Martelotta *et al.* (1996), muito pouco se sabe a respeito desse processo, em razão da raridade dos trabalhos dedicados ao assunto; mesmo assim, a partir de suas análises, esses autores ratificam a proposta de que a DC é um processo de mudança unidirecional, que leva o elemento a assumir, de modo gradual, funções mais abstratas e relacionadas à organização do discurso, à medida que vai perdendo sentido referencial e assumindo um conjunto de funções não-discretas, mais voltadas para a viabilização do processamento discursivo.

A partir dessa definição podemos perceber uma grande semelhança entre as características desse processo e aquelas propostas para a GR, o que acarreta a observação de que os trabalhos sobre DC normalmente estão intrinsecamente associados ao processo de GR, para não dizer dependentes dele. Alguns autores como, por exemplo, Vicent, Votre e Laforest (*op. cit.*), identificam instâncias de DC sob a rubrica de *pós-gramaticalização* (post-grammaticalization). Esse termo, no entanto, parece impróprio por sugerir um processo posterior à GR, o que, como já apontado, nem sempre ocorre. De qualquer forma, esses autores consideram que as investigações sobre estágios, mecanismos e princípios pertinentes ao processo de GR propiciam um ponto de partida consideravelmente relevante para estabelecer generalizações sobre a DC, o que, para outros, aponta para a não individualidade desse processo, ou melhor, para a possibilidade de a própria GR explicar também o único fenômeno abarcado pela DC.

Dessa forma, essa concepção de que existem dois processos de mudança não é consensualmente aceita na comunidade científica. Trabalhos como os de Traugott (1995, 2003), retomando também outros trabalhos, como os de Tarbor e Traugott (1998), Hopper (2000)

consideram que a teoria da GR é sim capaz de abranger a emergência também dos MDs, descartando qualquer outro tipo de mudança relativo a eles, como a DC.

2.2. A perspectiva da GR

No confronto das duas perspectivas, daremos, nesta seção, maior destaque a três dos trabalhos de Traugott (1982, 1995, 2003). Como vimos em 1.1.2.1., essa autora entende a GR como um processo por meio do qual material lexical, em contextos restritos pragmática e morfossintaticamente, torna-se gramatical. Em outras palavras, o material lexical em contextos lingüísticos específicos torna-se parte da estrutura textual da linguagem.

Vimos também que para explicar a parte desse mecanismo essencialmente pragmático, relacionada à mudança de significado, Traugott lança mão de um modelo semântico funcional de linguagem, em que temos os componentes *proposicional*, *textual* e *expressivo*, já definidos neste trabalho. Assim, a mudança de significado experimentaria, segundo Traugott (1982, p.256), uma trajetória do tipo *proposicional* > *textual* > *expressivo*.

Em seu trabalho de 1995, a autora, com o intuito de enfatizar também as questões estruturais envolvidas no processo, defende a pertinência de um *cline* adicional, em relação aos nominais e verbais já considerados básicos na teoria da GR, do tipo: *advérbio interno à sentença* > *advérbio sentencial* > *partícula discursiva*¹, da qual os MDs são um subtipo. De acordo com esse *cline*, um advérbio modal desloca-se de sua típica posição interna na oração, ou seja, de dentro do predicado, onde possui um escopo estreito, e, pragmaticamente, seja qual for sua posição, assume um escopo largo, enquanto advérbio sentencial, avaliando pragmática e semanticamente o conteúdo da proposição. Assim, a autora propõe uma interação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática, exemplificada a partir do desenvolvimento dos MDs *indeed*, *in fact* e *besides*, do inglês.

Em relação a isso, chama a atenção o fato de que, em algumas línguas, como é o caso do inglês e também do português, esse *cline* envolve um aumento do escopo e da liberdade sintática, e, por essa razão, há a violação do princípio de fixação sintática e de redução do escopo, freqüentemente associado à GR (LEHMANN, 1995: 164[1982]). Apesar disso, Traugott (1995,

¹ *clause internal adverbial* > *sentencial adverbial* > *discourse particle*.

2003) ilustra um agrupamento de outras características, também estruturais, tradicional e largamente atestadas nesse processo de mudança, a saber:

- (i) a descategorização: mudança de classe gramatical, envolvida no processo;
- (ii) a redução fonológica: redução segmental do item em questão; e,
- (iii) a generalização: extensão do significado no sentido de que mais e mais domínios polissêmicos tornam-se acessíveis.

Além de ilustrar características reconhecidas mais recentemente, tais como:

- (iv) o aumento de pragmática: os itens envolvidos no processo se movem ao longo de um *cline* que parte de *funções referenciais* em direção às chamadas *funções não-referenciais*, ilustrando um movimento unidirecional que parte, portanto, da referência original, específica e concreta, em direção ao aumento de referências gerais e abstratas”; e,
- (v) a (inter)subjativização: crescente associação do significado com as atitudes do falante e do ouvinte.

Dessa forma, a autora sugere que tais características podem ser consideradas mais salientes para a GR do que a própria diminuição da liberdade e do escopo sintático. Assim, os pré-requisitos indissociáveis à GR, enquanto um complexo conjunto de mudanças, seriam, segundo Traugott (2003):

- (i) descategorização estrutural;
- (ii) deslocamento de um termo pertencente a um conjunto relativamente aberto para um conjunto relativamente fechado (ou seja, de uma categoria lexical para uma gramatical, ou, ainda, de uma menos gramatical para uma mais gramatical), em um contexto específico;
- (iii) fixação dentro de uma construção, guardadas as características específicas de cada tipo de construção (em nível sintático, em nível discursivo);
- (iv) mudança semântica e pragmática de mais para menos significado referencial, via inferências.

Essa abordagem leva-nos a entender o discurso como ingrediente essencial no processo que pode acarretar a mudança. No entanto, não é correto, segundo Traugott (2003), entendê-la no sentido DISCURSO > SINTAXE (como algumas leituras da proposta de Givón, tal como a de Martelotta e de seus colaboradores sugerem), mas ao contrário, ou seja, a partir da sintaxe já

existente, via usos pragmáticos no discurso, temos uma nova sintaxe, operando diferentemente a partir de funções mais específicas. Em muitos casos, o que temos é um novo recrutamento de estruturas morfossintáticas já existentes na língua.

Diante disso, Traugott (1995, 2003) argumenta que existem razões não somente para incluir os MDs na teoria da GR, como também para manter a unidirecionalidade, ainda que mais rica e diferenciada dos *clines* mais clássicos, tais como os nominais e verbais, já largamente atestados.

Para entender essas razões, é imprescindível retomarmos a constatação feita anteriormente de que a mais recente hipótese associada com o trabalho de Bybee (2003), Heine *et al.* (1991), Sweetser (1988, 1991), da própria Traugott (1982, 1989, 1995, 2003), Traugott e König (1995); Hopper e Traugott (1993) e de muitos outros, é a de que existe, paralelamente à mudança semântica, que pode partir do concreto em direção ao abstrato, um ganho de significado pragmático, à medida que o processo se estende para a direita do *cline proposicional > textual > expressivo*, e não apenas uma perda de significado (*bleaching*), tal como observamos em relação à concepção de GR de Martelotta.

Dessa forma, segundo a leitura de Traugott (1989, 1995, 1999) de vários outros trabalhos, tais como, Heine, Claudi, Hünnemeyer (1991); Andersen (1993), Pagliuca (1994), dentre outros, parece claro, para aqueles que se dedicam ao estudo da GR a partir de uma perspectiva semântico-pragmática, que em determinados estágios desse processo, o significado pragmático e a expressividade (inter)subjativa aumentam.

Um outro aspecto que precisa ser discutido relaciona-se à já alegada perda da liberdade sintática e redução do escopo sintático. No contexto de uma discussão mais elaborada, em relação aos diversos parâmetros e processos da GR, Lehmann (1995, p. 164[1982], de acordo com proposta já apresentada detalhadamente no item 1.1.1.4.², identificou “escopo”, “conexidade” e “variabilidade sintagmática” como parâmetros aferidores da autonomia de um item/construção e, conseqüentemente, do seu grau de GR. Esses parâmetros, na mudança via GR, revelam a perda de liberdade e a redução de escopo do item/construção. Lehmann define escopo estrutural como “o tamanho estrutural da construção que ele [item/construção] ajuda a formar” e que: “o escopo estrutural de um signo diminui com o aumento da GR” (1995, p. 143 [1982]).

² Segundo Traugott (1995), Bybee, Pagliuca e Perkins (1991) também identificam parâmetros similares aos identificados por Lehmann.

Em relação a isso devemos inevitavelmente apresentar duas considerações, de naturezas distintas, mas relacionadas:

- (i) nos trabalhos usados como base para a proposta de DC, um desses parâmetros, relativo à perda da liberdade sintática, é, ainda que não explicitamente, tomado como critério para a distinção feita entre OAs e MDs. No entanto, o segundo, relativo à redução do escopo, é desconsiderado. Isso pode ser justificado a partir da constatação do fato de que muitas instâncias de aumento do escopo sintático têm sido identificadas na extensa literatura sobre o desenvolvimento de conectivos oracionais e, como podemos concluir pela própria caracterização apresentada por Martelotta (1996, 2004), também, dos OAs, o que sugere que o aumento do escopo sintático é perfeitamente previsto na teoria da GR, a depender única e exclusivamente do tipo de fenômeno emergente que é focalizado; e,
- (ii) como já observamos anteriormente, esses parâmetros preconizam casos de GR de morfemas o que não contempla nem a natureza dos OAs, segundo visão apresentada de Martelotta, nem a natureza dos MDs.

Reconhecendo a busca de um estatuto para a mudança, Traugott (1995) afirma que, entre outros processos, temos um denominado *Pragmaticalização*, que corresponderia à DC. Esse processo considera que os itens, em seus estágios de partículas discursivas, têm mais funções pragmáticas, ou seja, expressam atitudes do falante em relação ao que veio antes, ao que segue, à situação discursiva como um todo.

Contudo, segundo Traugott, os argumentos que asseguram que a GR não é capaz de explicar também esses casos são questionáveis. Para justificar sua posição, a autora retoma o exemplo de Aijmer (1994), o qual reivindica que alguns elementos como *I think* são pragmaticalizados, enquanto outros, que abrangem categorias como tempo, aspecto e modo não o são. Sabe-se que, na literatura lingüística, tempo, aspecto e modo são freqüentemente tratados como categorias sintáticas e/ou semânticas. Essas podem não parecer tão obviamente pragmáticas como é o caso das partículas discursivas, mas têm funções dessa ordem, em muitas línguas. Para comprovar essa afirmação, segundo Traugott, basta pensarmos no uso pragmático do passado, em inglês, para expressar polidez, como em *What was your name?*, exatamente como ocorre no português, ou nas bem conhecidas funções do aspecto na marcação de primeiro e de segundo planos (HOPPER, 1979 *apud* TRAUGOTT, 1995), ou nos usos do presente narrativo (SCHIFFRIN, 1981; WOLFSON, 1982 *apud* TRAUGOTT, 1995) ou, ainda, no tempo e na

modalidade no discurso indireto livre (BANFIELD, 1982; FLUDERNIK, 1993 *apud* TRAUGOTT, 1995).

Para reconhecer a GR como o estatuto para essa mudança, a autora julga imprescindível repensarmos não somente os critérios relacionados à fixação e conexidade morfossintática, mas também à própria natureza da gramática, ou seja, é necessária uma teoria de gramática que inclua elementos que ocupam posições sintáticas e tenham funções sintáticas, exatamente da mesma forma que aqueles que desempenham, prioritariamente, funções pragmáticas. Sendo assim, a visão de gramática, adotada por Traugott (1995), é a de uma estrutura cognitiva e de aspectos comunicativos da linguagem, envolvendo não somente a fonologia, a morfossintaxe e a semântica, mas também as inferências que ultrapassam a forma lingüística, em outras palavras, a pragmática lingüística. Aqui, notamos uma outra importante distinção conceitual, em relação à concepção de gramática adotada em Martelotta *et al.* (1996), segundo a qual, “as funções pragmáticas existem em torno da gramática e não na gramática propriamente dita” (p. 61).

Nessa perspectiva, o caso dos MDs torna-se objeto legítimo de estudos em termos de GR; ora, se diferentes partes da gramática de uma língua possuem também diferentes propósitos, elementos que operam diretamente no gerenciamento do discurso, com certeza, não estão sujeitos ao mesmo tipo de redução do escopo sintático, como outros elementos, relacionados a tempo e caso, por exemplo.

Tomando como base Traugott (2003), vale considerar, também como pré-requisito, antes de qualquer tomada de posição, a conceituação da categoria em questão. Nessa direção, retomando Schiffrin (1986, p. 31), os MDs são definidos como itens que agrupam unidades do discurso. Por sua vez, Fraser (1999) os define como

[...] uma classe pragmática de expressões lexicais tiradas das classes sintáticas de conjunção, advérbios, e *phrases propositional*. Com certas exceções, sinalizam uma relação entre o segmento introduzido, S2, e o segmento principal, S1. Eles têm um significado central que é processual, não conceitual, e suas interpretações mais específicas são “negociadas” no contexto lingüístico [...] (p. 950)³.

Esses itens podem e, normalmente, são polissêmicos, no sentido de que a mesma forma pode desempenhar funções distintas, inclusive em estágios também distintos de GR. Vale

observar que, a partir dessa definição, podemos considerá-los partículas que congregam funções textuais-interativas, o que se revela um problema na perspectiva adotada por Martelotta.

Sendo assim, a utilização dessa definição descarta a necessidade de, com dificuldades, procedermos a uma divisão dos itens em OAs e MDs. O que temos são os segundos, podendo atuar de maneira diferenciada de acordo com cada tipo específico de contexto, em uma distribuição complementar e balanceada, ao longo de um contínuo, no qual temos, de um lado, funções mais textuais, e de outro, funções mais interativas. Isso significa dizer que não há aqui uma dicotomia, mas uma congregação de funções que, exatamente por isso, não se excluem no constructo discursivo.

Sob tal perspectiva, a função dos MDs é exatamente permitir que os falantes exibam sua apreciação, não só em relação ao conteúdo do que é dito, mas também do caminho em que é apresentado, em outras palavras, realizam uma função de ordem metatextual. Sendo assim, a ausência de um MD não resulta uma sentença agramatical e/ou ininteligível, mas remove, segundo Fraser, um poderoso indício sobre o compromisso que o falante faz a respeito da relação entre o enunciado corrente e o discurso prévio (ou principal).

Resta-nos ainda a discussão da questão da liberdade sintática conferida àqueles elementos cujo propósito é textual-interativo. Segundo Traugott (1995), é presumível que essa liberdade sintática não ocorra em todas as línguas. Em relação ao português, a análise de alguns MDs que desempenham funções específicas aponta suas localizações prototípicas e, inclusive, suas restrições sintáticas, o que mostra que, apesar de não haver uma fixação completa do item em contextos altamente restritos, não há também uma total liberdade, deixando-nos apenas com a necessidade de considerar as diferentes funções do item, enquanto MD, em correlação aos seus lugares sintáticos prototípicos.

2.2.1. Relações com a proposta givoniana

Todas as afirmações apresentadas, no que tange à defesa da abrangência da GR em relação aos MDs, parecem contrariar diretamente o tão bem conhecido e já apresentado *cline* de Givón (1979, p. 209): DISCURSO> SINTAXE> MORFOLOGIA> MORFOFONÊMICA>

³ Tradução nossa.

ZERO, que, como já destacamos, é usado como base para algumas constatações da DC, gerando uma certa confusão. Diante disso, é importante resgatar as peculiaridades que envolvem a constituição desse *cline*.

Segundo Traugott (1995, 2003), este *cline* foi articulado como parte de uma pesquisa que questionou a noção de estrutura como uma entidade autônoma pré-existente, explorando a hipótese de que a gramática, como o pensamento, poderia ter o caráter sempre “emergente”. O interesse de Givón era, portanto, a questão que envolve a maneira como a linguagem torna-se mais complexa (ou diferente) sintaticamente com o tempo, tal como podemos ver exemplificado na contraposição da linguagem da criança à do adulto, do *pidgin* ao crioulo. Sendo assim, o desafio que esse pesquisador apresentou era o questionamento quanto à possibilidade de ser estabelecido um isomorfismo entre o desenvolvimento interno da linguagem, a aquisição de língua e o desenvolvimento operado a partir do contato lingüístico.

Essa proposta permitiu a observação de que, apenas em casos muito específicos, encontramos mudanças lingüísticas como as atestadas em registros históricos. Na realidade, o que se verifica, segundo Traugott (1995), é que, graças a propósitos discursivos, ocorre uma abundância de estruturas, usadas em diferentes perspectivas. Em alguns casos, menos freqüentes, toda uma nova estrutura poderia ser criada como resultado de práticas discursivas, operando sobre estruturas já existentes. Em muitos outros casos de GR, no entanto, o que temos são itens lexicais em construções sintáticas já existentes, sofrendo mudanças locais, como resultados de práticas discursivas, por meio das quais eles são recrutados a se tornarem membros de outras categorias, também já existentes. O produto de tais mudanças é quase sempre uma “sobreposição” (*layering*) do significado mais antigo em relação a um mais novo, em ambientes sintáticos distintos. Como Lichtenberk (1991, p. 78 *apud* TRAUGOTT, 1995) sugere: “A gramática molda o discurso, e o discurso, por sua vez, molda a gramática”. A ordem aqui, vale dizer, é, segundo Traugott, crucial: gramática primeiro, moldada pelo discurso.

2.3. Mais um diálogo com a teoria

A busca pela compreensão do processo de mudança que leva à formação dos MDs, conduziu-nos à apreensão de algumas considerações importantes. Uma delas refere-se ao fato de

que os autores focados, Martelotta e Traugott, trabalham com concepções e definições de GR, de DC, de discurso, de gramática e de MD, diferentes, embora ambas se pressuponham funcionais. Diante disso, foi possível realizarmos uma série de observações relacionadas à proposta de Martelotta, no que tange à DC:

(i) embora adote a perspectiva textual-interativa e considere o fato de que não é possível estabelecer uma distinção nítida entre elementos de função exclusivamente textual e de função basicamente interacional, Martelotta define OAs como elementos que desempenham funções textuais e MDs como elementos que exercem funções interativas, desconsiderando o contínuo que regula tais funções;

(ii) a divisão entre OAs e MDs é pautada nas funções, respectivamente, textuais e interacionais. Apesar disso, o autor admite que em alguns contextos, os MDs podem atuar na organização das relações textuais, contrariando, portanto, a base racional para a sua classificação.

A partir dessa proposta de divisão apresentada por Martelotta, entre OAs (funcionalmente textuais) e MDs (funcionalmente interacionais), o próprio autor apresenta problemas relacionados à descrição das distintas funções dos MDs. Uma observação atenta dessas dificuldades mostra que elas resultam exatamente da tentativa de separar o que é textual do que é interacional, quando esses dois âmbitos de funcionalidade encontram-se numa relação de dependência.

(iii) apesar de afirmar que, em alguns casos, após assumir uma função gramatical, via GR, o item torna-se “menos gramatical”, o autor não faz nenhuma consideração quanto ao processo de desgramaticalização, pressuposto nessa afirmação;

(iv) em busca de justificativas para o processo da DC, Martelotta conceitua gramática, como âmbito da regularidade e previsibilidade, que não comporta a pragmática, e discurso, como espaço de criatividade, eventualidade e assistemática;

(v) a definição de DC, como uma mudança unidirecional, que leva o elemento a assumir, de modo gradual, funções mais abstratas e relacionadas à organização do discurso, leva-nos a constatar a grande semelhança entre as características desse processo e aquelas propostas mais

recentemente para a GR (por exemplo, nos trabalhos de TRAUGOTT, 1995, 2003), o que acarreta a observação de que os trabalhos sobre DC estão intrinsecamente associados ao processo de GR, não dispondo de um aparato teórico próprio e desenvolvido.

Em contrapartida, a proposta de Traugott de que a GR é suficiente, enquanto teoria, para explicar a emergência dos MDs, parte inicialmente da consideração de dois problemas: o aumento do escopo e da liberdade sintática, envolvidos nesse processo.

Em relação à perda de liberdade sintática e redução do escopo, considerações de naturezas distintas, são relevantes:

- (i) a extensa literatura sobre o desenvolvimento de conectivos oracionais e dos próprios OAs constata que o aumento do escopo sintático é perfeitamente permitido na teoria da GR, dependendo do tipo de fenômeno focalizado;
- (ii) esses parâmetros preconizam casos de GR de morfemas o que não contempla a natureza dos MDs;
- (iii) é importante pontuar que a liberdade sintática e o aumento do escopo sintático, segundo Traugott (1995), podem ser relativizados de acordo com a análise de cada MD, não constituindo, portanto, características intrínsecas ao processo.

Além disso, Traugott (1995, 2003) sugere que outras características, também estruturais, tradicionais e largamente atestadas no início desse processo de mudança, podem ser consideradas mais salientes para a GR do que a própria diminuição da liberdade e do escopo sintático. Entre elas temos: (i) a descategorização, (ii) a redução fonológica, (iii) e a generalização; além (iv) do aumento de pragmática e (v) da (inter)subjetivização.

Sendo assim, a partir da apreensão do *cline* adverbial, proposto por Traugott (1995), e de seu acréscimo ao inventário de *clines* sujeitos à GR, podemos concluir que esse processo de mudança não deve ser restritamente pensado como acarretando redução do escopo e da liberdade sintática, e que, graças a isso, o desenvolvimento de MDs pode ser considerado compatível com a GR prototípica em seus estágios iniciais, considerando-se que o tratar como um caso além dela seria obscurecer as similaridades com *clines* mais canônicos. No caso do desenvolvimento de

MDs, o que temos, mais especificamente, segundo a autora, é o desenvolvimento de construções altamente específicas *via estratégias de uso no discurso*, ou seja, um *cline* em que *a sintaxe, via fortalecimento pragmático no discurso* transforma-se em uma *sintaxe com funções diferenciadas*.

Diante de todas essas considerações, afirmamos que Traugott (1995, 2003), assim como outros pesquisadores citados por ela (TARBOR e TRAUGOTT, 1998, HOPPER, 2000), argumentam que a GR, assim como a hipótese da unidirecionalidade, requer um olhar que ultrapasse a morfossintaxe e que alcance a relação entre sintaxe e pragmática discursiva, entre cognição e comunicação. Considerando que diferentes partes da gramática têm diferentes propósitos, que os MDs, com todas as suas funções, tipicamente operam de modo diferenciado dos marcadores de caso e de tempo, podemos não ser surpreendidos se *clines* diferentes nos conduzirem a resultados morfossintáticos também diferentes, já que operam, afinal de contas, em partes diferentes da gramática.

Sendo assim, segundo Traugott (1995, 2003), essas diferentes partes da gramática se desenvolvem em diferentes línguas de modo regular, o que parece pressupor uma teoria capaz de explicar não por simplificação, mas pela apreensão não redutora da realidade lingüística, uma unidirecionalidade bi-modal, ou seja, capaz de acompanhar tanto a descategorização estrutural, que pode levar ao aumento de fixação da localidade da construção gramaticalizada, quanto àquela que leva ao aumento da força pragmática e abstração semântica, acarretando a possibilidade de uma maior independência sintática e de um escopo estrutural mais amplo na nova construção.

Para concluir, devemos entender que a aproximação dessas vertentes teóricas distintas nos possibilitou a percepção clara de que, para falarmos em termos de DC, como Martelotta, nos trabalhos aqui apontados, devemos, primeiramente, adotar a concepção de discurso como espaço de criatividade e assistemática, de gramática, como conjunto de regularidades, que excluem as de ordem pragmática, e de MDs como itens com funções estritamente interativas, já que, como vimos, admitir a contraparte textual representa problemas teóricos, além de conceber a GR de um modo bastante redutor, como um processo que leva à atrição e perda de propriedades pragmáticas e indissociável da propriedade relativa à fixação sintática, independentemente do fenômeno observado, o que não parece, para uma abordagem funcionalista, opção satisfatória.

Essas considerações parecem deixar claro que toda a dependência, o caráter redutor, a precariedade explicativa e definitiva da DC, assim como os problemas teóricos dela decorrentes, na verdade, podem ser justificados pelo fato de que, no âmbito de uma mesma concepção de

discurso, de gramática, de MD, tal como apresentada por Traugott, não é possível a formalização da DC como um outro processo de mudança estanque da GR.

Assim, tomando como base a concepção de GR de Traugott, avaliada, após todas as considerações, como a mais coerente para a explicação da emergência dos MDs, apresentaremos, nas próximas seções, uma análise do item *assim* que parte da sua etimologia, passa por uma síntese dos resultados já empreendidos por pesquisas anteriores que também o elegeram como foco, para, por fim, alcançar a sua trajetória de desenvolvimento e de gramaticalidade, abrangendo, portanto, a diacronia e a sincronia do item.

CAPÍTULO 3

A multifuncionalidade de *assim*: do mais concreto ao mais abstrato

As propriedades intrigantes de *assim* foram reconhecidas desde a sua primeira análise, em Macedo e Silva (1990), e ainda hoje continuam a estimular novas possibilidades analíticas, graças à multifuncionalidade do item e ao desafio que a tentativa de percorrer o emaranhado semântico-pragmático das suas acepções representa.

As gramáticas tradicionais classificam *assim* como um simples advérbio de modo, a partir de critérios (i) morfológicos, por se tratar de uma palavra invariável, (ii) sintáticos, por ser uma palavra relacionada a verbos, a adjetivos e/ou a outros advérbios, e (iii) nocionais, já que se trata de uma palavra que indica uma determinada circunstância. No entanto, como lembram também Silva *et al.* (1999), esses critérios não são suficientes e adequados quando extrapolamos os limites da língua escrita e nos debruçamos sobre dados de língua falada, onde a ocorrência do item revela-se surpreendente.

Dessa forma, a modalidade discursiva torna inadequada a classificação de *assim* como um advérbio modal. Diante disso, sugerimos um *continuum* entre os diferentes usos e acepções do item, que parte dos mais concretos, próximos ao mundo biofísico, em direção aos mais textuais, e, por fim, aos que se encontram associados às experiências pessoais do falante. Para deprendermos, detalhadamente, esse *continuum*, recomporemos a trajetória do item, desde sua origem latina e seu uso no português arcaico, até sua multifuncionalidade contemporânea, a qual constituirá foco do presente trabalho.

3.1. Etimologia: do latim ao português contemporâneo

Esta seção é baseada em Lopes (2005), trabalho de iniciação científica cujo objetivo central era examinar o processo histórico de mudança lingüística, por meio do qual os itens *assim* e

que se combinaram, originando a perífrase conjuncional *assim que*. Podemos dizer que se tratava do estudo da emergência da perífrase em questão, enquanto parte de um produtivo processo de formação de conjunções *que*, há séculos, se consolida, basicamente a partir da reinterpretação do material lingüístico disponível no repertório da língua, tomando-o como um caso legítimo de GR. Para isso, fizeram-se imprescindíveis objetivos mais específicos, dos quais se destaca o de natureza empírica, que trata da descrição do comportamento sintático-semântico-pragmático do item *assim*, envolvido na constituição da perífrase, a fim de mapear a sua trajetória de GR. No entanto, para proceder a essa descrição, houve a necessidade de percorrer um caminho metodológico bastante estreito:

- (1) descrever os correlatos formais e funcionais dos empregos adverbial e conjuncional do item *assim*, em dados do português contemporâneo, estabelecendo um quadro ilustrativo dos diferentes usos desse item, ordenando-os do mais concreto (espaço-temporal), até os mais abstratos (conector textual e marcador discursivo); e,
- (2) buscar uma confirmação histórica para a descrição sincrônica dos usos de *assim*, a fim de checar o princípio da unidirecionalidade e também os contextos que teriam propiciado as mudanças de categoria e sentido.

Para a investigação histórica, foi utilizada a Amostra Diacrônica do Português, constituída por uma seleção de textos literários e não-literários de tipos variados, a saber, cartas, testamentos, cantigas, poesias, diários, textos dramáticos, etc., representativos dos seguintes períodos: (a) português arcaico: séculos XIII a XV; (b) português moderno: séculos XVI e XVII; e, (c) português contemporâneo: séculos XVIII a XX.

Mais especificamente, os textos selecionados para essa pesquisa foram:

(a) Português arcaico: *A demanda do Santo Graal* (13DSG), *Foro Real de Afonso X* (13FR), *Testamento de Dom Afonso II* (13TDA), *Notícias do Torto* (13NT), *Inquirições de Afonso III* (13IA), *Crónica Geral de Espanha* (14CGE), *Orto do Esposo* (14OE), *Primeira Partida* (14PP), *Bíblia Medieval Portuguesa* (14BMP), *Boosco Deleitoso* (15BD), *Livro do Ofícios de Marco T. Ciceram* (15LO), *Crónica D. Fernando* (15CDF), *Crónica D. Pedro I* (15CDP), *Leal Conselheiro* (15LC).

(b) Português moderno: *Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da Índia* (16CSD), *História da Prouincia de Sãcta Cruz* (16HSC), *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel* (16CDM), *Os sete últimos documentos de 1500* (16OSD), *Desengano dos Perdidos* (16DP), *Jornada dos Vassallos* (17JV), *Peregrinaçam* (17P), *Chronica DelRey D. Ioam I* (17CDJ), *Sermam da Sexagésima* (17SS), *Corte na Aldeia* (17CA).

(c) Português contemporâneo: *A ordem da salvação ou A doutrina cristaã* (18OS), *Necessário aviso* (18NA), *Reflexoens sobre a questaõ entre os Estados Unidos, e a França* (18RFL), *Do uso e abuso das minhas Agoas de Inglaterra* (18UA), *Theorica verdadeira das Mares* (18TM), *Crônica Geral e Minuciosa do Império do Brazil* (19IB), *Idéia Republicana no Pará* (19IRP), *Mensagem dirigida ao conselho Nacional pelo Presidente Manoel Deodoro da Fonseca* (19MMD), *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República Nilo Peçanha* (20NP), *O Porvir-Ano II n° 50-55* (20OP), *O Poder Moderador n° 01-05* (20OPM), *Epistolário Manuel Bandeira* (20EMB)

São os resultados dessa descrição pancrônica do item *assim* que passamos a expor. Para tanto, partimos de considerações quanto à formação latina do item, retomando Ferreira (1983), segundo o qual *assim* deriva do latino *ad sic*. De acordo com Ernout e Meillet (1957), o elemento *ad* exercia o papel de preposição, cujo valor semântico relacionava-se à aproximação temporal ou espacial, tal como “em direção a” e “para”, atuando como uma espécie de reforço de formas adverbiais, uma vez que imprimia nelas o sentido de aproximação, direção ou adição. Por outro lado, o elemento *sic(e)* do antigo *seic*, advérbio modal, equivalente a “dessa maneira” e constituído pela partícula *ce*, era muito comum nas línguas itálicas, fazendo-se presente em pronomes demonstrativos, como *hic(e)* (este) e *illic(e)* (aquele), da mesma forma que em advérbios providos de noções demonstrativas, como *tunc(e)* (então) e *nunc(e)* (agora) e *sic*. Esse dado corrobora a origem dêitica do item. Observemos as ocorrências de *adsic* e *assi* no baixo latim, entre 1188-1230¹:

(01) *Et si **adsi** non fecerit...* (Leges, p.769) [E se assi não tenham feito]

¹ MACHADO, J. P. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 2ª ed. v.1, 1967.

(02) *Quomodo ad illos responderem in ferias **assi** fariant ellos a los alteros* (ibid, p. 777)
[Do mesmo modo como os atendi em período de descanso, assim façam eles aos outros]

Assim, depreendemos, primeiramente, um processo de aglutinação, pelo qual a seqüência de “preposição + advérbio” passou a constituir uma única unidade adverbial [AD (preposição)+ SIC (advérbio)>AD SIC]. A partir daí, o item *assim*, depreendido a partir de grafias variantes, a saber, **assi**, **asi**, **assy**, **asy**, etc., passou a desempenhar uma série de funções, as quais pretendemos mostrar na descrição dos usos do item no decorrer da história da língua portuguesa.

Dentre suas muitas ocorrências, no período correspondente ao século XIII, que data o início da fase arcaica do português, podemos destacar, primeiramente, aquelas em que o item aparece na construção de fórmulas optativas, deprecatórias, também denominadas expressões volitivas. Observemos os seguintes exemplos:

(03) “*Senhor, eu sou Galvam, o vosso amigo, que vós amávades tanto. E, **assi Deus me ajude**, pêsá-me desta maa-andança tanto, como se me aviesse com alguu de meus irmãos.*” (13, DSG, p. 03). [Senhor, eu sou Galvam, o vosso amigo, que vós amávades tanto. E, assi Deus me ajude, confortando-me tanto nesses caminhos, como se eu viesse com algum de meus irmãos]²

(04) “*Erec? Disse Meraugis: vós sodes aquel que nunca mente? **Assi Deus me ajude**, eu vos oui louvar em tôdas cousas tanto, que farei vosso rôgo, ca bem crede que o nom faria por outro cavaleiro.*” (13, DSG, p. 09) [Erec? Disse Meraugis: vós sois aquele que nunca mente? Assim Deus me ajude, eu vos louvarei tanto em todas as coisas, que farei rogo, o que não faria por outro cavaleiro]

(05) “***Si Deus me ajude**, disse êle, eu ouvi del dar tal testemuia, que é tam verdadeiro, que bem cuidado que vos nom mença.*” (13, DSG, p. 17) [Se Deus me ajude, disse ele, eu o ouvi dar tal testemunha, que é tão verdadeiro, que acredito que vós não saiba]

(06) “***Si Deus me ajude**, disse Meraugis, nom é bem o que dizedes, ca, **assi me valha Deus**, que ante eu quer[r]ia ora morrer cõ vosco ca me ir sem vós daqui vivo e saão.*” (13, DSG, p. 20) [Se Deus me ajude, disse Meraugis, não é bom o que dizedes, pois, assim me valha Deus, que eu queria morrer convosco do que ir sem vós daqui ...]

Nessa acepção arcaica, segundo Magne (1944), era muito freqüente o uso de *si* optativo, variante de *assi*, que, como vimos, representa o *sic* optativo latino. Diante disso, é possível

² Algumas ocorrências trazem, entre colchetes, uma versão atualizada, sugerida a partir da nossa interpretação, baseada em dicionários etimológicos (CÂMARA. JR. s.d., CUNHA, 1986, MACHADO, 1967), gramáticas

considerar natural que, da mesma forma que a partir do abreviamento quantitativo da vogal *-i*, tenha surgido a forma *se*- “*se Deus me valha*” (CA, 188 e 2222)- de *assi* tenha nascido também *asse*. Outro fator lingüístico interessante e observável nessas ocorrências é o uso do verbo sempre no modo subjuntivo (*ajude* e *valha*), o que corrobora a relação entre *assi* e *si/se*, uma vez que esse modo verbal aponta, como o item, para uma possibilidade.

Nos dados desse século, temos ocorrências de *assim* desempenhando a função textual de realizar referências anafórica e catafórica, experimentando seu primeiro movimento em direção ao texto, uma vez que representava um meio para aludir a elementos textuais. Entendemos foricidade, de acordo com Neves (1997), como sendo “a recuperação de informação, por remissão a um ponto do enunciado”. As ocorrências que seguem ilustram casos em que o item desempenha o seu papel de sinalizador anafórico:

(07) “*Ora me leva a salvo, e eu te prometo que ta leve daqui a IIII dias u quiseres.*”
 “*Pois fará-lo assi?*” *Disse o demõ.*[Pois fará assim/dessa forma?]
E el lho prometeu lealmente, e o demõ o guiou logo...(13, DSG, p. 55)

(08) “*O campo [há] de argent e uua serpente azul na destra.*”
Enquanto êles assi falavam, aque-vos Gaeriet que chegou ali... (13, DSG, p. 111) [Enquanto eles falavam assim/dessa forma, eis que Gaeriet que ali...]

Em ambas as ocorrências, o item retoma porções textuais, anteriormente expressas, correspondentes, respectivamente, nas ocorrências acima, a uma promessa e a toda uma fala da personagem. Assim, podemos verificá-lo desempenhando seu papel funcional de sinalizador anafórico, ou seja, de elemento de coesão intratextual.

As ocorrências (09) e (10) ilustram o uso catafórico de *assim*:

(09) *Quando el viu que seu coração, que nunca fora espantado, começou a entrar em mêdo e em espanto e que chorava e nom sabia porquê, disse assi:*
“Senhora Santa Maria, madre de piedade, socorrei-me e nom me leixe ainda morrer...”(13, DSG, p. 59)

(10) *E el começou assi:*
“Rei Peles, eu soõ uu homem natural de Barbaria, e soõ mais fidalgo ca tu cuidas, mais a ventura me deitou em esta terra mais pobre ca mester me seria...” (13, DSG, p. 133)

Nessas ocorrências, *assim* é responsável pelo estabelecimento de uma sinalização catafórica. Em (09) e (10), o item prepara o leitor para o modo como será proferido o discurso direto que o segue. Assim, sugerimos que o contexto lingüístico favorece a presença desse recurso discursivo, uma vez que, ao mesmo tempo em que o item realiza o processo de sinalização, desempenhando uma função textual, também aponta para as características modais de realização do referido ato discursivo, desempenhando uma função, portanto, mais proposicional. Essa observação mostra que ao funcionar como uma estratégia gramatical de manutenção da coesão textual, o item preserva seus traços modais, corroborando sua identificação como fórico modal, e revela a permanência de traços dêiticos na acepção, o que permite denominá-lo *dêitico fórico*. À preservação de traços da forma fonte, na forma em GR, é dado o nome de “persistência”. Hopper (1991) a entende como uma característica intrínseca aos estágios incipientes desse processo de mudança, conforme discutido anteriormente, na seção 1.1.1.5. do capítulo 1.

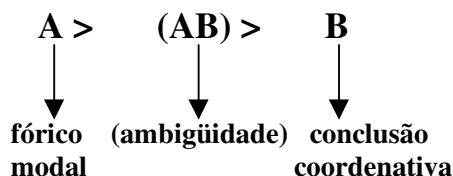
Vale mencionar a existência, ainda que bastante reduzida, já no século XIII, de ocorrências do item desempenhando uma função ambígua, na qual, ao mesmo tempo em que realiza uma sinalização de base anafórica, remetendo a toda uma porção textual maior, permite, concomitantemente, a inferência de uma leitura de *conclusão* ou *conseqüência* em relação ao que foi dito antes e ao que será dito na seqüência. Assim, o item estaria, a partir de significados baseados no texto, sinalizando atitudes e crenças subjetivas do falante em relação à situação. Acreditamos ser essa uma comprovação histórica para a nossa hipótese de que o uso conjuncional de *assim* teria se desenvolvido dos seus usos *fóricos modais*.

Vejamos como se dá tal ambigüidade:

(11) *E pero non era tam saão que nom houvesse já mais de VII chagas unde outro cavaleiro seria morto pelo meor. E êsto era uua cousa que fazia muito enfrebecer. Assi se defendia antre tantos e taaes, que nom havia i tal que lhe nom quisesse haver a cabeça talhada.* (13, DSG, p. 125). [Assim/dessa forma/Portanto, se defendia entre tantos e tais, que não havia aí tal que não quisesse ter-lhe a cabeça talhada]

Segundo Heine *et al* (1991), durante o processo de GR, sempre há algum tipo de sobreposição das acepções envolvidas. Assim, entre os dois extremos, ou seja, entre a categoria fórico modal e a categoria “conjunção coordenativa” há um estágio intermediário, por meio do qual a transmissão se dá de forma gradual, havendo, portanto, momentos de ambigüidade, em que

a estrutura precedente e a seguinte coexistem, como variantes funcionais, tal como ilustramos abaixo:



Em (11), ao mesmo tempo em que *assim* remete anaforicamente a toda uma porção textual do período anterior, também permite estabelecer, entre os fatos, uma relação imediata de causa-conseqüência³ que aponta também, projetivamente. A posição da partícula, nesses casos, vai se tornando fixa. Dessa forma, podemos sugerir que, já no século XIII, é possível observar o início do processo de pragmatização do significado da partícula que leva à mudança, nos termos propostos por Traugott e König (1991).

Nesse período, as poucas ocorrências que seguem a orientação de (11) sinalizam, indiscutivelmente, o início do processo que leva à emergência de uma conjunção coordenativa concebida a partir de critérios semântico-funcionais. Como Longhin-Thomazi (2005), a nossa noção de coordenação é, em primeiro plano, semântica, pressupondo uma noção de oração desvinculada da representação sintática, na qual as orações equivalem a atos de enunciação suscetíveis de bipartição em dois segmentos de importância comunicativa diferente, o primeiro denominado *tema*, e entendido como o ponto de partida ao qual é acrescido o segundo, denominado *propósito*, entendido, por sua vez, como o centro de interesse da comunicação (BALLY, 1965, *apud* LONGHIN-THOMAZI, 2005).

Nesta perspectiva, *assim* desempenha a função de *conjunção coordenativa conclusiva*, ainda que não prototípica, caracterizada, portanto, por um movimento retroativo, tal qual o da anáfora, e projetivo, tal qual o catafórico, a partir da expressão: C1 + (conjunção +C2) (CARONE, 1991), em que C representa “enunciados coordenados”. Nesse caso, é sustentada a noção de coordenação de Bally (1965), no resumo que Carone (1991) faz dos elementos necessários para confirmar não só a veracidade de um determinado conjunto de conjunções coordenativas, do qual *assim* é integrante, como também do fato de que essas conjunções passam a pertencer a C2:

³ Estamos tratando “causalidade” num sentido amplo que engloba as relações de causa/conseqüência e conclusão.

- (a) um termo de valor adverbial, pertencente à estrutura de C2, reitera C1 como um todo;
- (b) esse termo, portanto, funciona como um representante de C1 dentro de C2;
- (c) esse circunstante entra em processo de cristalização, por assim dizer, via GR, no decorrer do qual se desvanece paulatinamente a noção de que ele é uma anáfora de C1;
- (d) concomitantemente, é fortalecida sua função “relacional”, o que corresponde a um laço que C2 estende para agarrar-se a C1, ou seja, é a premissa exposta em C1 que permite o movimento subjetivo-conclusivo expresso em C2; e
- (e) completando-se o processo, está criada mais uma conjunção coordenativa, morfema que faz parte de C2.

Segundo Bally, a relação semântica emergente da justaposição de dois enunciados, mesmo sem marcas explícitas de conexão, é muito importante para explicar a coordenação. Se retomarmos a ocorrência (11), verificaremos que o segundo enunciado C2 deve ser interpretado à luz do primeiro C1, ou seja, o comentário conclusivo em C2 é feito acerca de C1, que lhe é condição necessária. Assim, concordando com Longhin-Thomazi (2005), depreendemos a funcionalidade da conjunção coordenativa na relação garantida pela foricidade de *assim*, que, ao mesmo tempo, promove uma retomada ao já dito e um movimento de progressão seqüencial, dando ao conjunto de enunciados a unidade textual.

Nos dados dos séculos XIV e XV, verificamos um *continuum* que sinaliza a manutenção das acepções encontradas anteriormente. Nota-se que, nesse período, é alta a recorrência dos usos fóricos e que, em determinados contextos, o item realiza uma sinalização textual que se dá retroativa e projetivamente, ou seja, a partícula realiza, ao mesmo tempo, referência anafórica e catafórica, tal qual na ocorrência que segue:

(12) [...] *e ela pediu licença, que a leixasse sair fóra pera adorar, e fazer oraçom ao seu Deus, e assy fez: per três noytes saía fora da oste, e bautizava-se nas auguas, e fazia oraçom a Deus d’Israel.*(14, BMP, p. 368) [e ela pediu licença para que a deixassem sair para adorar e fazer oração ao seu Deus, e assim o fez: por três noites saía da oste e batizava-se nas águas, e fazia oração a Deus de Israel]

Nesse trecho, é explícita a função fórica de *assim*; ao mesmo tempo em que o elemento sinaliza ao leitor que uma porção da informação já foi dita, “ *e ela pediu licença [...]*”, também

sinaliza que serão acrescentadas outras informações ao conteúdo do enunciado já sinalizado por ele, ou seja, projetivamente, anuncia uma expansão do enunciado.

Ainda nessa correlação funcional, ou seja, nessa relação mútua apreendida na foricidade do item, que ao mesmo tempo sinaliza retroativa e projetivamente, há ocorrências em que, ao apontar uma porção textual maior, *assim* aponta para um termo específico, que, na seqüência, funciona como uma síntese de todo o conteúdo da porção do enunciado resgatada retroativamente. Nesse caso, o item realiza, com a catáfora, a função inversa daquela apresentada em (12), que era de expansão. Vejamos:

(13) *E, estando **assy** doete, hu dia jaa cedo afficavao muyto a doeça. E ele mandou por seu cõfessor pera lhe dizer myssa e, nõ viindo ta asynha, disse el rey* (14 CGE, p. 536) [estando assim doente um dia já cedo atormentava-o muito a doença]

(14) *começou o cavallo bullir rijamente coma as mãos e com os pees; e permeando **assi** rijamente, açertou o canello da ferradura da mão ho tecido dhuma fivalla...*(15CDF, p. 117-118) [começou o cavalo a bulir rijamente com as patas (mão e com os pés): e esperneando assim rijamente, acertou o canelo...]

Nessas ocorrências, ilustramos a dupla função de *assim*. Observando (13), verificamos que o item realiza uma referência de natureza anafórica, remetendo a todo um contexto anterior, no qual é especificada a maneira como o animal agia naquele momento (*bullir rijamente coma as mãos e com os pees, e permeando*), e também remete, a partir do movimento de catáfora, a uma informação que, resumidamente, intensifica a informação a respeito do modo como tal animal se comportava, apresentado anteriormente (*rijamente*)⁴. Ressaltamos que, em ambos os casos, a natureza adverbial do item é mantida e que essa função fórica especial não foi observada nos dados do século XIII.

Os contextos que propiciam a funcionalidade ambígua do item, apontando para o desenvolvimento da conjunção coordenativa, ocorrem também nesses séculos, tal qual podemos observar no exemplo que segue:

(14) *Eno quinto dia ornamentou nosso senhor o aar, e as auguas, e deu ao aar as aves, e aa augua pexes, e **assi** os pexes como as aves, todos foramfeitos das auguas...* (14BMP, p.22) [e no quinto dia nosso senhor ornamentou o ar, e as águas, e deu ao ar as aves, e à água peixes, e assim os peixes e as aves, todos foram feitos das águas...]

⁴ É importante ressaltar que esse pode representar o primeiro passo evolutivo, na trajetória de *assim*, representativo da origem histórica do MD *assim*.

Nessa ocorrência, a estrutura “C1, e *assi* C2”, em que ambos os elementos são independentes, separados por uma pausa e constituídos em tema/propósito, configura essa mesma relação tema/propósito entre C1 e C2, já que C2 apresenta um movimento semântico conclusivo que só pode ser interpretado a partir de C1. A não prototipicidade da conjunção *assi* é corroborada, nesse caso, pela co-ocorrência de *e*.

Os usos de *assim*, nos dados do século XVI, que inaugura o chamado português moderno, continuam configurando o *continuum* que sinaliza a manutenção das acepções dos séculos anteriores, assim como o aumento de frequência de algumas delas. Um exemplo desse aumento pode ser dado exatamente pelos casos em que *assim* aparece seguindo a conjunção coordenativa *e*, uso já exemplificado em casos restritos, no século anterior, como, por exemplo, em (14). Vejamos outras ocorrências:

(15) *e este seu filho que chamam Xatamas a mandou denunciar a estes senhores do Decam, e lhes deu hoxaa que he titulo de Rey, e assi se chamão Adelxa, Nizamoxa, Cotumixa, e assi ficã reis nos nomes ao menos, somente q não pode bateer moeda se nã decobre.* (16, CSD, p. 35)

Em (15), pode ser notada uma seqüencialidade temporal entre os fatos expostos, ou seja, C1 determina a ocorrência de C2, exposto na seqüência, uma vez que, temporalmente, *lhe* é anterior e necessário para a sua ocorrência.

Tomando como exemplo as ocorrências em (15): o fato de “*chamar-se Adelxa, Nizamoxa, Cotumixa*” e o fato de “*ficã reis nos nomes ao menos[...]*” está diretamente ligado ao fato de “*ter sido dada a hoxaa que é título de Rey*”. Dessa forma, *assim*, somado a *e*, são juntos responsáveis pela seqüencialização desses fatos no tempo, no sentido de que um deve ocorrer anteriormente ao outro e de que o primeiro determina, portanto, a ocorrência do segundo, seguindo o já explicado “princípio de iconicidade”.

Podemos sugerir, a partir dessas constatações, que a forte ligação temporal entre os enunciados denota também a relação de causa-conseqüência. Nesse sentido, a ocorrência (16) exemplifica quão clara se mostra a função de conjunção conclusiva do conjunto *e assi*:

(16) *E quando amanhece as mais das vezes está o cei todo cuberto de nuues, e assi as mais das manhaãs choue nestas partes, & fica a terra todas cuberta de neuoa, por respeito de ter muitos aruoredos q chamam a si todos estes humores.* (16, CSD, p. 8) [E quando amanhece, na maioria das vezes, está o céu todo coberto de nuvens, e assim/por isso/portanto na maioria

das manhãs chove nestas partes, e fica a terra toda coberta de névoa, por respeito de ter muitos arvoredos que chamam a si todos estes humores]

É evidente, nessa ocorrência, como nas demais, que a função prototípica de conjunção coordenativa é desempenhada pela partícula *e*, uma vez que, mesmo com a exclusão do item *assim* do contexto, não teríamos prejuízo semântico para a ocorrência. Diante disso, cabe a observação de que a alta recorrência de uso concomitante dessas partículas, observada principalmente nesse século, apesar de ter surgido no século anterior, pode representar um indício da instauração do processo de transferência de significado por contigüidade contextual, ou seja, da metonímia, por meio do qual a associação de *e* e *assim* também pode ter contribuído, com o tempo, para o desenvolvimento semântico-funcional do item *assim* como uma conjunção coordenativa conclusiva.

Nesse mesmo século, temos ocorrências nas quais, já sem a partícula *e*, *assim* desempenha a mesma função anterior, de coordenar C1 e C2, fazendo emergir dessa coordenação uma avaliação conclusiva, instaurada em C2 acerca de C1. Vejamos:

(17) *Quem duuida disso? que como de tres tirando huu, não fica ternario, assi tirando de hua substancia o que é proprio da substancia da cousa, já não fica a mesma cousa.* (16, DP, p.35) [Quem duvida disso? Que da mesma forma que de três tirando um não fica mais ternário, assim/por isso/portanto tirando de uma substância o que é próprio dela, já não fica mais a mesma coisa]

Não há perda do caráter adverbial e da função lingüística fórica do item (anafórica, ao sinalizar C1, e catafórica, ao apontar a conclusão instaurada em C2, a partir de C1), no entanto, a esses traços funcionais são acrescentadas as avaliações subjetivas do falante, que levam à instauração de uma pressuposição com base nos dados apresentados até então. Ou seja, a partir de um conhecimento X, que é específico, o falante conclui Y, que é geral, sempre levando em conta o seu conhecimento de mundo e sua avaliação subjetiva. Assim, visualizamos, em (17), um ganho relevante de abstração do item e das relações por ele estabelecidas, assim como nas demais ocorrências que exemplificam esse uso conjuncional do item, ainda que não prototípico.

Nesse século, ocorre também o desenvolvimento da acepção explicada anteriormente a partir da ocorrência (13), em que o item realizava uma referência de natureza anafórica, remetendo a todo um contexto anterior, e, também, catafórica, apontando uma informação que intensificava a informação anterior, preservando, portanto, a natureza fórica do item. Agora, o

que se verifica é o enfraquecimento do movimento anafórico em prol da manutenção mais evidente do catafórico, relacionado a uma certa intensificação da informação focalizada. Nesses casos, o papel nocional do item é sensivelmente enfraquecido, tal com podemos ver em (18):

(18) *e pella ventura, mays abastardo e certo, e que elle sabe que ysto he **assy** verdadeiramente. E, depois de **assy** myudamente com o mais que sobre vos parecer, segundo o que la mais souberdes, vemdo que elle nam se muda pera o fim que aly queremos...*(16, OSD, p.33)

Em (18), a primeira ocorrência de *assy* pode exemplificar um desses casos em que o item experimenta o enfraquecimento da função anafórica, em prol do fortalecimento da função catafórica. Nesse trecho, o correlato lingüístico que ampara e evidencia essa afirmação é o pronome demonstrativo *ysto*, anterior a *assy*. Cabe a esse item a função de realizar a remissão textual às informações anteriormente expressas e ao *assy* a função de remeter àquilo que ainda será inserido no texto. Uma vez voltado, mais exclusivamente, a essa função catafórica, o item passa a atuar como uma espécie de focalizador que, ao mesmo tempo, atenua o conteúdo do termo sinalizado *verdadeiramente*. Ainda em (18), a segunda ocorrência do item também compartilha contexto com o advérbio *myudamente*, apresentando essa mesma característica.

Martelotta (1996) chama esse uso de catafórico irrestrito, ancorado na possibilidade de o extrairmos sem causarmos nenhum prejuízo para a sentença. Sendo assim, a conclusão a que se chega é a de que a função de advérbio modal é mais forte e intensamente realizada, nessas ocorrências, pelos advérbios terminados em “-mente” (*verdadeiramente*, *myudamente*). Em conseqüência, há um enfraquecimento de tal função em *assim*, mais relacionado, pragmaticamente, à focalização dos advérbios que o seguem⁵.

Nos dados do século XVII, observamos, além das ocorrências que mantêm o uso acoplado da conjunção *e* ao elemento *assim*, um relativo crescimento das ocorrências que apresentam apenas *assim* desempenhando, mais pontualmente, a função de conjunção coordenativa conclusiva, o que representa um desenvolvimento do item em relação a essa acepção. Vejamos algumas dessas ocorrências:

(19) *Fôramos mortos no lugar da briga 25 olandeses, & os mais dos uiuos firidos da espada, & frecha, fogindo com tanto desacordo, que largando os mosquetes, não puxauaõ das*

⁵Essa função focalizadora de *assim*, constatada no século XVI, pode representar mais um importante passo evolutivo, na trajetória do item, já que também configura a origem de uma das funções do MD *assim*, contemporaneamente.

espadas. Assi se recolherão os nossos carregados dos despojos das armas do inimigo. (17JV, p. 68) [Foram mortos no lugar da briga 25 holandeses e os vivos feridos pelas espadas e flechas fugiram com tanto desespero que largaram os mosquetes e não puxaram as espadas. Assim/Dessa forma/Por isso/Portanto, se recolheram os nossos carregados dos despojos do inimigo]

(20) *As rédeas porque se governauão, era o impito do espírito, como diz o mesmo texto, mas esse espírito tinha impulsos para os leuar, não tinha regresso para os trazer; por q fahir para tornar, melhor he não fahir. Assi arguís com muita razão; & eu também assi o digo.* (17 SS, p. 5) [...porque sair para voltar, é melhor não sair. Assim/Dessa forma/Por isso/Portanto argumenta com muita razão; e eu também assim o digo]

Nas duas ocorrências, o item inicia uma oração, mostrando que, a partir de um determinado fato, assume-se uma determinada conclusão, estabelecendo uma relação de causa-conseqüência. A possibilidade de realizarmos a paráfrase por *por isso*, a própria posição na sentença (típica de elementos conjuntivos) e, inclusive, a distinção das funções do mesmo elemento, tal como podemos observar, por exemplo, no trecho “*Assi arguís com muita razão; & eu também assi o digo*”, em que o primeiro realiza uma coordenação conclusiva de C1 e C2 e o segundo uma anáfora, podem corroborar essa afirmação.

A análise das demais ocorrências, nesse século, assim como nos séculos XVIII, XIX e XX, revela a manutenção das acepções presentes nos séculos anteriores, o que permite constatar que, até o século XVI, portanto, depreendemos todas as acepções de *assim*; seu uso como item coesivo, ou seja, anafórico, catafórico e fórico (realizando as duas funções concomitantemente), e seu uso conjuncional. O que vale destacar é que, a partir da função fórica, *assim* passa a desempenhar uma série de funções não completamente esclarecidas, no português contemporâneo, denominadas ora como MD, ora como modalizador, etc. Essas funções extrapolam, assim como a conjuncional, com toda certeza, o âmbito das relações textuais e alcançam o nível das relações expressivas, nos termos propostos por Traugott (1982, 1995, 2003).

O quadro 12 abaixo ilustra todas as acepções encontradas, especificando as possíveis paráfrases e suas respectivas ocorrências:

Acepções	Paráfrases	Ocorrências
INTEGRANDO EXPRESSÃO VOLITIVA	Dessa forma, dessa maneira, se	(01) “ <i>Senhor, eu sou Galvam, o vosso amigo, que vós amávades tanto. E, assi Deus me ajude, êra-me desta maa-andança tanto, como se me aviesse com alguu de meus irmaãos.</i> ”(13, DSG, p. 03). [Senhor, eu sou

		Galvam, o vosso amigo, que vós amávades tanto. E, <u>assi</u> Deus me ajude, confortando-me tanto nesses caminhos, como se eu viesse com algum de meus irmãos]
ANAFÓRICO	Dessa forma, dessa maneira, desse modo	(02) “ <i>Ora me leva a salvo, e eu te prometo que ta leve daqui a IIII dias u quiseres.</i> ” “ <i>Pois fará-lo <u>assi</u>?” Disse o demõ.[Pois fará <u>assim/dessa forma?</u>] E el lho prometeu lealmente, e o êra o guiou logo...(13, DSG, p. 55)</i>
CATAFÓRICO	Dessa forma, dessa maneira, desse modo	(03) <i>Quando el viu que seu coração, que nunca fora espantado, começou a entrar em êra e em espanto e que chorava e nom sabia porquê, disse <u>assi</u>:</i> “ <i>Senhora Santa Maria, madre de piedade, socorrei-me e nom me leixe ainda morrer...</i> (13, DSG, p. 59)
ANAFÓRICO/ CATAFÓRICO (FÓRICO)	Dessa forma, dessa maneira, desse modo	(04) [...] e ela pidiu lecença, que a leixasse sair êra êra adorar, e fazer oraçom ao seu Deus, e <u>assy</u> fez: per três noytes saía fora da oste, e bautizava-se nas auguas, e fazia oraçom a Deus d’Israel.(14, BMP, p. 368) [e ela pediu licença para que a deixassem sair para adorar e fazer oração ao seu Deus, e <u>assim/dessa forma</u> o fez: por três noites saía da oste e batizava-se nas águas, e fazia oração a Deus de Israel]
(ANAFÓRICO/ CATAFÓRICO) CONCLUSIVO (uso ambíguo: permite inferência conclusiva)	Dessa forma, dessa maneira, desse modo, portanto	(05) <i>E pero non era tam saão que nom houvesse já mais de VII chagas unde outro cavaleiro seria morto pelo meor. E êsto era uua cousa que fazia muito enfrebecer. <u>Assi</u> se defendia antre tantos e taaes, que nom havia i tal que lhe nom quisesse haver a cabeça talhada. (13, DSG, p. 125). [<u>Assim/dessa forma/portanto</u>, se defendia entre tantos e tais, que não havia aí tal que não quisesse ter-lhe a cabeça talhada]</i> (06) <i>E quando amanhece as mais das vezes está o céu todo cuberto de nuues, e <u>assi</u> as mais das manhaãs choue nestas partes, & fica a terra todas cuberta de neuoa, por respeito de ter muitos aruoredos q chamam a si todos estes humores. (16, CSD, p. 8) [E quando amanhece, na maioria das vezes, está o céu todo coberto de nuvens, e <u>assim/por isso/portanto</u> na maioria das manhãs chove nestas partes, e fica a terra toda coberta de névoa, por respeito de ter muitos arvoredos que chamam a si todos estes humores]</i>
CONJUNÇÃO COORDENATIVA CONCLUSIVA (não prototípica)	Por isso, portanto, pois (posposto ao verbo), em vista disso, por conseguinte.	(07) <i>As rédeas porque se governauão, era o impito do espírito, como diz o mesmo texto, mas esse espírito tinha impulsos para os leuar, êr tinha regresso para os trazer; por q fahir para tornar, melhor he êr fahir. <u>Assi</u> arguís com muita razão; & eu também <u>assi</u> o digo. (17 SS, p. 5) [...porque sair para voltar, é melhor não sair.<u>Assim/dessa forma/por isso/ portanto</u> argumenta com muita razão; e eu também <u>assim</u> o digo]</i>

FÓRICO IRRESTRITO	Dessa forma, (--)	<i>(08) e pella ventura, mays abastardo e certo, e que elle sabe que ysto he assy verdadeiramente. E, depois de assy myudamente com o mais que sobre vos era er, segundo o que la mais souberdes, vemdo que elle nam se muda êra o fim que aly queremos...(16, OSD, p.33)</i>
----------------------	----------------------	---

Quadro 14: Acepções diacrônicas de *assim*

Sendo assim, passaremos a uma análise da multifuncionalidade sincrônica de *assim*, a fim de: (i) observarmos de que modo o item preserva suas acepções na sincronia atual; (ii) compararmos as trajetórias diacrônica e sincrônica, checando as relações que, segundo os teóricos, existem entre elas, e (iii) alcançarmos, de fato, a acepção que constitui o foco central deste trabalho, compreendendo suas relações com os demais usos, o que certamente irá colaborar para a apreensão e explicação da sua funcionalidade.

3.2. A multifuncionalidade sincrônica de *assim*

Os vários usos sincrônicos de *assim* decorrem, de acordo com uma trajetória de gramaticalidade, de uma forma-fonte dêitica, de base adverbial, caracterizada por indicar, dentro de um contexto específico, tamanho, quantidade, forma, ou mesmo fazer referência a gestos realizados pelo locutor, no momento da fala. Portanto, trata-se de um uso dêitico exatamente porque requer a recuperação da situação de enunciação, ou seja, estabelece “a referenciação de um elemento significante a um estado de fato, a partir das coordenadas estabelecidas no enunciado” (NEVES, 1992). Como vimos, anteriormente, *assim* tem uma origem dêitica, a partir da partícula dêitica *ce*, o que, de certa forma, pode explicar esse uso dêitico, prototípico da fala, bastante recorrente sincronicamente. Vale destacar, portanto, que, diacronicamente, apesar de ter sido comprovada essa origem dêitica, a acepção dêitica não foi verificada nos dados, talvez por ser ela prototípica da fala e por isso não refletir no *corpus* histórico. Tal uso, de que (01) é exemplo, permite a paráfrase por *deste tamanho, desta altura, desta forma*.

(1) dessa árvore até esse loca::l você tem que passar um/ uma (tri::lha) né?... [Doc.: hum] um certo matinho um mato assim dessa altura **assim** ((mostra a altura com a mão))... aí você

atravessa uma ce::rca... e:: e tem:: ali depois que você atravessa a cerca tem um pequeno gramadinho...(AC-035/DE223⁶)

Nesse exemplo, a transcrição nos fornece, de acordo com as regras a regem, o dado “((mostra a altura com a mão))”, pertence ao contexto situacional extralingüístico, sobre o que é realizado no momento em que o item é utilizado, cuja função é tornar possível a compreensão do enunciado, já que não estamos presentes na sua realização, o que evidencia o traço dêitico da acepção.

Observemos, agora, a seguinte ocorrência:

(2) Doc.: você apóia a missanga aonde?

Inf.: eu pego uma tábua de madeira **assim** ((mostra com a mão o tamanho da madeira utilizada)) grande e ela tem uns pezinhos...(AC-056/RP284)

Observamos em (2) a permanência da acepção dêitica, acrescida do fato de que, ao mesmo tempo em que se faz alusão a um gesto, pertencente ao contexto situacional, o dado fornecido pela informação acrescentada por meio da transcrição “((mostra com a mão o tamanho da madeira utilizada))”, passa a interar a enunciação, o que leva à apresentação de um movimento de remissão no âmbito textual, ou seja, uma sinalização fórica, de base catafórica. Assim, é coerente afirmar que, a partir de um mecanismo pragmático, a *dêixis*, o falante, que visa a produção de um enunciado claro, projeta para dentro de sua fala, ou melhor, para o campo da linguagem verbal, o movimento cognitivo, representativo da necessidade de lançar mão da linguagem não-verbal, para se fazer suficientemente claro e expressivo, ou seja, de utilizar o significado de um gesto pertencente apenas ao campo extralingüístico. Esse recurso extralingüístico é convertido em linguagem verbal e passa a ser sinalizado por *assim*, textualmente, por meio da foricidade, enquanto mecanismo sintático-semântico de coesão textual. Assim, temos um primeiro momento de polissemia, denominado de *dêitico fórico*, também verificado diacronicamente.

Em um estágio posterior de gramaticalidade, pode ser caracterizado um uso especializado em fazer remissões anafóricas e catafóricas, no domínio textual, por isso denominado *fórico modal*. Os usos anafórico e catafórico, já registrados no português arcaico, mais especificamente a partir do século XIII (LOPES, 2005), como observamos anteriormente, representam um

⁶ O *corpus* utilizado para a análise aqui desenvolvida será detalhadamente apresentado em seção pertinente, na

movimento concretizado de *assim* em direção ao texto, uma vez que se torna um meio para aludir a elementos textuais e exercer funções importantes no estabelecimento das relações coesivas do texto.

Para exemplificar, primeiramente, o movimento de *anáfora*, seguem as ocorrências:

(3)– “tá tudo bem com você?”- eu falei - “tá, por quê?” – ela falou “o eu só quero eu só quero eu só vou te avisar que o Cacá táí” – que é **assim** que todo mundo chama ele né - “então vou te avisar que o Cacá táí que pra você não se assustar” - nossa quando ela falou aquilo eu acho que meu coração [né... pulou pela boca] (AC-022/NE110)

(4) aí ele desviou pra cá bateu na sarjeta o carro capotou... meu irmão caiu pra fora do ca::rro... que eles voou pra frente sei lá uma coisa **assim**...
Doc.: machucou? (AC-006/NR46)

Embora ambas as ocorrências caracterizem o movimento de *anáfora*, ou seja, retomem elementos já expressos no texto, é nítida uma distinção na complexidade sintática e, concomitantemente, semântico-pragmática em relação à porção textual capturada em (3) e em (4). Enquanto em (3) *assim* remete pontualmente a um termo específico, “Cacá”, em (4), acompanhado de “coisa”, retoma todo um período, composto por uma seqüência de orações coordenadas, com o intuito de dizer para o ouvinte “o fato se deu mais ou menos *dessa forma, dessa maneira* que falei”. Ou seja, ao estabelecer a sinalização, o item modaliza, ao mesmo tempo, o conteúdo que é sinalizado por ele, promovendo um descomprometimento em relação ao valor de verdade do enunciado.

Existem muitas outras ocorrências de usos fóricos de *assim* como estas e em todas elas, tanto naquelas que possuem um escopo sintático mais restrito (3), como naquelas que evidenciam o contrário (4), a paráfrase por *desse modo, dessa maneira* é plenamente possível, isso porque ao funcionar como um fórico, tendo acrescida uma função textual, o item ainda preserva traços modais. É exatamente por conta dessa persistência (HOPPER, 1991) de traços adverbiais que preferimos dizer que se trata de um *fórico modal*, em outras palavras, um item que além de fazer alusão a dados textuais, também preserva os traços originais de advérbio de modo, tal como uma espécie de *advérbio pronominal*.

Vejamos agora ocorrências do movimento de *catáfora*:

(5) eu:: fui na casa/eu tava na casa de uns amigos meus... aí eu peguei e falei **assim** - “ah eu vou lá na casa da:: da tia do Carlos né” - que é Carlos que chama meu namorado – “ah eu vou lá na tia dele que eu adoro eles to sempre lá conversando tal”(AC-022/NE109)

(6) e aqui na frente uma cômoda **assim**:: igual a sua pequenininha gostoso o quarto... aí no fim do corredor tem um quartão grande...(AC-022/DE149)

Também em (5) e (6) é possível depreender uma diferença no comportamento do item em correlação com sua função fórica de sinalizador de uma porção textual ainda não apresentada, ou seja, responsável por um movimento projetivo, muito importante para o desenvolvimento do tópico discursivo⁷ em questão. Em (5), temos um exemplo prototípico de catafóra, em que o falante anuncia que dirá algo, nesse caso, realizado em uma oração; já em (6), o item anuncia a inserção de um complemento de “cômoda”, “igual a sua pequenininha”, que poderia perfeitamente dispensar o uso do elemento “catafórico”, assim denominado de *catafórico irrestrito*, de acordo com Martelotta (1996). Usos catafóricos, tais como os exemplificados em (5) e (6), principalmente nesse último, apresentam uma relação muito forte com os usos identificados em contexto dêitico, tal como em (2), contexto esse que aponta, na continuidade do processo, para a emergência dos usos do item enquanto MD. No nosso *corpus*, função mais próxima a essa foi registrada pela primeira vez por volta do século XVI, conforme destacamos anteriormente.

Observa-se que, em todas as ocorrências de usos fóricos do item, é possível a paráfrase por “desse modo, dessa maneira”, como já destacamos, com exceção de (6), no qual o traço modal aparece semanticamente mais esvaziado, o que aponta para o prosseguimento do desenvolvimento da trajetória de GR do item, uma vez que, de acordo com Traugott (2003), uma perda sempre é acompanhada de um ganho, em nível semântico e pragmático. Esse ganho semântico-pragmático pode ser observado aqui, como na ocorrência (4), na sinalização catafórica, quando o item atenua parcialmente o conteúdo sinalizado. Dizemos que se trata de uma atenuação parcial porque, na verdade, ela incide mais pontualmente sobre “pequeninha”.

A análise desses dados revelou uma “bifurcação” da trajetória de mudança de *assim*. A fim de iniciarmos uma tentativa de explicação dessa trajetória, partamos da retomada dos exemplos de anáfora, mais especificamente de (4), em que toda uma porção textual maior é

⁷ Em seção subsequente, será explicitado o conceito utilizado de *tópico discursivo*.

sinalizada pelo item. A partir, principalmente, desse movimento de anáfora, em outros contextos, *assim* desempenha a função de *conjunção coordenativa conclusiva*.

Essa constatação, em correlação com a apreensão da trajetória diacrônica de desenvolvimento do item, comprova a sugestão de que a maior parte dos mecanismos que deram origem à formação das conjunções, tanto do latim, como do português arcaico, continua a ocorrer no português contemporâneo. A comparação dos elementos revela esse trânsito, verificado desde os primórdios da língua, entre advérbios e conjunções (BARRETO, 1998). Nesse caso, temos uma multifuncionalidade da forma fonte em um mesmo recorte sincrônico, assumindo, além das funções já apresentadas, também a de conjunção, ainda que não prototípica, já que pode vir a ocorrer juntamente com outra conjunção e não apresenta uma posição totalmente cristalizada, o que pode ser reflexo da persistência de alguns traços adverbiais.

Vejamos a ocorrência em (7):

(7) Indústrias que têm compras comuns associam-se em cooperativas, centralizando, por meio destas, suas aquisições. **Assim**, podem obter melhores preços e maiores prazos [...] (CEL: Ar-011o⁸)

De acordo com a ocorrência acima, podemos reiterar que “graças à C1, é instaurada a conclusão em C2”, tal como mostra a adaptação abaixo do esquema de Carone (1991):

C1	<i>conjunção + C2</i>
Indústrias que têm compras comuns associam-se em cooperativas, centralizando, por meio destas, suas aquisições.	Assim , podem obter melhores preços e maiores prazos

Pertencendo esse elemento anafórico a C2, a seqüência das orações torna-se fixa, ou seja, a inversão da ordem é impossível em relação à coordenação então estabelecida. Em outras palavras, C2 pressupõe C1, numa relação orientada em que a primeira é fonte para o processo cognitivo e subjetivo instaurado na conclusão, situada na segunda. Temos, portanto, nesse momento: (i) uma clara conexão ao processo de subjetivização, em que o falante, com o propósito de codificar suas atitudes sobre o que está sendo dito, atualiza um novo significado, conclusivo, para o lexema *assim*, já existente; (ii) a possibilidade de apreensão do parâmetro relativo à fixação sintática do item em ocorrências nas quais se aproxima mais da prototipicidade

⁸ Essa ocorrência foi extraída de LOPES (2005).

conjuncional; e (iii) a observação de um aumento de seu escopo estrutural, seguindo o desenvolvimento já apontado no próprio uso anafórico.

Mantida, portanto, a noção, já apresentada, de uma trajetória de gramaticalidade de *assim* caracterizada por uma bifurcação, temos, por fim, uma última acepção, caracterizada por se tratar de um uso mais discursivo-pragmático, em que o item, a partir do movimento fórico, com ênfase ao de base catafórica, exemplificado em (5) e (6), principalmente neste último, anuncia categorias distintas da sentença. É esse o uso que chamamos de MD. Vejamos as ocorrências:

(8) Inf.: uhum... éh:: o meu tio o primo tudo que foram assaltado com a gente eles contaram de uma de uma história que... eles as/eles tava lá e meu tio foi sair do prédio onde mora a mãe de::le lá num num lugar lá dele e meu primo também foi junto aí eles ficaram lá aí quando era umas duas três horas da... manhã... eles tavam voltando aí meu primo tava dormindo é na:: na::... na parte de trás da:: caminhonete... aí... éh:: eles eles tavam lá... aí o:: eles tavam entrando **assim** já tinham abrido o portão chegou um cara falou com uma arma falou prá eles pra ele passar...(AC-001/NR07)

(9) Doc.: agora eu queria que/ **assim** você já viajou pra algum lugar? (AC-006/DE54)

(10) aí tinha a porta de entrada lá... logo à esquerda tinha a secretaria... aí:: do lado direito tinha umas lojas **assim**... não era bem umas lojas... tipo de umas roupinha roupas de pra::ia essas coisas... [Doc.: ham] biquí::ni chapé::u... tinha/ vendia uns enfeitinhos aqueles... no vidro... de areia...[Doc.: ham] vendi::a/...(AC-006/DE60)

(11) Inf.: é::... olha experiência **assim**::... hum::... dá branco hein?... credo... deixa eu/... (inint.)...

Doc.: pode ser que aconteceu com seu irmão... cê tem irmão né?

Inf.: te::nho...[aconteceu/]...(AC-035/NR205)

(12) somos italianos... descendentes de italiano e eu tenho bastante mão boa pra fazer massas... mas:: o prato mais legal que eu gosto de fazer assim... desses salgado... é o miojo meio diferente **assim**... [Doc.: ((risos))]... eu coloco um miojo/ eu coloco um miojo né?... partido em quatro tal... e:: assim que ele fica bastante pasto::so... eu tiro toda a água dele... eu joga uma quantia de (pão)... uma latinha de atum... jo::go:: meio/ meia lata de creme de leite... [AC-035/RP238]

Embora todos esses exemplos estejam agrupados sob o rótulo MD, é possível verificarmos funções discursivo-pragmáticas distintas. Alguns autores, tal como Castilho e colaboradores (1996), classificam usos muito semelhantes a esses como *Modalizador Epistêmico Quase-asseverativo*. Para esses autores, os modalizadores epistêmicos, como a própria designação deixa ver, expressam uma avaliação sobre o valor e as condições de verdade da

proposição, sendo que os *Quase-asseverativos*⁹ indicam que o falante considera o conteúdo da proposição quase certo, próximo à verdade, mas que ainda preserva o estatuto de uma hipótese que depende de uma confirmação, e é exatamente por essa razão que o falante, de certa maneira, procura não se responsabilizar pela verdade ou pela falsidade daquela proposição. A ocorrência (12) é a que mais se aproxima dessa proposta.

De modo geral, observamos, nessas ocorrências, funções mais específicas e que ultrapassam os limites dessa definição de modalização quase-asseverativa proposta pelos autores e à qual relacionam *assim*. Uma dessas funções, intimamente relacionadas à construção textual, pode ser observada em (10), ocorrência em que o item sinaliza o processo de referenciação, ou seja, a construção do referente discursivo no próprio discurso.

Pode ser percebida também uma função relacionada com o desenvolvimento do tópico discursivo, ou seja, como uma estratégia que aponta para a construção do texto (falado), seja na apresentação de um elemento novo, como vemos em (9), em que o item sinaliza o abandono da construção anterior, iniciando um novo desenvolvimento, seja como um sinalizador de atividade de reformulação discursiva, tal como uma paráfrase, por exemplo, em (8).

Ainda pode ser correlacionado à função de preenchedor de pausa hesitativa, responsável pela sinalização de que o falante está fazendo uma pausa para ganhar tempo para o processamento de novas informações, como parece exemplificar a ocorrência (11). De qualquer forma, esse emprego de *assim* não está mais desempenhando apenas uma função catafórica, que, como vimos, é essencialmente textual. O seu emprego acaba por refletir também aspectos mais discursivos, no sentido de que pode desempenhar funções distintas na concepção e organização do discurso. Diante disso, resta-nos o desafio de depreender e especificar, na medida do possível, cada uma dessas funções, de modo a compreender o alcance funcional do item enquanto MD.

Assim, tomando como base a concepção de GR de Traugott (1982, 1995, 2003), sugerimos, após essa análise, e em correlação com a análise diacrônica de *assim*, que a trajetória de seu desenvolvimento aponta para um ganho de pragmática, em que o item parte de significados mais concretos, identificáveis nas situações extralingüísticas, assumindo, em seguida, significados voltados para a marcação textual, para, por fim, alcançar significados

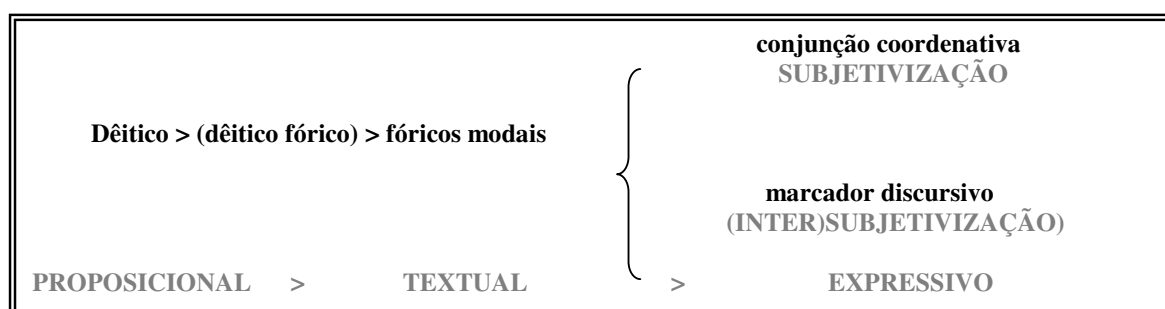
⁹ Os modalizadores epistêmicos compreendem também as subclasses dos *Asseverativos* e dos *Delimitadores*. Os primeiros indicam que o falante considera verdadeiro o conteúdo da proposição, apresentando-o como uma afirmação ou como uma negação que não abre margens para dúvidas e os últimos estabelecem limites dentro dos quais se deve encarar o conteúdo da proposição (CASTILHO *et al.*, 1996).

fundados na atitude do falante a respeito do que é dito e de como é dito em relação ao seu ouvinte, e responsáveis por uma atividade textual-interativa, constituindo um exemplo prototípico de trajetória de GR que tem como resultado um MD.

Sendo assim, podemos verificar que, após uma fase considerada mais textual, *assim*, a partir principalmente do movimento de anáfora e do processo de subjetivização, desenvolve a função textual-interativa de conjunção coordenativa conclusiva e, a partir do movimento fórico, com ênfase ao catáforico, e dos processos de (inter)subjetivização, desenvolve a função também textual-interativa de MD, revelando subfunções fundamentadas na perspectiva do falante em correlação com o ouvinte e com a construção do tópico que os une no âmbito do evento comunicativo.

Essa análise das ocorrências de *assim* corrobora, portanto, a não necessidade de se adotar outro processo de mudança, tal como Martelotta *et al.*(1996, 2004), para explicar um fenômeno dessa natureza, a partir do reconhecimento da possibilidade de abordar, coerentemente, os usos reais de *assim*, conhecendo a trajetória de gramaticalidade de seus usos sincrônicos e reconhecendo a coerência dessa trajetória com o processo diacrônico de evolução do item.

Esse processo parte, portanto, daqueles empregos mais concretos, até os mais abstratos, como um quadro de GR que envolve (inter)subjetivização, numa trajetória unidirecional, mas bimodal, ou seja, capaz de acompanhar a descategorização estrutural, que leva tanto aos usos que tendem a caminhar para uma maior fixação da construção gramaticalizada (no caso do desenvolvimento da conjunção *assim*, ainda que não prototípica), quanto ao aumento de força pragmática e abstração semântica, acarretando maiores possibilidades de localizações sintáticas, o que não quer dizer liberdade sintática total (no caso do desenvolvimento do MD *assim*). Em ambos os casos, há o aumento do escopo estrutural na nova construção, tal como esquematizado no quadro 15 abaixo:



Quadro 15: A trajetória parcial de mudança de *assim*

3.3. Revisão bibliográfica: análises prévias de *assim*

Como antecipamos, ao alcançar o estágio mais à direita do *cline* idealizado por Traugott, ou seja, ao tornar-se um MD, item mais pragmático e expressivo, *assim* é analisado de modos diferentes. Nesse sentido, algumas das suas peculiaridades já foram apontadas em pesquisas anteriores (CASTILHO, 1989; ILARI, 1990; SILVA, 1990; SILVA e MACEDO, 1990, 1996; ROSA, 1992; URBANO, 1993; SILVA e ASSAFIN, 1995; RISSO *et. al.*, 1996; CASTILHO *et al.* 1996; MACEDO, 1997; SILVA *et al.*, 1999; GASPARINI, 2001; MARTELOTTA, 2004; etc.). Portanto, o nosso intuito, nesta seção, é expor, em resumo, os principais aspectos desse item, já analisados anteriormente, para estabelecermos pontos de contato entre eles e a análise que será proposta neste trabalho.

Silva e Assafin (1995), com o intuito de investigar o possível papel hesitativo de *assim*, compararam o seu comportamento com o de algumas hesitações, analisando sua co-ocorrência com palavras menos freqüentes, capazes de favorecer possíveis dificuldades de processamento. Na verdade, a investigação dessa correlação, que aponta um possível papel hesitativo do item, já havia sido iniciada em Silva e Macedo (1990). Essas autoras observaram, em um *corpus* composto por dados de falantes menos escolarizados, que o marcador *assim* ocorre majoritariamente entre um elemento de caráter verbal ou nominal e seu complemento. Por essa razão, recebeu a denominação de *anunciador de complemento* e foi caracterizado distribucionalmente com contextos que deixavam transparecer dificuldades de ordem social. O mesmo item foi classificado por Ilari (1990) como *flag*, que lhe atribuiu a capacidade de adquirir os traços gramaticais do elemento que anuncia.

Para Urbano (1993), um tipo específico de marcador é constituído pelos elementos que, em menor ou maior grau, mantêm traços semânticos da forma-fonte. Segundo o autor, ao sentido

e à função sintática originais é acrescentada uma nova função pragmática¹⁰. Seria exatamente esse o caso de palavras como *assim*, que mesmo estando ligadas à enunciação, desempenhando funções relacionadas à modalização, à sinalização da hesitação e/ou da dúvida do falante, permanecem, mais ou menos, presas à estrutura oracional, numa função de adjunto adverbial.

Silva e Macedo (1996) consideram igualmente *assim* um marcador conversacional, a partir da justificativa de que seu uso é típico da fala e de que suas funções no discurso não estão previstas nas gramáticas tradicionais. A análise das autoras também revelou a sistematicidade da localização do item, que ocorre de modo bastante diferente para as manifestações de hesitação, tais como pausas, retomadas, alongamentos e interrupções.

A partir dessa caracterização geral de *assim*, passemos a uma exposição mais detalhada de análises prévias voltadas para a apreensão das características funcionais desse item enquanto membro integrante da categoria que estamos denominando de MD. A possibilidade de perscrutar os caminhos traçados por esse objetivo depende, única e exclusivamente, da apreensão de alguns conceitos operacionais, tais como *MDs prototípicos*, *não-prototípicos* e *unidades limítrofes*. Para isso, apresentamos, na seqüência, uma resenha crítica do trabalho de Risso *et al.* (1996), voltado especificamente para a apreensão de um quadro de padrões característicos dos MDs e, conseqüentemente, daqueles itens que não-prototipicamente desempenham essas funções.

3.3.1. Não prototipicidade

A determinação da prototipicidade do item, enquanto MD, foi calcada a partir do cotejo do preenchimento ou não dos traços característicos dessa “categoria” em relação às diferentes variáveis preestabelecidas por Risso *et al.* (1996). O fato de os MDs constituírem um grupo bastante diversificado de elementos, envolvendo, no plano verbal, sons não lexicalizados, palavras, locuções e sintagmas mais desenvolvidos, aos quais pode-se atribuir, homogeneamente, a condição de uma categoria pragmática já bem consolidada no funcionamento lingüístico, segundo esses autores, justifica uma preocupação voltada exclusivamente à busca de um consenso, até então não conhecido, quanto à determinação da natureza e das propriedades dos

¹⁰ Urbano (1993, p. 88) entende por “pragmático” a relação que pode ser estabelecida entre “a linguagem e seus usuários”.

marcadores. Essa delimitação da categoria constitui uma base imprescindível para o delineamento de sua especificidade com relação a outros mecanismos discursivos que, embora semelhantes, não podem ser denominados MDs.

Nesta perspectiva, retomando as palavras de Pottier (1962), esses autores concordam que, sob o rótulo “marcadores”, tem se incluído todos os recursos discursivos “com os quais não se sabe o que fazer. A sua lista não se fecha nunca e não se lhes dá uma definição integrante” (p. 22). A fim de oferecer essa definição integrante, precisa e operacionalmente viável, Risso *et al.* (1996) estabelecem traços básicos e identificadores do estatuto dos MDs. Assim, a natureza particular dessa possível “classe” e a sua concepção são baseadas na proporcionalidade do enquadramento do item no núcleo básico de propriedades, distribuídas em um total de dezesseis (16) variáveis, a saber:

(01) *Padrão de recorrência*: tem sido constatada a alta frequência das formas consideradas MDs, no espaço textual. A recorrência pode ser tomada, inclusive, como um critério fundamental na distinção entre uma classe discursiva e uma classe gramatical;

(02) *Articulação de segmentos no discurso*: contempla a hipótese de que uma das funções dos MDs possa ser a de estabelecer nexos coesivos, articulação dos segmentos do discurso, tanto no que tange à organização tópica, ou seja, estabelecendo aberturas, encaminhamentos, retomadas e fechos de tópicos, posicionados intra ou inter tópicos, quanto no que tange à organização frásica, atando as orações ou seus segmentos internos, tal como as conjunções e alguns advérbios. Vale especificar que essa variável é relacionada, pelos autores, à função textual dos MDs;

(03) *Orientação da interação*: os traços identificados nessa variável, assim como a própria concepção de texto, enquanto unidade globalizadora, sócio-comunicativa, que só existe dentro de um processo interacional, apontam para a aceitação de que todo mecanismo, com estatuto textual, tal como o caso dos MDs, cumpre *sempre* uma função voltada à orientação da interação. Dessa forma, o conceito de interação torna-se abrangente a ponto de não se restringir, única e exclusivamente, ao processo de relação interpessoal bem caracterizado (como nos hétero-monitoramentos). Assim, a unidade pode ser considerada *basicamente orientadora* quando nitidamente é percebida uma orientação, por parte do falante, em direção ao ouvinte, ou vice-versa, por meio de recursos variados, tais como a busca de aprovação discursiva ou de um

acompanhamento atencioso da fala do outro, incluindo unidades que formalizam claramente esse envolvimento interpessoal. A orientação pode ser considerada *secundária* quando a unidade sinaliza opinião ou argumentação do falante, incluindo, portanto, os processos de manifestação pessoal em que são verbalizadas avaliações subjetivas dos falantes em relação aos significados proposicionais ou ao seu próprio interlocutor. A orientação interacional é considerada *frágil* quando se define apenas em função da natureza do evento conversacional, que, por princípio, corresponde sempre à realização de uma tarefa comum, com envolvimento recíproco entre os parceiros;

(04) *Relação com o conteúdo proposicional*: as unidades não contribuem para o conteúdo referencial, propriamente dito, no entanto, contribuem para a sua modalização e para sua organização, ao inscreverem nele condições da enunciação, ou seja, a relação é de ordem pragmática.

(05) *Transparência semântica*: considera-se transparente, a partir dessa variável, a palavra ou expressão usada em seu sentido gramatical ou lexical, previstos, respectivamente, na gramática e no dicionário. Assim, como a significação dos MDs é canalizada para a sinalização de relações discursivas, o significado literal, ou seja, em seu “sentido primeiro”, pode revelar perda da transparência denotativa, compensada pela incorporação de novos semas associados ao enquadramento textual-interativo, até se tornarem, no grau máximo, semanticamente opacos.

(06) *Apresentação formal*: os MDs são representados por formas fixas e invariáveis, o que não exclui a possibilidade de ser apurada a existência de formas variantes. O acompanhamento dessa característica é fundamental para a observação da real tendência de se constituir um automatismo verbal de pouca ou nenhuma elaboração;

(07) *Relação sintática com a estrutura oracional*: essa análise envolve, como ponto de referência, o recorte da oração e das relações estabelecidas pelos seus componentes internos, a fim de observar se os marcadores desempenham alguma função, integrante ou acessória, de acordo com a gramática tradicional, na oração. Uma afirmação recorrente é a de que os MDs são unidades sintaticamente independentes;

(08) *Demarcação prosódica*: mais um aspecto a ser investigado é a condição ou não de os MDs constituírem unidades prosódicas devidamente delimitadas. Assim, busca-se a apreensão de pausas ou outros elementos prosódicos demarcadores dos grupos fonéticos denominados MDs, como, por exemplo, o rebaixamento do tom de voz ou alguma variação melódica em relação aos segmentos subsequentes;

(09) *Autonomia comunicativa*: parte da hipótese de que os MDs são formas naturalmente não-autônomas comunicativamente, ou seja, sem suficiência para constituírem, sozinhas, enunciados proposicionais;

(10) *Massa fônica*: formas curtas estão mais de acordo com o padrão dos MDs, uma vez que as formas mais desenvolvidas tendem a ser menos formulaicas, mais elaboradas sintaticamente e mais transparentes do ponto de vista semântico.

(11) *Tipo de ocorrência*: esse traço diz respeito às possibilidades variadas de formas de ocorrências das unidades, quanto à contigüidade e à combinabilidade;

(12) *Base gramatical*: observa a fonte gramatical da unidade sob análise, fornecendo, ao mesmo tempo, suporte à apreensão da transparência semântica. Em relação a esse traço, pode ser verificada a funcionalidade do MD que pode atuar no âmbito textual, deslocando significados para novas conformações discursivas, por meio da manutenção, alteração ou adaptação do significado e da função da forma fonte.

As variáveis (13), (14) e (15) dizem respeito, respectivamente, à apreensão do sexo dos informantes, do local de registro dos inquiridos e do tipo de inquirido, ou seja, são variantes de natureza sociolinguística, e, por fim;

(16) *Posição*: referente à distribuição dos MDs em relação às unidades de análise *frase, turno e tópico*.

A partir do estabelecimento dessas variáveis, a pesquisa de Risso *et al* (1996) apontou que os MDs que apresentam uma alta reiteração da forma, ao longo do discurso, não se revelam, prototipicamente, seqüenciadores em estância frasal e se apresentam, em sua maioria, voltados à opinião/orientação argumentativa ou nitidamente à interação, sendo que não são desprezíveis as

ocorrências em que a dimensão interativa é mínima¹¹. Em relação ao conteúdo proposicional veiculado dentro dos segmentos tópicos, os MDs tendem a ser exteriores a esse conteúdo. A transparência semântica dos itens é claramente observada como parcial, e a relação formal pode apresentar-se entre formas únicas e variantes, o que não descaracteriza o caráter formulaico dos MDs, uma vez que essas variáveis não atingem o nível de paradigmas flexionais exaustivos, confirmando, na verdade, a hipótese de que elas constituem cristalizações usadas automaticamente em nível discursivo. Predominantemente, essas unidades são sintaticamente independentes, demarcadas, quanto a características prosódicas, não-autônomas, na comunicação, e, em sua maioria, não superam o limite formal de três sílabas tônicas, ocorrendo, com maior frequência, em unidades não-contíguas e não-combinadas. As fontes dessas unidades podem ser consideradas mistas, ou seja, reúnem classes gramaticais diferentes.

Diante disso, os autores elegem um “núcleo-piloto definidor dos MDs”, composto por traços avaliados como decisivos para a delimitação do conjunto dos marcadores, a partir da estabilidade com que são verificados nos itens em questão. Esses traços equivalem, respectivamente, às variáveis (02), (03), (04), (07) e (09), referentes ao contrabalanceamento entre os aspectos da articulação textual e da orientação da interação, à exterioridade dos MDs em relação ao conteúdo proposicional, à independência sintática e à falta de auto-suficiência comunicativa. Cada uma dessas variáveis é composta por traços específicos, mais ou menos esperados em relação ao comportamento prototípico de um MD. Dessa forma, as possibilidades de comportamento de um item específico que sejam coerentes com os traços comportamentais de um MD definem as combinações possíveis de preenchimento desse núcleo-piloto.

Nessa perspectiva, distribuindo-se ao longo de um *continuum* dinâmico, os elementos que mais tipicamente incorporam, de modo uniforme e integral, esses traços do núcleo-piloto são considerados MDs mais prototípicos, enquanto aqueles que os manifestam, de modo mais diversificado, são considerados não-prototípicos. Quanto às demais variáveis, o preenchimento dos traços pode obedecer a flexibilidades previsíveis.

¹¹ Segundo Risso *et al* (1996) esse dados marcam uma distribuição entre duas tendências funcionais básicas e integradas, assim como *contrabalanceadas*: (i) quando o foco funcional não está centrado no seqüenciamento de porções textuais, tende a haver uma maior projeção INTERACIONAL; (ii) quando o foco deixa de ser interativo, há uma maior projeção TEXTUAL. Esses dados parecem corroborar a divisão dos MDs estabelecida por Marcuschi (1989, 1991): MCs com funções sintáticas e MCs com funções conversacionais, Schiffrin (1986): MDs construtores do texto e MDs construtores de uma ação, e Souza (2004): MDs com funções textuais e MDs com funções discursivas).

Diante disso, as chamadas *unidades limítrofes* são caracterizadas, pelos autores, como espaços em que o grau de variação pode extrapolar a configuração do núcleo-piloto. Essas unidades, bastante heterogêneas, são capazes de abranger atividades metadiscursivas de ordem diversa, tais como as desempenhadas por organizadores do fluxo informacional, tendo em vista o interlocutor, operadores argumentativos, indicadores de pontos de vista pessoal, sintetizadores, modalizadores discursivos, além das relações estabelecidas pelas interjeições, pelos vocativos, etc.

3.3.2. O MD *assim*

3.3.2.1. A não-prototipicidade do MD *assim*

Silva *et al.* (1999) apontam algumas características de *assim* e de outros itens, a saber, *por exemplo, digamos e etc...*, enquanto ponto de partida para a especificação dos objetivos de sua pesquisa. Nessa direção, a não-prototipicidade do item, enquanto MD, mediante os critérios propostos em Risso *et al.* (1996), e a sua capacidade de fazer referência implícita a um conjunto de elementos, traçam o seu perfil geral e direcionam a pesquisa a partir dos objetivos:

- (i) determinar a relação desse, entre outros marcadores, com a teoria dos conjuntos, assim como as correlações lingüísticas e extralingüísticas que fazem prever a escolha de um elemento desse conjunto, em detrimento dos outros, por parte do falante;
- (ii) observar a relação de derivação e/ou desenvolvimento entre os marcadores *não-prototípicos* e os *limítrofes*, com o intuito de desvendar se há, e como se dá a passagem de um a outro;
- (iii) para alcançar o objetivo anterior, os autores, na medida do possível, vão estabelecer comparações entre os marcadores e suas respectivas formas *limítrofes*. Essas comparações permitirão uma caracterização mais profunda do *continuum* de evolução desses itens, podendo apontar indícios sobre a origem dos MDs¹²;
- (iv) investigar a colocação sintática dos MDs.

¹² Em relação a esse objetivo, *assim* apresenta uma peculiaridade: por não revelar uma contrapartida limítrofe, sua análise é calcada nos seus estatutos categoriais e funcionais (os autores consideram apenas as categorias funcionais de advérbio e de MD).

Na análise de Silva *et al.* (1999), o padrão de recorrência de *assim* revelou-se alto e seu comportamento manifestou-se exterior ao conteúdo proposicional, de acordo com o que se espera na caracterização prototípica dos MDs. Em relação à transparência semântica do MD, aferida a partir da sua forma fonte, o item apresenta transparência parcial, tal como é característico dos MDs. No que tange à sua apresentação formal, *assim* foi classificado como uma forma única, portanto, estereotipada. Quanto à relação com a estrutura sintática da oração, *assim* revelou-se sintaticamente independente, corroborando as considerações de Schiffrin (1986), segundo as quais esse traço também deve ser tomado como característico dos MDs. Além disso, o item revelou uma determinada marcação prosódica, uma não-autonomia comunicativa e massa fônica abaixo do limite esperado para os MDs.

Para uma caracterização mais completa do perfil funcional do MD *assim*, em relação às variáveis apresentadas por Risso *et al.*, já expostas anteriormente, vale retomar particularmente as subdivisões das variáveis (02) e (03), propostas pelos autores, que condizem com o nosso maior interesse. Dessa forma, essas variáveis foram subdivididas em três classificações. A variável (02) “Articulação de segmentos do discurso”, recebeu os traços: (1) seqüenciador tópico, (2) seqüenciador frasal e (0) não seqüenciador. Contempla-se, assim, que uma das funções dos MDs pode ser a de promover a articulação dos segmentos do discurso, enquanto nexos coesivos, relacionados à organização tópica, estabelecendo aberturas, encaminhamentos, retomadas e fechos de tópicos, nas posições intra ou intertópicas.

A variável (03) “Orientação da interação”, recebeu, por sua vez, os traços (1) secundariamente orientador, (2) basicamente orientador e (0) fragilmente orientador. Esses traços encontram-se intimamente ligados à concepção de texto como uma unidade globalizadora, sócio-comunicativa, que passa a existir no processo de interação, sinalizando que os MDs, assim como todo mecanismo com estatuto textual, cumprem sempre uma função orientadora da interação, ainda que distribuída em níveis distintos.

Segundo os autores, uma unidade pode ser considerada basicamente orientadora (traço 2) quando desempenha uma nítida orientação por parte do falante em direção ao ouvinte ou vice-versa, podendo ser essa orientação estabelecida por meio de uma aprovação discursiva ou da manifestação de um acompanhamento atencioso da fala do outro, incluindo os casos em que o envolvimento interpessoal é formalmente sinalizado (como, por exemplo, nas ocorrências do item *digamos*).

A orientação é considerada secundariamente orientadora (traço 1) quando a unidade sinaliza opinião ou mesmo orientação argumentativa do falante, incluindo os processos de manifestação pessoal, nos quais expressa avaliações subjetivas a propósito das significações proposicionais (como, por exemplo, *acho*), ou envolvendo, de modo indireto, seu interlocutor (como *bom*).

Por fim, a orientação interacional é considerada frágil (traço 0) quando a característica interacional restringe-se em função da natureza do evento conversacional, propriamente dito, que corresponde sempre à realização de uma tarefa comum, na qual os parceiros envolvem-se reciprocamente. Aqui, portanto, o conceito de interação não se restringe apenas ao processo de relação interpessoal.

A partir dessa caracterização, os autores constataam que *assim* sofre um pequeno deslize, em relação ao núcleo-piloto, por conta de seu traço 0, no que diz respeito à variável (02), em contrapartida com a variável (03), na qual recebe o traço 1. O que se pode depreender, segundo essa análise, é que se espera, entre essas duas variáveis, uma distribuição complementar, ou seja, as formas altamente pontuadas quanto à articulação (variável 02) serão baixamente pontuadas quanto ao envolvimento interacional (variável 03). Diante disso e da classificação proposta, *assim* não apresenta essa distribuição, já que tem um funcionamento sutil em relação às duas variáveis. Por conta disso, Silva *et al.* (1999) situam o item em um *continuum*, localizado entre os MDs típicos e as unidades limítrofes, mas ainda no campo dos MDs. É o que se denomina MD não-prototípico.

3.3.2.2. A funcionalidade do MD *assim*

Em relação a *assim*, o objetivo central do estudo de Silva *et al.* (1999) é investigar o porquê do emprego desse item como um *lubrificante do discurso*, ou seja, como um item diretamente correlacionado com as possíveis dificuldades com as quais o falante pode se deparar no processamento lingüístico do próximo elemento, a partir da hipótese de que o item se distribua

antes de um elemento considerado não-prototípico¹³, com tendência a ser abstrato, subjetivo, novo e, conseqüentemente, difícil de ser processado.

Um dos possíveis indícios da não-prototipicidade do elemento de caráter, normalmente, substantivo, precedido por *assim*, é a própria abstração da seqüência. Diante dessa constatação, os autores aferem a proporcionalidade de *assim* e abstratos, num texto, a partir de um contexto lingüístico específico, caracterizado pela fronteira entre verbo e complemento [V...Co], a preferida por esse marcador. Nesse domínio, constata-se, em presença de *assim*, uma abstração bastante alta. Essa característica corrobora a expectativa de que a abstratização aumente à medida que o segmento se gramaticaliza, sem ignorar, no entanto, que o desenvolvimento do item não é isolado, o que pressupõe a abstratização de todo o contexto discursivo no qual ele está inserido.

Além da abstração, a subjetividade também aumenta em presença do MD *assim*. Em relação com esses contextos, caracterizados pela fronteira [V...Co], os autores investigaram também o tipo de verbo que o antecede. Nesse caso, a tipologia adotada abrange os verbos de *opinião* e os *experimentais*, responsáveis pela expressão de aspectos cognitivos, perceptuais e afetivos, e os verbos de *sentido identificacional*, tais como o verbo *ser* e os *dicendi*. Nessa perspectiva, os verbos de opinião e os experimentais favorecem a ocorrência do MD e das formas que se caracterizam como ambíguas¹⁴, diferentemente do que se observa com os de caráter identificacional, ligados mais intimamente com as ocorrências adverbiais do item. A maior freqüência de *assim* com os verbos de opinião e experimentais, corresponde a um argumento a favor da explicação funcional do item enquanto um MD que atua em contextos de dificuldade de processamento.

Uma outra correlação, estabelecida pelos autores, entre o uso do MD *assim* e a referida dificuldade, ocasionada pelo caráter não-prototípico dos elementos que ele rege, foi apontada a partir da medição das discontinuidades anteriores e posteriores à seqüência formada pelo marcador. O resultado aponta para uma freqüência superior de discontinuidades anteriores ao emprego do item. Em relação ao estatuto informacional, os resultados mostram que o elemento

¹³ Ressaltamos que a definição de Silva de um elemento como “não-prototípico”, enquanto um elemento “menos utilizado”, “incomum”, é, segundo nossa concepção interativa de linguagem, um tanto quanto problemática, já que esses conceitos estão sempre relacionados e dependentes das características da interação e dos interactantes. Um conceito considerado “não-prototípico”, em uma dada situação de interação, pode ser construído, em outro momento, como um referente totalmente compartilhado entre os interlocutores, como um objeto criado, (re)construído naquele discurso.

¹⁴ As formas ambíguas correspondem àquelas que permitem duas leituras: uma correlativa aos aspectos do MD e outra aos do advérbio, a depender do contexto (se afastam ainda mais do núcleo-piloto).

encabeçado por *assim* tende a ser “novo”. Além disso, os autores sugerem que a ausência do item em situações de elocução formal, nas quais, normalmente, o assunto é bem conhecido pelo locutor, corresponde a mais um forte argumento a favor de seu caráter *lubrificante*.

Silva e Assafin (1995) observaram a correlação desse MD com aspectos prosódicos e determinaram que a curva entoacional do item é sempre estável, enquanto a dos seus usos adverbiais é variável. Silva *et al.* (1999) também analisam esse aspecto entoacional do MD *assim* e observam esse mesmo comportamento bastante “estável”, em contrapartida ao do advérbio, que é variável, uma vez que pode apresentar um caráter ascendente e, mais recorrentemente, descendente. A partir dessa distribuição, os autores apontam as seguintes estratégias: (i) um alongamento pode constituir um indício de que não se trata de um advérbio; (ii) um não-alongamento não permitirá qualquer afirmação; (iii) uma ascendência ou descendência eliminará quaisquer possibilidades de se tratar de um MD; e (iv) uma curva estável também não poderá resolver a ambigüidade.

A observação da contigüidade do item revelou que, diferentemente da sua forma adverbial, o MD não ocorre em nenhum tipo de aglutinação. Em relação à localização, *assim* tende a ocorrer, em sua grande maioria, fora da fronteira de constituintes, predominando na fronteira central de regência, o que confirma sua função de *anunciador de complemento*. Quanto a esse quesito, os autores realizam um cotejo entre os vários *assim*, ou seja, o advérbio, o MD e a forma ambígua, a fim de estabelecer uma comparação. Esse cotejo mostrou uma tendência à migração desse item para a fronteira **d**, localizada entre [V...Co], a partir do abandono da fronteira **f**, localizada antes de sujeito, à medida que ele assume as características e o perfil de MD. A maioria das ocorrências do item na fronteira **x**, na qual é regido por verbos *dicendi*, apresenta o seu funcionamento adverbial.

No estudo de MDs, Castilho (1986) e Marcuschi (1989), pioneiramente, chamaram a atenção para a distribuição desses itens, preferencialmente localizados nas margens direita e esquerda, ou seja, quase que categoricamente nas fronteiras de constituintes, normalmente nas fronteiras **f** e **x** (sendo **f** correspondente à margem esquerda e **x** correspondente à margem direita), o que não se verifica no caso de *assim*. Silva (1990) já notara que, longe de ser marginal, o MD *assim* situa-se, sistematicamente, diante de complemento, e nunca entre sujeito e verbo, o que já indicava, portanto, uma séria restrição sintática, atestada posteriormente, no trabalho com seus colaboradores, em 1996, e uma exceção em relação à distribuição preferencial dos MDs. No

entanto, mesmo “fora da fronteira”, o item aparece com uma frequência próxima àquela das ocorrências na fronteira, sendo que a frequência de *assim*, segundo Silva *et al.* (1999), revelou a mais alta expressão em comparação com os demais itens investigados.

O resumo de todas essas constatações pode corroborar a ligação do MD com a dificuldade de processamento intrínseca ao elemento seguinte, uma vez que a hipótese de que esse marcador anuncia segmentos não-prototípicos e, portanto, mais difíceis, é comprovada, segundo os autores, pelos correlatos da subjetividade e da abstração contextual de *assim*, da mesma forma que pela recorrência de elementos novos após o item. Vale ressaltar que, para Silva *et al.* (1999), o comportamento dos ambíguos não contribui para qualquer avanço no que se refere a uma possível comprovação da migração do advérbio para o MD *assim*, o que acaba justificando os objetivos dessa pesquisa, em busca de uma análise que aponte os elos funcionais entre as diferentes acepções do item.

Além dessas constatações, outras interpretações são dadas a esse elemento, a partir de perspectivas, ao mesmo tempo, diferenciadas e complementares. Dessa forma, de acordo com Rosa (1992), nas ocorrências em que apresenta a acepção de MD, *assim* corresponde a um *hedge* indicador de atividade cognitiva, responsável por: (i) sinalizar atividades de planejamento verbal; e, (ii) modificar a força das asserções em que aparece. Quando atua nessa segunda atividade de ordem cognitiva, atenuando a impositividade que possivelmente pode decorrer das asserções, o item assume a sua caracterização geral enquanto marcador de atenuação. Vale ressaltar que, nesse domínio funcional, Rosa sugere a atuação do item dentro de uma das possibilidades de marcação da atenuação¹⁵.

Castilho (1989), valendo-se da terminologia de Halliday, especifica que todos os MDs exercem uma função comum, voltada para a organização do texto. Ao postular, portanto, que a função textual equivale a uma *hiperfunção*, ao mesmo tempo, o autor esclarece que não é a partir dela que será estabelecida uma tipologia dos marcadores. Na seqüência, Castilho reconhece dois tipos de marcadores; os *interpessoais* e os *ideacionais*, enquanto os primeiros servem para administrar os turnos conversacionais, os segundos são acionados pelos falantes para a organização do tema e do seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, o autor analisa o item *assim*¹⁶, destacando, inclusive, a sua grande recorrência no português contemporâneo, como um MD que

¹⁵ Todas as formas de manifestação da atenuação serão apontadas e exemplificadas em seção posterior.

¹⁶ Segundo Castilho (1989), *assim* apresenta-se, nesta condição, com alongamento da vogal nasal e rodeado de pausas.

atua de acordo com esse segundo tipo, os ideacionais, mais especificamente no que se refere à “atenuação de um aspecto do tema”, o que já aponta para uma convergência, ainda que superficial, com a proposta de Rosa (1992)

Nessa análise, os marcadores de atenuação, entre eles o *assim*, são caracterizados por realizarem uma dupla incidência: (i) sobre o tema, quando convém abrandar os termos utilizados em sua formulação, ou (ii) sobre a própria situação de fala, quando o falante sente necessidade de praticamente se “desculpar” por sua atitude discursiva (o que é verificado no caso das perguntas, por exemplo).

Numa perspectiva diferenciada, retomamos uma análise de *assim* já apontada nesta seção, realizada por Castilho *et al.* (1996), na qual o item é considerado um *modalizador epistêmico*. Segundo esses autores, a modalidade epistêmica expressa uma avaliação da proposição, quanto ao seu valor e às suas condições de verdade, compreendendo três subclasses: (i) a dos asseverativos; (ii) a dos quase-asseverativos e; (iii) a dos delimitadores.

Os modalizadores epistêmicos *asseverativos* atuam na indicação de que o falante considera verdadeiro o conteúdo da proposição, não dando margem, portanto, a dúvidas por meio de apresentações afirmativas ou negativas. Dessa forma, os asseverativos são selecionados quando o falante deseja expressar uma alta adesão ao conteúdo, decorrendo daí um efeito de ênfase proposicional.

Os modalizadores epistêmicos quase-asseverativos indicam que o falante considera quase certo o conteúdo proposicional, ou seja, esse conteúdo é avaliado como muito próximo à verdade, como uma hipótese propensa à comprovação. Por essa razão, a utilização do modalizador permite ao falante furtar-se de “toda a responsabilidade sobre a verdade ou a falsidade [da proposição]” (BARRENECHEA, 1969 *apud* CASTILHO *et al.* 1992), possibilitando a avaliação da proposição como uma possibilidade epistêmica, da qual decorre uma baixa adesão do falante em relação ao conteúdo do que verbaliza.

Segundo esses autores, os modalizadores epistêmicos quase-asseverativos podem ser parafrazeados por predicadores do tipo “eu acho que” e “é provável que”. Nessa perspectiva, *assim*, como também, *talvez*, *possivelmente*, *provavelmente*, *eventualmente*, foi identificado como um modalizador desse tipo. Portanto, podemos dizer que *assim*, nessa acepção, tem a propriedade de modalizar o conteúdo do constituinte à sua direita, prevenindo, de certa forma, o interlocutor

de que não há comprometimento com o valor de verdade dessa parte da proposição escopada pelo item.

Vale ainda dizer que, segundo Castilho *et al.* (1996), são os modalizadores *delimitadores* os responsáveis pelo estabelecimento de limites dentro dos quais deve ser encarado o conteúdo proposicional. A força ilocucionária desses modalizadores é maior que a dos outros dois tipos, uma vez que eles implicam uma negociação estabelecida entre os interlocutores, em prol da manutenção do diálogo.

Em relação ao aspecto sintático, os modalizadores apresentam-se como “hiperpredicadores”, cujo escopo é todo o conteúdo da proposição, experienciadores de uma significativa mobilidade na cadeia da fala. O uso de *assim*, classificado como quase-asseverativo pelos autores, anuncia cataforicamente uma categoria funcional da sentença, de caráter adjunto ou argumental.

Também Urbano (1993), ao estabelecer uma distinção semântica entre os diferentes marcadores conversacionais (de acordo com a terminologia adotada pelo autor), os subdividiu em: (i) elementos prosódicos, tais como as pausas e alongamentos; (ii) os elementos verbais não lexicalizados; (iii) os elementos verbais lexicalizados¹⁷; (iv) expressões que mantêm suas características semânticas, sem que suas informações integrem ou colaborem diretamente para o conteúdo referencial do texto ou do tópico; e (v) aqueles elementos que mantêm parcela do seu significado e da sua função sintática originais, em menor ou maior grau, assumindo, por acréscimo, uma função pragmática.

É em relação a esse último grupo que Urbano analisa o item *assim*, que mantém uma distribuição mais ou menos presa, em relação à estrutura oracional, numa função de adjunto adverbial, que se liga, ao mesmo tempo, à enunciação¹⁸ numa função caracterizada pelo autor como modalizadora, responsável pela sinalização de hesitação ou dúvida por parte do falante.

Visto exclusivamente sob o aspecto pragmático, *assim* preenche uma pausa indicativa de incerteza, insegurança ou hesitação, que se transformaria, segundo o autor, em um silêncio

¹⁷ Em relação a esse segundo tipo, o autor retoma um dizer de Castilho (1986): “são execuções verbais esvaziadas, às vezes, de conteúdo semântico e de papel sintático, irrelevantes para o processamento do assunto” (p. 87). A partir dessa concepção, Urbano considera esses elementos, embora esvaziados semanticamente, em relação aos seus respectivos conteúdos originais, enquanto itens que passam a atuar como estratégias, possibilitando ao falante, testar o grau de atenção e participação do seu interlocutor, o que acaba por revelar características interacionais e, conseqüentemente, uma funcionalidade discursiva desses itens, bastante diferente do caráter descartável sugerido por Castilho no trecho citado.

¹⁸ Por “enunciação”, o autor entende “produção do enunciado”.

constrangedor sem a cautela desse empreendimento. Enquanto preenchimento de pausa, *assim* pode ser analisado como uma ruptura informacional, responsável pela instauração de momentos facilitadores, relacionados à organização e ao planejamento do texto, uma vez que dá tempo para que o falante se prepare.

Diante dessa especificidade, Urbano retoma uma classificação estabelecida por Ilari e Geraldi (1985, p. 88), baseada na distinção entre os advérbios que desempenham essa característica funcional, os quais chamam de *advérbios da enunciação*, e aqueles que incidem restritamente sobre o conteúdo oracional, denominados *advérbios da frase*. Assim, os advérbios da enunciação devem ser entendidos e considerados enquanto estratégias conversacionais, graças às quais se mantém e flui, de modo eficiente, a interação. Diante dessas considerações, Urbano (1993) entende que o *assim* pode ser caracterizado pela soma dessas duas funções. Por ser um advérbio da enunciação, conseqüentemente, o item é um marcador conversacional.

De modo bastante abrangente, Macedo (1997) aponta, em sua pesquisa, voltada a uma interessante interface entre o estatuto comportamental dos marcadores mediante a relação de aquisição de primeira e segunda línguas, que *assim* é usado para especificar parte de sintagmas, atestando, como outros autores já citados, a ocorrência prototípica do item entre um X e seu complemento, destacando, ainda, a possibilidade de ocorrências em posições finais. Os itens examinados por Macedo revelam as funções de (i) verificar se a interação está ocorrendo, ou seja, se o interlocutor está acompanhando o locutor; (ii) organizar e manter a coesão do texto; (iii) reformular, ligando-se ao processamento textual; (iv) manter a harmonia entre os participantes, em função associada às normas de polidez.

Silva e Macedo (1996), a partir das dimensões semânticas, funcionais e distribucionais, apontam que, de acordo com o exame relacionado aos fatores sociais e ao gênero discursivo, a hipótese central e guia da pesquisa era a de que classes mais inseguras, possivelmente representadas pelos adolescentes e mulheres, usariam mais o MD *assim*, uma vez que admitiam-no como um *preenchedor de pausa*, tal como em outros trabalhos já apontados.

A partir dessa hipótese, para a análise específica de *assim*, foram correlacionados os seguintes grupos de fatores: (i) *subjetividade do assunto*, trechos em que o informante expõe seus sentimentos, revela sua opinião ao relatar um determinado assunto, ou ainda, quando expressa um conselho, uma ordem, um desejo; *objetividade do assunto*, trechos em que o informante não expõe seus sentimentos, mas apenas relata objetivamente um acontecimento; (ii) *grau de*

complexidade do assunto, as ocorrências de *assim* estariam ligadas a assuntos considerados custosos, quer por não estar clara a formulação da pergunta, quer porque o assunto não é dominado e por isso, ou por outros fatores, se torna embaraçoso.

Em relação a esses fatores, as autoras observaram que a maior ocorrência do item realmente pode ser verificada no que tange aos assuntos considerados “custosos”, sendo que ao falar sobre assuntos pessoais, o falante o faz de maneira objetiva. Vale ressaltar que, a partir do momento que o falante se aprofunda, no tratamento dado a esses assuntos pessoais, a presença do marcador pode ser notada consideravelmente.

Tal como vários outros trabalhos já citados, a localização do item também se revelou sistemática, ao contrário das hesitações (pausas, retomadas, alongamentos, interrupções, etc.) que ocorrem em contextos variados. Quanto ao sexo dos informantes, a ocorrência entre as mulheres revelou-se superior àquela entre os homens, o que corrobora, segundo os autores, a associação do uso do marcador às classes inferiorizadas.

A variável “escolaridade” não apresentou diferenças, e a relação entre o seu emprego e o gênero textual mostrou pouquíssimas variações, restritas às citações, nas quais o marcador é praticamente inexistente, o que é explicado pelas autoras a partir do fato de que, nas citações, não há uma exposição do que é dito pelo próprio falante, o que o faz sentir-se menos hesitante. A variante idade também apresentou diferenças significativas, à medida que houve uma diminuição do uso correspondente a maior idade do falante, o que também foi explicado pelo motivo da “insegurança”.

O comportamento da curva entoacional constatado foi exatamente o mesmo já apontado anteriormente. Além disso, a maior ocorrência do marcador nas orações subjetivas também corroborou o maior emprego do item nas informações subjetivas, e o menor, nas objetivas, correspondendo, segundo as autoras, ao processo de planejamento verbal, por ser esse tipo de informação mais difícil de se formular do que o objetivo.

Diante de todos esses resultados, Silva e Macedo (1996) ressaltam que *assim* não pode ser caracterizado como uma simples hesitação, não só porque ocorre em contextos bem mais previsíveis, mas também por servir a outros propósitos discursivos-pragmáticos, tais como: (i) marcar uma ruptura coincidente ao início de um complemento, o que o associa ao planejamento verbal; (ii) além de comportar-se como uma estratégia de polidez, servindo, imprescindivelmente, para manter a boa imagem do interlocutor na abordagem de temas considerados delicados.

Dessa forma, é possível estabelecermos pontos de contato entre a proposta de Urbano (1993), a de Rosa (1992), a de Silva e Macedo (1996) e a de Castilho (1989), uma vez que, em todas, ou é ressaltada ou é admitida a função atenuadora de *assim*. A análise do item de acordo com a proposta de Castilho *et al.* (1996), na verdade, trata do mesmo uso, discutido nos trabalhos anteriores, mas a partir de uma interpretação centrada na função modalizadora do item, na qual a atenuação não é mais considerada uma questão central, apesar de ainda estar presente implicitamente.

Uma observação interessante, acerca desse marcador, vem de Silva *et al.* (1999) que estabelecem uma relação entre o MD e a teoria dos conjuntos. Esses autores reivindicam que *assim* se refere a um ou a mais elementos pertencentes a um conjunto. Dessa forma, o item é usado enquanto o falante, ao processar seu enunciado, procura, entre os elementos que compõem um determinado campo semântico, aquele que mais adequadamente pode cumprir as exigências do conjunto aberto pelo subtópico¹⁹ em questão. Diante desse aspecto, podemos estabelecer, novamente, correlações entre essa função, de sinalizar ao interlocutor a existência de um conjunto de elementos possíveis, avisando-o, de certa forma, que qualquer um dos demais elementos poderia servir ao seu propósito comunicativo, e um descomprometimento do falante em relação ao emprego desse elemento e não o de outro. Na verdade, a atenuação pode ser interpretada de maneira intrínseca a esses aspectos relativos a escolha de um elemento de um campo semântico sem nenhum compromisso por parte do falante. Além disso, também a função voltada para o planejamento verbal parece estar implícita nessas considerações.

Nesta direção, Martelotta (2004) apresenta uma caracterização do MD *assim* que compartilha vários pontos já destacados por autores anteriores. Para ele, esse MD, da mesma forma que os demais itens dessa “categoria”, apresenta a função básica de viabilizar o discurso no ato da comunicação falada. Por meio dele, o falante marca para o ouvinte: (i) a omissão de informações passíveis de inferências; (ii) a insegurança ou o não-comprometimento do falante em relação à exatidão das informações transmitidas; (iii) as pós-reflexões e reformulações conseqüentes do caráter dinâmico da fala; (iv) o preenchimento das pausas ocasionadas por essas reformulações.

Além dessas funções, o autor destaca ainda a capacidade do elemento de modalizar uma informação mencionada anteriormente, procedendo a qualificações e expressando, ao mesmo

¹⁹ Esse conjunto se assemelha, segundo Silva *et al.* (1999), ao *frame* de Minsky (*apud* Brown e Fillmore, 1983).

tempo, hesitação por parte do falante em relação à escolha das palavras. Esse uso modalizador de *assim* pode se manifestar, segundo Martelotta (2004), como um reformulador da fala, o que é corroborado, formalmente, pelas repetições que acompanham o emprego do item. Por ser de natureza discursiva, esse uso de *assim* apresenta-se intimamente ligado a restrições de caráter pragmático.

Em outros contextos, pode ainda assumir a função de *anunciador de complemento*, numa citação do termo de Silva e Macedo (1996), marcando, concomitantemente a esse anúncio, uma hesitação do falante diante do novo elemento que será apresentado. Para Martelotta (2004), esse uso assume novamente uma função de caráter gramatical, voltada, de modo exclusivo, para as relações dos elementos na cláusula, não apresentando mais, por essa razão, um caráter pragmático-discursivo²⁰.

3.4. Avaliações e perspectivas

A exposição dos objetivos, preocupações e perspectivas das diferentes pesquisas citadas nas seções anteriores, possibilitou o estabelecimento de pontos de contato entre os diferentes resultados e conclusões apresentados por elas. Diante disso, podemos concluir que, ao mesmo tempo em que há uma quantidade significativa de trabalhos voltados para o mesmo fenômeno lingüístico, é, ainda assim, sentida a carência de uma análise que explique as especificidades funcionais do MD *assim*, à luz das especificidades de suas outras acepções. Na verdade, propomos uma aproximação da perspectiva sincrônica, capaz de refletir a funcionalidade do item no discurso, e da diacrônica, capaz de construir análises das mudanças semântica e pragmática experimentadas pelo item, a fim de:

- (i) não só compreender o processo por meio do qual esse item teve seu significado atualizado e seus efeitos pragmáticos aumentados no discurso,
- (ii) mas também possibilitar a compreensão e a explicação das próprias funções desempenhadas por ele, conjugando e correlacionando, tanto quanto possível, as

²⁰ Vale ressaltar que Martelotta (2004), em sua análise da funcionalidade de *assim*, propõe o *cline* DÊITICO> MD> ANUNCIADOR DE COMPLEMENTO. Esse *cline* envolveria, portanto, os processos de GR, capaz de explicar o surgimento das funções mais gramaticais do item (como a última), e de DC, capaz de explicar a emergência de suas

diferentes análises, em uma abordagem que possa traçar um quadro coerente e geral de seu perfil funcional.

funções mais discursivo-pragmáticas (como as funções do MD), ambos os processos atuando a partir da forma de origem DÉITICA.

CAPÍTULO 4

Metodologia e *Corpus*

Para a realização da análise que se propõe a explicar as especificidades sintático-semântico-pragmáticas do item *assim*, especificamente em relação ao seu estatuto de MD, sem, no entanto, abandonar as correlações desse uso com as demais acepções do item, tornando possível, dessa forma, compreender o funcionamento do MD em questão como um reflexo do seu processo de desenvolvimento, ou seja, como uma atualização pragmática de suas funções, em nível de discurso, será adotado um *corpus* constituído a partir do Banco de Dados Iboruna¹, organizado, pioneiramente, com amostras de fala da região Noroeste do Estado de São Paulo, mais especificamente, dos municípios de Bady Bassitt, Cedral, Guapiaçu, Ipiguá, Mirassol, Onda Verde e São José do Rio Preto.

Trata-se de dados coletados segundo os preceitos da Sociolinguística Variacionista, por meio de gravações de entrevistas, posteriormente, transcritas. Os informantes foram selecionados a partir do intercruzamento de quatro variáveis sociais, a saber: (i) sexo/gênero; (ii) faixa etária; (iii) nível de escolaridade e (iv) renda familiar, proporcionalmente distribuídos, nesse *corpus*, em dez inquéritos.

Fator relevante, relacionado à constituição do *corpus*, é a seleção e controle de cinco tipos de textos orais distintos nele contemplados, a saber: narrativa de experiência pessoal (NE), narrativa recontada (NR), relato descritivo (DE), relato de procedimento (RP) e relato de opinião (RO).

Apesar de o perfil social dos informantes não ser relevante para a pesquisa aqui proposta, já que não estamos tratando de um fenômeno variável², o tipo de relato e a situação de comunicação são, por sua vez, indícios que se revelaram, também aqui, importantes para a

¹ Resultado de um projeto desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce/UNESP/São José do Rio Preto), com o intuito de propiciar material de estudo sobre o dialeto do interior paulista a pesquisadores, graduandos e pós-graduandos de universidades nacionais e internacionais.

² No âmbito da Sociolinguística Variacionista, os fatores sociais ou extralingüísticos são frequentemente analisados como *motivadores* de fenômenos lingüísticos.

especificação funcional do item eleito para o estudo, uma vez que um ou outro fator pode favorecer a sua realização, como será apontado na análise dos dados, de acordo com a perspectiva textual-iterativa.

Vale ressaltar que nesse *corpus* estão incluídas as perguntas feitas pelos documentadores da amostra, uma vez que elas revelam pontos funcionais interessantes e que merecem ser analisados. O quadro 16 abaixo relaciona os inquéritos selecionados e os seus respectivos dados sociais:

AMOSTRA	TIPOLOGIA TEXTUAL		DADOS SOCIAIS				
			sexo	Faixa etária	Esc.	Renda familiar	Cidade
AC-001	Narrativa de Experiência Narrativa Recontada Descrição de Local Relato de Procedimento Relato de Opinião	NE NR DE RP RO	M	10	1 ciclo EF	mais de 24SM	SJRP
AC-006	Narrativa de Experiência Narrativa Recontada Descrição de Local Relato de Procedimento Relato de Opinião	NE NR DE RP RO	F	10	1 ciclo EF	6 a 11SM	SJRP
AC-022	Narrativa de Experiência Narrativa Recontada Descrição de Local Relato de Procedimento Relato de Opinião	NE NR DE RP RO	F	15	EM	6 a 10 SM	Mirassol
AC-035	Narrativa de Experiência Narrativa Recontada Descrição de Local Relato de Procedimento Relato de Opinião	NE NR DE RP RO	M	18	2 ciclo EF	11 a 25 SM	SJRP
AC-056	Narrativa de Experiência Narrativa Recontada Descrição de Local Relato de Procedimento Relato de Opinião	NE NR DE RP RO	F	21	Superior	5 SM	SJRP
AC-077	Narrativa de Experiência Narrativa Recontada Descrição de Local Relato de Procedimento Relato de Opinião	NE NR DE RP RO	M	31	EM	6 a 10 SM	SJRP
AC-102	Narrativa de Experiência Narrativa Recontada Descrição de Local Relato de Procedimento Relato de Opinião	NE NR DE RP RO	F	43	2 ciclo EF	6 a 10 SM	SJRP
AC-103	Narrativa de Experiência Narrativa Recontada Descrição de Local Relato de Procedimento	NE NR DE RP	M	48	EM	até 5 SM	SJRP

	Relato de Opinião	RO					
AC-126	Narrativa de Experiência Narrativa Recontada Descrição de Local Relato de Procedimento Relato de Opinião	NE NR DE RP RO	F	Mais de 55	1ciclo EF	6 a 10 SM	SJRP
AC-135	Narrativa de Experiência Narrativa Recontada Descrição de Local Relato de Procedimento Relato de Opinião	NE NR DE RP RO	M	54	2ciclo EF	até 5 SM	SJRP

Quadro 16: O *corpus*: análise do MD *assim*

Dessa forma, nas notações usadas para a identificação das ocorrências analisadas neste trabalho constam: a numeração da amostra (AC-001/ AC-006/ AC-022/ AC-035/ AC-056/ AC-077/ AC-102/ AC103/ AC126/ AC-135); a abreviação correspondente à tipologia textual (NE/ NR/ DE/ RP/ RO); e o número da ocorrência no *corpus* (foi analisado um total de 426 ocorrências).

A análise realizada neste trabalho é de natureza *qualitativa*, ou seja, leva em consideração, prioritariamente, as características funcionais do item em seus mais distintos contextos, procurando atentar para seus traços sintáticos, semânticos e pragmáticos em cada ocorrência em particular e, a partir da constatação de similaridades ou diferenças, estabelecer as linhas que contornam o quadro geral de funcionamento do item em questão. Em determinados pontos do trabalho, serão realizadas algumas considerações relativas à frequência de ocorrência de determinadas funções do item, no entanto, esclarecemos que elas não são resultado de uma análise *quantitativa* propriamente dita, mas das observações que podem ser consideradas resultantes da perspectiva qualitativa escolhida para o trabalho.

CAPÍTULO 5

O perfil funcional do MD *assim*

O objetivo central deste capítulo é descrever as funções e subfunções desempenhadas pelo MD *assim* de modo a construir um quadro que articule a multifuncionalidade geral do item à sua multifuncionalidade enquanto MD e que, por fim, possibilite a articulação desse quadro com o processo de mudança experimentado por este.

Para isso, abordaremos, em uma primeira subseção, as funções textuais-interativas do item, procurando promover uma análise que conjugue seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, mediante cada uma das suas funções. Na seqüência, em uma segunda subseção, abordaremos os aspectos contextuais do item, a fim de caracterizar marcas de subjetividade importantes para o processo de (inter)subjetivização experimentado pelo MD *assim*. Por fim, numa terceira e última etapa, daremos maior destaque a uma das subfunções apontadas primeiramente, a saber, a de atenuador, em uma subseção destinada exclusivamente à especificação do conceito de atenuação utilizado e dos diferentes funcionamentos desempenhados pelo item no domínio da atenuação.

5.1. As funções textual-interativas do MD *assim*

5.1.1. A perspectiva textual-interativa

A adoção de uma perspectiva textual-interativa como instrumental analítico neste trabalho, que se insere no quadro teórico maior da GR, exige, num primeiro momento, as definições específicas não só da concepção de linguagem, mas também da própria dimensão dessa perspectiva teórica, da natureza do seu objeto e de sua unidade de análise.

Sendo assim, retomando o capítulo introdutório (JUBRAN, 2006) da “Gramática do Português Culto Falado no Brasil” e partindo do pressuposto de que a linguagem verbal constitui uma realidade complexa, entende-se que é também complexo o conjunto de critérios que a

definem. No domínio dessa complexidade, elege-se uma visão de linguagem como “forma de ação” e de “interação social” que, cognitivamente, revela-se na chamada competência comunicativa, correspondente à capacidade do falante de manter a interação por meio da linguagem. Essa competência comunicativa implica a competência lingüística, ou seja, a capacidade do falante de conhecer um sistema de regras interiorizadas que lhe permite a produção, a interpretação e o reconhecimento das orações, necessários para o estabelecimento de uma interlocução verbal com estatuto textual.

A partir do estabelecimento de que a linguagem se manifesta na interação sob a forma textual, aponta-se o texto como objeto de estudo, considerado enquanto processo tipicamente dinâmico, exposto a pressões de ordem interacional, verificáveis na sua própria materialidade lingüística (JUBRAN, 2004), sob a perspectiva de uma base teórica assentada em princípios da Pragmática, da Lingüística Textual e da Análise da Conversação.

Segundo Jubran (2004), o primeiro ponto de vista associado à perspectiva em questão, o pragmático, permite considerar a linguagem como uma atividade verbal intrinsecamente associada às suas condições de efetivação. Dessa forma, é a perspectiva pragmática que gerencia a descrição dos dados lingüísticos textuais em situações concretas de uso, colocando em evidência a dimensão comunicativo-interacional da língua. Nesse sentido, os dados pragmáticos são inscritos na superfície textual, tornando possível a observação das marcas do processamento formulativo-interacional na própria materialidade do texto. Sendo assim, é imprescindível, para uma descrição textual-interativa, a abordagem do texto dentro de seu contexto sociocomunicativo de produção, a partir do rastro concreto de marcas que a situação enunciativa traça nos enunciados.

O segundo ponto de vista, o da Lingüística Textual, mais especificamente das suas fases posteriores de desenvolvimento, conjuga ao enfoque lingüístico-pragmático, apresentado há pouco, uma concepção de texto como unidade que é, ao mesmo tempo, globalizadora, sociocomunicativa e interacional. É portanto desse quadro teórico que foram tirados os princípios fundamentais para a conceituação de texto, respeitando, no entanto, as devidas especificidades ditadas pela natureza da modalidade textual falada, constituída como alvo de interesse, nessa perspectiva, em detrimento do texto escrito, comumente abordado pela Lingüística Textual.

Por fim, o terceiro ponto de vista, relativo à Análise da Conversação, dá a sua contribuição ao quadro teórico da descrição textual-interativa da língua falada, a partir da

exclusão da tendência etnometodológica¹ e da posterior inclusão de questões mais amplas em relação à língua falada em situações diversificadas de interação, o que a torna mais apropriada para o tratamento lingüístico-textual.

Dessa forma, o foco de investigação concentra-se na construção do texto falado e nos fatores enunciativos que o constituem, revelando-se nos próprios processos de elaboração textual. Segue-se que as descrições lingüísticas proporcionam pontos de contato com seu funcionamento em dadas situações, o que corresponde, segundo Jubran (2006), à existência de regras que caracterizam a organização do texto, assim como a sistematicidade da atividade discursiva.

Ressalta-se que, no âmbito textual, essa sistematicidade se manifesta como princípio de processamento de estruturas e não como princípios constitutivos de estruturas, como nos sistemas fonológico e morfológico. Por isso, a descrição do sistema textual apontará, na construção do texto falado, as regularidades relacionadas, principalmente, ao processamento das estruturas. Sendo assim, os princípios que determinarão o caráter sistemático dos procedimentos de formulação do texto são: (i) a recorrência desses procedimentos em contextos definidos; (ii) as marcas formais que os caracterizam; e, (iii) o preenchimento de funções que lhes são específicas. Esse conjunto de fatores corresponde à concepção, nessa perspectiva teórica, do que deve ser considerado gramatical no plano textual (JUBRAN, 2006).

O texto, como objeto de estudo, torna-se um campo de apreensão de regularidades capazes de caracterizar as formas de processamento das estratégias, dos mecanismos de sua estruturação e também das suas funções pragmático-textuais, configurando um produto materializado lingüisticamente que, ao mesmo tempo, congrega e sinaliza o processo de formulação textual e de interação.

A análise dessas estratégias não resulta em uma dicotomia de funções textual e interativa, mas as conjuga, a partir de um princípio de *gradiência*, regulado pela dominância. Uma vez considerado o referido princípio, será imprescindível uma tipologia funcional dos fatos discursivos, baseada em um *contínuo*, que comporte, de um lado, os elementos com funções predominantemente relacionadas à organização, condução, manutenção ou até quebra do fluxo de informação (+textuais) e, de outro lado, os elementos predominantemente focalizadores das

¹ Segundo Jubran (2006), o objeto de estudo central da Análise da Conversação em seus trabalhos iniciais é caracterizado pela comunicação face a face, realizada em situações informais de interlocução e marcada por freqüentes trocas de turnos. Esses trabalhos, que apresentam uma acentuada tendência etnometodológica, dão pouca atenção às questões eminentemente lingüísticas (cf. SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSO, 1974).

circunstâncias enunciativas (+interativos). Entre um e outro pólo, estão as classes intermediárias. Sendo assim, uma mesma forma pode prestar-se a diferentes funções, podendo enquadrar-se, conseqüentemente, em classes também diferentes, e é exatamente por isso que as classes constituídas não são discretas, mas fluidas, graças à instabilidade das configurações discursivas (JUBRAN, 2006).

Em busca da definição de unidade de análise, nessa perspectiva, o estudo do texto falado permitiu a constatação de um processo básico de construção textual, a topicalidade. Segundo a mesma autora, a fixação de critérios em busca de uma unidade de análise de natureza textual-interativa é dificultada, no entanto, pela: (i) interferência de pressuposições e conhecimentos compartilhados; (ii) fluidez e dinamicidade do desenvolvimento da conversa; e, (iii) atuação de elementos não-verbais, aos quais nem sempre o analista tem acesso. Apesar dessas dificuldades, a categoria *tópico discursivo* é resultado da necessidade de uma base objetiva para a caracterização de uma unidade transfrástica, que implica o estabelecimento de traços que definam a operacionalidade dessa categoria analítica capaz de, segura e objetivamente, identificar unidades textuais.

Tendo claro que os segmentos com estatuto tópico se estendem para *além* dos limites sentenciais, não se deve confundir a noção de tópico discursivo com a de estrutura sentencial *tópico/comentário, tema/rema*. Assim, a partir da observação (i) da convergência de seqüências de turnos para um assunto proeminente e (ii) da organização tópica no texto, podem ser estabelecidas as propriedades particularizadoras com base nas quais o tópico discursivo é definido como categoria analítica: *centração e organicidade*.

A topicalidade manifesta-se mediante enunciados que tratam de um conjunto de referentes, concernentes e relevantes num ponto específico da mensagem, o que leva à formulação da *centração*, como sua primeira propriedade definidora, abrangendo os traços de: (i) *concernência*: relação de interdependência semântica entre os enunciados de um segmento textual que gera a integração desses enunciados em um conjunto referencial; (ii) *relevância*: proeminência desse conjunto como decorrência da posição focal assumida pelos seus elementos; e (iii) *pontualização*: localização desse conjunto focal em momento específico do texto falado.

A fim de exemplificar tais traços, é transcrito abaixo um segmento do *corpus*² utilizado por Jubran (2006), que tem como tópico as “As atividades profissionais do marido de L1”. Vejamo-lo:

(1)

Doc.: o seu marido sempre exerceu essa profissão que ele tem agora?

L1: não ele teve escritório no início da carreira ...teve escritório durante ...oito anos::mais ou menos ... depois ... ainda com escritório ... e como ele tinha liberdade de advogar ele também ... exercia a:: a profi/ o a advocacia do Estado né? ... e:: ...depois ... é que ele começou a lecionar quando houve ... a necessidade de regime de dedicação exclusiva ... pela posição de DENtro da carreira ... ele precisava optar pela::

L2: dedicação

[

L1: dedicação exclusiva

L2: ahn ahn

L1: sabe? ... então:: ... ele::: ... começou a lecionar foi convidado e::

L2: ele leciona onde?

L1: e:: ele leciona nas FMU

L2: ahn ahn

L1: ele:: ... é especialista em Direito Administrativo ...

L2: ahn ahn

L1: certo?

[

L2: ()

L1: e::: e deu-se bem no magistério ... ele se realiza sabe? Fica feliz da vida ... em poder transmitir ... o que ele sabe ... e os processos também ... que ele ... recebe ... e eu não sou leiga eu não entendo ... mas ... pelo que a gente ... ouve falar são muito bem estudados ... tem pareceres muito bem dados ... não é? ele se dedica MUItíssimo a ... tanto à ... carreira de procurador como de professor (ta?) ...

L2: ele gosta (dela)

L1: gosta MUIto ()

A partir da observação desse tópico, a *concernência* pode ser notada na integração dos enunciados em um conjunto referencial sobre o qual se concentra a interação, neste sentido, pode-se perceber a inter-relação dos enunciados por meio da coesão lexical e de mecanismos de articulação textual, tais como *e*, *depois*, *quando*, *então*, que estruturam o texto. A *relevância* desse tópico pode ser atestada a partir da observação da relação tema/rema a nível sentencial, que revela, portanto, a posição focal assumida pelos seus constituintes. Na maior parte, os temas são

² Todos os exemplos apresentados nesse capítulo de Jubran (2006) são referentes ao Inquérito D2 SP 360,

representados pelo pronome *ele*, que anaforicamente remete a *marido*, introduzido já na pergunta feita pela Documentadora. A esses temas ligam-se os remas que expressam a dominância do tópico *profissões*, já que (i) especificam o exercício de profissões e (ii) manifestam avaliações sobre o exercício das profissões mencionadas. Por fim, a propriedade da *pontualização* é responsável pela delimitação do segmento tópico em um determinado momento da conversação, ou seja, o segmento transcrito se distingue dos adjacentes; anteriormente, as Informantes falavam sobre a interferência de amigos e parentes na seleção de empregados e, posteriormente, passaram a falar sobre o afastamento de L1 (JUBRAN, 2006).

Por sua vez, a *organicidade*, como a segunda propriedade definidora do tópico discursivo, manifesta-se por relações de interdependência tópica que se estabelecem simultaneamente no: (a) *plano hierárquico*, em relação às dependências de superordenação e subordenação entre tópicos que se implicam de acordo com o grau de abrangência do assunto; e, (b) *plano linear*, em relação às articulações intertópicas em termos de adjacências ou interposições de tópicos diferentes no discurso.

Segmentado o texto em unidades tópicas, o analista deve focalizar a seqüência dos tópicos, da mesma forma como eles aparecem na linha do discurso, em relação às possíveis *continuidades e descontinuidades*, ou ainda alguma forma mais específica de mudança tópica, como a transição, a superposição e movimentação de tópicos (cf. Jubran, 2006). Essas relações podem ser observadas no Gráfico 1, exposto por Jubran (2006) a título de exemplificação da organização linear de um segmento cujo tópico central é *família*³.

1 1-17	2 18-33	3 34-56	4 57-67	5 67-82	6 83-100	7 100-21
Planejamento de filhos de L1	Tamanho da família de origem de L2	Problemas com filhos adolescentes	Tamanho da família de origem de L2	A interferência de problemas de saúde de L2 no planejamento de filhos	Trabalho com os filhos de L2	Acúmulo do trabalho dentro e fora do lar de L2
8 122-47	9 147-57	10 157-68	11 169-205	12 206-33	13 233-55	
Trabalho com os filhos de L1	Acúmulo do trabalho dentro e fora do lar de L1	Atenuação do acúmulo de tarefas da mãe pela autonomia dos filhos mais velhos	Papel e atitudes de supervisão exercidas pela filha de L1	Reação dos outros filhos às atitudes de supervisão da irmã	Cumplicidade entre filhos	

Gráfico 1

organizado por Castilho e Preti (1987).

³ D2 SP 360: 1-182

A partir da segmentação e da identificação dos tópicos atualizados em cada segmento, o analista deve depreender, por meio do princípio da centração, agrupamentos de segmentos tópicos, estabelecendo, então, os níveis hierárquicos da organização tópica do texto. Segue abaixo, no Gráfico 2, mais um exemplo, extraído de Jubran (2006), das relações de sub e superordenação entre tópicos, em que temos o mesmo inquérito visualizado na organização linear, exemplificada no Gráfico anterior.

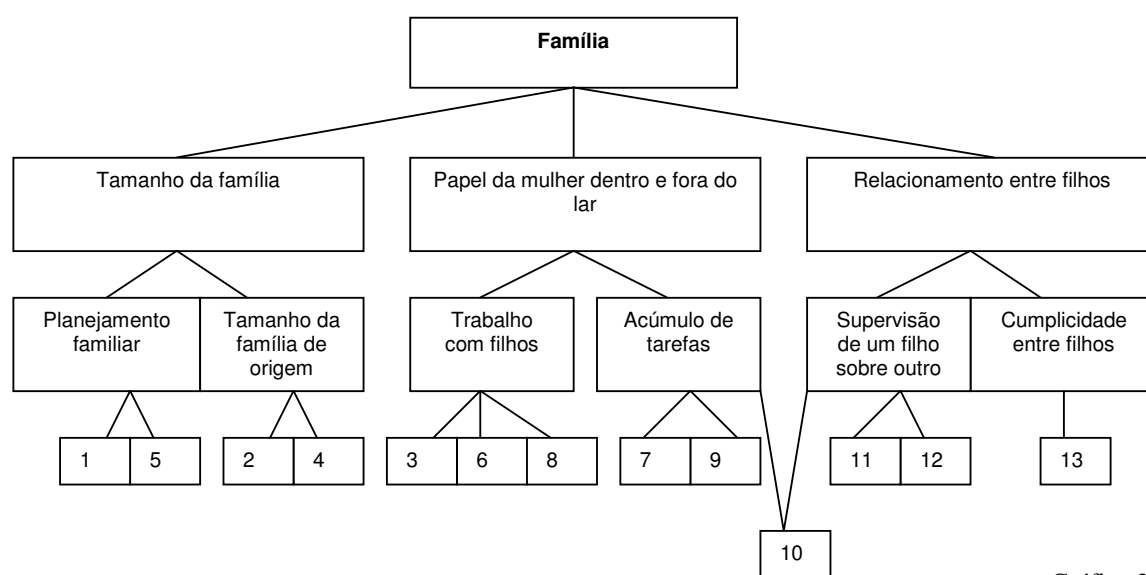


Gráfico 2

Estabelece-se, então, a categoria analítica de tópico discursivo para a operação de recortes de segmentos textuais, constituídos como uma unidade de análise que viabiliza a investigação das diversas estratégias e mecanismos textuais desempenhadas pelo item *assim* em conjunto com as estratégias e mecanismos interacionais também desempenhados por ele. Dessa forma, diante da relação entre a perspectiva adotada e o nosso objeto de análise, pode-se depreender, de antemão, que essa escolha teórica, em parceria com os propósitos da mudança regulada pelos princípios da GR, permite-nos verificar uma conjugação de categorias textuais e interativas relativas ao item em foco.

5.2. Análise

5.2.1. Uma proposta

Segundo o intuito do trabalho de Risso *et al.* (1996) de afastar direcionamentos prévios de análise, foram dispostas diferentes definições dentro do domínio de cada uma das variáveis, identificadoras das unidades possivelmente denominadas de MD, recortando-as, assim, em traços potenciais⁴.

Mediante as subdivisões analíticas dessas variáveis, apresentadas em 4.3.2.1., do Capítulo 3, Silva *et al.* (1999) atribuem ao MD *assim*, o traço 0, em relação à variável (02), o que equivale a afirmar que o item pouco ou nada tem a ver com a articulação dos segmentos do discurso, o que é insuficiente, segundo os autores, para descaracterizá-lo como MD, já que, para isso, as combinações de traços é que se mostram relevantes. Em relação à variável (03), *assim* recebeu traço 1, ou seja, secundariamente orientador.

Segundo os autores, nota-se, de modo geral, em relação aos MDs, uma distribuição complementar entre as variáveis (02) e (03), o que equivale dizer que as formas fortemente caracterizadas quanto à articulação tópica serão fracamente caracterizadas quanto ao envolvimento interacional, ao longo de um contínuo contrabalanceado.

Diante disso, a proposta da presente análise é aferir essa avaliação do item *assim*, quanto às variáveis em questão, a fim de identificar formal e funcionalmente, de modo especial em relação à variável (02), os usos do item em correlação ao texto, ou seja, mostrar quais são as funções textuais desse item, já que, segundo Silva *et al.* (1999), ele “pouco ou nada tem a ver com a articulação dos segmentos do discurso” (p. 299), sem desvincular, de acordo com a perspectiva aqui adotada, essas funções textuais da contraparte interativa.

Essa expectativa pode ser considerada resultado da abordagem geral e até mesmo diacrônica dos usos de *assim*, uma vez que a base funcional desse item esteve, desde o século XIII, relacionada a movimentos de retrospectão e prospecção no âmbito textual, os quais, como pudemos verificar em seções anteriores, podem ter originado outros funcionamentos do item. A análise diacrônica revelou momentos nos quais o comportamento textual de *assim* se mostrou muito semelhante àquele que podemos adiantar como característico do MD *assim*. A fim de

⁴ As variáveis foram apresentadas no item 4.3.1., do Capítulo 3.

exemplificar essa colocação, observemos novamente ocorrências dos séculos XV e XVI, respectivamente em (01) e (02), em comparação com uma ocorrência contemporânea em (03):

(01) *começou o cavallo bullir rijamente coma as mãos e com os pees; e permeando **assi** rijamente, açertou o canello da ferradura da mão ho tecido dhuma fivalla...*(15CDF, p. 117-118) [começou o cavalo a bulir rijamente com as patas (mão e com os pés): e esperneando assim rijamente, acertou o canelo...]

(02) *e pella ventura, mays abastardo e certo, e que elle sabe que ysto he **assy** verdadeiramente. E, depois de **assy** myudamente com o mais que sobre vos parecer, segundo o que la mais souberdes, vemdo que elle nam se muda pera o fim que aly queremos...*(16, OSD, p.33)

Na ocorrência (01), podemos verificar que o item realiza uma referência de natureza anafórica, pois remete a todo um contexto anterior, no qual é especificada a maneira como o animal agia naquele momento, e também sinaliza cataforicamente uma informação que, em resumo, intensifica a informação já apresentada sobre o comportamento do animal. Nesse caso, a natureza adverbial do item é mantida. Já em (02), pode ser verificado um enfraquecimento do movimento anafórico em prol da manutenção mais evidente do catafórico, relacionado a uma certa intensificação da informação focalizada, tal como ilustra a primeira ocorrência de *assy*⁵. Uma vez voltado a essa função catafórica, o item passa a atuar como uma espécie de focalizador.

Esses funcionamentos podem representar o primeiro passo evolutivo, na trajetória do MD *assim*, representativo de sua origem histórica, uma vez que o funcionamento do item enquanto MD é, de modo muito generalizado, caracterizado pelo fortalecimento das sinalizações prospectivas e/ou retrospectivas, em nível textual, somadas a diferentes funções pragmáticas e interativas. Podemos verificar esse comportamento em (03):

(03) Inf.: eu sempre fui **assim** muito rígida com isso até antes de eu começar a gostar de alguém mesmo... e eu achava traição... uma coisa horrorosa traição pra mim uma vez e acabou [AC-056/RO299]

⁵ Essa afirmação, tal como já foi explicitado no capítulo 3, pode ser justificada pela ocorrência do pronome demonstrativo *ysto*, anterior a *assy*.

Nessa ocorrência contemporânea, observa-se um funcionamento bastante similar àquele exposto em (01) e (02), ou seja, o item aponta e focaliza o Predicativo que será inserido, sem deixar de manter o elo entre esse Predicativo e o que está sendo qualificado. Sendo assim, podemos dizer que essas correlações, resultantes das observações das ocorrências do item sincronicamente e das constatações diacrônicas, acabam por justificar a expectativa de explicitação do funcionamento do item no que diz respeito à sua contraparte textual dentro do âmbito tópico, sem desvinculá-la da contraparte interativa.

Dessa forma, a observação do comportamento empírico do fenômeno de estudo, assim como a proposta de averiguar qual é (e se é realmente insignificante) a sua função mais textual em correlação com as funções interativas justificam a adoção dessa perspectiva teórica, segundo a qual todo item possui integradamente funções textuais-interativas, ainda que elas encontrem-se contrabalanceadas, e não apenas uma ou outra. Sendo assim, esse estudo pode completar a análise de Silva *et al.* (1999) que caracteriza *assim* apenas como secundariamente orientador da interação, sem atribuir-lhe ou identificar, no uso, suas reais funções na contraparte textual.

A fim de perscrutar esse objetivo, passaremos ao exame das ocorrências, correlacionando o escopo do item com suas funções semântico-pragmáticas, com o intuito de contemplar suas implicações textuais-interativas.

5.2.1.1. *Assim*, o escopo e a funcionalidade do item

A segmentação do presente *corpus* em unidades tópicas pode permitir que confirmemos as análises anteriores cujos resultados apontam uma não funcionalidade do MD *assim* no que tange à articulação intertópica. Além disso, poderemos verificar se as funções textuais do item se concentram no interior de cada unidade tópica, naquilo que chamamos de âmbito *intratópico*. Dessa forma, acreditamos que o escopo do MD *assim* é “pontual”, ou seja, não se estende à articulação de segmentos maiores, na grande maioria dos casos. Esta é uma peculiaridade textual do item que pretendemos demonstrar, ao longo do trabalho, atreladamente à função interativa desempenhada por ele.

Por conta dessa hipotética pontualidade funcional, da localização intratópica de *assim* e da não existência de uma divisão do tópico discursivo em unidades de análise inferiores,

estabeleceremos também uma descrição dos contextos sintáticos do item, adaptando essa descrição formal às estratégias, marcas e fatos característicos da produção da língua falada. Dessa forma, as hesitações, as pausas, os prolongamentos vocálicos, os anacolutos, assim como as repetições, as paráfrases, as correções, os parênteses, a tematização, serão, sempre que necessário, abordados na análise. Uma outra motivação relevante para a utilização dos padrões sintáticos na abordagem pormenorizada do tópico discursivo está a necessidade de estabelecimento de um diálogo entre as demais pesquisas que já trataram do item *assim* (cf. SILVA, 1990; SILVA e MACEDO, 1990; SILVA *et al.* 1999, CASTILHO, A.; CASTILHO, C. M. M., 1996, MARTELOTTA, 1996, 2004).

Nessa perspectiva, embora na literatura lingüística seja sistematicamente ressaltado o posicionamento do item “diante de complemento”, exercendo a função de “anunciador de complemento”, em contexto do tipo Verbo/Nome + MD + Complemento sintático ou semântico (SILVA, 1990; SILVA e MACEDO, 1990, SILVA *et al.*, 1999, etc), na amostra investigada, são diversos os contextos sintáticos nos quais o MD *assim* pode aparecer, mesmo que menos recorrentemente. Frente a isso, optamos por não descartar nenhum desses contextos, ou seja, examinar todas as possibilidades e suas possíveis correlações.

Sendo assim, segue abaixo o quadro 17, que ilustra todos os contextos sintáticos encontrados no *corpus* e suas respectivas ocorrências, acompanhadas de um exemplo. Vale ressaltar que, diante das considerações já apontadas, apresentamos uma descrição dos contextos em termos de função sintática e também em termos de classe de palavras, quando essas forem suficientes para a descrição do elemento focal na análise, a exemplo de outros pesquisadores como Silva *et al.*(1999), Martellota *et al.* (1996), e a fim de obter uma descrição mais adequada das possibilidades de distribuição do item:

Nº	Contexto sintático	Especificação	Ocorrências	Exemplos
(1)	N(Pron.)__[or. Relativa] (1) [SPrep] (2) ([SAdv]) ([SAdj]) (3)	Nome (ou Pronome) + assim + [(1) Oração relativa/ (2) Sintagma Preposicionado/ (3) Sintagma Adverbial ou Sintagma Adjetival)]	NE28/30/34/40/181/193/346/419 DE10/69/70/75/76/127/132/135/137/139/144/147/220/225/226/277/281/329/406/409 RO99/176/255/295/303 NR08/115/120/204/212/217/219/321/359/362/363/364/365/368/ RP170/233/393	(1) Doc.: André e não tem nenhuma outra história assim que você ficou sabendo que você possa me conTAR? [AC-001/NR08] (2) Doc.: ah não tem jeito né? você já brigou com alguma outra pessoa assim da sua família? [AC-006/NE28] (3) num ficava exposto aberto pra gente entrar e sair a hora que queria... né... ele ficava fechado... com umas cortinas vermelhas... sabe... tudo assim MUITO bonito...[AC-102/NR368]
(2)	[oração]__[oração]	Oração + assim + Oração	NE106/182/260/37 DE156/157/221 NR48/121/124/211/422 RP165/338	embaixo do prédio tem uma área assim e:: e é cercado por um portão... [AC-022/DE156]
(3)	SAdv__[oração]	Sintagma Adverbial + assim + [Oração]	NE35/110/179/190/313 DE141/154/224 NRI66/199/207/357/402/425 RP163	Doc.: tem uma outra coisa que você se lembra? Inf.: nossa...nossa... na hora assim :::[me dá um branco]...
(4)	N__[oração]	Nome + assim + [Oração]	NE265/310 DE128/153/330/331 RO289/378 NR205	num deixei mais terra na minha casa... aqui:: inclusive:: grama tava dando algu::ns... bi::chos algu::m... Mato assim é complicado pra bicho pernillongo...[AC-077/DE331]
(5)	[oração]__	Oração + assim	NE25/28b/31/186/320/ RO101/175/96/102 NRI68/51/53/203 RP394/395	Doc.: mas vocês discutiram o que vocês discutiram assim ? [AC-006/NE25]
(6)	(1) [MD/conj.]__[oração] (2) [Ø]	(1) Marcador Discursivo/(2) [Ø] + assim + [Oração]	NE32/258/271/307/347/351/400 DE54/77/129/131/155/276/408 RO88/90/92/247/290/293/298/304/415 NRI67/169/360/389 RP239/282	(1) Doc.: agora assim ::: o que você acha assim da sua escola por exemplo? [AC-006/RO88] (2) Doc.: assim você que faz biologia né? que que você acha assim sobre a aids né?... [AC-056/RO293]
(7)	V__[Predicativo] [x]	Verbo + assim + [(1) Predicativo/ (2)	NE38/108/177 ^a /178/180/184/354 DE62/64/74/81/126/403/404 RO89/97/174/243/248/287/294/299/	(1) Inf.: eu sempre fui assim muito rígida com isso até antes de eu começar a gostar de alguém mesmo...[AC-056/RO299]

			Complemento Verbal]	300/340/373/377/415/416 NR41ab/42/52/116/210/213/367 RP18/84/159/332/411/423	(2) acabei chegando lá é:.... tendo tendo assim uma visão de mais ou menos umas quatro mil pessoas... né? fazendo um teste [AC-035/NE178]
(8)	Npro.rel.__[or. Relativa]		Nome + pronome relativo + assim + [oração relativa]	DE281	pouco folgada agora né? mas é ((risos)) o lugar da festa quando a gente vem pra cá o lugar... que assim eu me sinto a minha casa a casa do meu avô o clube que me dá muita paz...[AC-056/DE281]
(9)	Vconj.__[or.compl.]		Verbo + conjunção integrante + assim + [oração completiva]	RO93 NR09 RP235/333	Inf.: ai tem uma que... meu amigo me disse que assim o vô dele né? (ínit.) ele fuma fuma fuma/fuMAva muito e ainda fuma até hoje... [AC-001/NR09]
(10)	V[__SAdv] [SAdv__x]		Verbo + [(1) assim + Sintagma Adverbial/ (2) Sintagma Adverbial + assim]	NE33/348/379 DE72/130/152/227/229 RO245 NR196/214 RP87/336	(1) Inf.: é:: você chega assim n/na:: porta da minha vô... do lado de fora... tem dois vasos de flores enormes que minha vô adoro flores [AC-022/DE130] (2) Inf.: hum:: meu machuca::do...hum:: isso:: me deixou bem:: assim com me::do...[AC-006/NE33]

Quadro 17: Contextos sintáticos do MD *assim*

Para a análise do escopo e da funcionalidade de *assim*, seguiremos uma organização que parte das suas funções textual-interativas, especificando o contexto morfossintático do item e contemplando, dessa forma, sua localização pontual dentro do tópico discursivo. No entanto, sempre que se fizer necessário, o tópico será transcrito integralmente. A numeração das ocorrências obedecerá àquela apontada no quadro anterior.

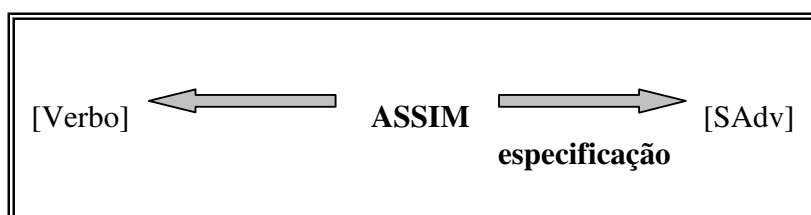
Desse modo, podemos atribuir a *assim* uma função textual geral, baseada em movimentos de retrospecção e/ou prospecção, já observados, em seções anteriores, desde a análise diacrônica do item. É bom termos sempre claro que, de acordo com a nossa fundamentação teórica, essa função textual é sempre acompanhada por funções interacionais específicas. Dessa forma, a título de exemplificação, as ocorrências que seguem do contexto (10) V[SAdv] [SAdv] exemplificam essa função textual geral, em que o MD sinaliza a inserção de Sintagmas adverbiais que atuam na especificação do conteúdo apontado anaforicamente:

(10a) Inf.: é:: você chega **assim** n/na:: porta da minha vó... do lado de fora... tem dois vasos de flores enormes que minha vó adora flores [AC-022/DE130]

(10b) uma sombra pulando com uma perna só ele diz diz que ele viu passar **assim** com uma perna só tinha diz que ele viu passar assim olha ((aponta a porta de sua casa para mostrar)) pulando com uma perna só...[AC-035/NR214]

(10c) quando eu pego um música pra estudar eu procuro estudar ela pro inglês e puxar ela pro português já junto... sabe?... pra entender o que eu to falando... a tradução a música... e:: nossa meu esse curso de Letras é::... bem legal eu gostaria de aprende::r... **assim** um dia... no curso de Letras né?... porque eles te dão a teoria da relatividade né?...[AC-035/RO245]

Nos três exemplos selecionados de (10), o MD exerce a função de apontar o verbo imediatamente anterior e apontar a inserção de uma nova informação que atualiza o conteúdo desse verbo, especificando-o. Nessas ocorrências, os termos acrescentados relacionam-se a circunstâncias distintas, sendo local, modo e tempo/local, respectivamente. Já que, no *corpus*, outras circunstâncias adverbiais foram detectadas na presença do item, pode-se concluir que não há, quanto a isso, nenhuma restrição. Vejamos a ilustração dessa função geral no esquema:



A partir dessa função geral, podemos apontar interessantes especificidades funcionais de ordem textual-interativa, próprias do item enquanto MD, as quais passamos a apresentar:

(01) MD *assim* focalizador

Ao realizar a função textual geral de sinalização retrospectiva e prospectiva, *assim* pode desempenhar diferentes funções semântico-pragmáticas. Uma delas é a de focalizador. Atuando como focalizador, o MD pode conferir estatuto focal ao termo sinalizado, indicando cataforicamente a inserção de elementos relacionados a ele, ou seja, destacar, com sua função textual de sinalização, a construção do referente da interação, portanto, com forte traço interativo. Dessa forma, passemos a apresentação das ocorrências que ilustram essa função do item em correlação com os diferentes contextos sintáticos nos quais ela foi observada. Seguem abaixo as ocorrências do contexto (01) N(Pron)__[or. relativa]:

(01a) Doc.: André e não tem nenhuma outra história **assim** que você ficou sabendo que você possa me conTAR? [AC-001/NR08]

(01b) Inf.: a violência:: é uma a::to **assim::... que...que assim::...que...que** não tem comparação... eu acho quem pratica a violência... quem::... quem sustenta a violência... é::... paga um preço bastante caro...[AC-035/RO255]

Nessas ocorrências, o item, localizado dentro de um SN, entre o Nome e uma Oração relativa, que atua como Modificador, realiza uma sinalização anafórica e, ao mesmo tempo, catafórica. Ao apontar retrojectivamente, o MD sinaliza o nome que o precede imediatamente, focalizando-o, e apontando a apresentação de uma oração que qualifica, especifica, particulariza o nome núcleo, projectivamente. Entre (01a) e (01b), temos, respectivamente, um ato de fala interrogativo, representado pela pergunta do documentador, responsável pela proposta do supertópico que direcionará a interação, e um ato de fala declarativo, no qual o falante apresenta seu ponto de vista diante do tópico “violência”. Em ambos, no entanto, o item desempenha o mesmo funcionamento.

Vale ainda ressaltar que, embora a função do item seja a mesma, em ambas ocorrências, ela guarda algumas especificidades. O que pode fundamentar essa afirmação é o fato de que, na

ocorrência (01b), a seqüência grifada apresenta hesitações, que se manifestam pelas seguintes marcas: (i) alongamento da vogal tônica de *assim* (*assim::*); (ii) pausa de caráter hesitativo não preenchida, localizada logo após o item (*assim::...*); (iii) repetição hesitativa do pronome relativo *que* (...que...que), apresentando, novamente, pausas hesitativas entre a primeira e a segunda ocorrência desse pronome. Nessa perspectiva, fundamentalmente interativa⁶, a ocorrência do alongamento vocálico da tônica de *assim*, somada à pausa que o segue, que, nesse caso, correspondem a marcas de hesitação, e não a ocorrência de hesitação entre *a::to* e *assim::...*, vão indicar a integração prosódica do item com *a::to*, corroborando, portanto, seu funcionamento retrojectivo, responsável pela sinalização desse nome que o precede e pela configuração de um estatuto focal. As hesitações que recaem sobre o *que*, por sua vez, sinalizam um enunciado em início de elaboração, o qual particularizará o foco.

Ainda em relação ao contexto (01), mais especificamente N(Pron)__[SPrep], observemos as ocorrências que seguem:

(01c) Doc.: ah não tem jeito né? você já brigou com alguma outra pessoa **assim** da sua família? [AC-006/NE28]

(01d) logo na entrada da minha vó tem uma arvore duas dois vasos **assim** de flor enorme que dentro do apartamento é ruim ficar tendo flor né porque... suja e é:: difícil de limpar [(então)][AC-022/DE132]

Nos dois exemplos, em que o MD localiza-se dentro de SN, especificamente entre nome e Sintagma Preposicional, o item anuncia, cataforicamente, que serão acrescentados novos elementos, sempre em relação ao nome anterior, que é focalizado, mantendo, portanto, a sinalização anafórica. Esses elementos apontam semanticamente para a explicação, a especificação, o detalhamento do item apontado anaforicamente. Aqui, como nas outras ocorrências desse contexto, não há distinção funcional em relação aos atos de fala interrogativo e declarativo, no entanto, uma observação pertinente passível de ser feita é sobre a presença, em (01d), de uma explicação “que dentro do apartamento é ruim ficar tendo flor né porque... suja e é:: difícil de limpar”. Essa explicação relaciona-se não só ao segmento acrescentado após o MD,

⁶ Essa perspectiva de linguagem considera estratégias textual-interativas sinalizadas por marcas intrínsecas da oralidade, por estratégias de construção textual, por marcas do processamento da informação e também por aquelas que apontam para a construção do referente.

mas também a toda a declaração feita anteriormente pelo falante. As ocorrências (01e) e (01f) abaixo podem ilustrar a integração de seqüências de caráter especificativo, sinalizadas por *assim* e acrescentadas após o nome focalizado. Ainda que em (01e) haja um trecho ininteligível, é possível, a partir da depreensão total do segmento, interpretá-lo a partir de características e da funcionalidade especificativa.

(01e) ... aí ela colocou tipo de um:: de um travesseirinho **assim** no (inint.) pra eu sentar lá na gara::gem... pra ela/ que ela tava lavan::do né? pra mim:: distrair um pouco né?...[AC-006/NE40]

(01f) ... a gente já começou a gravar já... a gente tá gravando e::... mês que vem... se Deus quiser... tá tudo pronto e já arranjamos uns contatos **assim**... com a Jovem Pan que eu tenho um primo meu que trabalha dentro da Jovem Pan do Rio de Janeiro né?...[AC-035/NE193]

Observemos, ainda, outros três exemplos de (01):

(01g) mesclando as duas cores com as cores do sofá:: e:: as cores da da outra parede então ficou um tom **assim** bem bonito... éh:: tem o quarto do meu filho... nós também passamos textu::ra uma textura azul clari::nha...[AC-077/DE329]

(01h) Doc.: por que que cê num gosta?

Inf.: ah:: eu acho que é assim primeiro eu acho que jorna::l... num passa (as imagens) e a informação que a gente precisa... passa umas informações **assim**::... muito::... sem ser necessá::rio... coisa de -- “ai morreu fulano morreu ciclano”[AC-006/RO99]

(01i) aí eu fiquei esperando mais umas:: três horas... a sensação que você tem de/ ... a hora que seu nome é chamado pra você entrar no pa::lco... é como se você tivesse num túnel escu::ro... e a hora que chamasse seu no::me era a hora que você ta::va... dan/ dando de cara com a luz a saída [Doc.: uhum] sabe?... foi muito bom:: uma sensação **assim**::...³ [única]...[AC-035/NE181]

Nesses exemplos, como nos demais, o MD focaliza o item nominal anterior e aponta, cataforicamente, a inserção de elementos também de caráter modificador. O que podemos observar, além disso, é a co-ocorrência em (01g) e (01h) dos intensificadores “bem” e “muito”, antecedendo o modificador anunciado por *assim*, o que é previsível em português. Nesse caso, o MD parece também apontar, interativamente, uma forte subjetividade ou vínculo optativo. Em (01i), não ocorre materialmente o intensificador, mas semântico-pragmaticamente é possível recuperarmos exatamente o mesmo propósito.

Também sob o domínio dessa função focalizadora está a ocorrência do contexto (04) N__[oração], a qual expomos na seqüência:

(04a) num deixa mais... num deixei mais terra na minha casa... aqui:: inclusive:: grama tava dando algu::ns... bi::chos algu::m... MAto **assim** é complicado pra bicho pernilongo então aí eu resolvi... ah nós resolvemos cimentar...[AC-077/DE331]

Nesse contexto, o MD realiza também a sinalização anafórica, apontando e focalizando o nome que será modificado pela oração, sinalizada cataforicamente, que funciona como um predicativo desse termo focalizado. Esse exemplo evidencia a referida focalização do item anterior ao MD também por meio da entonação enfática, em “MAto”. Nesse caso, a oração acrescentada revela uma avaliação do falante que serve como uma espécie de motivação para a decisão tomada, ou seja, “aí eu resolvi... ah nós resolvemos cimentar...”, assim, o MD encontra-se em um contexto que sinaliza a opinião ou mesmo a manifestação pessoal do falante, expressando avaliações subjetivas em relação às significações proposicionais⁷, o que viabiliza o desenvolvimento da mudança que, por contigüidade metonímica, leva o item, com o tempo, a assumir essas características tão marcadas em seu contexto.

No contexto (01), especificamente N__ [SAdv] ([+SAdj]), temos mais uma ocorrência que revela essa funcionalidade:

(01j) bastantes pinheiros... e tal e eucalipto se não me engano... e diz que deu uma luz **assim** atrás das árvores bastante forte... que parou em cima deles assim uma luizona... uma luz ova::l ele dizia... uma luz muito forte mesmo... [AC-035/NR208]

Nesse caso, o escopo revela-se novamente retrojectivo, a partir de uma sinalização anafórica do nome anterior, e projectivo, por meio do apontamento de base catafórica dos sintagmas acrescentados na seqüência. O nome apontado também é focalizado e os itens acrescentados promovem o seu detalhamento.

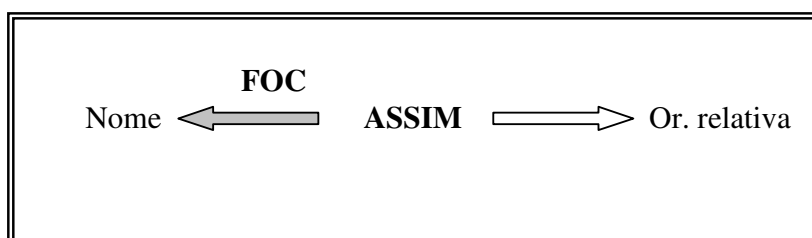
Em relação a todas essas ocorrências do MD *assim*, podemos propor o seguinte esquema ilustrativo:

Ainda nesse domínio da focalização, o item pode, ao mesmo tempo, sinalizar (i) um nome qualificado no tópico e (ii) a introdução de uma última qualidade *explicativa/especificativa*, focalizando-a. Podemos observar esse funcionamento, na ocorrência que segue do contexto (01) N(Pron)__[or. relativa]:

(01) Doc.: dona Margareth... a senhora pode descrever prá mim... algum local que a senhora... GOSTA ou gostava no passado... éh... no passado... **assim**... que a senhora gostava de visitar...[AC-102/NR359]

Em (01), *assim* ao mesmo tempo aponta o nome que qualifica “local”, focalizando-o, e anuncia a última qualidade, que funciona como uma explicação para a construção desse referente tópico, negociado nesse momento, na interação, e, portanto, ao mesmo tempo, também especificativa, só não considerada parafrástica, em relação à qualificação anterior, porque não revela, com essa, uma equivalência semântica, uma vez que o enunciado apresentado cataforicamente por *assim* acrescenta, à sua qualificação, a especificação “gostava *de visitar*”.

Observemos o esquema abaixo, ilustrativo dessa subfunção:

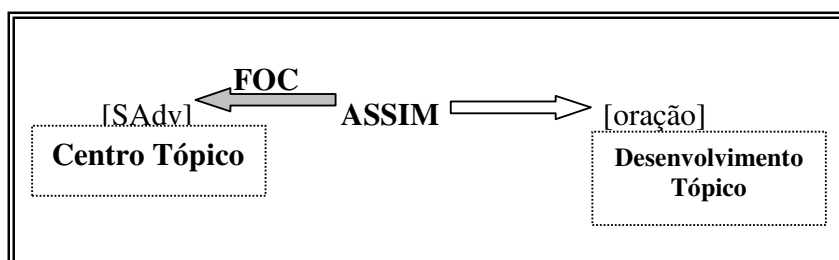


Em relação ao contexto (03) SAdv__[oração], ao focalizar o termo sinalizado, anaforicamente o item aponta o desenvolvimento do tópico, dado a partir da circunstância focalizada, tal como vemos nas ocorrências que seguem:

(03a) ai lá na frente **assim**... eu lavo a calçada às vezes quando eu tô muito empolgada ((risos)) quando eu nem tenho muita coisa pra fazer tal eu lavo a casa da frente que a casa da frente é minha também mas ta pra vender [AC-022/NR166]

(03b) e::... fazia um tempo já que a gente num tava se entendem::do sabe? [Doc.: uhum]... como amigo como amizade assim pô legal... mas como/ na parte profissional de música **assim** a gente num tava se entendendo ME::SMO [Doc.: uhum]... e foi um dia que teve um acontecimento numa FE::STA que a gente foi tocar a gente [AC-035/NE189]

Em relação a esse contexto sintático, o que pode ser observado é que, anaforicamente, o MD coloca em foco o sintagma adverbial, e cataforicamente aponta a oração que se desenvolve sob essa circunstância. Dessa forma, o que é inserido após o item tem validade em relação ao que é sinalizado por ele, tal como pode ser nitidamente observado em (03b), quando o falante afirma que apenas “na parte profissional de música” não estava se relacionando bem com o seu amigo. Vale ressaltar que em todas as ocorrências desse tipo, a circunstância apresentada pelo adjunto refere-se a localizações “em que” ou “a partir das quais” apresenta-se o conteúdo oracional posterior ao *assim*. Observemos o esquema que ilustra esse segundo comportamento do item:



Na ocorrência (c) do contexto (03) SAdv__[oração], o item também apresenta peculiaridades, já que além de manter a função focalizadora, relacionada ao termo anaforicamente sinalizado, funciona também como um adiamento não hesitativo da resposta, caracterizando, prospectivamente, uma atividade metadiscursiva⁸. Vejamos como, de modo específico, se dá essa função a partir da ocorrência abaixo transcrita:

(03c) Doc.: tem uma outra coisa que você se lembra?
 Inf.: nossa...nossa... na hora **assim**::...[me dá um branco]...
 Doc.: [quando você era criança] **assim**:: quando você fazia alguma a::rte...[AC-035/NR199]

Nesse contexto, é possível constatar diferentes funcionalidades do item. Nessa ocorrência, [nossa...nossa... na hora **assim**::...[me dá um branco]...], o item focaliza, via anáfora, o termo “hora”, precisando o momento da enunciação, o que sinaliza a necessidade do

⁸ O conteúdo do trecho está voltado para a própria atividade enunciativa, ou seja, o desvio do tópico ocorre em função da inserção de um comentário sobre o ato comunicativo em questão, por isso, denominamos essa atividade de “metadiscursiva”.

interlocutor/informante de dizer que “assim, de repente, naquele momento em que o entrevistador lhe faz a pergunta”, ele não pode apresentar uma resposta imediata. Nessa perspectiva, *assim*, também em contexto hesitativo, assume um papel relacionado a uma espécie de adiamento da resposta, responsável pela criação de um intervalo, no qual o falante sinaliza uma atividade metadiscursiva, graças à conturbada necessidade de desenvolver um tópico, relativo à pergunta apresentada, sem dispor de elementos suficientes para isso, o que fica muito claro no trecho [me dá um branco], marcado por uma tessitura mais baixa do que a apresentada no restante do tópico.

De modo muito semelhante, analisamos a ocorrência (b) do contexto (04) N___[oração], exemplificativa de um funcionamento do MD *assim* que, embora esteja relacionado com a função focalizadora, merece uma atenção especial. Nesse contexto, o item atua também como um preenchedor de pausa que aponta uma atividade metadiscursiva imprescindível para a continuidade do desenvolvimento textual, mantendo, portanto, o elo anafórico-catafórico no interior do tópico em questão. Vejamos como se dá esse funcionamento:

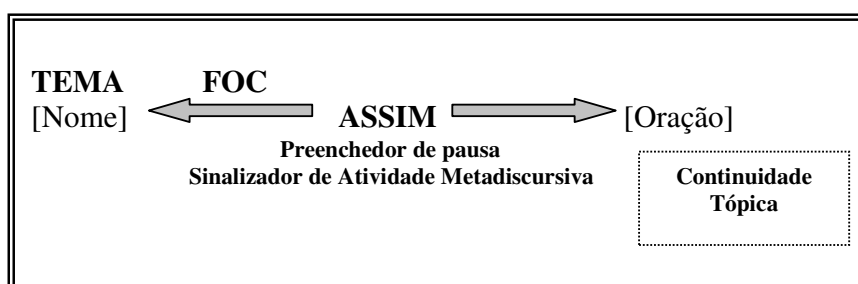
(04b) Inf.: olha... gravidez né?... **assim**... éh::... gravidez é muito bonito é um momento muito bonito ser mãe... eu TENHO vontade de ter filho mas assim agora... tenho vinte anos ainda estudo faço faculdade creio que isso... ia atrapalhar minha vida... [AC-056/RO289]

Em (04b), *assim* focaliza o que lhe é sugerido como tópico, “gravidez”, dentro de uma construção com tema marcado, em que pode ser constatada a anteposição desse elemento, seguida pela sua repetição no enunciado, caracterizando o processo de tematização, nos moldes previstos por Koch (2006). Dessa forma, ao apontar anaforicamente esse processo, o item ainda atua como um preenchedor de pausa, uma vez que assume um caráter metadiscursivo e também hesitativo, entre a tematização e o início propriamente dito do desenvolvimento do tópico tematizado. Nessa perspectiva, o item aponta cataforicamente para esse desenvolvimento tópico, dado após a hesitação. As pausas e prolongamentos vocálicos, presentes no contexto, como em [gravidez né?... **assim**... éh::... gravidez] são fatores que corroboram essa leitura.

É importante, perante tais considerações, lembrar que, segundo Jubran (2006), as hesitações não relevam, por si, estatuto informacional, não fazendo, portanto, parte da estrutura sintagmática do segmento no qual ocorre e ficando, dessa forma, à margem da constituição do tópico discursivo, mas, ainda assim, com o importante papel de indicar processos cognitivos e estratégias na elaboração lingüística. Diante disso, a proposta aqui apresentada é a de que, *assim*,

nesses casos, representa, enquanto um MD, uma sinalização de que o falante está fazendo uma pausa para o processamento, sem para isso, excluir ou anular sua funcionalidade enquanto um mecanismo para a construção do texto. Assim, como um MD que atua no constructo textual, nesses ambientes, a função do item é a de manter a ligação, por meio de seus elos anafórico e catafórico, com o tópico em questão, como fica muito claro em (04b), em que o falante, após a hesitação, dá continuidade ao tópico, inclusive repetindo o nome “gravidez”.

Vejam a ilustração dessa função do item no esquema abaixo:



Comparando (03c) e (04b), podemos observar que, enquanto, em (04b), o trecho, marcado pelo *assim* hesitativo e sinalizador de atividade metadiscursiva, mantém em foco o tópico sugerido “gravidez”, em (03c), a resposta abandona totalmente o tópico proposto “outra coisa que você se lembra”, para o estabelecimento da focalização, sinalizada por *assim*, do papel discursivo do locutor em relação à pergunta a ele dirigida, o que é corroborado pela especificação do tópico apresentado anteriormente “outra coisa que você se lembra [quando você era criança]”. Nesse caso, o escopo anafórico do item atua na focalização de um termo, enfatizando o momento enunciativo, e o escopo catafórico aponta para um adiamento da resposta e para a atividade metadiscursiva.

Em todas as ocorrências analisadas até o presente momento, podemos observar que a função focalizadora do item se manteve diretamente relacionada ao movimento de retrospecção, sem, no entanto, se desligar do conteúdo apresentado prospectivamente, já que esse, de modo bastante direto, voltava-se à complementação do item focalizado. Passemos, agora, à apresentação das ocorrências que ilustram a função focalizadora de *assim* intrinsecamente relacionada ao movimento de prospecção. Para tanto, começemos com a apresentação de mais algumas ocorrências do contexto (04) N___[oração], no qual o item, localizado entre o sujeito e o

predicado, realiza essa função de promover unicamente uma focalização das colocações que lhe são posteriores:

(04c) Inf.: ah minha/ minha mãe **assim**... apoiava muito gostava muito dele... o meu pai adorava ele porque ele mexia com computador::r meu pai gosta de computador::r [AC-056/NE265]

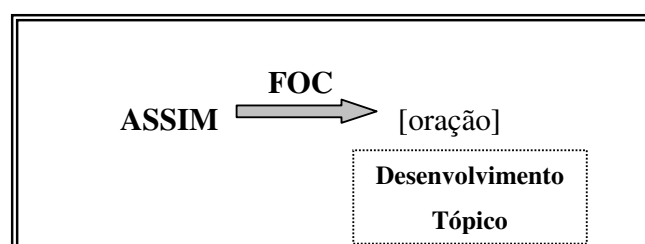
(04d) então eu vejo essa... que a sociedade só vai poder melhorar... também... nesse... nesse lado familiar... a partir de que as famílias forem unidas... que os casais... éh... **assim**... a:: partir do momento que assume... ou que casou na igreja... ou que casou... no civil... ou que se AJUNTOU... LEVE essa RESPONSABILIDADE...[AC-102/RO378]

(04e) ... e:: eu deitado no banco o rapaz **assim** pisando na minha cabe::ça quebrou meu ó::culos e:: aí aquele situação de desespero...[AC-077/NE310]

(04f) eu tenho uma amiga que minha amiga nasceu junto comigo então a gente se conhece desde nenê... então minha mãe é muito amiga da mae dela minha vó conhecia ela de bebê... aí todo mundo **assim** se conhece... desde muito novo... entendeu... as amigas da minha vó la ajudaram minha vó a criar... minha mãe e meu tio[AC-022/DE153]

Nessa posição, como antecipamos, o item parece apontar, exclusivamente, para a inserção do predicado que carrega a informação nova e, que, portanto, merece ser focalizada na interação. Como podemos observar, em (04c), há uma pausa após o item e, em (04d), há a co-ocorrência de pausas, expressões hesitativas e prolongamento vocálico, antes e após o item. Mediante essas observações, poderíamos analisá-lo associando-o exclusivamente à dificuldade de processamento da fala e à escolha das palavras que irão compor o predicado seguinte. No entanto, outros exemplos, tais como, (04e) e (04f), não revelam a ocorrência desses indícios hesitativos, ainda que localizados exatamente no mesmo contexto e revelando o mesmo escopo projectivo. Assim, podemos dizer que, em todos esses casos, o item funciona como uma espécie de anunciador e focalizador de predicado que, na construção do texto, aponta para o seu processamento, podendo, a depender das condições pragmáticas envolvidas, revelar ou não dificuldades e hesitações.

Em relação a esse contexto, podemos considerar que, tal como nos demais, o MD não sofre nenhuma espécie de restrição, mantendo, inclusive, o seu perfil de anunciador e focalizador da informação, nesse caso apresentada cataforicamente. Observemos o esquema:



As ocorrências que seguem, primeiramente, do contexto (08) Npro.rel.__[or. relativa] e, na seqüência, do contexto (09) Vconj.__[or.compl.], também estão relacionadas à focalização do segmento introduzido cataforicamente:

(08) pouco folgada agora né? mas é ((risos)) o lugar da festa quando a gente vem pra cá o lugar... que **assim** eu me sinto a vonTAdé minha casa a casa do meu avô o clube que me dá muita paz são/ são lugares gostosos são lugares que eu gosto... né? são lugares que trazem boas lembranças trazem tranqüilidade é bom... [AC-056/DE281]

(09) Inf.: ai tem uma que... meu amigo me disse que **assim** o vô dele ne? (inint.) ele fuma fuma fumav/fuMAva muito e ainda fuma até hoje fuma fuma fuma éh acho que ele tem mais de setenta anos e continua fumando fumando fumando aí... o vô dele pegou um CÂNcer na na LÍngua na... na língua [AC-001/NR09]

Nessas ocorrências, embora em contextos sintáticos apenas aparentemente distintos, o item localiza-se sempre após *que*, que ora funciona como um pronome relativo, ora como uma conjunção integrante, mas, em todos os casos, os segmentos acrescentados, no texto, e sinalizados por *assim*, abarcam informações imprescindíveis para a continuidade do tópico.

Nesse contexto, em (08), *assim* sinaliza cataforicamente, de modo muito evidente, o restante da oração relativa, a qual garante exatamente a exigência de se falar a respeito de um local em que se sinta à vontade, o que pode ser evidenciado, inclusive, pela entonação enfática, em “vonTAdé”.

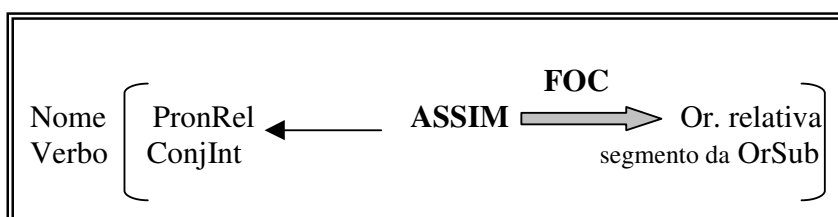
Em (09), podemos observar que a oração subordinada objetiva direta “que **assim** o vô dele né?(inint.) ele fuma fuma fumav/fuMAva muito [...]” apresenta uma tematização, também de acordo com o modelo definido como

“construções com tema marcado, em que ocorre a anteposição de um elemento do enunciado que tem nele função sintática bem definida, a qual é depois confirmada pela presença de um elemento de retomada (pronome sombra ou um sintagma nominal) no interior do enunciado” (KOCH, 2006, p.362).

Tal como observamos anteriormente, nessa ocorrência há uma tematização “o vô dele né?”, confirmada pela ocorrência do pronome sombra “ele”, apresentado logo na seqüência, após

trecho ininteligível, localizada, portanto, no interior da subordinada. Dessa forma, podemos sugerir que *assim* sinaliza cataforicamente a tematização que apresenta a pessoa sobre quem se falará, naquele momento, não estendendo, portanto, essa focalização a toda a subordinada, que, como podemos notar, segue enfatizada pelas repetições e pela entonação “[...] ele fuma/fuma/fuMava muito”.

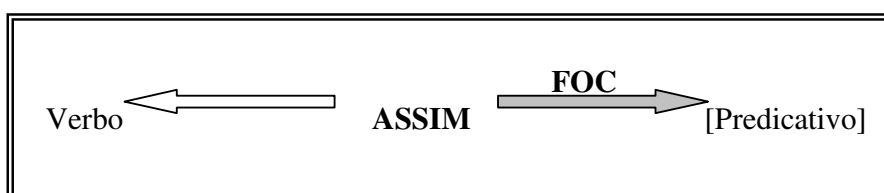
Vejam os esquemas dessas observações na seqüência:



Com mesma funcionalidade, encontramos o MD no contexto (07) V__[Predicativo/ x], tal como ilustra a ocorrência que segue:

(07) Inf.: eu sempre fui **assim** muito rígida com isso até antes de eu começar a gostar de alguém mesmo... e eu achava traição... uma coisa horrorosa traição pra mim uma vez e acabou [AC-056/RO299]

Localizado após o verbo de ligação, o item aponta para o predicativo que será inserido, sem deixar, no entanto, de manter o elo entre esse predicativo e o que está sendo qualificado. Nesse contexto, podemos sugerir, portanto, que a focalização realiza-se, por meio do item, em relação ao Predicativo, ou seja, projectivamente. Observemos o esquema:



Nas ocorrências (m) e (n) do contexto (01) N(Pron.)__[or. relativa], o item focaliza e anuncia a introdução de uma oração que representa interativamente um tópico, correspondente a uma avaliação do falante, mantendo o elo entre esse tópico e o anterior. Analisemos esse funcionamento nas ocorrências que seguem:

(01m) Doc.: [ce num] lembra de nenhum **assim**:: que vocês brigaram por algum moti::vo assim::?
 Inf.: ...olha uma vez eu já taquei tamanco nele eu já taquei apagado::r... [AC-006/NE30]

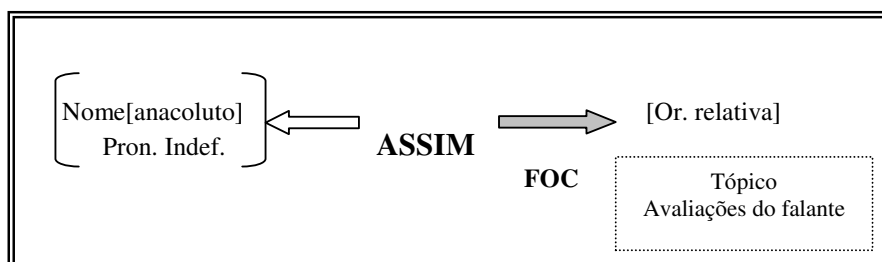
(01n) num ficava exposto aberto prá gente entrar e sair a hora que queria... né... ele ficava fechado... com umas cortinas vermelhas... sabe... tudo **assim** MUITO bonito... era... ao mesmo tempo que era... ruim por ser... proibido pro... leigo num tinha tanto acesso... a chegar tão perto do Santíssimo... mas era uma coisa bonita... [AC-102/NR368]

Nesse contexto, podemos observar, em (01m) a possibilidade de realização de diferentes análises. A presença do pronome indefinido “nenhum” pode apontar a elipse de algum elemento, passível de ser inferido do contexto, como, por exemplo, “caso”, e que seria sinalizado anaforicamente para a atribuição da qualificação, projectivamente “que vocês brigaram por algum moti::vo[...]”. Nessa análise, *que* estaria exercendo a função de pronome relativo e o MD *assim* estaria apontando o termo elíptico e, cataforicamente, apontando a inserção da oração relativa. Como uma análise não pode sustentar-se, exclusivamente, em dados inferidos, podemos apontar uma segunda perspectiva, baseada em uma especificidade da língua falada, denominada “anacoluto”. Nessa direção, poderíamos sugerir que o trecho “[ce num] lembra de nenhum **assim**::” configura um anacoluto, ou seja, um corte sintático, uma construção não mais retomada pelo falante, que prossegue sua fala apoiando-se no verbo “[ce num] lembra **assim** (...) que vocês brigaram por algum moti::vo assim?”. Dessa forma, o *que* funciona como uma conjunção integrante e a oração introduzida por ele pode ser caracterizada como um complemento verbal. O interessante, nesse caso, é que o MD *assim* estaria sinalizando, projectiva e retrojectivamente, o anacoluto, relacionado a “nenhum”, assim como o posterior prosseguimento da fala. O prolongamento da vogal nasal de *assim* corrobora a ligação entre o MD e o prosseguimento da oração.

Já em (01n), o pronome em si engloba tudo o que foi dito anteriormente e é apontado pelo item que, em seguida, anuncia uma qualificação. Nesse caso, o escopo, apesar de ser reduzido, ou seja, restringir-se ao pronome, à esquerda, e a qualificação “muito bonito”, à direita, atinge uma grande porção do tópico desenvolvido, senão todo ele. Vale ressaltar que, nesses casos, a focalização se dá, principalmente, em relação ao que é introduzido no texto, o que fica claro em ambos os exemplos, já que, no primeiro, essa porção equivale ao próprio tópico sugerido, e que, no segundo, à avaliação da falante, a partir da qual organiza-se todo o tópico, ou seja, a descrição

de um local que ela avalia como bonito, marcante, o que pode ser comprovado no trecho, pela sinalização da entonação enfática no intensificador, em “MUITO bonito”.

Vejam os esquemas ilustrativos dessa subfunção do item:



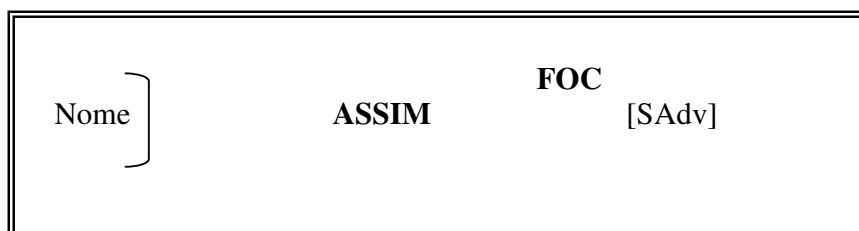
Ainda em relação à focalização voltada para um escopo à direita do item, temos outras ocorrências que configuram o contexto (01), especificamente, [N(Pron)__[SAdv], no qual o MD aponta e focaliza uma especificação imprescindível para o posterior desenvolvimento do tópico em questão, em relação ao conteúdo apontado anaforicamente.

(01o)... e também gosto de ficar em casa **assim** no meu quarto... apesar de ser um pou::co um pouco bagunçado é nele que eu passo a maior [[((risos))]/ é eu acho que todo quarto é [AC-056/DE277]

(01p) ou então... sai tirando... é:: passando a vassoura **assim** nos [cantinhos] [tem essas coisas também]? [AC-022/RP170]

Em ambas as ocorrências, pode ser observada a função recorrente do item de apontar, cataforicamente, o sintagma adverbial, ou seja, sinalizando a inserção de novos elementos no texto, graças à necessidade de especificar o conteúdo de todo o predicado, realizando, portanto, também o movimento anafórico. Aqui, os sintagmas adverbiais de lugar, sinalizados por *assim*, cumprem uma necessidade do falante de ser específico no que está dizendo, e se revelam o centro do tópico que se desenvolve a partir daí. Assim, ao manter a relação desses itens com seus respectivos elos anteriores, o MD focaliza, também, nesses casos, a informação nova, que o falante avalia como imprescindível para a interação.

Vejam os esquemas que seguem desse comportamento do item





Vale ressaltar que, apesar da multiplicidade de contextos sintáticos nos quais foi possível observarmos essa função focalizadora do MD *assim*, manteve-se recorrente, na maioria deles, a recuperação, seja pelo movimento retrospectivo, seja pelo prospectivo, ou por ambos, de um elemento de caráter nominal que é ressaltado no âmbito tópico.

Dessa forma, o quadro 18 ilustra, de modo geral, essa primeira subfunção do MD *assim*, apresentando sua especificação e seu esquema funcional:

Subfunção do MD <i>assim</i>	Especificação	Esquema funcional
(01) Focalizador	Focaliza segmentos tópicos retrospectivos	Focalizador ASSIM
	Focaliza segmentos tópicos prospectivos	Focalizador ASSIM

Quadro 18: Subfunção 1: MD *assim* focalizador

(02) MD *assim* atenuador

Uma segunda função semântico-pragmática que o item pode realizar é a de promover a atenuação de porções tópicas sinalizadas por suas funções textuais gerais. Estamos entendendo a atenuação como um recurso destinado à preservação da face dos interactantes, relacionado à modificação de um ato de fala a partir do objetivo de obtenção de um sentido avaliado atenuadamente numa interação social específica⁹. Dessa forma, passamos à apresentação das ocorrências que exemplificam de que modo se dá esse funcionamento do item. Para isso, vejamos, primeiramente, os casos em que, ao realizar a sinalização retrospectiva, o item se relaciona com o novo tópico introduzido projectivamente.

Nessa perspectiva, a partir do contexto (05) [oração]__, podemos observar que o item desempenha a referida função atenuadora, e que, ao sinalizar prospectivamente, aponta, de modo sugestivo, na interação, o desenvolvimento tópico, ou seja, sugere ao interlocutor que desenvolva

⁹ Vale ressaltar que a função atenuadora do MD *assim* será abordada com mais detalhes na seqüência do trabalho.

o tópico, por meio da sinalização catafórica, tal como podemos observar nas ocorrências que seguem:

(05a) aí a gente...brigou...

Doc.: mas vocês discutiram o que vocês discutiram **assim**?

Inf.: ah::

Doc.: o que ela te falou? [AC-006/NE25]

(05b) Inf.: [programas::... nã::o] mais programas educativos vamos dizer... programas mais:/:... podia muda::r (passar) coisas mais diferente...

Doc.: que ensinasse [né?]

Inf.: [é::]... menos jornal...

Doc.: mas é:: interessante porque ele passa algumas no[tícias] **assim**...

Inf.: [é]... algumas não... porque o Fantástico já é legal porque como eu tava assistindo on::tem... passou informação de engorda::r...[AC-006/RO101]

(05c) Doc.: e o senhor sabe alguma regra **assim**?... impedimen::to?[AC-103/RP395]

Localizado após uma oração, o MD *assim* desempenha ainda uma sinalização anafórica e catafórica. O que notamos é que, em contexto de ato de fala interrogativo, principalmente como em (05a), ao apontar anaforicamente a oração, o item modaliza o seu conteúdo, sugerindo ao interlocutor que dê mais detalhes, novas informações, ou seja, que desenvolva o tópico sugerido. Essa sugestão aponta, portanto, cataforicamente, para a complementação que depende prioritariamente do interlocutor. O exemplo (05c) evidencia esse fato, já que o falante, ao fazer o mesmo uso do MD, no mesmo contexto interrogativo, aponta, ele mesmo, uma possibilidade de desenvolvimento do tópico “impedimento”, também em um ato de fala interrogativo, para que o locutor possa aceitar ou não essa sugestão de desenvolvimento tópico. No entanto, esse movimento não é exclusivo de atos de fala interrogativos, como podemos observar no exemplo (05b), que mostra o mesmo funcionamento em atos declarativos. Nessa ocorrência, o modificador de “notícias” não aparece textualmente, mas é sugerido e inferido pelo interlocutor que continua o tópico, na seqüência, concordando e, em seguida, relativizando sua asserção anterior “Inf.: [é]... algumas não... porque o Fantástico já é legal [...]”, o que comprova o movimento anafórico e catafórico do item também nesse contexto.

Observemos esse primeiro funcionamento ilustrado no esquema:





As ocorrências (a) e (b) do contexto (06), especificamente [MD agora]__[oração], podem exemplificar a realização de uma sinalização catafórica, em que o item atua como um anunciador tópico, e anaforicamente, como um reforçador do termo anterior. Ao realizar essas sinalizações, também emprega o caráter sugestivo, atenuador da introdução do novo tópico, sob a forma de pergunta:

(06a) Doc.: agora **assim**:: o que você acha assim da sua escola por exemplo?
 Inf.: é:: é lega::l teve uma novidade que eu passei de a::no...[AC-006/RO88]

(06b) Doc.: agora **assim**:: você já viajou pra algum lugar? [AC-006/DE54]

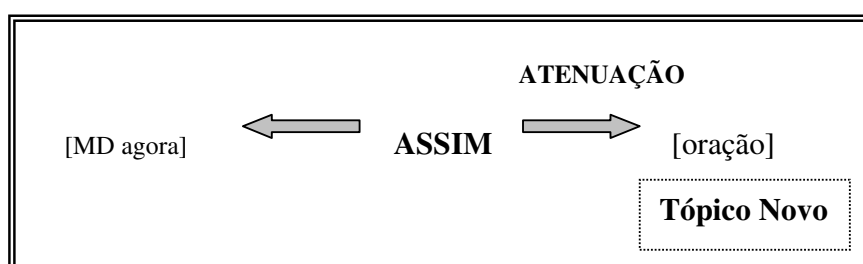
Em (06a) e (06b), o comportamento do item revela-se um tanto diferenciado. Nessas ocorrências, nota-se a presença do termo “agora”, seguido do item *assim* e de atos de fala interrogativos, nos quais são apresentadas as propostas dos tópicos discursivos a serem desenvolvidos naquele momento, pelo interlocutor. A análise, nesse caso, depende exclusivamente da observação das demarcações prosódicas, responsáveis, portanto, pelo apontamento da direção da sinalização realizada pelo item.

Nessa perspectiva, a audição dos trechos mostra uma entonação descendente na realização do *assim*, seguida de prolongamento da vogal nasal, e ascendente no início da pergunta. Por conta do prolongamento vocálico em *assim*, podemos dizer que o item realiza uma sinalização catafórica, ao se ligar à pergunta, realizada com entonação ascendente, atuando como uma espécie de anunciador do novo tópico sugerido. Por outro lado, podemos dizer que a sinalização se dá, também, num movimento retrojectivo, que reforça o termo “agora”, e prepara o interlocutor para a mudança de tópico que será estabelecida naquele enunciado, a partir daquele momento.

Sendo assim, o item sinaliza, juntamente com “agora”, sinalizado anaforicamente, a introdução de um novo tópico discursivo, em ato de fala interrogativo. O MD, nesse caso, está

funcionalmente relacionado ao caráter sugestivo da introdução do tópico, em um determinado ponto da interação, o que é reforçado pela expressão “por exemplo”, em (06a), podendo ser considerado, como uma estratégia de atenuação, ou seja, o falante, ao apresentar um novo tópico ao interlocutor, o faz sob a manifestação de um ato de fala interrogativo e utilizando o marcador, de modo a atribuir-lhe um caráter de sugestão e não de imposição.

Observemos a ilustração dessa subfunção do MD:



Ainda no contexto (06), agora especificamente na sua variação [Ø]__ [oração], o item também pode sinalizar (anafórica e cataforicamente), concomitantemente, a introdução do tópico e a atenuação do conteúdo introduzido em ato de fala interrogativo, tal como podemos observar na ocorrência abaixo:

(06c) Doc.: você acha que a mãe.../ a culpa quem tem/ tá relacionada [com a mulher]...

Inf.: [com a mãe] porque – “mas você não se preveniu... você não toma pílula?... eu usei camisinha a culpa é sua” -

Doc.: é isso acontece né?

Inf.: usou a camisinha usou a camisinha só que pode furar e porque que o problema tem que ser da mulher?... eu acho que é problema dos dois que também tem o problemas das DSTs né? a/ os adolescentes de hoje eles agem muito pela impulsividade... vão muito pela/ pela impulsão pela/ ah é muito bom é muito maravilhoso vamos experimentar e... as conseqüências depois não são muito agradáveis... pra eles...

Doc.: **assim** você que faz biologia né? quê que você acha assim sobre a aids né? que.. aids DST... é falta de juízo de responsabilidade? [AC-056/RO293]

Essa ocorrência revela um funcionamento do item que apresenta semelhanças às ocorrências (a) e (b) há pouco apresentadas. Nesse caso, podemos observar, a partir da concernência tópica, que o tópico sugerido pela documentadora foi “se a culpa da gravidez indesejada era atribuída normalmente à mulher”. Após se posicionar diante do tópico proposto, a

falante continua desenvolvendo-o, e, para isso, acrescenta o tema “DSTs”. Aproveitando o novo assunto, apresentado pela falante, a documentadora apresenta um novo subtópico. Para isso, usa o MD, localizado antes de uma Oração, em ato de fala interrogativo, seguido pelo subtópico em si “quê que você acha assim sobre a aids né?”. Nesse caso, como podemos observar, existe uma relação entre o tópico anterior e o que é introduzido a partir do MD. Por isso, é plausível entender que o item aponta, anaforicamente, todo o conteúdo apresentado anteriormente, estabelecendo uma relação entre ele e a pergunta “você que faz biologia né?”, que checa uma informação importante na habilitação da falante à discussão do novo subtópico, Aids, proposto na seqüência. Dessa forma, ao mesmo tempo, o item aponta também projectivamente. Nessa perspectiva, podemos constatar um tripé funcional: sinalização, introdução de um subtópico e atenuação do ato de fala interrogativo, conferindo-lhe, novamente, um tom de sugestividade.

Essa análise, relativa a contextos interrogativos, aponta um determinado grau de intersubjetividade, já que, ao produzir seu texto, o falante atenua a sua atitude de perguntar, preocupando-se com a possibilidade de posicionamento que seu interlocutor poderá assumir. É interessante observar que, mesmo em (06c), caso em que a pergunta parece apenas checar uma informação prévia, a atenuação ainda assim pode ser observada em relação ao MD.

Essa mesma função pode ser depreendida da análise das ocorrências (d) e (e) do contexto (03) SAdv__[oração]:

(03d) quando eu vou/ acontece algum acidente **assim** eu já fico com:: me::do porque:: eu tava brincando na/ minha casa tava reformando... tiraram a porta e colocaram ela deita::da... [Doc.: ham] pra tampar pros meu cachorros não entrar lá... [AC-006/NE35]

(03e) aí é que eu vou passar com desinfetante aí só passo o pano e deixo... isso NA cozinha [(inint.)]

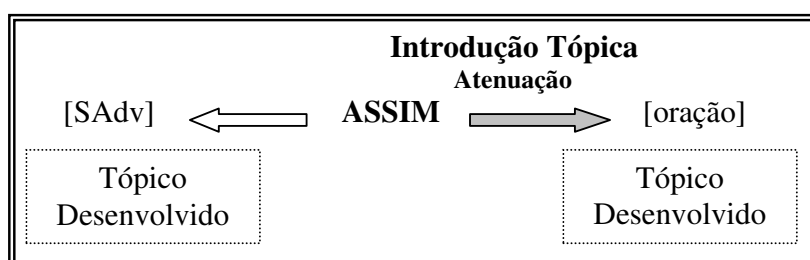
Doc.: [e se] alguém pisar **assim**... você não gosta?

Inf.: ah não eu não gosto não eu gosto de fazer num dia que eu to sozinha [AC-022/RP163]

Nesse contexto, *assim* mantém sua função prototípica, remetendo, concomitantemente, à oração adverbial, anteposta, portanto, anaforicamente, e apontando a oração principal. Em (03d), estabelece-se uma relação lógica, do tipo “quando x, y”, na qual o MD parece revelar seu caráter de apontar contexto de intersubjetividade, uma vez que o falante constrói seu texto a partir de sua própria experiência, ou seja, “ele sente medo quando ocorre algum acidente”, e que, ao contextualizar essa fala, recorre à avaliação de que o interlocutor é capaz de construir um quadro

mental, a partir de sua visão de mundo, compartilhando interativamente a idéia que o falante deseja transmitir, nesse caso, em relação a “algum acidente”, que possa justificar o seu medo. Em (03e), ao apontar a oração adverbial, resgata a condição necessária para que se realize o que é sugerido na oração principal, apontando-a, conseqüentemente. Essa relação é enfatizada e contribui para a apresentação do novo tópico, em ato de fala interrogativo.

Vejamos a ilustração dessa subfunção:

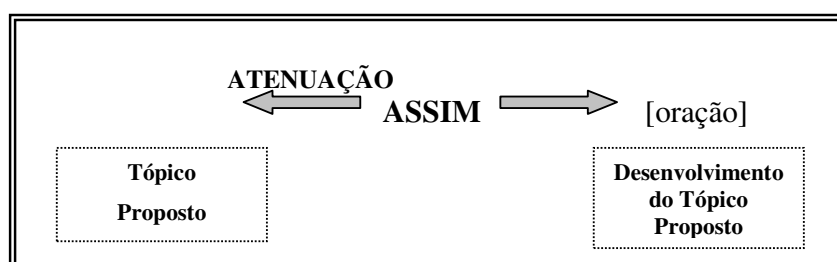


Na ocorrência (d) do contexto (06), nesse caso especificamente [∅]__[oração], o item também aponta o tópico proposto e sinaliza cataforicamente o seu desenvolvimento, atenuando-o, tal como podemos constatar na ocorrência que segue:

(06d) Doc.: e vocês eram muito apegados...

Inf.: é... **assim** eu num conhe/ assim a gente só conviveu cinco anos né? com ela porque ela morreu quando eu tinha cinco anos... mas eu lembro de::la do jeito de::la... e quan/ quando a minha mãe me conta essa história eu fico muito triste [AC-056/NE271]

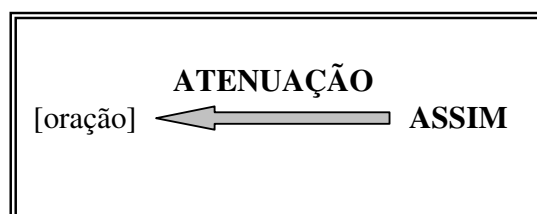
Nesse contexto, o item ocorre após expressões hesitativas e pausas, localizadas sempre no início do enunciado, sinalizando, anaforicamente, o tópico sugerido, e, cataforicamente, o desenvolvimento do texto. No início dessa resposta, dessa forma, o MD caracteriza o alto grau de subjetividade, isto é, identifica o falante modalizando sua atitude no próprio texto, diante do que lhe é proposto, portanto, em interação com o seu interlocutor, e, ao mesmo tempo, caracteriza o seu papel de iniciar o desenvolvimento de um tópico, já que ele inaugura o enunciado proposto. Vejamos o esquema dessa subfunção:



Até o momento, todas as ocorrências que configuraram a função atenuadora do item se relacionaram, de alguma forma, com o tópico desenvolvido subsequente. Passemos, agora, à apresentação das ocorrências que, embora também configurem essa função, não se relacionam com as condições posteriores de desenvolvimento do tópico. Analisemos, sob essa perspectiva, a ocorrência (d) do contexto (05) [oração]__:

(05d) realmente daria uma queimadura de terceiro grau... [Doc.: nossa é:...] e diz que eu não senti nada **assim::...** [AC-035/NR203]

Nesse exemplo, o item aparece no final de uma oração subordinada e, diferentemente das demais ocorrências de (05), desempenha uma sinalização exclusivamente anafórica, ou seja, no caso apresentado anteriormente, ao apontar a oração, anaforicamente, o falante, por meio do MD, modalizava o seu conteúdo e sugeria ao interlocutor que desenvolvesse o tópico proposto, apontando essa sugestão cataforicamente. Aqui, em (05d), o item, embora se localize no mesmo contexto, perde a função catafórica de sugerir, interativamente, a continuidade tópica e restringe-se à atenuação do conteúdo apresentado na oração coordenada, como se o falante sentisse a necessidade de não se comprometer com a verdade dessa proposição, o que, na ocorrência, é reforçado pela expressão “diz que”. Vale ressaltar que o escopo do item não alcança todo o enunciado, mas apenas a oração coordenada “e diz que eu não senti nada **assim::...**”, que comporta o conteúdo que exige, por parte do falante, a atenuação. Observemos essa subfunção esquematizada de modo ilustrativo a seguir:



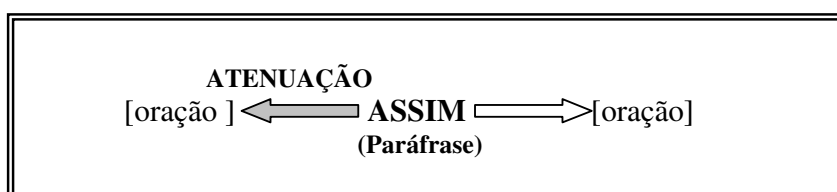
O mesmo funcionamento atenuador pode ser verificado também na ocorrência (e) do contexto (02) [oração]__[oração], no qual o MD atenua a predicação sinalizada.

(02e) Inf.: tudo bem?... olha... e a pessoa que eu gosto... é uma pessoa dos cabelos... dos cabelos... castanhos... castanho médio... os olhos são castanho amendoim:... ela tem uma apa/ uma aparência ba::ixo... é bastante forte **assim**:: é uma pessoa saudável... o nome dela é Rafea::la... [AC-035/DE221]

Aqui, o MD aparece entre dois Predicativos de “ela”, apontando uma relação parafrástica, tal como vemos no esquema abaixo:

Matriz da paráfrase	“é bastante forte[...]
[...] assim [...]	
Paráfrase	[...] é uma pessoa saudável”

Observamos uma equivalência semântica permeando os enunciados da matriz e da paráfrase. Assim, o enunciado cataforicamente sinalizado “é uma pessoa saudável...” representa uma atenuação do conteúdo do primeiro “é bastante forte”. Portanto, ao mesmo tempo em que aponta o enunciado matriz e sinaliza a paráfrase, o item também sinaliza a atenuação do primeiro, respectivamente, tal como uma estratégia textual-interativa da construção do texto. O esquema abaixo ilustra essa subfunção:



Em relação à observação dessa função atenuadora do MD *assim*, em conjunto com os seus contextos de ocorrência, o que fica evidente é uma ampliação do escopo do MD, que deixa de se restringir, mais especificamente, a um item, como na função anterior, e passa a escopar conteúdos oracionais, não se estendendo, vale ressaltar, à amplitude da articulação intertópica, ou seja, mantendo-se no âmbito intratópico.

Sendo assim, o quadro apresentado abaixo ilustra, de modo geral, essa segunda subfunção do MD *assim*, apresentando sua especificação e seu esquema funcional:

Subfunção do MD <i>assim</i>	Especificação	Esquema funcional
(02) Atenuador	Modaliza conteúdo retrospectiva ou prospectivamente sinalizado e estabelece alguma relação com o desenvolvimento do tópico	Atenuador ASSIM
	Modaliza o conteúdo retrospectivamente sinalizado sem estabelecer qualquer relação com o desenvolvimento tópico.	Atenuador ASSIM

Quadro 19: Subfunção 2: MD *assim* atenuador

(03) MD *assim* Intensificador

Nessa função, ao desempenhar sua sinalização anafórico-catafórica, e de forma oposta à que observamos há pouco, o item pode intensificar a porção tópica sinalizada retrospectivamente¹⁰. As ocorrências (f) e (g) do contexto (02) [oração]__[oração] podem ilustrar esse funcionamento do item, uma vez que nele o MD intensifica a predicação apontada:

(02f) Inf.: terminaram... ele terminou com ela

Doc.: como é que foi que... o... que ele conversou com ela **assim**... e ela te contou isso? [AC-022/NR121]

(02g) Doc.: ele falou palavras duras **assim**... foi bem direto?[AC-022/NR124]

Primeiramente, em relação a essas ocorrências do marcador, nesse contexto, devemos novamente identificar a função, ao mesmo tempo, anafórica e catafórica, em que o item sinaliza toda a predicação verbal, apontando a inserção da oração coordenada, que se relaciona à anterior.

¹⁰ Nessas ocorrências, uma interpretação prosódica dos dados revela uma distinção muito clara entre essa função do item, enquanto intensificador, e aquela já apresentada, enquanto atenuador. A realização prosódica, nos casos de intensificação, revela uma intensidade muito maior, assim como uma curva entoacional ascendente no final da realização do item, o que não é constatado nas realizações do item enquanto atenuador. Dessa forma, é possível desfazer possíveis ambigüidades na realização de uma ou outra função do item.

Em (02g), tal como em (02f), é possível identificarmos uma estrutura parafrástica, articulada pelo item. Vejamos, por isso, essa ocorrência adaptada ao mesmo esquema proposto naquela ocasião:

Matriz da paráfrase	“ele falou palavras duras[...]
	[...] assim [...]
Paráfrase	[...] foi bem direto?”

Nesse caso, ao estabelecer a sinalização anafórica, *assim* atua como um intensificador de todo o predicado apontado e, concomitantemente, sinaliza cataforicamente a inserção da paráfrase desse enunciado, na qual o termo “bem” responsabiliza-se, por sua vez, pela intensificação de “direto”, e garante a equivalência semântica entre o enunciado matriz e a paráfrase. Em (02f), “que ele conversou com ela **assim**... e ela te contou isso?”, como não há o esquema parafrástico, a sinalização catafórica é menos evidente, ao passo que a intensificação, dada retrojectivamente, fica mais clara. Dessa forma, vale ressaltar um aspecto que se distingue em relação à (02e) e (02g): enquanto na primeira *assim*, ao apontar anaforicamente o enunciado matriz, realizava um processo de atenuação de seu conteúdo, em (02g), essa sinalização é marcada pelo processo inverso, o da intensificação. Observemos esse funcionamento no esquema que segue:



Também nessa função intensificadora do MD *assim*, em correlação ao seu contexto de ocorrência, fica evidente o mesmo escopo oracional do item, observado há pouco. Dessa forma, o quadro apresentado abaixo ilustra essa terceira subfunção do item, apresentando sua especificação e o seu esquema funcional:

Subfunção do MD <i>assim</i>	Especificação	Esquema funcional
------------------------------	---------------	-------------------

(03) Intensificador	←	Intensificador aponta retrospectivamente	→	a porção tópica	Intensificador ASSIM
-------------------------------	---	---	---	-----------------	---------------------------------------

Quadro 20: Subfunção 3: MD *assim* intensificador**(04) Funções ambíguas:****MD *assim* focalizador/atenuador e focalizador/intensificador**

Algumas ocorrências do *corpus*, no entanto, possibilitaram a apreensão, ao mesmo tempo, da focalização e dos processos de atenuação e intensificação, caracterizando a não pontualidade, ou seja, a fluidez dessas funções, o que, de acordo com a hipótese de desenvolvimento do item, é totalmente aceitável. A fim de ilustrar essas colocações, vejamos as ocorrências do contexto (07), especificamente V__[x], no qual o MD focaliza o item anterior, frequentemente um verbo, e promove o desenvolvimento textual ao apresentar a inserção do seu complemento, responsável pela explicitação do item anterior. Ao realizar essa sinalização o item promove também o descomprometimento do falante. Esse funcionamento pode ser exemplificado pelas ocorrências abaixo:

(07a)... aonde ficava o o Santíssimo... era um lugar que tinha **assim** tipo duma::... duma grade... que fechava... porque antigamente...éh... num ficava exposto aberto prá gente entrar e sair a hora que queria... né...[AC-102/NR367]

(07b) eu acabei dormindo lá... aí eu fui fazer esse teste... no no/ foi no sábado à tarde era mais ou menos aconteceu era umas duas horas... né? por aí... acabei chegando lá é::... tendo tendo **assim** uma visão de mais ou menos umas quatro mil pessoas... né? fazendo um teste[AC-035/NE178]

(07c) ele ta bonitão... um dia ele vai ta ruim também... pode ter certeza que isso não leva ninguém a nada nada nada nada... leva só leva **assim** leva a um destino só... todos nós sabemos qual que é... mas eu acho que:: eu acho que não leva a nada a adolescência... a adolescência é você curtir você aproveitar CA da momento sabe...[AC-022/RO174]

Em todas as ocorrências selecionadas, o item focaliza o verbo anterior, realizando, ao mesmo tempo, uma sinalização retrojectiva e promovendo o desenvolvimento textual, ao apresentar a inserção de novos complementos verbais que apontam para a explicitação mais detalhada do item anterior, em um movimento projectivo. É interessante observar que, no que tange às repetições, (07c) demonstra a peculiaridade de apresentar o verbo repetido antes e depois de *assim*, enquanto que, nas demais ocorrências, o verbo é repetido apenas antes do item.

Também interessante é observar que, ao realizar a sinalização, o item sempre promove um descomprometimento do falante frente às posteriores colocações.

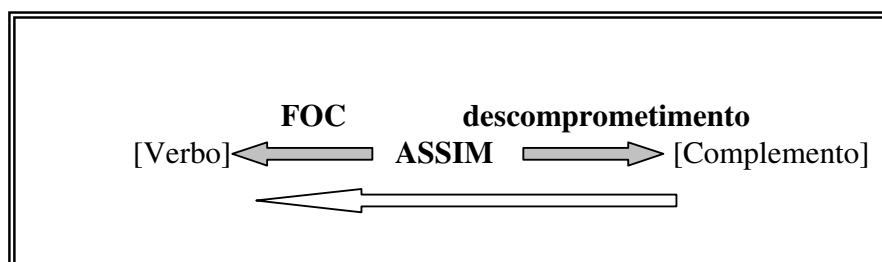
Em (07a) esse aspecto atenuador do valor de verdade da proposição evidencia-se também pelo uso de “tipo”, em (07b), por “mais ou menos” e, em (07c), o descomprometimento evidencia-se pelo uso, na seqüência, da primeira pessoa do plural, em “todos nós sabemos qual é...”, por meio do qual o falante compartilha com o interlocutor a responsabilidade sobre o que está sendo asseverado. A repetição dos verbos, nas duas últimas ocorrências, assim como a repetição da contração “duma”, na primeira, corroboram a necessidade de construção de um enunciado atenuado, uma vez que, interativamente, revelam um determinado grau de imprecisão e insegurança por parte do falante em relação ao que está sendo dito, o que o leva a compartilhar com o interlocutor as responsabilidades por meio da atenuação.

Observemos uma ocorrência desse mesmo contexto, com o verbo em sua forma nominal gerúndio:

(07d) e disse que essa luz ficou em cima deles um bom tempo eles olhando **assim** essa lu::z... e olhando olhando olhando... aí diz que essa luz ela deu uma apaga::da e acendeu de novo aí no que ela acende::u ela saiu...[AC-035/NR210]

Também nesse exemplo, o item continua focalizando o verbo anterior e apontando cataforicamente a inserção do complemento. A principal distinção que pode ser notada é que ocorre, nesses casos, uma ênfase à semântica aspectual veiculada pela forma verbal no gerúndio, o que se comprova pela repetição posterior “e olhando olhando olhando...”

Em relação a essa função do MD *assim*, propomos o seguinte esquema ilustrativo, no qual as setas pequenas representam, respectivamente, os movimentos de retrospecção e prospecção, e a seta maior representa o fato de que a explicitação, sinalizada prospectivamente, ao fazer progredir o texto, o faz a partir do detalhamento do item anterior:



Por sua vez, as ocorrências (d), (e) e (f), que ilustram o contexto (10) V[SAdv__x], mostram o MD focalizando, exatamente como nas ocorrências analisadas no item anterior, também com frequência um verbo, e promovendo o desenvolvimento textual ao apresentar a inserção do seu complemento, responsável pela explicitação do item anterior. Ao realizar essa sinalização prospectiva, o item, ao invés de promover um descomprometimento do falante, como vimos em (07), passa a intensificar e/ou asseverar as posteriores colocações. Observemos como se dá esse funcionamento:

(10d) Doc.: [perigoso] e tem uma outra coisa que você pode me contar alguma coisa diferen::te que aconteceu com você:: que marco::u sua vida?

Inf.: hum:: meu machuca::do...hum:: isso:: me deixou bem:: **assim** com me::do... muitas coisa assim que eu vou fazer eu fico com me::do quando me dá alguma coisa já:: fico com trau::ma[AC-006/NE33]

(10e) mas me lembro pouca coisa... do quarto da sala... me lembro bem **assim** da varanda...

Doc.: e como que era?[AC-035/DE229]

(10f) ... pego a ge/ as duas gemas bato elas separadas... também pra ficar... pra:: pra ficar um pouquinho mais **assim**... éh:: encorpa::do assim né... como se diz... aí depois eu misturo... pego u::m uma:: bom depois que eu joguei todos os ingredientes pego um pouquinho de:: Pó Royal...[AC-077/RP336]

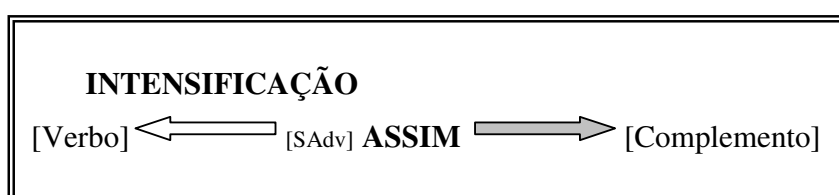
Assim como em (07), nos exemplos de (10), o item aponta o verbo anterior e aponta, cataforicamente, a inserção de seu complemento. A diferença desse contexto em relação àquele está na presença de intensificadores antes do MD. Sem a presença do intensificador, observamos, em (07), que, ao sinalizar o complemento verbal, o item promovia o descomprometimento do falante frente aquele conteúdo introduzido. Aqui, com o intensificador, o que podemos notar, em todos os exemplos, é que a subjetividade dos contextos está fortemente relacionada à intensificação promovida por “bem”, em (10d) e (10e), e por “um pouquinho mais”, em (10f).

No primeiro exemplo, temos um prolongamento da vogal nasal do intensificador (bem::) e, na seqüência, a mesma marca interativa na realização do complemento “com me::do”, o que se repete, na continuidade do desenvolvimento do tópico, todas as vezes que a falante menciona esse termo ou equivalente, em [com me::do] e [já:: fico com trau::ma]). Esse aspecto fundamenta

o fato de que a falante avaliou necessário intensificar determinados pontos do seu enunciado. Em (10f), também se observa a realização do mesmo procedimento, ou seja, da intensificação de um termo por meio do prolongamento da vogal (encorpa::do). No entanto, nesse caso, há uma marca hesitativa “éh::”, antes da escolha desse termo, o que evidencia, na materialidade do texto, que o falante procurava um termo específico e adequado para atender à sua necessidade explicativa de acordo com o vocabulário daquele domínio no qual se desenvolve o tópico, ou seja, o da “culinária”. Ao adotar o termo “encorpado”, portanto, o falante releva essa preocupação quando diz “assim né...como se diz...”, num parêntese metadiscursivo¹¹. Em (10e), a intensificação, realizada novamente por “bem”, não é acompanhada por prolongamentos ou outras marcas interativas. Por conta disso, podemos sugerir que ela se volta ao próprio verbo “lembro”, que lhe é anterior, com o intuito de evidenciar que se trata de uma lembrança bastante clara.

Dessa forma, embora haja subjetividade, o item, nessas ocorrências, não promove um descomprometimento do falante, como vimos em (07), mas exatamente o contrário, ou seja, o conteúdo não só é intensificado, como é também asseverado. Em relação, portanto, a essa função ambígua do MD *assim*, verificamos a maior ocorrência dos contextos em que o item aparece como anunciador de complemento, ou seja, em SV, podendo, de acordo com a presença ou não de intensificadores, realizar ora uma, ora outra função específica, o que acaba comprovando um desenvolvimento ainda não concluído do item em relação a essa função.

Essa subfunção apresenta-se ilustrada no seguinte esquema:



Dessa forma, o quadro abaixo ilustra essa quarta subfunção do item, representativa da fluidez que acompanha o funcionamento desse MD, apresentando sua especificação e o seu esquema funcional:

¹¹O “parêntese” é entendido como uma modalidade de inserção, definida como um breve desvio do tópico discursivo, sem afetar a coesão do segmento tópico dentro do qual ocorre (JUBRAN, 2006). Nesse caso, o seu conteúdo está voltado para a própria atividade enunciativa, ou seja, o desvio do tópico ocorre em função da inserção de um comentário sobre o ato comunicativo em questão, por isso, podemos denominá-lo de “metadiscursivo”

Subfunção do MD <i>assim</i>	Especificação	Esquema funcional
(04) Função ambíguas: Focalizador/atenuador	Focaliza o conteúdo sinalizado e atenua o desenvolvimento tópico	Focalizador Atenuador ASSIM
Focalizador/intensificador	Focaliza o conteúdo sinalizado e intensifica o desenvolvimento tópico	Focalizador Intensificador ASSIM

Quadro 21: Subfunção 4: MD *assim* focalizador/atenuador e focalizador/intensificador

(05) MD *assim* sinalizador metadiscursivo

De modo distinto do que foi observado anteriormente, o MD *assim* pode desempenhar ainda a função semântico-pragmática de sinalizar cataforicamente um pedido de esclarecimento em relação ao tópico proposto. O contexto (06) [Ø]__[oração], já apontado anteriormente, pode exemplificar esse funcionamento do item, por meio de sua ocorrência (e):

(06e) Doc.: tem alguns problemas no Pártenon?

Inf.: ah::...**assim** comi::go você fala?

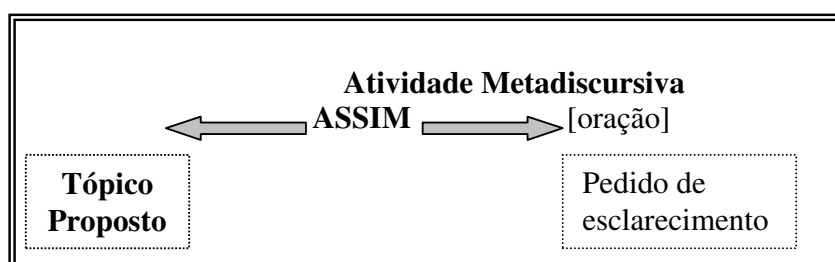
Doc.: não assim tem alguma coisa que você não gosta lá?

Inf.: ...ah::... eu acho que não... (não tem muita) coisa que eu não gosto não... porque é assim eu ia falar de ami::ga... mas amiga eu sempre tive problemas em todas as escola... [AC-006/RO90]

Em (06e), embora esteja localizado no mesmo contexto e cercado pelas mesmas marcas hesitativas, observadas na análise realizada anteriormente em relação à (06d), o item apresenta uma especificidade funcional, uma vez que atua sinalizando uma espécie de negociação entre os interlocutores, no que diz respeito à especificação do tópico. Nesse caso, o informante não inicia o desenvolvimento do tópico proposto, sinalizando essa prática por meio do MD. Na verdade, a função do item, aqui, é a de mostrar que, para que seja possível o desenvolvimento do tópico proposto, apontado anaforicamente, portanto, será necessário um esclarecimento adicional, sinalizado, por sua vez, projectivamente. O que podemos verificar é que, num ato de fala interrogativo, a informante solicita essa especificação sobre o tópico proposto. Dessa forma, o MD sinaliza esse pedido, caracterizando uma função metadiscursiva e, ao mesmo tempo, interativa, já que se configura numa negociação quanto ao tópico, que não deixa de adiar, momentaneamente, o início do seu desenvolvimento. Nessa direção, podemos observar que a

resposta do documentador, contendo o esclarecimento solicitado, possibilita o início do desenvolvimento do tópico e corrobora, portanto, a referida negociação. Esse funcionamento do MD *assim* está relacionado com esse contexto especificamente¹².

Vejam os esquema ilustrativo dessa subfunção:



O quadro abaixo ilustra essa quinta subfunção do MD *assim*, apresentando sua especificação e seu esquema funcional. Vejam os:

Subfunção do MD <i>assim</i>	Especificação	Esquema funcional
(05) Sinalizador metadiscursivo	Sinaliza prospectivamente pedido de esclarecimento, relacionado ao tópico proposto	Atividade metadiscursiva ASSIM

Quadro 22: Subfunção 5: MD *assim* sinalizador metadiscursivo

(06) MD *assim* sinalizador de construção de quadro mental

Nessa função, o item aponta, mais claramente, para a esquerda, desempenhando um papel especial. Os exemplos (h), (i) e (j) do contexto (02) [oração]__[oração] podem revelar esse comportamento distinto. Observemo-los:

(02h) o prédio tem uma:: embaixo do prédio tem uma área **assim** e:: e é cercado por um portão porque ai você tem que tocar o interfone pra entrar [ah tá] [AC-022/DE156]

¹² A ocorrência (03c), analisada anteriormente, também apresenta algumas dessas características, o que aponta para o caráter não discreto dessas categorias e também para a fluidez do desenvolvimento do item que pressupõe momentos de polissemia/ambigüidade funcionais.

(02i) como se fosse num velocidade da luz senti::do horizonte **assim** e sumiu... [Doc.: hum] é uma história assim bastante:./ ((risos))... eu conto né? se é ficção eu num sei...[AC-035/NR211]

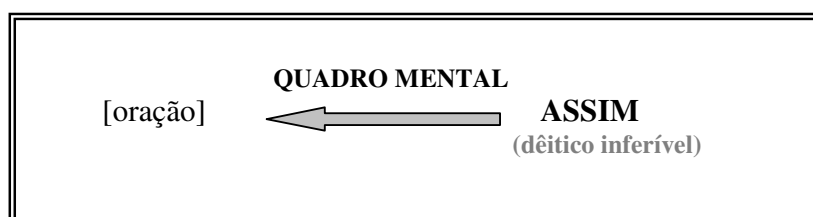
(02j) [Doc.: ham] mas o outro carro passou ele só virou **assim** e foi embora...[Doc.: ham] [AC-006/NR48]

Localizado antes de oração coordenada, o item aponta estritamente para a sua esquerda, sinalizando anaforicamente o já dito e funcionando como uma espécie de dêitico inferível (Martelotta, 2004), ou seja, *assim* parece referir-se a um quadro mental, construído, no momento da interação, pelo falante, convidando o ouvinte a participar dessa construção, a partir de sua visão de mundo, concebendo, interativamente, a idéia que o falante deseja construir. Esse quadro explica a ocorrência do item, nessa função, em contextos descritivos, não só relacionados à descrição de local, como afirma Martelotta, mas também em descrições de eventos, fatos, que o falante narra detalhadamente, desejando promover a interação e prender a atenção do ouvinte, tal como ocorre em (02i) e em (02j), retirados de narrativas recontadas. O item marca, portanto, em relação ao que já foi dito, a atualização de um quadro arquivado na memória do falante que é ativado no momento da fala, numa relação interativa.

Vale esclarecer que como não tivemos acesso a todos os dados situacionais, já que o presente estudo toma como base a transcrição e a audição de um *corpus* falado, tanto em (02i) quanto em (02f), não estamos considerando a realização de gestos, precisando, respectivamente, a “direção do movimento da luz” e a natureza do movimento de “virar”. A ocorrência desses gestos, no entanto, não compromete essa análise baseada na construção de um quadro mental. Diríamos, nesse caso, que à descrição, já detalhada, fornecida pelo falante, para a construção da imagem pretendida, pelo interlocutor, seriam acrescentados gestos, que pragmaticamente atuariam como informações adicionais e contribuintes para a incorporação dessa descrição. Conseqüentemente, teríamos mais um recurso intrinsecamente relacionado à construção do quadro mental que interativamente o falante deseja compartilhar com o interlocutor.

Novamente, em relação ao contexto sintático, observa-se grande recorrência dessa função nos casos em que o MD, anteposto a orações coordenadas, escopa, retrojectivamente, o quadro construído pelo desenvolvimento tópico¹³.

Observemos a ilustração dessa subfunção no esquema que segue:



O quadro abaixo ilustra essa sexta subfunção do MD *assim*, apresentando sua especificação e seu esquema funcional:

Subfunção do MD <i>assim</i>	Especificação	Esquema funcional
(06) Sinalizador de construção de quadro mental	Aponta o conteúdo retrojectivo e funciona como dêitico inferível	Dêitico inferível ASSIM

Quadro 23: Subfunção 6: MD *assim* sinalizador de construção de quadro mental

(07) MD *assim* indicador de conteúdo expressivo

Nessa função, o item estabelece, em relação ao termo imediatamente anterior, a sinalização do conteúdo projectivo e do carácter subjetivo desse conteúdo. Observemos as ocorrências de (f) à (l) do contexto (06), especificamente [MD/conj.]___[oração]¹⁴ apresentadas na seqüência:

(06f) Inf.: ah porque:: agora eu num me lembro muito porquê foi... a causa que eu taquei o/ um apagador nele... mas **assim** ele fica brincan::do com brincadeira que eu num:: que eu num gosto... que eu já FALEI pra ele parar... [Doc.: ham] ele num pá::ra e eu... fico nervosa e começo:: começo tac/ tacar as coisas nele... o que tiver na minha mão eu vou e taco uma fa::ca uma coisa de vi::dro...[(inint.)] um tamando...só... [AC-006/NE32]

(06g) Doc.: Má... agora você pode me contar... alguma história que você viveu... que foi... agradável pra você...

¹³ A ocorrência (03c), já analisada anteriormente, apresenta traços desse funcionamento, voltado à construção de um quadro mental, apontando, novamente funções que se mesclam.

¹⁴ É importante destacar que os itens *então*, *mas*, *porque*, *e*, *só que* e *aí* foram encontrados, no *corpus* desta pesquisa, apenas com a função conjuncional, apesar disso, mantivemos a caracterização desses itens considerando a possibilidade de ocorrerem, em outros contextos, funcionando como marcadores discursivos.

Inf.: ah agradável foi quando::... eu comecei a namorar né?... então **assim** eu nunca tinha ficado com ninGUÉM... eu já gostava dele fazia TEMpo... esperei UM ANO pra ficar com ele mas aí a gente... ficou junto né?... ficamos [AC-056/NE258]

(06h) não existia ultra-som... então... aí todo mundo falava... bom agora é HOMem... já que ce teve dois HOMENS... o seu terceiro filho é HOMem também... agora é HOMem né... aí **assim**... fui pro hospital ter o bebê... todo mundo achava que ia ser menino... inclusive meu marido... [AC-102/NE347]

(06i) e::... e jogo um:: um pequeno tempero pequeno... enfim e tal... aí você deixa dissolver e fica um miojo bastante:: gostoso mas bastante saudável também... e::... **assim**... ((risos)) são três pratos que eu gosto bastante de fazer... [AC-035/RP239]

(06j) Inf.: ah:: olha... eu adoro fazer brigadeiro... brigadeiro é uma coisa que todo mundo sabe né? porque... porque você coloca... éh duas colheres de... achocolatado... uma lata de leite condensado e uma colher... de manteiga e faz... só que **assim** eu gosto de colo/ aí eu gosto de comer ele mole então eu deixo mole... não enrolo e ponho o granulado em cima ((trecho ininteligível, porque a informante ri e fala ao mesmo tempo)) no prato que é muito mais gostoso... [AC-056/RP282]

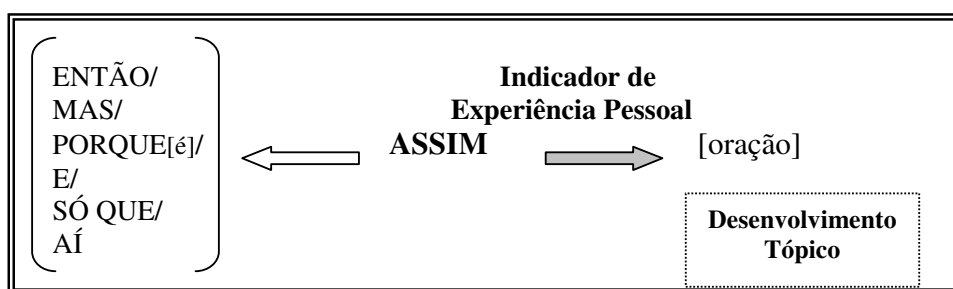
(06l) Inf.: ai não de amigo ah:: é muito triste... porque **assim** o amor pode não durar pra sempre mas pra mim a amizade... é pra sempre... porque você conhece a pessoa... e o relacionamento... nossa como ela é minha amiga... nossa... acontece uma coisa dessa a pessoa passa a te xingar... você fica triste... e surpresa ao mesmo tempo... e:: é muito ruim né?[AC-056/RO304]

Em relação a todos os exemplos do contexto (06), podemos, de modo geral, pontuar que cada um dos itens que antecede o MD *assim* é responsável pelo estabelecimento de relações específicas entre o conteúdo anterior e posterior a ele, podendo ser essa relação de continuidade, de contradição, de conclusão etc. Independentemente disso, a função de *assim* é sempre a de estabelecer, frente ao que foi dito, a sinalização do que será acrescentado textualmente. Além de realizar essa sinalização, com o item, o falante avisa, de certa forma, que o conteúdo do que será apresentado é resultado de suas distintas experiências pessoais, como:


- (i) o seu gosto pessoal, em (06f) “mas **assim** ele fica brincan::do com brincadeira que eu num:: que eu num gosto...”, em (06i) “e::... **assim**... ((risos)) são três pratos que eu gosto bastante de fazer...” e (06j) “só que **assim** eu gosto de colo/ aí eu gosto de comer ele mole então eu deixo mole...”;

- (ii) a sua própria experiência de vida, em (06g) “quando:...eu comecei a namorar né?... então **assim** eu nunca tinha ficado com ninGUÉM...”, e em (06h) “agora é Homem né...aí **assim**... fui pro hospital ter o bebê...”; ou,
- (iii) a sua opinião pessoal, como em (06l), “é muito triste... porque **assim** o amor pode não durar pra sempre mas pra mim a amizade... é pra sempre...”.

Sendo assim, podemos dizer que, nesses contextos, o falante tem total domínio do que será dito, mas sente a necessidade de mostrar ao interlocutor, no momento da própria produção textual, que o conteúdo verbalizado está intimamente ligado às suas experiências pessoais, o que fica, portanto, evidenciado por meio do MD *assim*, localizado sempre depois de MD/conj. variadas. O esquema abaixo ilustra essa subfunção do MD:



O quadro que segue ilustra a sétima subfunção do MD *assim*, apresentando sua especificação e seu esquema funcional:

Subfunção do MD <i>assim</i>	Especificação	Esquema funcional
(07) Indicador de conteúdo expressivo	Esta  em relação ao termo anterior, a sinalização do caráter subjetivo do conteúdo que será apresentado	Indicador de conteúdo expressivo ASSIM

Quadro 24: Subfunção 7: MD *assim* indicador de conteúdo expressivo

5.2.1.2. Considerações importantes

A proposta apresentada possibilitou a apreensão de uma função textual geral de *assim*, baseada em movimentos de retrospectção e/ou prospecção, verificada desde a análise diacrônica, permitindo a especificação de subfunções textuais-interativas do item, como MD, como observamos no quadro 25 abaixo que agrupa todos os quadros já apresentados na explicitação de cada subfunção isoladamente:

Subfunções do MD <i>assim</i>	Especificação	Esquema funcional
(01) Focalizador	Focaliza segmentos tópicos retrospectivos	Focalizador ASSIM
	Focaliza segmentos tópicos prospectivos	Focalizador ASSIM
(02) Atenuador	Atenua o conteúdo retrospectiva ou prospectivamente sinalizado e estabelece alguma relação com o desenvolvimento do tópico	Atenuador ASSIM
	Atenua o conteúdo retrospectivamente sinalizado sem estabelecer qualquer relação com o desenvolvimento tópico.	Atenuador ASSIM
(03) Intensificador	Intensifica a porção tópica sinalizada retrospectivamente	Intensificador ASSIM
(04) Função ambíguas: Focalizador/atenuador	Focaliza o conteúdo sinalizado e atenua o desenvolvimento tópico	Focalizador ASSIM
Focalizador/intensificador	Focaliza conteúdo sinalizado e intensifica o desenvolvimento tópico	Focalizador ASSIM
(05) Sinalizador metadiscursivo	Sinaliza prospectivamente pedido de esclarecimento, relacionado ao tópico proposto	Atividade metadiscursiva ASSIM
(06) Sinalizador de construção de quadro mental	Aponta o conteúdo retrojectivo e funciona como dêitico inferível	Dêitico inferível ASSIM
(07) Indicador de conteúdo expressivo	Estabelece relação ao termo anterior, a sinalização do caráter subjetivo do conteúdo que será apresentado	Indicador de conteúdo expressivo ASSIM

Quadro 25: As subfunções do MD *assim*

Além disso, a segmentação do *corpus* em unidades tópicas permitiu que confirmássemos a não funcionalidade do MD *assim* no que tange à articulação tópica¹⁵, mas permitiu também: (i)

¹⁵ Tal como apontou a análise de Silva *et al.* (1999)

a identificação das funções textuais do item, intimamente relacionadas às funções interacionais; (ii) a localização dessas funções prioritariamente no interior da unidade tópica, naquilo que chamamos de âmbito *intratópico*; e, (iii) a correlação dessas funções com determinadas especificidades características de alguns contextos sintáticos. Dessa forma, o escopo do MD *assim* caracteriza-se como “pontual”, ou seja, não se estende à articulação de segmentos maiores, na grande maioria dos casos.

Podemos, portanto, considerar que, ao assumir a função de “anunciador de complemento”, o item não só desempenha esse papel, como também o de manter, em relação ao enunciado anterior, a determinação das condições semântico-pragmáticas da inserção dos complementos em questão, ou seja, desempenha uma função textual-interativa. Em correlação com esse e com os demais contextos, afirmamos que, embora alguns deles sejam mais previsíveis e recorrentes, em relação a outros, as restrições ao item são, na verdade, de ordem pragmática e não sintática. Essa verificação permite cotejarmos *assim* atingindo a variável (07), referente à independência sintática dos MDs.

Nessa perspectiva, devemos ter claro que, dizer que o item inicia um enunciado significa assumir que ele contribui para a sua produção. Dizer que ele sinaliza a inserção de determinadas porções textuais, como vimos nas inúmeras ocorrências, apontando o item ao qual elas vêm atualizar o conteúdo, dentro das especificidades textuais-interativas de cada situação, significa admitir, da mesma forma, a função textual do MD *assim*, sem desvinculá-la da sua função interativa.

Por fim, essa análise permitiu-nos verificar a conjugação, e não a dicotomia, das funções textuais-interativas. Retomando, portanto, o princípio da gradiência, em relação à distribuição complementar do MD *assim* no que tange as variáveis (02) e (03), de acordo com a qual os itens tendem a ser fortemente caracterizados quanto a uma dessas variáveis, e fracamente quanto à outra, podemos concluir que *assim* diferencia-se por dispor, em relação às suas características e funcionalidade, um equilíbrio textual-interativo, de modo que é impossível analisarmos cada uma dessas contrapartes separadamente, o que corrobora a escolha da opção teórica.

Foi possível identificarmos também uma grande coerência funcional entre as análises diacrônica e sincrônica, complementada pelo foco dado ao comportamento do MD, uma vez que a trajetória aponta para uma crescente abstratização do significado, ao alcançar a direita do *cline proposicional*> *textual*> *expressivo*, e para uma preservação de traços das acepções mais

concretas naquelas mais pragmáticas. No caso do MD *assim*, essa persistência revela-se na dinâmica sinalização retrospectiva/prospectiva realizada pelo item a nível textual.

5.2.2. A subjetividade contextual do MD *assim*

Como foi possível observar, um aspecto recorrente em muitas das funções do MD em questão, em grande parte dos contextos analisados, foi aquele que diz respeito à (inter)subjetividade. Sendo assim, passaremos a uma análise mais atenta da manifestação desse aspecto e da sua extensão no presente *corpus*.

Os conceitos de subjetivo e objetivo, embora difíceis, já foram usados com sucesso em Silva e Macedo (1989), e Silva *et al.* (1999), atestando que o MD *assim* tende a sinalizar contextos posteriores subjetivos. Para procedermos a essa verificação, também nessa pesquisa, vale, antes de qualquer coisa, não só definirmos como entendemos esses conceitos, mas também explicar como hipotetizamos o desenvolvimento das características que os definem.

Sendo assim, de acordo com Silva *et al.* (1999), podem ser considerados *objetivos* os enunciados descritivos, ou de procedimentos que, apresentados de forma técnica e sem envolvimento pessoal, não acrescentam opinião ou comentário pessoal, ou seja, enunciados que se refiram ao mundo físico, exterior ao falante e que não apresentam elementos indicadores de algum grau de subjetividade. Mediante as características do próprio *corpus* utilizado e do reconhecimento de que a linguagem, de modo geral, é sempre, de alguma forma, subjetiva, como pressupõe Benveniste (1976), não tomaremos, neste trabalho, os enunciados identificados com as características apresentadas há pouco como “objetivos”, mas como “menos subjetivos”

Serão considerados *subjetivos* os enunciados em que o falante exprime suas opiniões, seus sentimentos, anseios, ou mesmo aqueles em que os conceitos expressam-se por meio de adjetivações que remetem a quantidades imprecisas e dependentes da avaliação ou qualificação pessoal do falante, sem deixar, portanto, de exprimir ainda opiniões, ou seja, os enunciados que se referem ao mundo interno do falante, ou dos posicionamentos que esse falante, a partir de suas concepções, toma em relação ao mundo externo.

Vale explicar que a subjetividade, aqui, será entendida como o resultado de um processo de *subjetivização*, que, segundo Traugott (1999), leva os significados, com o tempo, a

codificarem essas perspectivas e atitudes apontadas, cada vez mais baseadas em crenças subjetivas ou atitudes do falante em relação ao que é dito e a como é dito (TRAUGOTT, 1989, 1995), tal como verificamos no caso do desenvolvimento de marcadores discursivos advindos de advérbios.

Enquanto a *subjetivização* é, portanto, esse mecanismo que leva os significados a tornarem-se mais profundamente centrados no falante, a *intersubjetivização* leva-os a centrarem-se no ouvinte, tanto no sentido epistêmico, como no social, sendo importante ressaltar que, nessa direção, a *intersubjetividade*, que pode ser definida enquanto representação explícita de atenção às atitudes do ouvinte, surge e depende crucialmente da subjetivização, ou seja, funciona como um estágio que lhe é posterior.

Para a análise da (inter)subjetividade e da menor subjetividade dos enunciados, consideraremos dois tipos diversos de marcas:

- (1) aquelas que funcionam na construção textual do enunciado, de modo informacional: (i) manifestam-se formalmente na escolha de itens que se materializam no enunciado propriamente dito, como marcas morfológicas e marcas lexicais; e,
- (2) aquelas que, embora não estejam relacionadas ao caráter informacional do enunciado, constituem-se como estratégias textual-interativas importantes para a sua construção. São elas: (ii) as que consideram o processo interativo de construção *on line* do texto, como as marcas intrínsecas da oralidade, tais como, pausas, gaguejamentos; (iii) as estratégias propriamente ditas de construção textual, tais como, repetição, correções; e também (iv) as que marcam o processamento da informação, como relevo positivo/negativo.

Os contextos em que houve a manifestação da (inter)subjetividade apresentaram co-ocorrência das características acima. Diante disso, julgamos importante enfatizar dois pontos:

- (i) as marcas, de qualquer natureza, individualmente, não são suficientes para caracterizar um enunciado como mais subjetivo, é exatamente a co-ocorrência delas que determinará a prototipicidade desse enunciado em relação a tal identificação; e,
- (ii) em todos os casos analisados, o MD *assim* estará presente, no entanto, as observações que tangem as questões de (inter)subjetividade/menor

subjetividade relacionam-se prioritariamente ao seu contexto, o que não nos impede de, em algum momento, fazermos considerações específicas quanto à contribuição do item para a obtenção desses aspectos.

Passemos, portanto, à observação dessas características, tanto das formais, quanto das semântico-pragmáticas.

5.2.2.1. As marcas de subjetividade

(01) Marcas morfológicas

Para a análise das marcas morfológicas de subjetividade observemos as ocorrências (01) e (02) que seguem:

(01) Doc.:André eu gostaria que você... me descrevesse algum lugar **assim** que você gos::ta [AC-001/DE10]

Em (01), o uso do verbo no futuro do pretérito pode indicar modéstia, cerimônia, descomprometimento, polidez, ou seja, representa um índice de polifonia, o que pode ser estendido, nesse caso, também ao pretérito imperfeito do subjuntivo. Especificamente, podemos sugerir que, nessa ocorrência, tanto um quanto outro mostram a preocupação do falante, no caso o próprio documentador, em propor um tópico de modo a deixar o interlocutor bastante à vontade na situação de interação. Além disso podemos observar também a ocorrência de pronomes de primeira pessoa: “eu” e “me”.

Em (02), temos, no trecho “nossa meu”, a exemplificação de casos em que ocorre, no contexto, a expressão de interjeições, que revelam, obviamente, por sua própria natureza, a subjetividade do falante:

(02) e:: nossa meu esse curso de Letras é::... bem legal eu gostaria de aprende::r... **assim** um dia... no curso de Letras né?... porque eles te dão a teoria da relatividade né?... [AC-035/RO245]

(02) Marcas intrínsecas da oralidade

O exemplo que segue apresenta a ocorrência de pausa, alongamentos vocálicos e truncamento, todos indícios de subjetividade, relacionada à dificuldade de processamento, de escolha das palavras:

(03) e ele explicou pra gente... e::... e a gente seguiu as instruções dele mas chegou num lugar **assim...** que daria num:: nu/ num pasto... [AC-035/NR217]

Em (04), em contexto de avaliação pessoal/opinião, ocorrem pausas, gaguejamentos e um aspecto importante em relação à subjetividade, então analisada, correspondente ao pedido de confirmação do interlocutor, expresso por meio da pergunta retórica “sabe?”, em que o falante, ao realizar seu ato de fala avaliativo, tenta, dessa forma, compartilhar a responsabilidade do que está dizendo com o interlocutor. Esse contexto pode ser caracterizado como (inter)subjetivo, levando-se em conta esse fator.

(04) tem pessoas que tem comportamento **assim do/ desagradável sabe?**... ela poderiam não só melhorar elas como a gente também... tentar melhora um pouco tentar fazer que.... o mundo ficasse melhor sabe?...[AC-035/RO257]

(05) Inf.:ah na minha vi::da...((latido de cachorro)) aconteceu:: muitas coisa a a melhor coisa que eu acho que aconteceu eu sou eu sou (inint.) eu sou um ex-alcóolita... então:: eu tive muitos problema assim com a minha mulher:: ela ficou muito doen::te... [AC-135/NE419]

Em (05), além das marcas formais já apresentadas, como os alongamentos vocálicos e as pausas, pode-se dizer que o próprio tópico que é desenvolvido envolve intensamente a subjetividade, já que o falante narra, de modo exclusivo, uma experiência de vida, algo que ocorreu na vida dele e que o marcou. Esse tipo de tópico, que recobre contextos subjetivos, é normalmente proposto por atos de fala interrogativos.

(03) Atos de fala interrogativos

A análise de atos de fala interrogativos, enquanto uma marca de subjetividade, revela as seguintes características, analisadas a partir de (06):

(06) Doc.: é... e **assim**... falando em agir por impulso... e a traição o que você pensa... [dela]?
 Inf.: [olha] sempre [AC-056/RO298]

O que podemos observar é que o falante, no caso o documentador, propõe um tópico, por meio de uma pergunta, que exige do interlocutor uma resposta subjetiva, isso pode ser detectado por trechos como “o que você pensa dela?[da traição]” e pelo próprio assunto. Assim, podemos dizer que se trata de um trecho que sugere a subjetividade do interlocutor, portanto, intersubjetivo. Observemos, agora, a ocorrência abaixo:

(07) Doc.: **assim** você que faz biologia né? quê que você acha assim sobre a aids né? que.. aids DST... é falta de juízo de responsabilidade? [AC-056/RO293]

Em (07), temos um caso bastante semelhante ao que foi verificado em (06), no entanto, ao sugerir o tópico, que exige a subjetividade do interlocutor, o falante faz, ele próprio, uma avaliação prévia, mediante a sua opinião e a sua crença subjetiva diante do tópico proposto “aids”. Dessa forma, temos um caso de (inter)subjetividade, sem deixar, no entanto, de pedir a confirmação ou não por parte do interlocutor.

(04) Estratégias de construção textual

A ocorrência (08), transcrita abaixo, ilustra a cooperação das estratégias de construção do texto falado para a marcação do caráter subjetivo da interlocução. Vejamo-la:

(08) e na cozinha também tem uma janela uma janela uma janela pequena **assim** que dá pra rua a janela dá pra rua... [AC-022/DE139]

Aqui, ocorre uma repetição não estilística que dá suporte para a inserção de uma qualificação, bastante ligada à opinião pessoal do falante, enquanto indício de subjetividade, relacionada à dificuldade de processamento, de escolha das palavras:

(09) logo na entrada da minha vó tem uma árvore duas dois vasos **assim** de flor enorme que dentro do apartamento é ruim ficar tendo flor né porque... suja e é:: difícil de limpar [(então)] [AC-022/DE132]

Nesse exemplo, ocorre uma qualificação, em “[...]dois vasos **assim** de flor enorme [...]”, e também, uma auto-correção, no trecho “[...] tem uma árvore duas dois vasos [...]”, na qual o falante, no mesmo turno, onde matriz e correção são adjacentes, estabelece uma correção, nos níveis morfossintático e lexical, substituindo os itens considerados inadequados por aqueles que correspondem semanticamente ao que se deseja expressar, no caso “dois vasos”. Toda essa atividade de reformulação textual depende, necessariamente, da subjetividade do falante, que a avalia como necessária naquele contexto interativo. No *corpus* foram detectados outras estratégias de construção textual em contexto do MD *assim*, tal como paráfrase, parêntese, tematização, referenciação, tal como apontamos em outras seções deste trabalho.

(05) Marcas do processamento da informação

Nas ocorrências que seguem, a subjetividade relaciona-se a marcas, pertencentes ao contexto do MD *assim*, resultantes do processamento cognitivo das informações que constituem a contração tópica.

(10) Doc.: [perigoso] e tem uma outra coisa que você pode me contar alguma coisa diferen::te que aconteceu com você:: que marco::u sua vida?
 Inf.: hum:: meu machuca::do...hum:: isso:: me deixou bem:: assim com me::do... muitas coisa **assim** que eu vou fazer eu fico com me::do quando me dá alguma coisa já:: fico com trau::ma
 [AC-006/NE34]

Em (10), podemos observar, como indícios da subjetividade, o *relevo positivo* em alguns itens como, por exemplo, “bem”, “já”, “trauma” e principalmente em “medo”. Estamos chamando de *relevo* “o grau de saliência de determinados elementos em um texto, no desenvolvimento dos tópicos discursivos desse texto” (TRAVAGLIA, 2006). Segundo Travaglia, consideramos a possibilidade de co-ocorrência do relevo com quaisquer outras estratégias de construção textual. Nessa perspectiva, podemos considerar que o falante, ao produzir seu texto, pode: (i) manter todos os elementos do texto num plano comum, considerado básico e sem

relevo; (ii) colocar determinados elementos do texto em um plano mais elevado, considerado *relevo positivo* ou *proeminência*; e, (iii) colocar determinados elementos do texto em um plano inferior, rebaixando-os em relação aos demais elementos textuais ou ainda promovendo o seu ocultamento, o que é considerado *relevo negativo* ou *rebaixamento*.

Nessa ocorrência, usando o recurso fônico da entonação¹⁶, podemos observar que a falante, em alguns momentos da fala, dá a um determinado trecho um contorno entonacional particular, de modo a destacá-lo dos demais. Além desse recurso, podemos observar também a presença de alongamentos vocálicos que, nesse caso, não indiciam hesitação, tal como previu Marcuschi (2006), mas apontam a ênfase de determinados termos avaliados, pela falante, como importantes para o enunciado que é processado. Dessa forma, podemos dizer que o trecho “[...] *hum:: isso:: me deixou bem:: assim com me::do... muitas coisa **assim** que eu vou fazer eu fico com me::do quando me dá alguma coisa já:: fico com trau::ma [...]” é todo marcado por uma entonação distinta daquela adotada como padrão no texto como um todo, sendo que, no interior desse trecho, a falante ainda confere um relevo positivo aos termos específicos, apontados pelos grifos, com o intuito de enfatizá-los ainda mais.*

(11) tinha **assim** na areia BEM:: bran [::ca]...
 Doc.: [basta]te gente?
 Inf.: tinha...bastante... [AC-006/DE64]

Nesse contexto de *assim*, também podemos observar um *relevo positivo* marcado por diferentes recursos, tais como a altura de voz, já que o tom que a falante usa ao pronunciar o elemento intensificador “BEM” se diferencia daquele utilizado no restante do texto, apresentando-se mais alto. Nesse mesmo elemento, podemos notar também, um alongamento da vogal nasal, seguido, pela silabação do item anterior “bran [::ca]”. Nesse caso, a alteração do tom de voz e o alongamento vocálico, seguido pela silabação do modificador, destacam essa informação, considerada importante pela falante para a descrição que ela faz.

(12) Inf.: todo mundo LÊ ((risos)) quando você ta:: você entra onde pendurar a roupa tal tem um negocinho **assim** que minha vo deixa pendurada lá... há MUItos anos... sempre que eu vou na

¹⁶ Estamos entendendo entonação como a escala variacional, caracterizada por elevações ou por abaixamentos, de altura do tom laríngeo da voz com que se anuncia o trecho do tópico, e que não incide sobre um fonema, mas sobre uma seqüência mais longa formando a linha melódica da frase (CÂMARA Jr., 1970 e DUBOIS *et al.*, 1978),

casa de minha vó... sempre teve aquele negócio ela sempre tá colocando o do ano... novo né... então é muito legal isso...[AC-022/DE144]

Nesse trecho, a falante usa o diminutivo em “negocinho”. É importante enfatizar que o morfema de diminutivo, em português, além de expressar dimensão/grau, pode ainda traduzir atitude subjetiva valorativa e pejorativa. Sendo assim, a falante usa o morfema diminutivo para retirar do modo genérico ao qual se pode referir a um objeto qualquer “negócio”, o sentido pejorativo da sua realização, uma vez que ela avalia interessante o objeto que a avó mantém há muitos anos no banheiro, o que pode ser evidenciado no final do enunciado “então é muito legal isso...”. Esse trecho é marcado por um *relevo negativo*, totalmente coerente com um desejo da falante de não chamar a atenção do interlocutor para a denominação genérica feita por ela ao que está sendo descrito. Nesse caso, o relevo negativo é marcado pela velocidade ou ritmo da fala, o que pode ser percebido pela aceleração, no trecho “tem um negocinho assim”, do ritmo normal ou padrão da fala dessa informante em específico.

Em todas as ocorrências analisadas, pudemos observar o item *assim* em contextos em que as marcas do processamento da informação voltavam-se à sinalização da (inter)subjetividade. Sendo assim, mais uma vez, detectamos uma alta ocorrência desse MD em contextos que colaboram para o seu desenvolvimento metafórico-metonímico, apontando, portanto, o processo de inserção contextual que acompanha o desenvolvimento das funções semântico-pragmáticas do item, enquanto sinalizador de (inter)subjetividade.

(06) Marcas lexicais

As categorias lexicais que se revelaram importantes para a análise das marcas de subjetividade dos contextos do MD *assim* foram a dos verbos, a dos modalizadores e a das locuções adverbiais. Dessa forma, apresentamos as relações estabelecidas entre elas e a subjetividade.

Verbos

(13) jogo água tudo na cozinha que minha cozinha é pratica... jogo água em tudo esfrego com sabão em pó cândida **assim** eu gosto de lavar a cozinha...[...] [AC-022/RP165]

Em (13), o uso do item lexical “gosto” imprime a subjetividade ao enunciado, mostrando que, embora a falante esteja relatando uma atividade, ela o faz baseada na sua opinião de que aquela é uma atividade que ela avalia como prazerosa. Nesse caso, a semântica do verbo é responsável por apontar um fechamento do tópico que se baseia em um sentimento da falante.

Observemos agora as marcas de subjetividade em (14):

(14) Inf.: então nós ficamos ali... apreciando o movimento... principalmente na noite de sábado... então costuma até tarde ali nós colocamos as cadeira na calçada e a gente fica apreciando o movimento da noite ali... eu gosto... principalmente nessas noite **assim** de calor... [AC-126/DE406]

Nessa ocorrência, temos a expressão da opinião do falante, que por si só revela-se subjetiva, acompanhada de pausas no contexto, do verbo de sentimento “gostar” e ainda pelo índice de focalização, “principalmente”.

Observemos o exemplo abaixo:

(15) então você se sente **assim** num estado você ama... mas o cara te traiu... então você num sabe o que fazer... [AC-056/RO300]

Esse caso assemelha-se muito ao apresentado em (06) e (07), nos quais o próprio tópico proposto pressupõe a subjetividade do interlocutor. Aqui, no entanto, o interlocutor, ao desenvolver esse tópico, lança mão do relato da expressão de seus sentimentos propriamente ditos, o que evidencia o uso do verbo “sente”.

Considerando-se o contexto verbal de *assim*, e a constatação de que a localização preferencial desse MD é, segundo atestam vários trabalhos já citados e como foi mostrado, nessa pesquisa, pela recorrência, a fronteira entre Verbo e Complemento, investigaremos, a exemplo de Silva *et al.* (1999), com intuito de atestar e comparar resultados, o tipo de verbo que o antecede. Para isso, reconhecemos: (i) os verbos de *opinião*, que, como o próprio nome indica, expressam opiniões e avaliações do falante, (ii) os *experimentais*, que exprimem cognição, percepção ou estados afetivos, ações concretas, (iii) os verbos de sentido identificacional, como *ser*, e (iv) os verbos *dicendi*. O quadro 26 abaixo ilustra a classificação dos verbos encontrados no *corpus* nesse contexto de *assim*:

(i)	Opinião	achar, ver, gostar
(ii)	Experimental	fazer, saber, lembrar, acontecer, estar, ter, jogar, levar, dar,

		sentir, transmitir, descrever, doer, acabar, afastar, virar, querer, dividir, chegar, acordar, brincar, apanhar, passar, aprender, conversar, tirar, deixar, brincar, ficar, abrir, olhar, encadear
(iii)	Identificacional	ser
(iv)	<i>Dicendi</i>	dizer, contar, falar, explicar

Quadro 26: Tipologia verbal

Observemos respectivamente os exemplos:

- (i) as menina num:: num:: são minhas amigas... aí eu acho que é **assim** é que lá no Pártenon tem uma menina que desde a segunda série ela:: tem inveja de mim... [AC-006/RO93]
- (ii) então você se sente **assim** num estado você ama... mas o cara te traiu... então você num sabe o que fazer... [AC-056/RO300] (estado afetivo)
- Doc.: bom agora eu queria que você::/ você sabe **assim** jogar algum jogo?
 Inf.: uhum ((concordando)) [AC-006/RP84] (cognição)
- e uma vez na segunda série... mas lá a gente jogava **assim** uma vez por mês o futebo::l... jogava bola queima::da jogava handba::ll... [AC-006/RO97] (ações concretas)
- (iii) eu fiquei muito feliz poxa quatro mil pessoas você:: [Doc.: éh]... ser escolhido entre... mais três e você é::... uma **assim**:: muito [(emocionante/)]... [AC-035/NE180]
- (iv) eu vou falar **assim**:: da casa da minha vó... em São Paulo... eu adoro ir pra la eu vou... umas duas vezes por ano eu vou em janeiro em julho só nas férias [AC-022/DE126]

Levando em conta essas considerações, Silva *et al.* (1999) afirmam que os verbos de opinião e os experimentais favorecem a ocorrência do MD *assim*, diferindo radicalmente dos verbos de sentido identificacional e dos verbos *dicendi*. Nos nossos dados, a frequência desses verbos em contextos de *assim* foi de 16,17% para os verbos de opinião, 66,17% para os experimentais, apenas 7,35% para os identificacionais, e de 10,3% para os verbos *dicendi*, o que correspondeu, portanto, ao resultado exposto anteriormente.

A análise anterior permitiu, além disso, que chegássemos à constatação de que nos contextos subjetivos e intersubjetivos ocorrem verbos *dicendi*, de opinião e de identificação em quantidade bastante inferior à dos experimentais. No entanto, nos contextos considerados pouco subjetivos ocorre o mesmo, com a ressalva de que, nesse caso, não houve ocorrências com os chamados verbos de opinião.

Isso nos permite constatar que os verbos de opinião restringem-se aos contextos de subjetividade e que os demais, ainda que em distribuição quantitativa diferenciada, co-ocorrem em ambos os contextos, mais e menos subjetivos. Fica evidente a confirmação de que os experimentais favorecem indiscutivelmente a ocorrência do MD, sem qualquer restrição quanto ao contexto. Diante disso, não é plausível restringir a funcionalidade do item aos contextos subjetivos, sendo que a distribuição, no que tange aos tipos verbais aqui analisados, é bastante regular, salvo o caso dos optativos.

Esse fato não nos parece, portanto, um argumento suficiente para sustentar a hipótese que explica a funcionalidade desse MD como resultado de dificuldades de processamento, mais especificamente relacionada com a questão da subjetividade, mas apenas para asseverar que esse é um contexto recorrente do item, que pode desempenhar outras funções diferentes dessa, tal como procuramos mostrar nesse trabalho, em contextos também de outras naturezas.

Modalizador

Observemos o exemplo abaixo:

(16) realmente daria uma queimadura de terceiro grau... [Doc.: nossa é::...] e diz que eu não senti nada **assim**::... [AC-035/NR203]

Nesse caso, há uma modalização que aponta a necessidade de descomprometimento do falante em relação ao valor de verdade da proposição, o que é reforçado não só pelo MD, já analisado anteriormente, como também pela expressão “diz que”.

Locução adverbial

Em (17), apresentamos a última manifestação da subjetividade detectada nesse *corpus*:

(17) em nenhum momento **assim** eu tentava olhar aí depois cerca de uma meia hora quarenta minutos... pararam num lugar... [AC-077/NE313]

Além das marcas já apresentadas, podemos observar que o falante, a partir da lembrança que possui da experiência que está relatando, calcula, aproximadamente, o tempo, o que permite reconhecer toda a subjetividade envolvida também nesse tipo de avaliação.

5.2.2.2. Contextos “menos subjetivos”

Passemos agora à observação das características dos contextos de *assim* avaliados como “pouco subjetivos”:

- (18) Doc.: e dá tempo de fazer tudo na parte da manhã **assim**? [AC-022/NR168]
- (19) Doc.: então o adolescente tem que se guiar mais pela cabeça do PAI... **assim** [AC-022/RO175]
- (20) Doc.: quais são as regras **assim**? são quantos jogaDO::res?[AC-103/RP394]
- (21) Doc.: [mas eles] deixaram seu carro lá [**assim**] [AC-077/NE320]
- (22) Doc.: e ela contou alguma arte que você fez **assim**?... alguma coisa que você fez quando você era crian::ça? [AC-006/NR51]

Antes de proceder à análise dessas ocorrências, é imprescindível termos claro que a questão da subjetividade e da objetividade não ocorre, como foi dito, de modo discreto, primeiro por conta dos próprios gêneros textuais que configuram o *corpus*, os quais exigem maior ou menor posicionamento do falante, frente aos tópicos propostos, a sua avaliação, opinião, ou seja, exigem, de algum modo, que o que vai ser falado passe subjetivamente pela experiência de vida do falante, segundo por conta da própria natureza da linguagem, que é subjetiva em essência.

Frente a isso, a tentativa aqui proposta é a de estabelecer uma comparação entre as ocorrências analisadas como *subjetivas* e *intersubjetivas* e as que serão consideradas *pouco subjetivas* a partir da observação das características presentes em ambas, a fim de aferir graus diferentes da subjetividade em contextos de *assim*.

Dessa forma, o que podemos observar, de (18) a (22), é que, em atos de fala interrogativos, os documentadores propõem o tópico, como em (20) e (22), ou participam do seu desenvolvimento, questionando ou certificando a possibilidade de ocorrência do que o falante reportou, como em (18) e (21), ou instigando o posicionamento do falante, para que o tópico não seja encerrado, como em (19), procurando, portanto, de alguma forma, serem menos subjetivos e mais diretos em suas perguntas, ainda que elas, na verdade, acabem exigindo do interlocutor uma resposta mais subjetiva.

Em relação às características manifestadas da subjetividade, com exceção da pausa e do prolongamento vocálico, não ocorrem as marcas semântico-formais de subjetividade apresentadas quando da análise das ocorrências consideradas mais subjetivas. No entanto, o MD *assim*, sempre presente nessas ocorrências e também naquelas, pode ser o responsável pela atenuação delas e, portanto, pelos traços de subjetividade existentes nesses contextos.

Observemos, agora, as ocorrências abaixo:

(23) Inf.: ai tem uma que... meu amigo me disse que **assim** o vô dele né?(inint.) ele fuma fuma fumav/fuMAva muito e ainda fuma até hoje fuma fuma fuma [AC-001/NR09]

(24) o da minha vó é no segundo andar apartamento três... e:: **assim** logo na entrada da minha vó tem uma arvore [AC-022/DE131]

(25) uma coisa que aconteceu **assim** com a minha prima... que:: ela namorava há muito tempo sabe e ela largou o namorado dela largou dela... [AC-022/NR116]

(26) mas o outro carro passou ele só virou **assim** e foi embora...[Doc.: ham] [AC-006/NR48]

(27) Inf.: bola queimada divide **assim** no cam::po... aí tem o guarda cam::po... que fica mais pra trás ele que começa com a bo::la... aí vem o time que vai jogar... que já vai começar... [AC-006/RP87]

Nessas ocorrências de (23) a (27), temos falas dos informantes que, embora não sejam atos de fala interrogativos, podem ser consideradas pouco subjetivas, frente à comparação com as mais subjetivas, uma vez que não apresentam recorrência das marcas de subjetividade, além das que também ocorriam nos exemplos anteriores.

Em (23), o falante conta um fato sobre o avô de seu colega, portanto, não envolve nenhuma espécie de envolvimento pessoal maior, em (24), descreve o apartamento da avó, em (25), narra algo que ocorreu com a prima, em (26), conta como foi que um carro quase provocou um acidente, no qual o falante não estaria envolvido, e, em (27), ensina como jogar bola queimada. O conteúdo desses contextos evidencia um envolvimento menor do falante em relação ao que está sendo dito por ele, embora ainda haja esse envolvimento.

De modo geral, frente ao total das ocorrências analisadas, em 58,97% delas o MD *assim* apareceu em contextos considerados mais subjetivos, sendo que, desse percentual, 7,69% corresponde aos casos analisados como (inter)subjetivos, os outros 33,33% apareceram em contextos passíveis, pelos motivos expostos, de serem considerados pouco subjetivos. Vale

ressaltar que desse total de pouco subjetivos, 46,15% ocorrem em atos de fala interrogativos, tal como os analisados de (18) a (22).

A correlação da distribuição do *assim* em contextos pouco subjetivos com os tipos de texto revelou que:

- (i) nas narrativas recontadas (NR), 40% dos MDs *assim* ocorreram em contextos pouco subjetivos;
- (ii) nas descrições (DE), 36,73% deles ocorreram nesses contextos;
- (iii) nas narrativas de experiência (NE), esse percentual foi muito parecido, 36,58%;
- (iv) nos relatos de procedimento (RP), essa ocorrência foi de 40%; e
- (v) nos relatos de opinião (RO), *assim* ocorreu em contextos pouco subjetivos em apenas 15%

Frente a isso, podemos observar que a maior recorrência do MD *assim* em contextos pouco subjetivos se deu em relação às NR e RP, o que de certa forma corresponde, pelas próprias características apresentadas na análise das ocorrências, ao menor envolvimento pessoal do falante. Podemos observar também um equilíbrio entre a ocorrência do item, nesse tipo de contexto, em relação às NE e DE, e a baixa porcentagem nas RO, o que de certa forma corrobora nossa análise, já que esses textos essencialmente constroem-se sob a perspectiva pessoal do falante, mais do que qualquer um dos outros, privilegiando, portanto, a maior recorrência das marcas semântico-formais da subjetividade.

Dessa forma, se considerarmos as ocorrências caracterizadas como mais (inter)subjetivas e as identificadas como pouco subjetivas, podemos estabelecer um contínuo de subjetividade, no qual o item *assim* distribui-se, exercendo suas funções textuais e interativas em relação às exigências de cada tipo de texto e contexto.

5.2.2.3. Considerações importantes

Em relação aos contextos do item, é importante apontar também a co-ocorrência das marcas de subjetividade apontadas no contexto do MD *assim*. Nesse âmbito, a análise das marcas lexicais, mais especificamente a que focalizou os diferentes tipos de verbos permite-nos concluir que os experimentais são os mais recorrentes em contextos de *assim*, distribuindo-se,

proporcionalmente entre os contextos considerados mais e menos subjetivos. Quanto aos demais verbos, a ocorrência revelou-se baixa, mas não restritiva, ou seja, não é possível dizer que o MD em questão não pode ocorrer com qualquer que seja o tipo verbal. Não existem restrições também no que tange ao tipo de contexto, com exceção dos verbos optativos, que só co-ocorrem com *assim* em contextos (inter)subjetivos.

Diante disso, não podemos concluir, a exemplo de Silva *et al* (1999), que o MD *assim* atua exclusivamente em contextos mais subjetivos, muito menos a partir daí restringir sua função à sinalização de dificuldades de preenchimento.

5.2.3. A atenuação lingüística

O propósito da presente seção é abordar a questão da atenuação lingüística, enquanto estratégia voltada à condução da interação, via uso de marcadores discursivos, a partir de uma orientação pragmática de estudo da linguagem que entende os procedimentos de atenuação como recursos destinados à preservação da face.

Para alcançarmos esse objetivo, a exemplo de Rosa (1992), depreenderemos a função específica de atenuação, relativa a MDs, diferenciando-os de outros procedimentos de mesma natureza funcional.

Na seqüência, serão apresentados os procedimentos de preservação das faces, discutidos os limites e as relações entre a atenuação e a polidez e exposta a definição dos tipos e funções dos marcadores de atenuação apresentada por Rosa, com o intuito de, no desenvolvimento da seção, viabilizarmos uma discussão acerca dessa tipologia.

Feitas essas considerações, aventurar-nos-emos por uma análise do MD *assim*, tentando, a partir dela, depreender o funcionamento do item em correlação à atenuação, dentro dos moldes apresentados. A análise será baseada na conjugação de fenômenos lingüísticos e interacionais, focalizando, portanto, a organização interna do enunciado e as suas funções nos contextos específicos de interação.

5.2.3.1. A atenuação no âmbito dos MDs

Fraser (1980 *apud* ROSA 1992) estuda a função de atenuação, no âmbito da conversação, a partir da definição de abrandamento como a modificação de um ato de fala que pode vir a causar efeitos indesejados sobre o ouvinte, identificando dois tipos básicos de abrandamento: (i) aquele realizado em benefício próprio e (ii) aquele realizado em benefício do outro. Apresenta, também, as estratégias que, utilizadas pelo falante, podem indicar sua intenção de abrandar a força de um ato de fala, tais como: (i) o uso da passiva, (ii) o emprego de verbos e advérbios parentéticos, (iii) o emprego de justificativas etc.

Meyer-Hermann (1984 *apud* ROSA 1992) também define a atenuação como a função interativa de um ato de fala que possibilita a aceitação de uma quantidade reduzida de obrigações, se comparada ao mesmo ato desprovido desta função. Diante disso, podemos observar que a atenuação refere-se à modificação de um ato de fala, associada à obtenção de um efeito de sentido passível de ser considerado e avaliado como tal numa interação social específica.

Dessa forma, qualquer uma das definições inclui uma certa variedade de meios de atenuação, dos quais podemos considerar alguns como MDs, enquanto outros se mantêm sob a denominação geral de procedimentos de atenuação. Segundo Rosa (1992), a caracterização dos itens (ou sintagmas) que podem ser considerados como “marcadores de atenuação” é baseada nos seguintes critérios: (i) devem corresponder às margens de uma unidade discursiva¹⁷, não estabelecendo com o seu núcleo nenhuma dependência de ordem sintática e semântica (CASTILHO, 1987, 1988) e; (ii) serem expressos por formas lingüísticas de recorrência e fixidez considerável (MARCUSCHI, 1986, 1989).

Em relação ao primeiro critério, admitiremos a possibilidade de ocorrência do MD *assim* em quaisquer das posições especificadas previamente, nas quais não estabelece nenhuma espécie de relação com o conteúdo proposicional, podendo, no entanto, contribuir com outras relações de ordem pragmática (depreendidas na seção 1.3.1, deste trabalho).

Em relação ao segundo critério, associado à relativa fixidez da forma lingüística examinada e à frequência em que ocorre, evidenciamos o caráter formulaico dos marcadores,

¹⁷ Segundo Rosa (1992), embora não tratem especificamente da atenuação, Edmondo e House (1981) relacionam o fenômeno a movimentos de apoio, denominados *supportive moves*, que promovem a fundamentação estrutural da troca na conversação. Dessa forma, as UCs, identificadas por Marcuschi (1986), correspondentes aproximadamente a esses movimentos, representam estratégias conversacionais por meio das quais as estruturas interacionais (*moves*) são usadas pelos falantes para atingirem metas conversacionais.

especificamente no domínio pragmático, uma vez que é manifestado por meio do uso lingüístico. Esse critério é muito importante, no caso da análise do MD *assim*, uma vez que, graças às suas possibilidades de colocação, cabe a esse critério papel fundamental na sua caracterização como marcador de atenuação, papel esse atribuído à altíssima recorrência de uso e formulaicidade do item, diferenciando-o dos procedimentos de atenuação, que são construções de baixa fixidez formal e recorrência.

Considerando esta caracterização, nos restringiremos ao estudo do MD *assim*, mediante a sua função de marcador de atenuação, definida como uma modificação que objetiva, em um ato de fala, evitar, ou ao menos minimizar, efeitos indesejados sobre o ouvinte, tanto em benefício da preservação da face do próprio falante quanto da do seu interlocutor, e mediante a observação dos critérios de distribuição, formulaicidade ou fixidez de forma e alta recorrência, apontados há pouco.

5.2.3.2. A preservação da face

Segundo Brown e Levinson (1987), todo componente adulto que é membro de uma sociedade possui e tem consciência de que os outros também possuem:

(i) *face*, entendida como a auto-imagem pública que todos os membros da sociedade desejam sustentar de si mesmo, podendo constituir-se em dois aspectos:

- (a) *face negativa*, que consiste na exigência básica de preservação do espaço pessoal, com direito à não perturbação e não imposição, ou seja, à liberdade de ação;
- (b) *face positiva*, que consiste na auto-imagem ou “personalidade” exigida pelos interactantes, incluindo, necessariamente, o desejo do indivíduo de apreciação e de aprovação dessa imagem;

(ii) *capacidade racional*, entendida como aquilo que possibilita a construção de uma argumentação que possa levar aos significados que alcançarão os fins desejados.

O entendimento de *face* desses autores deriva do entendimento de Goffman (1967), segundo o qual o simples contato com outros indivíduos, em sociedade, é suficiente para ameaçar potencialmente a auto-imagem construída pelos integrantes da interação, provocando uma ruptura do equilíbrio preexistente. Nesta direção, entende-se como *face* essa expressão social do eu individual. Dessa forma, a *face* pode ser perdida, mantida ou realçada, o que leva à constante necessidade de sua preservação na interação.

Segundo Brown e Levinson (1987), de modo geral, as pessoas cooperam e assumem mutuamente suas cooperações para a manutenção das faces na interação. O princípio dessa cooperação encontra-se, assim, na vulnerabilidade mútua das faces dos interlocutores, já que se espera que uma pessoa defenda sua face caso esta seja ameaçada, nem que para isso tenha que colocar em risco a face do outro, provocando um desequilíbrio que compromete os interesses motivadores da interação.

Além disso, embora existam diferenças expressivas em relação a essa questão em culturas diferentes (no que diz respeito aos limites dos territórios pessoais publicamente avaliados como relevantes), os autores assumem que o conhecimento mútuo da auto-imagem ou face pública dos membros da sociedade e, da mesma forma, a necessidade social que orienta a interação são universais¹⁸. Nesse sentido, seria possível tratar a face como normas ou valores subscritos pelos membros da sociedade, mas, em vez disso, os autores a tratam como “necessidades básicas”, conhecidas mutuamente pelos membros dessa sociedade, e os quais, de modo geral, voltam-se à satisfação.

Nessa direção, aos componentes da face, apresentados há pouco, podem ser acrescidas, ainda, as definições: (i) *face negativa*: o desejo de todos os membros adultos componentes da sociedade de que suas ações não sejam impedidas pelos outros; e, (ii) *face positiva*: o desejo de todo membro de que seus desejos sejam desejáveis por, pelo menos, alguns outros.

Dessa forma, enquanto a *face negativa*, com sua polidez sinônima de não perturbação, equivale à polidez formal, evocada imediatamente de acordo com o que comumente entendemos por “ser polido”, a *face positiva* e suas formas derivadas da polidez positiva são menos óbvias, relaciona-se ao desejo de ser percebido, admirado, aprovado pelos demais membros da sociedade. A partir daí, podemos estudar as estratégias de polidez utilizadas pelos interlocutores exatamente

¹⁸ Apesar dessa sugestão de entendimento da face como uma noção universal, Brown e Levinson (1987) não descartam as possíveis influências de fatores específicos de cada cultura nessa noção, afirmando que “this core concepts is subject to cultural specifications of many sorts”

com o intuito de manutenção da sua face, mediante a realização de um ato de fala ameaçador, denominado pelos autores de atos de ameaça à face (FTAs)¹⁹. Esses atos podem representar ameaças tanto à face positiva quanto à negativa, sendo, por isso, distinguidos em quatro tipos:

- (i) FTAs ameaçadores da face positiva do interlocutor, tais como desaprovações, críticas, insultos, acusações;
- (ii) FTAs ameaçadores da face negativa do interlocutor, tais como pedidos, ordens, sugestões, conselhos e avisos;
- (iii) FTAs ameaçadores da face positiva do locutor, tais como pedidos de desculpa, humilhações, confissões;
- (iv) FTAs ameaçadores da face negativa do locutor, tais como aceitações de ofertas e aceitações de agradecimentos.

Segundo Brown e Levinson (1987), o grau de ameaça de um FTA é determinado por variáveis de ordem cultural e situacional. Dentre as primeiras, temos: (i) a distância social que separa os interactantes; (ii) a relação de poder estabelecida entre eles, determinadora do grau de imposição de um sobre o outro; e, (iii) a classificação que a imposição recebe em relação às especificidades culturais. Dentre as segundas, deve-se considerar que o FTA que provoca desequilíbrio em uma interação entre A e B pode não o fazê-lo em uma interação entre B e C, o que torna fundamental o conhecimento mútuo entre os interactantes.

Dessa forma, para amenizar os efeitos desses atos, o próprio sistema lingüístico desenvolve mecanismos de atenuação, considerados como estratégias de polidez, uma vez que atuam como um meio de permitir a preservação da face ameaçada dos interactantes, preservando o equilíbrio interacional. Em relação a isso, Rosa (1992) fornece um quadro, no qual propõe (a partir de ROULET, 1980; 1981) a relação entre estratégias de interação, modos de interação e uso de marcadores. Vejamos:

Estratégias		Modos	
Assegurar a compreensão	ABERTAMENTE	Explícito	<i>Ordeno que</i> fechem a porta.
	NÃO ABERTAMENTE		Convencional

¹⁹ *face-threatening-acts*.

			Feche a porta, por favor.
“Poupar” a face	ORIENTANDO A INTERPRETAÇÃO	Implícito	Conversacional generalizado <i>Você pode</i> fechar a porta.
	SEM ORIENTAR A INTERPRETAÇÃO		Conversacional particular Está frio aqui.

Quadro 27: Estratégias/modos de interação e uso de marcadores (ROSA, 1992)

A análise desse quadro mostra que apenas a estratégia voltada a “poupar” a face sem orientar a interpretação do interlocutor realiza-se independentemente da ocorrência de qualquer tipo de marcador, ficando totalmente dependente de uma alusão que, pragmaticamente, o interlocutor precisa realizar para compreender, de forma adequada, o enunciado.

Nessa perspectiva, admitiremos que alguns MDs, dentre vários outros procedimentos, podem realizar, entre outras tarefas, essa função atenuadora. No entanto, para podermos chegar ao conceito de marcadores de atenuação, uma vez que já realizamos uma distinção desses em relação aos demais procedimentos de atenuação, é preciso, ainda, considerar a relação entre atenuação e polidez.

5.2.3.3. Atenuação e polidez

Segundo Rosa (1992), a definição de elementos de atenuação, enquanto procedimentos de preservação da face, favorece o estabelecimento de uma confusão entre os conceitos de atenuação e de polidez. Nesta direção, Fraser (1980) constata que a primeira implica a segunda, mas que a recíproca não é verdadeira; Brown e Levinson (1987), em estudos sobre o fenômeno da polidez, observam que, a partir do propósito de ser polido, o falante faz uso de elementos de valores atenuadores e também de outros elementos de funcionalidade variada e distinta, o que acaba por corroborar a proposição do outro autor.

No entanto, o efeito de sentido decorrente do enunciado em que os atenuadores estão presentes aponta para um compartilhamento entre o que é atenuado e o que é polido, ou seja, dificultando a distinção entre esses dois conceitos. Dessa forma, Rosa (1992) sugere que o uso de

elementos atenuadores, ao agir na manutenção das faces, confere também um tom de polidez ao enunciado, o que acaba por dificultar o processo de análise.

Apesar dessa dificuldade, a autora aponta que a polidez, sem dúvida, constitui um fenômeno mais vasto que a atenuação, já que pode realizar-se independentemente da presença dos MDs de função atenuadora ou mesmo dos demais procedimentos capazes de realizar tal papel. Rosa associa, portanto, em alguns casos de ocorrência das estratégias de polidez, a preocupação que o locutor apresenta com a própria face, a uma motivação relacionada a tentativas de evitar ou mesmo reduzir a responsabilidade diante daquilo que é dito. Sendo assim, a preocupação em evitar comprometer-se com aquilo que se diz pode ser entendida como uma preocupação com a face, passível de ser sugerida via uso de estratégias de polidez, independentemente da presença de elementos atenuadores.

Considerando essa distinção entre a preocupação com a face que pode ou não ser manifestada via uso de elementos atenuadores, nosso objeto de estudo restringe-se ao âmbito das preocupações com a face que se materializam na superfície lingüística com o uso desses atenuadores e que não atuam distintamente das estratégias de polidez, que podem ser apontadas como uma característica funcional intrínseca aos MDs com função atenuadora.

5.2.3.4. Tipos e funções dos marcadores de atenuação

Rosa (1992), inicialmente, identifica duas grandes categorias de marcadores de atenuação a partir de dois conceitos, a saber, (i) *enunciação*, entendida como a instância de produção do discurso, e (ii) *enunciado*, como toda seqüência (falada ou escrita) produto do funcionamento lingüístico, dotada de sentido. Nesse domínio, em relação à primeira categoria, a autora apresenta os marcadores responsáveis pelo apagamento da instância da enunciação no enunciado, os quais chama de *marcadores de distanciamento*. A segunda categoria, que engloba as *marcas da enunciação*, por outro lado, manifesta a instância da enunciação no enunciado, via marcadores denominados como: (i) *marcadores de opinião*; (ii) *hedges*; (iii) *marcadores de rejeição*; e (iv) *marcadores metadiscursivos*.

Os *marcadores de distanciamento*, segundo a autora, que promovem o apagamento da instância da enunciação no enunciado, têm a função de “forjar” o distanciamento do locutor da

situação de comunicação, de duas formas: (i) via uso da impessoalidade (*parece que, parece, é possível que*), e (ii) via indeterminação do sujeito enunciador (*diz que, dizem que, diz-se* e demais variações).

Por sua vez, os marcadores que constituem marcas da enunciação no enunciado podem ser caracterizados funcionalmente de modos diferentes de acordo com sua tipologia. Dessa forma, os *marcadores de opinião*, altamente freqüentes, podem ser interpretados, a depender do contexto e da localização, como veiculando também a incerteza do locutor em relação ao que diz. Vale enfatizar que, em nota, Rosa (1992) coloca que, do ponto de vista filosófico, toda opinião inclui incerteza sobre o que é dito, mas que, do ponto de vista pragmático-interacional, a opinião expressa um saber que contrasta com a expressão de dúvida, exatamente porque corresponde a um saber pré-configurado. Diante dessa colocação, a autora lembra que tal distinção, um tanto sutil, às vezes, torna-se impraticável, na análise de dados reais de fala, o que acaba por corroborar a relação entre opinião e incerteza.

As expressões verbais (*eu acho (que), eu creio (que), eu suponho (que)*), assim como os prefaciadores *a minha impressão é (de) que, a impressão que eu tenho é a seguinte, é uma opinião particular minha, eu tenho a impressão seguinte*, etc são denominados marcadores de opinião.

Como marcadores *hedges*, Rosa considera apenas o subgrupo que Brown e Levinson (1987) denomina de *hedges* da força ilocutória, que, segundo eles, abrangem vários verbos e advérbios que diluem ou tornam ambígua a força ilocutória do enunciado, encontrando-se muito recorrentemente em posição parentética e abrangendo diferentes formas estereotipadas que introduzem um grau de incerteza ou imprecisão nos enunciados em que ocorrem.

Nessa direção, a autora distingue aqueles marcadores que caracterizam o enunciado como *impreciso*, daqueles que o caracterizam como *duvidosos* ou *incertos*, havendo casos em que, tanto a imprecisão quanto a incerteza são veiculadas. A proposta de distinção é corroborada e mantida, segundo Rosa, graças à observação de que os marcadores *hedges* de imprecisão indicam, concomitantemente, atividades de ordem cognitiva, sendo que o mesmo não ocorre em relação aos *hedges* de incerteza.

Os *hedges* de imprecisão sinalizam, portanto, atividade de planejamento verbal, modificando a força das asserções em que aparecem e atenuando, conseqüentemente, a impositividade que delas seria depreendida. Correspondem aos marcadores *assim, quer dizer,*

digamos, digamos assim, sei lá, não sei e advérbios esvaziados de sua significação original, tais como *realmente, naturalmente* etc.

Os *hedges* de incerteza demonstram o grau de certeza com que os locutores promovem os seus enunciados, veiculando, segundo Rosa, a avaliação epistêmica em relação ao que se diz. São atenuadores, da mesma forma que os anteriores, porque atuam na redução do comprometimento do locutor com o seu enunciado, diluindo a força ilocutória das asserções. Como exemplos desse tipo de marcadores, podemos citar *talvez, quem sabe, não sei, não sei se, sei lá, possivelmente e provavelmente*.

Os *marcadores de rejeição*, por sua vez, procuram controlar, antecipadamente, possíveis reações desfavoráveis do interlocutor, diante do que é expresso, dependendo sua formulação da capacidade do locutor de calcular essas possíveis tipificações negativas em relação ao seu enunciado por parte de seu interlocutor. Dessa forma, sua função atenuadora atua na preservação da face do locutor, uma vez que restringe o conjunto de respostas desfavoráveis à sua fala, e também preserva a face do interlocutor, já que afasta a possibilidade de ele realizar interpretações prejudiciais à interação. Esses marcadores, segundo Rosa, assim como alguns já mencionados, exprimem também a incerteza do locutor diante do que diz. Algumas frases estereotipadas são tratadas como marcadores de rejeição pela autora. São elas: *se não me falha a memória, que eu me lembre, que eu me lembro de momento, se não estou enganado e que eu saiba*.

Por fim, os *marcadores metacomunicativos* atuam na anúnciação de possíveis atos ameaçadores da face dos interlocutores, especificamente em relação àqueles que envolvem quebra de expectativas, ou seja, ao anunciar, previamente, os riscos de ameaça à face, esses marcadores atenuam a quebra de expectativas e tornam esses riscos bem menores, como, por exemplo, o caso da frase *antes disso eu quero dizer uma coisa*.

Tendo em vista essa classificação, passemos a análise dos dados referentes ao item *assim*, considerado enquanto um marcador de atenuação, referente às ocorrências do nosso *corpus*.

5.2.3.5. O caso de *assim*

Segundo Rosa (1992), *assim*, juntamente com os marcadores já apontados, é analisado como *hedge*, no sentido estrito, ou seja, indicador de imprecisão e de atividade cognitiva,

podendo sinalizar planejamento verbal, modificar a força ilocutória, atenuando, conseqüentemente, itens ou proposições e a impositividade deles.

Passamos à observação das ocorrências do item e à análise da sua funcionalidade no que tange à questão da atenuação, a fim de descrever o seu comportamento e estabelecer uma comparação com as características apontadas acima. Antes disso, é importante ressaltar que, em todas as ocorrências do item selecionadas, a sua curva entonacional é sempre estável, podendo, em determinados casos, que especificaremos no decorrer da análise, apontar alongamentos da vogal nasal, o que, de acordo com a análise prévia de Silva *et al.* (1999), também indicia sua natureza distinta da do advérbio, que apresenta curva entonacional variável, podendo ser descendente ou ascendente. Sendo assim, vejamos as ocorrências que seguem:

(01) aí meu tio ficava zuando né? que como é muito pequeno éh:: ele falava que a avenida de ((rindo)) de Caldas era uma ruazinha pequena **assim** aí e todo mundo lá conhece a casa Landy né? porque (inint.) aí teve uma vez... que o meu tio Tônico ele é ele é trabalha com avião né? [AC-001/DE14]

(02) ele... aí tem a sa::la na sala tem um/uma:: mesa grande de madeira onde a gente (inint.) janta... tem uns dois sofá uma mesinha de centro ne e tem um::... ah é tipo uma estantezinha **assim** com telefone com livro... essas coisas [AC-022/DE134]

Nessas duas ocorrências, o item desempenha a função de atenuar os itens imediatamente anteriores, portanto sinalizados anaforicamente, atenuando, dessa forma, a impositividade decorrente da caracterização ou descrição realizada nos enunciados em que aparecem, ou seja, “era uma ruazinha pequena[...]” e “é tipo uma estantezinha[...]” aparecem modificados em seu caráter descritivo via atenuação dos nomes “ruazinha” e “estantezinha”. O interessante, nesses casos é que, como um atenuador, *assim* confere um grau de imprecisão/incerteza ao enunciado, mas, paradoxalmente, sinaliza, ao mesmo tempo, o seu planejamento, apontando uma atividade cognitiva. Nessa direção, o caráter de imprecisão/incerteza fica evidenciado, no contexto, também pelo fato de, em (01) o falante descrever o local, primeiramente, como uma “avenida” e só depois como uma “ruazinha”, e em (02), pelo uso de “tipo”. Por sua vez, o que aponta a atividade cognitiva é o uso do grau diminutivo no processo descritivo, em “ruazinha” e “estantezinha”, o que, em conjunto, justifica a atenuação por meio do emprego do item como uma estratégia de polidez.

O mesmo processo pode ser observado nas ocorrências que seguem:

(03) aí tem o:: **assim** tipo um fundo **assim** que eu guardo/ tem uma parte **assim** que eu guardo sapa::to guardo meus livros tem bastante livro e:: bone::cas e guardo umas mo/ mochi::las que eu tenho... [AC-006/DE67-68-69]

Também nas ocorrências do marcador, em (03), é possível depreendermos uma estreita relação entre imprecisão e incerteza, ambas ligadas, portanto, ao planejamento verbal, ou seja, ao processo de escolha *on line* dos termos adequados àquele propósito comunicativo específico. Vejamos que as duas primeiras ocorrências pertencem ao mesmo trecho do enunciado “aí tem o:: **assim** tipo um fundo **assim**”, expressando a atenuação do item “fundo” graças à imprecisão/incerteza dessa denominação. Em relação a essas duas ocorrências do mesmo marcador em um só trecho, podemos constatar o termo “tipo” reforçando o sentido de imprecisão/incerteza e indiciando o processo de planejamento verbal que aponta para a necessidade de atenuar o conteúdo da denominação realizada, exatamente porque é imprecisa. Vale notar ainda que a repetição do marcador, no mesmo trecho, constitui um procedimento distinto da sua ocorrência isolada, uma vez que dessa forma ocorre um enfraquecimento maior da força ilocutória da asserção, tal como lembrado por Rosa (1992).

Toda a imprecisão e incerteza do trecho geram a necessidade comunicativa de parafraseá-lo na seqüência do enunciado. O que podemos perceber é que, realizado o primeiro trecho, o falante continua o seu enunciado, mas imediatamente sente a necessidade de realizar a paráfrase, que fica evidenciada pela quebra sintática, quase truncada, atenuada da mesma forma pelo marcador, que mantém um escopo retroativo, e pela posterior retomada sintática: “tipo um fundo **assim** que eu guardo/ tem uma parte **assim** que eu guardo”. Dessa forma, observa-se que o item, centro da necessidade de atenuação, é parafraseado por “parte”.

Processo semelhante, mas em contexto distinto, pode ser observado na ocorrência (04) abaixo:

(04) somos italianos... descendentes de italiano e eu tenho bastante mão boa pra fazer massas... mas:: o prato mais legal que eu gosto de fazer assim... desses salgado... é o miojo meio diferente **assim**... [Doc.: ((risos)))]... eu coloco um miojo/ eu coloco um miojo né?... partido em quatro tal... e:: assim que ele fica bastante pasto::so... eu tiro toda a água dele... eu jogo uma quantia de (pão)... uma latinha de atum... jo::go:: meio/ meia lata de creme de leite... [AC-035/RP238]

A função desempenhada aqui é a mesma apontada há pouco, em contexto de descrições, acompanhando uso de diminutivo, com a diferença de que, nesse caso, a atenuação atua sobre o

conceito “meio diferente”, o qual, em si, já é apresentado de forma pouco impositiva, devido ao uso do advérbio “meio”. Observemos que, com o *assim* atenuador, o item “diferente” não só é entendido pelo interlocutor como impreciso/incerto, como o é entendido quase como uma “brincadeira”, capaz de provocar riso. Nesse caso, *assim* também indica planejamento verbal, já que, na seqüência, o falante passa imediatamente à descrição do prato.

A função de tornar impreciso o enunciado em que se insere por meio da atenuação que recai especificamente sobre um item está presente também nas ocorrências abaixo:

(05) Inf.: ...nã::o ele não bate **assim**:: de bater ele provo::ca às vezes ele dicu::te e:: meu pai fica bra::vo aí [(cê já viu)]...[AC-006/NE29]

(06) Doc.: éh:: dona Margareth éh:: eu gostaria que a senhora éh:: me contasse uma história que tenha acontecido com a senhora... e:: que a senhora tenha achado engraça::da... tris::te ou constrangedora pra senhora

Inf.: eu tenho assim história que seja... eu acho que é:: prá mim é interessante né num é ne/nem até **assim** de fato alegre... éh::... quando... no fato da gravidez dos meus três... filhos e começando que a minha mãe não ficava grávida...minha mãe se casou... demorou... uns dois anos prá en/engravidar...[AC-102/NE344]

Em (05) é possível percebermos facilmente a imprecisão com que é empregado o verbo “bater” pela falante, marcada não só pelo *assim* atenuador, como também pela correção “ele provo::ca às vezes ele dicu::te” que segue, no enunciado, apontada previamente pela reiteração da negação. Nesse caso, o marcador de atenuação revela, como especificidade prosódica, um alongamento vocálico, ainda não observado, e, assim, a sinalização da imprecisão prepara o ambiente para a correção posterior, anunciando uma possível quebra de expectativas e, conseqüentemente, um possível ato ameaçador à face do interlocutor, já que viola, pelo menos, a máxima do modo, de Grice, (ser claro, evitar ambigüidade e obscuridade, ser breve e ordenado), o que corrobora sua relação com a atividade cognitiva de planejamento verbal.

Em (06), acontece algo semelhante, uma vez que o falante, ao desenvolver o tópico sugerido pelo interlocutor (que pediu para que falasse de algo que tivesse acontecido, que fosse engraçado, triste ou constrangedor), torna impreciso o enunciado em que *assim* se insere por meio da atenuação de “alegre”, noticiando a violação do princípio de preservação das faces, assim como também da máxima griceana da relevância (falar sobre aquilo que é realmente

relevante), uma vez que o tema do tópico será algo “alegre” e não algo engraçado, triste ou constrangedor.

Observemos, agora, as ocorrências de (07) a (10):

(07) aí o escrito::rio que fica o meu computado::r lá eu brinco de boné::ca brinco de escritório o que eu brinco mais **assim** é de escritório não brinco tanto de:: boneca **assim**... eu gosto da/ daquela bonequinha Polly [AC-006/DE73]

(08) no século vinte e um... tá bastante difícil **assim** ... principalmente financeiro...[AC-035/RO253]

(09) aí disse ser a dona da ca::sa e:: aí eles falava/ aí num achavam dinheiro num achavam nada falavam que ia matar todo mundo ficou um desespero grande **assim**... aí pedindo dinheiro pra mi::m eu falava que:: eu num ti::nha que eu trabalhava num merca::do [AC-077/NE317]

(10) então a criança recebe muita informação... aí ela vai a escola lá não tem tanta informação... às vezes e/... ela chega lá... éh:: o professor... né no caso... tem pouca coisa pra oferecer prá eles... ele... e também não é tão atrativo **assim** aquilo que se ensina éh:: a:: o desenho... as coisas que passam na televisão... às vezes chama mais a a atenção...[AC-102/RO375]

Em todas as ocorrências, de (07) a (10), não é possível falar em termos de imprecisão/incerteza, já que em momento nenhum os falantes parecem hesitar diante do que estão relatando. O processo evidente é o de planejamento cognitivo voltado à atenuação da força ilocutória depreendida sobretudo dos termos que indicam uma intensificação das asserções e que são retroativamente escopados, tal como pode ser observado, respectivamente, em “eu brinco mais **assim** é de escritório não brinco tanto de:: boneca **assim**...”, “tá bastante difícil **assim**...”, “ficou um desespero grande **assim**...” e “não é tão atrativo **assim**”. Dessa forma, não se trata de imprecisão, mas de um cálculo que pragmaticamente aponta a paradoxal necessidade de atenuação dos conceitos enfatizados pelos intensificadores.

Nesse sentido, o emprego do marcador de atenuação aponta, novamente, para a violação das máximas de Grice, já que se expressa uma informação que é, de um lado enfatizada e, de outro, atenuada. Por outro lado, acarreta um maior grau de polidez, que, segundo nossas observações anteriores, encontra-se estreitamente vinculada à atenuação, compondo um quadro no qual figura a competência pragmática dos interlocutores que buscam, ao mesmo tempo, expor suas impressões subjetivas sem denotar exageros pessoais, a fim de não colocar em risco a sua face e a de seu interlocutor.

Vale ressaltar que, até o momento, em todas as ocorrências analisadas, não há indícios de “imprecisão/incerteza” voltada ao conteúdo, ou seja, de caráter epistêmico, mas apenas de “imprecisão/incerteza” relacionada ao “planejamento cognitivo”, mais relacionada então às escolhas formais. Contudo, esse primeiro sentido foi depreendido das ocorrências do *corpus*, de modos distintos e em contextos também distintos. Observemos a ocorrência do marcador no contexto transcrito abaixo:

(11) eu também fiquei triste eu falei ah porque eu gosto dela... não quero ver ela sofrendo né... mas... ela ainda tem muita esperança em:: em voltar com ele **assim**... mas num sei nem se isso vai acontecer porque eu acredito que eles num... num tem mais volta mas tudo bem [AC-022/NR118]

Nesse contexto, a falante narra uma história que aconteceu com uma amiga próxima e, em determinado momento, expressa uma informação/opinião dessa amiga, no trecho “ela ainda tem muita esperança em:: em voltar com ele”. Logo em seguida, a falante usa o marcador, um item adversativo e um outro procedimento de atenuação “mas num sei nem”, a fim de marcar que ela não se compromete com a opinião da sua colega, uma vez que, como diz na seqüência, “eu acredito que eles num... num tem mais volta”, enfatizando seu comentário pelo “acredito que”, ela apresenta um posicionamento diferenciado, embora também impreciso.

Dessa forma, podemos dizer que *assim* sinaliza a atenuação da força ilocutória, veiculando uma avaliação epistêmica que sugere imprecisão/incerteza e apontando, conseqüentemente, a diminuição do comprometimento do locutor com o seu enunciado, que configura um relato de um comentário de outra pessoa acerca do evento narrado. Nesse trecho, podemos dizer que esse sentido de imprecisão/incerteza, associado ao descomprometimento com o valor de verdade da proposição, pode ser depreendido também pelo emprego dos demais procedimentos apontados.

Algo diferente pode ser observado em (12) e em (13), ocorrências em que, embora *assim* não esteja acompanhado de qualquer outro marcador ou procedimento de atenuação, responsável pela denotação do sentido de imprecisão/incerteza, esse mesmo sentido pode ser depreendido facilmente. Vejamos:

(12) Inf.: e essa mesma pessoa o João... é:: ele tem ele tem um contato muito forte com o tio/ o avô dele... ele tem uma dupla sertane::já... ele é::... como que é?... ai Zé Bento e:: Zé::...((coça a garganta)) e Zé da Estrada um negócio **assim**... é uma dupla sertaneja mas o pessoal não

conhece... tá?... e::... ele ele/ esse tio esse avó dele convidou a gente pra tá entrando em estu::dio...[AC-035/NR192]

(13) Doc.: bom agora eu queria que:: você me contasse uma história que alguém tenha te conta::do alguma coisa...você se lembra? tem alguma história de quando você era pequeno que sua mãe te con::ta? ou história que alguém contou assim pra você:: de alguma briga algum acidente alguma fofo::ca... alguma coisa **assim**... lembra? [AC-035/NR197]

Em ambas as ocorrências, o sentido que deve ser resgatado é o de que o enunciado deve ser interpretado como não exato, o que é alcançado não só pelo item isoladamente, mas pela expressão em que ele aparece, “um negócio **assim**” e “alguma coisa **assim**”, veiculando a avaliação epistêmica do enunciado dito atenuadamente, de modo a não comprometer, de forma alguma, o falante com o conteúdo nele transmitido. Dessa forma, o que parece ser sugerido, na verdade, é uma intrínseca relação entre a expressão da avaliação epistêmica de incerteza/imprecisão, refletindo sobre o enunciado retroativamente escopado.

Vejam os a próxima ocorrência:

(14) Inf.: é::... aí lá tem a praia era muito lega:l lá::... e:: tipo **assim**:: eu não vou lembrar descrever muito d/ o lugar lá eu lembro do hotel... como é que [era]... [AC-006/DE58]

Em (14), é possível observar a locução “tipo **assim**” desempenhando uma função diferenciada da do item isolado em contextos anteriormente analisados, embora ambas apontem para o mesmo processo de atenuação. Nas ocorrências anteriores, em que *assim* era contextualizado por *tipo*, sem, no entanto, formar com esse uma locução, pudemos observar a função de marcar imprecisão/incerteza associada ao planejamento cognitivo, ou seja, a escolhas formais. Aqui, porém, *tipo assim* marca atenuação frente a um enunciado avaliado epistemicamente como impreciso e duvidoso, o que associa a necessidade de descomprometimento com a incerteza quanto ao conteúdo do que é enunciado. Na seqüência dessa ocorrência, temos “eu não vou lembrar”, classificado, por Rosa (1992), como marcador de rejeição, e caracterizado como prefácio contrastivo. Como vimos, esse tem a função de controlar, por antecipação, possíveis reações desfavoráveis ao que é expresso no enunciado, sendo também um marcador atenuador, já que atua na preservação da face do locutor e do interlocutor. A ocorrência desse marcador contrastivo corrobora a aceção de imprecisão e incerteza do enunciado que será formulado e que é apontado projetivamente por *tipo assim*.

Observemos agora as ocorrências que seguem:

(15) Inf.: adoro ponto cruz eu acho **assim** muito facinho/ cê pega... o pano né?.. aí cê::... põe a linha avesso e o duplo... então cê põe... cê amarra... né?... [AC-056/RP286]

(16) MAIS um aumento na gasolina éh:: esse ano vai aumentar mais pô esse ano nós já estamos praticamente:: no final do ano... e:: que não vai aumentar mas... éh tudo tudo é:: dó::lar tudo é:: a:: reflete então a gente acha/ teria... que o brasileiro... ele:: o brasileiro ele é:: **assim** acho que é muito sólida::rio... e pegava e:: todo mundo fizesse o protesto aí com certeza a gente conseguiria alguma coisa... é minha opinião... [AC-077/RO342]

(17) Doc.: éh:: dona Margareth éh:: eu gostaria que a senhora éh:: me contasse uma história que tenha acontecido com a senhora... e:: que a senhora tenha achado engraça::da... tris::te ou constrangedora pra senhora

Inf.: eu tenho **assim** história que seja... eu acho que é:: prá mim é interessante né num é ne/nem até assim de fato alegre... [AC-102/NE343]

As três ocorrências do marcador *assim* aparecem, de (15) a (17), sempre acompanhadas do que Rosa chama de marcador de opinião; “eu acho”, “acho que” e “eu acho que”, respectivamente. Nesses casos, *assim* parece apontar para os limites da interpretação que se espera do interlocutor, sempre a partir do princípio da preservação das faces. Desse modo, em (15), por exemplo, no trecho “eu acho **assim** muito facinho”, o falante parece avisar seu interlocutor, por meio do marcador “eu acho” de que “muito facinho” é como ele avalia, a partir da sua própria opinião, a atividade em questão. Dessa forma, o advérbio “muito”, atenuado pela ocorrência de *assim*, parece contribuir para a preservação da face do interlocutor, caso ele não tenha a mesma opinião e não faça a mesma avaliação. Ainda em relação a essa ocorrência, é realmente difícil estabelecer uma correlação entre opinião e imprecisão/incerteza, já que, pragmaticamente, a opinião pessoal parece baseada em uma experiência também pessoal e suficiente para afastar as dúvidas.

Observemos sob essa afirmação a ocorrência (16); “ele:: o brasileiro ele é:: **assim** acho que é muito sólida::rio...”, em que ao fazer sua avaliação do brasileiro, como “muito solidário”, o falante sente não só necessidade de atenuar a intensificação proposta no advérbio, por meio do “assim”, como também de marcar sua opinião, por meio de “eu acho que”. A análise atenta desse caso mostra que o que parece estar realmente em jogo não é a avaliação epistêmica do valor de verdade ou não do enunciado, mas o possível risco à face do locutor e interlocutor que dele se estabelece. Esse fato fica claro, na seqüência dessa mesma ocorrência, na qual primeiro o falante

realiza sua fala como certa, e em seguida, volta lembrar que aquela é a manifestação da sua opinião; “é:: **assim** acho que é muito sólida::rio... e pegava e:: todo mundo fizesse o protesto aí com certeza a gente conseguiria alguma coisa... é minha opinião...”. Dessa forma, cabe ao marcador *assim* a função de, juntamente a “acho que” atenuar especificamente o intensificador “muito” e, por extensão, toda proposição, diluindo sua impositividade.

Dessa forma, em relação às ocorrências (15) e (16), não podemos relacionar a ocorrência do marcador de atenuação com situação de incerteza/imprecisão. Na verdade, o que se observa é uma relação entre a atividade de planejamento verbal, na qual o falante precisa expor sua opinião (o que é evidenciado pela ocorrência do marcador de opinião) e atenuar, concomitantemente, a expressão dessa opinião, o que explica a co-ocorrência de *assim*. Vale observar que, nas duas ocorrências, a realização dessa opinião é marcada pelo uso de intensificadores, o que caracteriza uma marca contextual do marcador de atenuação *assim* relacionado à atividade cognitiva.

Na última ocorrência, temos um caso bastante peculiar: a falante, para atender a exigência de contar uma história “que tenha acontecido” e que ela avalie como “engraça::da... tris::te ou constrangedora”, precisa necessariamente partir da sua avaliação do conteúdo da história que irá contar. Dessa forma, ela anuncia que contará uma história que, segundo essa avaliação pessoal, é *interessante*, o que, de fato, não denota sentido de incerteza/imprecisão e que está, como nos demais casos, associado à opinião da falante (o que se materializa pela co-ocorrência de “eu acho que”). No entanto, ao realizar essa avaliação, a falante se preocupa com a avaliação que seu interlocutor fará da sua história, e, então, deixa marcado que o resultado dessa avaliação do seu interlocutor é incerto, o que se caracteriza pela atenuação de *assim*, primeiramente, somada a *eu acho que* e ainda a outras marcas lingüísticas, sempre com o intuito de reduzir a ameaça à face do interlocutor e à sua própria face. Observemos o esquema abaixo:

1	Matriz1	Inf.: eu tenho assim história que seja...
2	Paráfrase1 (Matriz2)	Eu acho que é
3	Paráfrase2	pra mim é interessante né

Nesse esquema, podemos observar, na linha 1, que *assim* anuncia o termo “história”, seguido de verbo no subjuntivo, associado à avaliação epistêmica dessa “história como interessante” e à sua atenuação. Na segunda linha, o enunciado em 1 passa a atuar como M e é

substituído pelo enunciado parafrástico, no qual o marcador *acho que* passa a atenuar a avaliação, marcando o seu caráter de opinião (o que preserva a face do interlocutor). Na última linha, o segundo enunciado parafrástico, retoma o enunciado anterior, mostrando que não há dúvida de que aquela história é interessante para a falante (o que preserva a face do locutor, uma vez que marca o cumprimento da proposta do tópico).

Diante de todo esse quadro, podemos dizer que o marcador de atenuação *assim* encontra-se associado, num primeiro momento, a uma avaliação epistêmica, ainda que revele a especificidade de se relacionar à incerteza/imprecisão quanto ao compartilhamento do interlocutor mediante às avaliações realizadas pela falante.

Observemos, por fim, as ocorrências abaixo:

(18) tinha uns quadros muito grandes... uns quadros da... da Via Sacra... eram grandes... bem grandes mesmo éh... tinham **assim**... um e meio ou dois metros... a pintura sabe... era um trabalhado da pintura... da... da... da moldura...dos... dos quadros também... era muito bem feita... [AC-102/DE369]

(19) e:: aí deu uns vinte minutos **assim** a gente viu que nu::m... que num:: tinha mais barulho nenhum eu não consegui me desamarrear mas aí uma moça se desamarrou... e aí ela desamarrou a gente... [AC-077/NE318]

(20) ... bato e::le éh primeiro separo a clara da gema... bato **assim** cerca de dois minutos... a CLARA... deixo separado a gema... aí ponho um pouquinho de sa:l ou algum tempero case::iro...[AC-077/RP335]

Nessas ocorrências, o marcador assinala incerteza/imprecisão quanto à porção do enunciado que contém a frequência em que ocorre o que é nele expresso, realizando, portanto, uma avaliação epistêmica de natureza quantitativa. Sua função, então, é a de sinalizar para o interlocutor essa imprecisão/incerteza, descomprometendo o locutor com a pontualidade da informação quantitativa escopada pelo item.

5.2.3.6. Considerações importantes

Primeiramente, é importante ressaltar que, de acordo com a proposta de Rosa (1992), o marcador de atenuação *assim* pode ser considerado um integrante da categoria que engloba as

marcas da enunciação, uma vez que releva a instância da enunciação no próprio enunciado, por meio de seu uso.

Nessa direção, vale relembrar a distinção, estabelecida pela autora, entre os marcadores que caracterizam o enunciado como *impreciso* e os que o caracteriza como *incerto*, a partir da justificativa de que alguns marcadores de imprecisão podem veicular atividade de ordem cognitiva, o que não seria verificado em co-ocorrência do marcador de incerteza. Além disso, há a possibilidade de um mesmo marcador denotar, ao mesmo tempo, imprecisão e incerteza.

Dessa forma, aos marcadores de imprecisão caberia a sinalização de atividade cognitiva e a modificação da força ilocutória, levando à atenuação, conseqüentemente, das asserções e da impositividade delas, enquanto aos marcadores de incerteza caberia a sinalização da avaliação epistêmica em relação ao que se diz, levando à atenuação, da mesma forma que os anteriores, já que também atuam na redução do comprometimento do locutor com o seu enunciado.

Diante dessa divisão e da análise das ocorrências de *assim*, verificamos que não se fez clara a distinção inicial estabelecida por Rosa (1992) entre os conceitos de *imprecisão* e *incerteza*, principalmente porque a autora admite a co-ocorrência de ambas no mesmo enunciado e porque nas análises dos contextos de *assim* ou verificou-se essa co-ocorrência, ou não se constatou nenhuma delas.

Dessa forma, observamos uma associação da *incerteza/imprecisão*: (i) com a *avaliação epistêmica*, relativa ao grau de verdade do enunciado, ou seja, ao grau de certeza com que o conteúdo do enunciado é proferido; (ii) com a *atividade cognitiva*, relativa ao cálculo estabelecido, no momento da fala, em busca de termos e expressões adequadas ao conteúdo daquilo que se deseja comunicar, ou seja, ao grau de certeza com que uma forma é empregada. Além disso, pudemos observar também apenas a atenuação relacionada à atividade cognitiva, sem associar-se à incerteza/imprecisão, naqueles casos em que o falante não tem dúvidas do que quer dizer, mas tem dúvidas em relação aos meios formais que mais pontualmente corresponderão ao seu objetivo na comunicação. De acordo com essa funcionalidade, a atenuação foi observada incidindo sobre “itens” específicos, sobre “enunciados” e “parte de enunciados”. É importante lembrar aqueles casos em que a atenuação de um determinado item promovia o descomprometimento do falante com o enunciado como um todo, o que sempre dependia da importância assumida por esse item atenuado para a construção do tópico em questão.

Outro fator que despertou nossa atenção foi a constante co-ocorrência do marcador de atenuação *assim* com outros marcadores ou procedimentos de atenuação. Esse fato pode revelar um trânsito no desenvolvimento dessa partícula, em relação a essa função semântico-pragmática, ancorado na não prototipicidade de suas funções, o que acarreta a necessidade de reincidência de outros itens nos mesmos contextos. Tal constatação não desperta nenhuma surpresa, uma vez que é previsível nos diferentes estágios de GR e que demonstra o caráter fluido das categorias e funções, assim como a atuação do processo metonímico na mudança, tendo sido, inclusive, pontuada em relação a outras funções do item.

De modo bastante resumido, o quadro 28 elenca as funções e as subfunções do MD *assim*, em relação à atenuação.

	TIPO	MACROFUNÇÃO	FUNÇÕES	SUBFUNÇÃO	OCORRÊNCIAS
Marcas da enunciação	MD <i>assim</i>	Marcador de atenuação da força ilocutória	Marcador de incerteza/ imprecisão	Avaliação epistêmica (conteúdo)	(10) eu também fiquei triste eu falei ah porque eu gosto dela... não quero ver ela sofrendo né... mas... ela ainda tem muita esperança em:: em voltar com ele assim ... mas num sei nem se isso assim vai acontecer porque eu acredito que eles num... num tem mais volta mas tudo bem [AC-022/NR118-119]
				Avaliação epistêmica (conteúdo quantitativo)	(19) e:: aí deu uns vinte minutos assim a gente viu que nu::m... que num:: tinha mais barulho nenhum eu não consegui me desamarrrar mas aí uma moça se desamarrou... e aí ela desamarrou a gente... [AC-077/NE318]
				Atividade cognitiva (forma)	(04) Inf.: ...nã::o ele não bate assim :: de bater ele provo::ca às vezes ele dicu::te e:: meu pai fica bra::vo aí [(cê já viu)]...[AC-006/NE29]
			Marcador de atividade cognitiva (forma)	(08) aí disse ser a dona da ca::sa e:: aí eles falava/ aí num achavam dinheiro num achavam nada falavam que ia matar todo mundo ficou um desespero grande assim ... aí pedindo dinheiro pra mi::m eu falava que:: eu num ti::nha que eu trabalhava num merca::do [AC-077/NE317]	

Quadro 28: As funções e subfunções do MD *assim* atenuador

Considerações finais

Neste trabalho, enfatizamos os aspectos envolvidos no processo de GR de *assim* de modo a apontar as possíveis implicações, principalmente do componente pragmático, no caráter unidirecional da mudança experimentada pelo item.

Considerando que duas principais abordagens fundamentam a apreensão de trajetórias de GR, focalizando a mudança categorial, a saber: (i) uma que considera o percurso “léxico > gramática”, muito postulado desde Meillet (1965 [1912]), no qual um item lexical torna-se gramatical ou um item gramatical torna-se ainda mais gramatical, e (ii) outra que considera o percurso “discurso > morfossintaxe”, postulado por Givón (1979), optamos por focalizar, neste trabalho, a combinação dessas duas abordagens, seguindo a sugestão de Traugott (1995), segundo a qual (iii) “um item lexical > discurso”.

Além disso, o enfoque na mudança semântica, a priorização da trajetória “concreto > abstrato”, leva a motivações de ordem cognitiva e comunicativa que se envolvem mutuamente no processo. As motivações cognitivas atuam na busca por resoluções de problemas cognitivos de representação, no âmbito léxico, enquanto as comunicativas atuam na resolução de problemas voltados para o processo de comunicação propriamente dito, ou seja, de acordo com o intuito do falante de ser informativo e relevante, no âmbito, portanto, do discurso/texto. Para a resolução dos dois tipos de problemas teríamos as mudanças viabilizadas metafórica e metonimicamente (TRAUGOTT e KÖNIG, 1991; HEINE *et al.*, 1991; HOPPER e TRAUGOTT, 1993).

Dessa forma, de acordo com Heine *et al.* (1991), a mudança via GR pressupõe a existência de forças distintas atuando no processo, sendo uma motivada pragmaticamente, de natureza metonímica, lidando com a emergência de funções e significados que se sobrepõem numa estrutura em cadeia; e outra motivada cognitivamente, de natureza metafórica, relacionando domínios cognitivos distintos. Assim, cada enfoque atua cooperativamente de modo a sinalizar aspectos distintos do processo de mudança do item focalizado neste estudo.

É muito importante ressaltar, também, uma questão que perpassa teoricamente toda a interpretação que foi dada aos dados analisados neste trabalho. Essa questão relaciona-se à

afirmação de Traugott (1995) de que o componente *expressivo* é considerado o estágio *inicial* do processo de GR, momento em que o item experimenta um aumento de pragmática, revelando aumento de significado pragmático e expressividade (inter)subjativa. Sendo assim, segundo a proposta de Traugott, as mudanças de significado associadas à *expressividade* e à *pragmática* surgem no contexto do ato de fala, aludindo, dessa forma, também à proposta de Sweetser, que situa o componente conversacional no final da seqüência: conteúdo (sócio-físico)> epistêmico (raciocínio lógico)> conversacional (ato de fala). Enfim, as propostas dessas duas autoras são impulsionadas por mudanças semântico-pragmáticas que se iniciam no final da trajetória “proposicional> textual> expressivo”.

Apesar disso, alguns aspectos merecem ainda serem discutidos, principalmente à luz de casos como o analisado neste trabalho. Um primeiro aspecto relaciona-se ao modo como devemos tratar funções de natureza textual no âmbito da GR, ou seja, se devemos considerá-las ou não a evidência de uma mudança no funcionamento de itens lexicais que experimentam esse processo de mudança. Isso porque, de acordo com as considerações expostas acima, segundo a proposta de Traugott e Sweetser, os usos pertencentes aos domínios *proposicional* e *textual* ainda não configurariam etapas da GR, iniciada apenas no componente *expressivo*.

Se considerássemos essa afirmação como verdadeira, teríamos, de fato, que repensar a mudança de domínio ESPAÇO/TEMPO > TEXTO/DISCURSO, proposta por Heine *et al.* (1991). Tomando como exemplo as ocorrências já analisadas de *assim*, teríamos que considerar que os casos em que o item funciona simplesmente com valor coesivo (*fórico modal*), sem revelar grande expressividade, não evidenciarão um estágio de GR, enquanto mudança semântica e categorial, ainda que tenha partido do domínio proposicional (*dêitico*)> textual (*fórico modal*).

Um segundo aspecto, que talvez seja um desdobramento do primeiro, relaciona-se à possibilidade de identificação da atuação de componentes pragmáticos, como, por exemplo, a *implicatura conversacional*, atuando na transferência de um uso proposicional a um textual, o que pode ser considerado um indício de expressividade revelado antes do que as autoras denominam domínio expressivo.

Se considerarmos, ainda, a proposta de Bybee *et al.* (1994), que enfatiza o papel do *contexto* na geração da mudança via *inferência*, podemos adicionar mais um aspecto a ser pensado em relação à trajetória de Traugott e Sweetser, uma vez que a inferência pode fazer-se

presente em mudanças de naturezas diversas e, conseqüentemente, em pontos também diversos de uma trajetória. É dessa forma que um significado que não estava presente em um determinado uso (como no *dêitico*), pode tornar-se inerente a outros (como nos *fóricos/conjuncional/MD*), como resultado de uma convencionalização de *implicaturas*. Nessa perspectiva, *inferência* e *implicaturas* apresentam-se como as duas faces de uma mesma moeda que envolve, da mesma forma, falante e ouvinte, sempre mediante a orientação contextual. Assim, torna-se complexa a tentativa de situar especificamente o ponto da trajetória de GR em que atuam as motivações pragmáticas, dando início a esse processo de mudança.

Heine *et al.* (1991) evidenciam também esse problema, na análise que propõem para o desenvolvimento de *who* (“quem”) de pronome interrogativo (*Who came?/Quem chegou*) para marcador de oração subordinada (*I don't know who came./Não sei quem chegou.*). Considerando a existência de um forte componente *interpessoal*, no uso pronominal, e de um componente *textual*, no complementizador, esses autores acabam invertendo a direção da mudança apontada por Traugott e Sweetser, já que evidenciam, primeiramente, um forte componente *interacional* (relativo ao *expressivo*) e, só mais tarde, um forte componente *textual*. A adaptação da trajetória inicialmente proposta seria: proposicional¹> expressivo(interpessoal)> textual.

Para esses autores, na função *interpessoal*, é necessário distinguir, ainda que não discretamente, dois componentes: (i) um orientado para o falante (que se refere a tudo que ele tem em mente, ou seja, suas atitudes, julgamentos, crenças, etc., justificando o termo *expressivo*, adotado por Traugott); e, (ii) um orientado para o ouvinte (possibilitando o estabelecimento e a manutenção das relações sociais). Nessa direção, a passagem da função *interpessoal* para a *textual* seria motivada por uma estratégia do falante para estabelecer uma relação entre *ouvinte e texto* ou *falante e texto*, chamando a atenção para determinadas porções textuais. Com o tempo, essa relação gradualmente passa a ser interpretada como uma relação entre as diferentes partes do texto, dando início aí à função *textual*. Dessa forma, Heine *et al.* (1991) propõem que, pelo menos para o componente orientado para o ouvinte, a direção observada no desenvolvimento das funções da linguagem é: proposicional> interpessoal> textual.

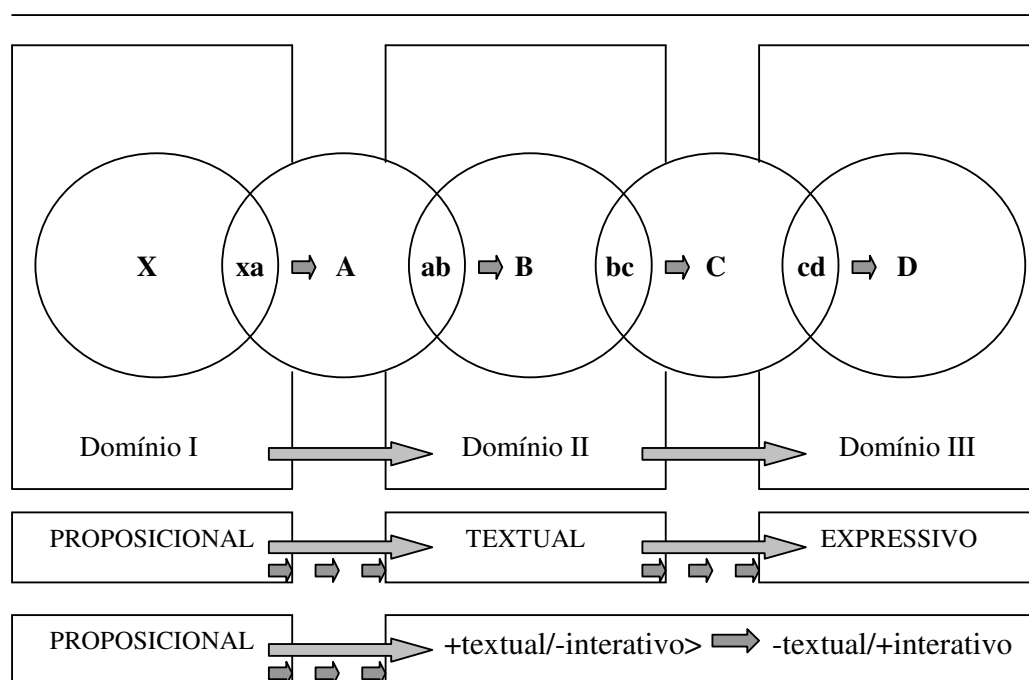
Considerando que uma proposta de trajetória de mudança deve recobrir o maior número possível de fenômenos e considerando também as duas trajetórias apontadas acima, assim como os demais aspectos questionados anteriormente, sugerimos um posicionamento que, embora

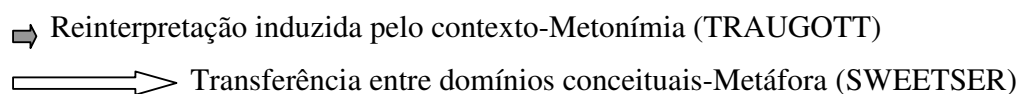
¹ Equivalente, para Heine *et al.*, ao componente *Ideacional*.

diferenciado do dos autores até então apresentados, divide com eles os seus principais conceitos e concepções. Trata-se, na verdade, da essência da conjugação da teoria da GR com uma teoria de Gramática Textual-Interativa, ou seja, no que, de fato, norteia a justificativa dessa conjugação teórica.

Se considerarmos como *expressivo* um componente que engloba: (i) uma função voltada para o falante, marcada pela *subjetividade*; e, da mesma forma, (ii) uma função mais direcionada para o ouvinte, marcada pela *intersubjetividade*, não sendo bem delimitadas categoricamente, não se fará necessária a definição do lugar em que esse componente se situa em relação ao textual, desde que se considere, como fundamental, uma concepção de linguagem baseada no balanceamento das funções textual-interativas (correspondentes, nessa perspectiva, ao que estamos chamando de *expressiva*) e não na depreensão de uma em detrimento da outra.

Sendo assim, o contexto, em que ocorre o evento comunicativo, as inferências e implicaturas (resultantes da constante negociação de sentidos entre falante e ouvinte), é extremamente importante nos fenômenos da GR, já que ele é o responsável pela depreensão dos usos que revelam um grau de proeminência maior das funções *expressivas* ou das funções *textuais*. A nova adaptação do esquema de Heine *et al.* ilustra essa conjugação da GR com essa concepção de linguagem que não separa os componentes textual e interacional, e ainda resolve a problemática que resultava das trajetórias de Traugott e Sweetser, e de Heine *et al.*:





Quadro 29: Complementação do esquema metonímico-metafórico de Heine *et al.* (1991)

Sob esta perspectiva, os usos mais concretos de *assim*, denominados *dêiticos*, relacionados às experiências sensório-motoras e às relações espaço-temporais representam um domínio conceptual distinto daquele que corresponde aos usos denominados *fóricos modais*, voltados ao domínio do texto. Temos aqui, uma transferência metafórica do mundo das experiências proposicionais, para o mundo do texto. A passagem de um domínio a outro se reflete, na análise da mudança, no caráter ambíguo de determinados usos que sinalizam uma etapa de sobreposição, denominada de *dêitico fórico*, decorrente de uma implicatura conversacional que atua por contigüidade metonímica, a fim de convencionalizar-se num contexto específico. É importante ressaltar que para esse processo o fator recorrência é fundamental.

No domínio do texto, dos usos *fóricos*, e das suas funções de estabelecer sinalizações prospectivas e retrospectivas, alcançando porções textuais de natureza estrutural distinta (apresentando escopos mais pontuais e mais abrangentes dentro do segmento tópico) provavelmente tenha derivado os usos como *conjunção coordenativa conclusiva* e *marcador discursivo*. A continuidade do processo revela, portanto, o fortalecimento pragmático, verificado nos diferentes usos do item, especialmente relacionado ao acréscimo do envolvimento e da expressividade (inter)subjativa do falante, no que tange às suas atitudes e crenças, relacionadas não só ao conteúdo do que é dito, mas também do modo como se diz em relação ao interlocutor, de acordo com Traugott (1995).

Dessa forma, é relevante, a exemplo de Hopper e Traugott (1993), destacar a importância da inferência pragmática como modo de enfatizar o papel do falante e do ouvinte, na situação de comunicação, a fim de verificar o perfil motivador da *expressividade* e da *rotinização* na convencionalização de implicaturas. O que verificamos é um longo processo que leva a um preenchimento de condições sintático-semântico-pragmáticas quando é feito um determinado uso do item, de modo a promover, via recorrência, uma relação entre essas condições e a categoria até que ela passa a ser reconhecida como parte do significado da categoria (HOPPER e

TRAUGOTT, 1993). É exatamente isso que verificamos no caso de *assim*; o preenchimento de condições específicas, que, gradualmente, vão se tornando recorrentes, leva a uma associação entre condições e categoria capaz de apontar uma convencionalização, via uso e frequência de uso, de implicaturas conversacionais, num tipo específico de contexto, apontando, dessa forma, as novas funções do item.

Consideramos, portanto, que a passagem do elemento do âmbito da gramática para o do discurso, nesse caso em relação ao MD *assim*, pode ser explicada, via GR, graças à adição do componente pragmático à sua definição, de acordo com sugestão de Traugott (1995), tornando injustificável a utilização de processos distintos de mudança. Ainda assim, é muito importante ressaltar a gradualidade da mudança via GR e toda a sua vagarosidade, uma vez que esse aspecto nos leva a atentar para os usos lingüísticos cotidianos vislumbrando-os como pequenas nuances da mudança que ainda se faz em curso, no caso do item *assim*. Dessa forma, ao focalizar nosso estudo no uso mais discursivo-pragmático do item, denominado MD *assim*, devemos sempre avaliar os resultados da análise tendo essa consideração em mente. Ou seja, que os usos do item nesse domínio refletem aspectos fluidos da mudança e que, por isso, merecem uma sistematização não categorial, mas capaz de captar todas as possibilidades de descrição de seus funcionamentos em busca da descoberta dos mecanismos de mudança que eventualmente podem atuar na constituição dessa categoria gramatical.

Considerando que, para Traugott (1989), nos estágios iniciais da GR, a mudança semântico-pragmática se dá de acordo com a trajetória: proposicional > (textual) > expressivo, depreendemos que, nesse percurso da mudança, os significados tendem a se referir cada vez: (i) menos a descrições concretas e referencias e mais a situações textuais/discursivas; (ii) menos a situações objetivas e mais a situações (inter)subjetivas, refletindo, portanto, um processo de (inter)subjetivização. Essas mudanças caracterizam a pragmatização do significado.

Reconhecendo dessa forma o processo experimentado por *assim*, é muito importante ressaltar que o aspecto mais pragmático da mudança se manifesta na função localizada mais à direita do *cline* proposto por Traugott, ou seja, na função expressiva da linguagem. No entanto, embora essa terminologia, utilizada pela autora, acabe sugerindo apenas a intensificação da subjetividade do próprio falante, estamos considerando que “expressivo” consiste na (inter)subjetividade, ou seja, abrange também as relações com o ouvinte. Tal função deriva de uma função proposicional básica, sendo mediada por funções textuais, de acordo com o quadro

que segue. O fortalecimento pragmático, caracterizador desse último estágio, resulta da convencionalização de uma implicatura conversacional, por meio de um processo metonímico gradual, denotado, muitas vezes, em momentos de polissemia:

Proposicional	Textual	Expressivo
uso dêitico	usos fóricos (anafóricos e catafóricos)	conjunção coordenativa conclusiva marcador discursivo

Quadro 30: Funções de *assim*

De acordo com a proposta de Traugott, a função expressiva remete à atitude do falante acerca da relação entre as proposições, envolvendo uma elaboração reflexiva realmente denotadora de um grau mais elevado de abstração e complexidade, se comparado àquele envolvido nas relações textuais, que envolvem apenas caráter coesivo, ainda não enriquecidos com a força (inter)subjativa ou argumentativa. Nesse sentido, é relevante a manutenção do desenvolvimento do componente *expressivo* a partir do *textual*. A análise de *assim* corrobora essa afirmação, uma vez que diacronicamente os usos fóricos datam do século XIII, enquanto o uso mais próximo à prototipicidade conjuncional é mais tardio, século XV/XVI, sendo ainda mais tardia a identificação de usos do MD *assim* que recobrem os traços do núcleo-piloto dessa categoria, de acordo com Risso *et al.* (1996).

Diante disso, é inevitável tratarmos de uma característica muito importante e emergente da análise cuidadosa dos usos do MD *assim*. Essa mesma escala, que parte do “proposicional (concreto) > expressivo (abstrato)” pode ser verificada no nível dos diferentes aspectos sintático-semântico-funcionais do item enquanto MD. O que significa dizer que o MD *assim* apresenta subfunções mais próximas de seu significado *fonte* e outras mais distantes dele. Apesar disso, essas funções não podem ser tratadas simplesmente como *fonte* porque recobrem importantes ganhos pragmáticos. Sendo assim, sugerimos a seguinte esquematização das diferentes subfunções do item, enquanto MD, seguindo essa constatação:

1		2		3		4		5
Sinalizador de construção de quadro mental	>	Sinalizador metadiscursivo	>	Focalizador Intensificador	>	Indicador de conteúdo expressivo	>	Atenuador Marcador de incerteza/imprecisão; Marcador de atividade cognitiva (forma)

Esse esquema não pretende demonstrar uma relação de origem entre os diferentes usos do MD *assim*, mas apenas ilustrar uma seqüência relacionada às características textuais-interativas do item. O que se verifica é que, embora todos esses usos já constituam resultado de uma abstratização de significado, somada ao referido “ganho pragmático”, existe uma gradação da funcionalidade do item, que parte das funções mais envolvidas com as relações textuais:

- (i) voltadas para a construção do segmento tópico como um todo e para a negociação que leva a estabelecimentos importantes quanto a ele, equivalentes, respectivamente, às funções em (1) e (2); e
- (ii) voltadas especialmente para a ênfase de determinados aspectos pontuais dentro do tópico discursivo, considerados importantes pelo falante em relação a esse tópico e a intenção comunicativa mantida em relação ao seu interlocutor, equivalente, respectivamente, às funções em (3);

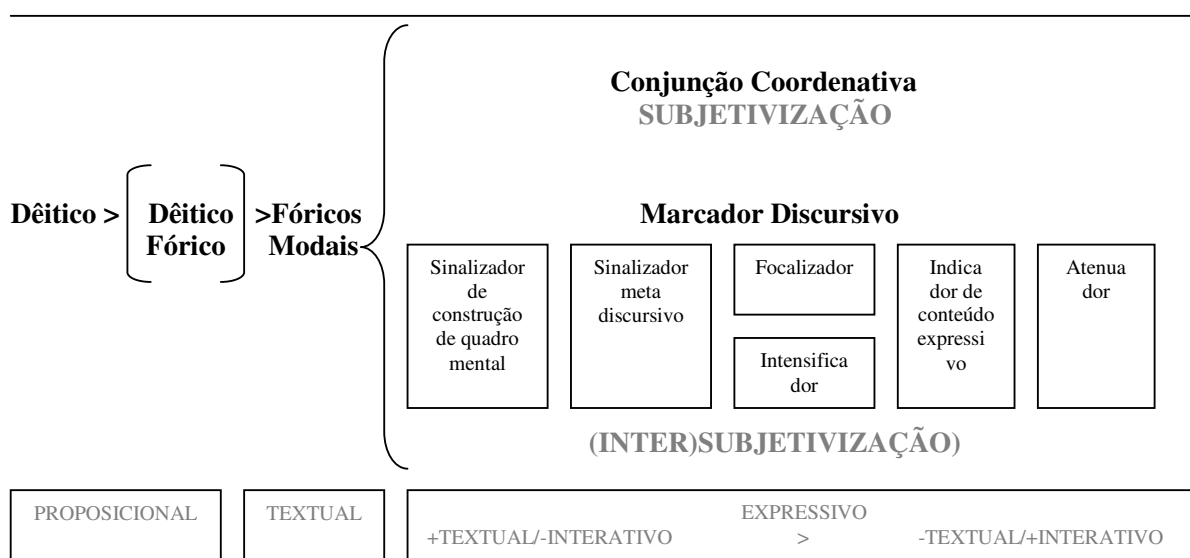
Para desempenhar funções cuja sinalização textual é mais generalizada, em nível do segmento tópico, e especialmente voltada para a sinalização de relações interacionais:

- (iii) relacionadas à sinalização, para o interlocutor, da expressividade de um determinado conteúdo que constituirá a centração tópica, equivalente à função em (4); e
- (iv) relacionadas à atenuação epistêmica e cognitiva, equivalente às funções subjacentes em (5).

O que se pretende pontuar, com essas constatações, é que ao alcançar a direita desse *cline*, reflete-se, na análise pormenorizada dos usos que compõem efetivamente o rol de funcionamento do MD *assim*, um reflexo do seu processo de desenvolvimento, uma vez que se depreende uma correlação textual-interativa das suas funções, fortemente marcada por uma acentuada preservação de traços textuais que vão cedendo espaço para o fortalecimento dos traços interativos, à medida que atingimos os usos esquematizados à direita dessa trajetória. No entanto, é muito importante esclarecer que, embora haja essa correlação funcional [(+textual/-interativo) > (-textual/+interativo)] ambos os traços estão presentes, em escalas portanto diferenciadas em todos os usos do MD.

Diante dessa constatação, ressaltamos que a característica da “persistência”, postulada por Hopper (1991), é imprescindível para a interpretação do processo de GR de *assim*. O caso específico desse item mostra que existe, ao longo de sua trajetória, um acúmulo de características funcionais do item *fonte*, nas funções do item *alvo*, acarretado, no processo, pela persistência. Essas características manifestam-se principalmente na sinalização modal retrospectiva e/ou prospectiva, verificada desde o século XIII, realizada pelo item, em nível textual, de modo a auxiliar na constituição da centração tópica. A adição dos ganhos de expressividade, relativos à (inter)subjativização, a essas características preservadas, acaba por pintar o rico quadro de funções textuais-interativas do item, em nível intratópico.

Dessa forma, podemos propor o seguinte quadro ilustrativo do desenvolvimento de *assim* em correlação a essas constatações:



Quadro 31: A trajetória de mudança de *assim*

O estudo do desenvolvimento do item *assim*, focalizado no seu uso mais discursivo, contribui não somente para o entendimento do processo de mudança que explica a multifuncionalidade sincrônica do item, como também esclarece suas relações funcionais enquanto MD, possibilitando o entendimento dos papéis discursivo-pragmáticos do item nessa categoria, a partir das correlações que se estabelecem com os traços preservados do item fonte, e

a comprovação de um caso de GR que se configura mediante relações expressivas de “ganho” e não de “perda”.

Referências

- BARRETO, T. M. Conjunções: relações entre advérbios, preposições e conjunções em dois momentos sincrônicos do português: séc. XIV e XX. *Atas do IX Congresso Internacional da ALFAL*. Campinas: Editora Unicamp, 1998, p. 229-239,.
- BAT-ZEEV SHYLDKROT, H. 'Tout': polysémie, grammaticalisation et sens prototypique. *Lanque Française*, nº 107, 1995
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- BYBEE, J. *Morfology: A study of the relation between meaning and form*. Philadelphia: Benjamins, 1985.
- _____. Mechanisms of changes in grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEF, B.; JANDA, R. (eds.) *The handbook of historical linguistics*. Blackwell Publishing, 2003.
- _____. Cognitive processes in grammaticalization. Mimeo.
- BYBEE, J., PERKINS, R., PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1994.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language use*. 2. ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- CÂMARA JR, J. *Dicionário de Filologia e Gramática referente à Língua Portuguesa*. 4.ed. São Paulo, s.d.
- CAMPBELL, L., JANDA, R. Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. *Language Sciences*, n. 23, 2001, p. 93-112.
- CARONE, F. B. *Subordinação e coordenação: Confrontos e contrastes*. 2ed. São Paulo: Ática, 1991.
- CASTILHO, A. T. Apresentação. In: CASTILHO e PRETI (orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. Vol. I Elocuções formais. São Paulo, T.A. Queiroz/FAPESP, 1986, p. 1-10.
- _____. Para o estudo das unidades discursivas no português falado. In: ____.(org.) *Português falado culto no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989, p. 249-279.

_____. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19:25-64, 1997.

CASTILHO, A.; CASTILHO C. M. M. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (org.) *Gramática do Português Falado*. Vol.II: Níveis de análise. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1996, p.213-260.

COUTINHO, I. *Pontos de gramática histórica*. 2.ed. Cia Editora Nacional, 1941.

CUNHA, A. G. *Dicionário Etimológico*. 2. ed. Nova Fronteira, 1986.

ERNOUT A., MEILLET A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. 3.ed. Paris: Librairie C. Klincksiech, 1951.

FERREIRA, A. *Dicionário de Latim Português*. Lisboa: Editora Porto, 1983.

FRASER, B. What are discourse markers? *Journal of Pragmatics*, v.31, 1999, p.931-952.

GASPARINI, M. *Assim se fala, assim se escreve*. 2001. Dissertação (Mestrado em Lingüística)- Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC, 2001, 114f.

GIVÓN, T. The functional approach to language and the typological approach to grammar. In:____. *Syntax- an introduction*. V. 1. Amsterdam/ Philadelphia: J. Benjamins, 2001.

_____. *On understanding grammar*. London: Academic Press, 1979.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização,modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*.2003.250f. Tese (Doutorado em Lingüística)- Instituto de estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, 2003.250f.

GRICE, P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (org.) *Fundamentos metodológicos da lingüística: Pragmática, Problemas, Críticas, Perspectivas da Lingüística*, V. IV, Campinas: UNICAMP, 1982, p. 81-103.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, B. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, B., REH, M. *Grammaticalization and reanalysis in African Languages*. Hamburg: Helmut Buske, 1984.

HOPPER, P. J. On Some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamin, 1991, p. 17-35.

_____. Some Recents Trends in Grammaticalization. *Annual Review Anthropological*. nº 25, 1996, p. 217-36.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ILARI, R. *et al.* Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. (org.) *Gramática do Português Falado, I: A ordem*. Campinas: Ed. Unicamp/FAPESP, 1990, 63-142.

JUBRAN, C. C. A. S. *Uma gramática textual de orientação interacional*, mimeo, 2004.

_____. A perspectiva textual-interativa. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp. Vol. I- Construção do texto falado, 2006, p. 27-36.

_____. Tópico discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp. Vol. I- Construção do texto falado, 2006, p.89-132.

_____. Parentetização. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp. Vol. I- Construção do texto falado, 2006, p.301-357.

KOCH, I. G. V. Tematização e Rematização. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp. Vol. I- Construção do texto falado, 2006, p.359-379.

LAKOFF & JOHNSON, *Methaphor we live by*. Chicago University Press, 1980.

LEHMANN, C. *Thoughts on Grammaticalization*. München, Newcastle: Lincon Europa, 1995.

LONGHIN, S. R. *A Gramaticalização da perífrase conjuncional ‘só que’*. Campinas. Tese de Doutorado- Instituto de Estudos da Linguagem . UNICAMP, 2003

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Gramaticalização, (inter)subjetivização e modalidade epistêmica: o caso de ‘assim’. In: *Estudos Lingüísticos*, 53, 2005.

LOPES, L. *Gramaticalização da Perífrase Conjuncional “assim que” na História do Português*. São José do Rio Preto, 2005. 97f. Relatório de Iniciação Científica - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista.

MACEDO, A. V. T. Aquisição de marcadores em primeira e segunda língua. In: RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (org.) *Variação e aquisição*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997.

MACHADO, J. P. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Confluência, Vol.2, 1967.

MAGNE, A. *A demanda do Santo Graal*: Glossário. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

MARCUSCHI, L. A. Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas, posições e funções. In: CASTILHO, A. T. (org.) *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p.281-321.

_____. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. A. *Análise da conversação*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991.

MARTELOTTA, M. Gramaticalização em operadores argumentativos. In: VOTRE, S.; CEZÁRIO, M. M.; MARTELOTTA, M. E. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1996.

MARTELOTTA, M. E.; NASCIMENTO, E.; COSTA, S. Gramaticalização e discursivização de assim. In: VOTRE, S.; CEZÁRIO, M. M.; MARTELOTTA, M. E. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1996.

MARTELOTTA, M. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: VOTRE, S.; CEZÁRIO, M. M.; MARTELOTTA, M. E. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2004.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Librairie Honoré Champion, 1965.

NEVES, M. H. M. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NUNES, J. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 8.ed. Lisboa: Clássica Editora, s.d.

NEWMEYER, F. J. Deconstructing grammaticalization. In: _____. *Language form and language function*. 2. ed. Massachussets: MIT Press, 2000.

OMENA, N., BRAGA, M. 'A gente' está se gramaticalizando? *Variação e Discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PIERCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

RISSO, M. S. *et. al.* Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, v.1, 1996., p.21-94.

ROSA, M. M. *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto, 1992.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SILVA, G. M. de O *et al.* Anatomia e fisiologia dos marcadores discursivos não-prototípicos. In: NEVES, M. H. M. (org.) *Gramática do Português Falado*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 297-347.

SILVA, G. M. de O.; ASSAFIN, S. P. A incidência de vocábulos pouco frequentes após hesitações e a partícula **assim**. *IV Congresso da ASSEL-Rio*, Rio de Janeiro, 1995.

SILVA, G. M. de O.; MACEDO, A. T. Análise sociolingüística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (org). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p. 11-49.

SILVA, G. M. de O.; TARALLO, F.; BRAGA, M. L. Preenchimento discursivo em fronteiras sintáticas. In: CASTILHO, A. T.; BASÍLIO, M. (orgs.). *Gramática do Português Falado, IV: Estudos descritivos*. Campinas: Ed Unicamp/FAPESP, 1996, p. 193-215.

SOUZA, E. R. F. Os advérbios de tempo e lugar no português do Brasil: casos de gramaticalização ou de discursivização? Projeto de doutorado. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2004 – FAPESP (Proc: 04/10894-0).

SWEETSER, E. *From Etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

SWEETSER, E. “Grammaticalization and semantic bleaching”. *Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, eds. Axmaker, S., Jaisser, A., Singmaster, H., 1988.

TRAUGOTT, E. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMMAN, W.; MALKIEL, Y. (eds) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam, John Benjamins, 1982, p. 245-271.

_____. On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. *Language*, 65:01, 1989.

_____ e KÖNIG. The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (orgs.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company, 1991.

_____ e HEINE, B. (orgs.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company, 1991.

_____. Subjectification in grammaticalization. In: STEIN, D.; WRIGHT, S. (eds.) *Subjectivity and subjectivisation*. Linguistic perspectives, Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 31-54.

_____. The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. Paper presented at ICHL XII, Manchester, 1995. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>. Acesso em: 20/02/2004.

_____. *From subjectification to intersubjectification*. Paper presented at the Workshop on Historical Linguistics, Vancouver, Canadá, 1999. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~traugott.html>. Acesso em: 20/02/2004.

_____. Constructions in Grammatization. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. D. (orgs). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwells, 2003.

TRAVAGLIA, L. C. O relevo no processamento da informação. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp. Vol. I- Construção do texto falado, 2006, p.167-215.

_____. *Para uma gramática do português falado*. Trabalho apresentado na 40ª Reunião Anual da SBPC. São Paulo, 1988.

_____. *Processos de atenuação na fala culta*. Trabalho apresentado no Congresso “Discurso e Ideologia”. Rio de Janeiro, set/1987.

VOTRE, S.; CEZÁRIO, M. M.; MARTELOTTA, M. E. O paradigma da gramaticalização. In:____. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1996.

URBANO, H. Marcadores conversacionais. In: PRETI, D. (org.) *Análise de textos orais*. São Paulo: FFLCHUSP, 1993, p. 81-101.

VICENT, D.; VOTRE, S.; LAFOREST, M. Grammaticalisation et post-grammaticalisation. In: *Revue Langues et Linguistique*. Québec: Université Laval, n. 19, 1993.